EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.302.100/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

MENSAGEM DO PRESIDENTE

No ano de 2019, a EDP São Paulo seguiu sua estratégia de buscar o equilíbrio entre clientes, fornecedores, colaboradores, acionistas e a sociedade com a melhoria na qualidade do serviço, de reforço da eficiência e de combate às perdas e à inadimplência, com foco na satisfação do consumidor. Teve um papel de destaque a segurança, onde o tema foi a "Vida Sempre em Primeiro Lugar".

Com ambiente econômico mais favorável, registramos um aumento de 2,6% no número de consumidores em relação a 2018, o que representa 50 mil novos clientes conectados à rede de distribuição da companhia e um aumento no volume de energia distribuída em 1,6% em comparação ao ano anterior.

Reforçamos os investimentos na rede de distribuição, no combate às perdas e em novas tecnologias. Os investimentos líquidos totalizaram R$ 329 milhões, destinados principalmente ao reforço do sistema elétrico, com ênfase em projetos de redes protegidas e de religadores automáticos, os quais garantem maior confiabilidade e eficiência no fornecimento de energia elétrica. Como resultado, as perdas totais atingiram o valor de 8,11%, queda de 0,32 p.p em relação a 2018 e o índice que mede a duração das interrupções de fornecimento nos últimos 12 meses (DEC) foi de 6,98 horas. Estes resultados refletem a efetividade da execução da estratégia, colocando a EDP São Paulo entre as empresas do setor que alcançaram maior redução percentual de perdas totais nos últimos anos e também entre as distribuidoras com menor DEC do Brasil.

Em continuidade a utilização da metodologia de Orçamento Base Zero, novas iniciativas foram aplicadas permitindo que a evolução dos custos operacionais ficasse mais um ano abaixo da inflação. A empresa também ampliou a utilização de ferramentas de *analytics* e de robôs de primeira geração, com objetivo de automatizar processos manuais e repetitivos.

Outro fato importante foi a conclusão da Revisão Tarifária da EDP São Paulo, a qual resultou na redução de 5,33% na tarifa média para o consumidor e um aumento de 45,3% na Base de Remuneração Líquida e de 24,8% na Parcela B. O resultado reforça o compromisso da companhia em manter os investimentos com foco na melhoria da qualidade dos serviços prestados, maior eficiência operacional e redução das perdas de energia. Neste ciclo de revisão tarifária, atingimos o menor nível de glosa de investimentos da história, alcançado por meio de melhorias implementadas nos processos operacionais, o que coloca a empresa em uma posição de referência entre as distribuidoras do país.

O reconhecimento também veio por meio dos consumidores na pesquisa da ABRADEE de Satisfação dos Clientes Residenciais (ISQP), na qual a companhia obteve índice de 78,8 pontos de satisfação, o que coloca a EDP São Paulo entre as 4 melhores empresas do *ranking* nacional de distribuidoras com mais de 500 mil clientes.

Adicionalmente, em 2019, o município de São José dos Campos receberá a nova sede administrativa da EDP São Paulo, com pleno funcionamento previsto para abril de 2020. A cidade possui localização privilegiada na área de concessão, favorecendo a integração dos colaboradores e contribuindo para a melhoria na qualidade de vida das pessoas.

As conquistas foram importantes e os desafios de manutenção da trajetória de mais eficiência continuam, com a busca pela melhoria contínua e pela excelência na gestão, com objetivo de atender as expectativas de nossos clientes, colaboradores, sociedade e acionistas.

Michel Nunes Itkes
Presidente

A COMPANHIA

A EDP São Paulo, Companhia de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão, firmado naquela data.

A partir de abril de 2005 passou a ser subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A.. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, maior centro econômico-financeiro da América Latina.

Atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, abrangendo cerca de 4,5 milhões de habitantes, compreendidos entre 2,5 milhões no Alto Tietê e 2,0 milhões no Vale do Paraíba e Litoral Norte.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

Em 2019 a economia paulista mostrou-se revigorada, com crescimento superior média nacional. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, o produto interno bruto (PIB) [1] paulista avançou +2,3%, na comparação com igual período de 2018, ante o crescimento de +1,0% do PIB[2] brasileiro. Destacaram-se os setores de serviços (+3,3%) e a indústria (+0,4%).

A atividade do comércio varejista, em franca recuperação, no acumulado até outubro de 2019, teve alta de 5,5%[3] - impulsionada pela redução dos juros[4] (que em 2019 atingiu seu menor patamar, 4,5% a.a.), pelos baixos níveis de inflação[5](4,31%, que é bem próximo da meta de 4,25% para o ano) e expansão das condições de crédito[6] (+11,5%, em doze meses findos em novembro de 2019, em relação ao mesmo período de 2018).

No ano passado, a produção industrial paulista[7] apesar de (a exemplo do que se observou no âmbito nacional) ter sido impactada pelas incertezas econômicas e políticas e pela crise na Argentina, mostrou-se estável. O índice acumulado da produção física industrial nos dez meses de 2019, frente a igual período de 2018, avançou +0,4%, com nove das dezoito atividades investigadas apontando crescimento na produção. As maiores contribuições positivas foram dadas pelos setores de máquinas e equipamentos (+7,7%) e produtos alimentícios (+3,5%). Os setores que exerceram as principais influências negativas foram veículos automotores (-3,0%) e outros equipamentos de transporte (-17,3%).

Nesta conjuntura o emprego formal cresceu. Nos onze primeiros meses de 2019, o saldo de postos de trabalho formais teve incremento de +2,42%[8] (+289,5 mil postos). O setor que deu a maior contribuição positiva foi de serviços, com +180.383.

AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano de 2019 iniciou com a expectativa de uma solução para o destravamento do mercado de curto prazo através dos projetos para a solução dos passivos do GSF no âmbito legislativo. O PL 10.985/18, que tratava do ressarcimento do risco hidrológico - GSF- foi aprovado na Câmara dos Deputados em 26 de junho e deveria ser votado no Senado, onde permanece tramitando sob a sigla PLS 3975/19, aguardando a votação em plenária. A Liminar do GSF da Apine, maior liminar vigente, mantém valores retidos na CCEE até fevereiro/2018 e permanece ativa ao final de 2019.

Ao final de 2018, havia sido determinada a abertura do mercado até 2.000 kW e na continuidade desse processo, a Portaria 465/2019 estabeleceu o cronograma de abertura de mercado para agentes com consumo até 500kW, sendo 1.500 kW, a partir de 1º/jan/2021; 1.000 kW, a partir de 1º/jan/2022 e 500 kW, a partir de 1º/jan/2023. A Portaria também estabelece que até 31/jan/2022 deverão ser apresentados estudos para avaliar a abertura do mercado aos consumidores abaixo de 500 kW a partir de 1°/jan/2024.

O Grupo de Trabalho de Modernização do Setor Elétrico foi criado com o objetivo de reformar o arcabouço regulatório do Setor Elétrico. Serão avaliados temas como a formação de preços, critérios de suprimento, separação entre lastro e energia, sustentabilidade da distribuição, sistemática de leilões, processo de contratação, MRE e integração gás-energia elétrica. Foi estabelecido um cronograma e um Comitê de Implementação da Modernização com prazo de dois anos prorrogável por mais um ano para fazer as modificações propostas.

Dois projetos de Lei que tratam da reforma do setor elétrico estão em tramitação: o PLS 232/2016 em discussão no Senado e o PL 1.917/15 na Câmara dos Deputados estão discutindo as novas diretrizes para o Setor, de forma já alinhada com o GT de Modernização do Setor Elétrico.

Entre as mudanças para 2019, a revisão do mecanismo de acionamento das Bandeiras Tarifárias foi um destaque da distribuição, agora com o gatilho baseado no GSF calculado com a Garantia Física Flat, ao invés de fator misto composto que também considerava a Garantia Física real do MRE. Essa modificação visava reduzir a sazonalidade da garantia física na composição da arrecadação da conta bandeira. Os novos gatilhos fazem com que a arrecadação prevista, com os valores propostos, se aproxime mais dos custos incorridos. Houve também aumento da arrecadação em caso de acionamento, que passa a ser na bandeira amarela R$ 1,343 a cada 100 kWh consumidos, na bandeira vermelha no patamar 1, R$ 4,169 e no patamar 2, R$ 6,243.

As distribuidoras também têm nova regulamentação sobre iluminação pública e redução dos subsídios aplicados às unidades consumidoras classificadas como Rural, Serviços Públicos de Água, Esgoto e Saneamento, Serviços Públicos de Irrigação e Cooperativa de Eletrificação Rural, na razão de 20% ao ano a partir dos processos tarifários de 2019.

Nova regulação também sobre procedimentos, parâmetros e critérios de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e nas diretrizes gerais da fiscalização da ANEEL que afetam geradoras, transmissoras e distribuidoras.

Foi definido que os preços horários para o mercado de curto prazo da CCEE serão adiados para 2021, pela Portaria MME 301/19. Para 2020, ficou definida a operação com despacho semi-horário sem a utilização para o processo de formação de preço.

As agências reguladoras também sofreram mudanças regulatórias, A Lei 13.848/19 trata da gestão, organização, processo decisório e controle social das agências. Entre os aprimoramentos está a necessidade de análise de impacto regulatório e o regramento do mandato dos diretores.

Por fim, o tema regulatório mais discutido em 2019 e que continuará em alta em 2020 são os incentivos dados à Geração Distribuída. A ANEEL abriu a Audiência Pública 001/2019, que buscou obter subsídios para a Análise de Impacto Regulatório das regras para o micro e mini GD, O assunto avançou em outubro para a Consulta Pública 025/2019, com proposta para o fim gradual dos subsídios à geração distribuída. O tema ainda não foi encerrado e continuará sendo discutida ao longo de 2020.

REVISÕES TARIFÁRIAS E REAJUSTES TARIFÁRIOS

Em 22 de outubro, foi homologado pela ANEEL, a 5ª Revisão Periódica da EDP São Paulo, aplicada a partir de 23 de outubro de 2019. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de -5,33% sendo -3,53 % para alta e média tensão e -6,34 % para baixa tensão. A Base de Remuneração Bruta foi definida em R$ 4,280 bilhões, a Base de Remuneração Líquida em R$ 2,423 bilhões e a Parcela B em R$ 987 milhões

MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Balanço Energético (MWh)

O Balanço Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e as perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo.

EDP SÃO PAULO	2019	2018
Itaipu + Proinfa	2.448.737	2.515.867
Leilão	8.065.634	8.330.964
Outros [1]	27.533	51.520
Energia em Trânsito	7.404.971	7.204.378
Total Energia Recebida	**17.946.876**	**18.102.729**
Perdas Transmissão	190.349	177.384
Perdas de Itaipu	130.762	130.956
Vendas C. Prazo	-625.706	-616.884
Ajustes C. Prazo	-50.182	28.022
Cessões MCSD Energia Nova	153.178	578.606
Total Perdas	**1.150.177**	**1.475.808**
Energia Requerida	**16.796.699**	**16.626.921**
Suprimento	48.340	47.692
Fornecimento	7.985.895	7.999.259
Perdas e Diferenças	1.357.493	1.375.593
Energia em Trânsito	7.404.971	7.204.378
Total	**16.796.699**	**16.626.921**

Compra de Energia

A compra de energia em 2019 foi de 10.541,9 GWh, menor em 3,3% à de 2018. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do Proinfa representam 23,2%, as compras no ACR (CCEAR e Contrato de Ajuste) 76,5% e os Contratos Bilaterais 0,3%.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A EDP São Paulo vendeu, no ano de 2019, 8.867,7 GWh para os clientes cativos, permissionárias e consumo próprio, aumento de 11% em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado está impactado pelo desempenho das classes Residencial e venda de Energia pelo mecanismo de venda de excedentes (MVE).

A energia em trânsito, distribuída a clientes livres, totalizou 7.398,3 GWh em 2019, apresentando um aumento de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia distribuída pela EDP São Paulo, que compõe o mercado cativo e livre, aumento 7,1% no mesmo período, totalizando 16.266,0 GWh. Considerando a energia de curto prazo tivemos um aumento de 6,9%, passando para 16.896,0 GWh.

Janeiro a Dezembro				
Energia Distribuída	**MWh**		**Consumidores**	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Fornecimento				
Residencial	3.836.965	3.747.802	1.770.287	1.722.917
Industrial	1.181.270	1.295.513	13.161	13.041
Comercial	1.980.589	1.918.708	132.828	128.403
Rural	79.381	81.684	4.912	7.915
Outros [1]	901.966	890.286	14.267	13.723
Consumo próprio	5.727	6.249	163	174
Total Fornecimento	**7.985.898**	**7.940.242**	**1.935.618**	**1.886.173**
Suprimento	881.875	51.326	2	2
Total Fornecimento e suprimento	**8.867.773**	**7.991.568**	**1.935.620**	**1.886.175**
Disponibilização do Sistema de Distribuição	7.398.300	7.200.801	642	518
Total Energia Distribuída	**16.266.073**	**15.192.369**	**1.936.262**	**1.886.693**
Energia de curto prazo	629.948	616.884		
Receita Operacional Líquida	**16.896.021**	**15.809.253**	**1.936.262**	**1.886.693**

[1] Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público

QUALIDADE

Os indicadores DEC e FEC, apresentam-se em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, sendo em 2019 registradas 6,98 horas e 4,52 interrupções, respectivamente, refletindo os investimentos realizados para ações de manutenção preventiva, obras de melhoria, inovações nos ativos do sistema elétrico de distribuição e melhoria constante nos processos adotados por todas as áreas envolvidas com a operação do sistema.

Indicador	Unidade		2016	2017	2018	2019
DEC	Horas	Real	8,47	7,87	7,75	6,98
		Meta Aneel Regulatória	8,61	8,41	7,94	7,68
FEC	Vezes	Real	5,42	4,96	4,83	4,52
		Meta Aneel Regulatória	7,15	6,59	6,24	6,04

DEC = Duração Equivalente de interrupções por Clientes (horas - média cliente/ano)
FEC = Frequência Equivalente de interrupções por Cliente (interrupções - média clien-te/ano)
Nota: O DEC e FEC das distribuidoras divulgados no trimestre são prévios, uma vez que o indicador final é divulgado até 30 dias após o fechamento do mês.

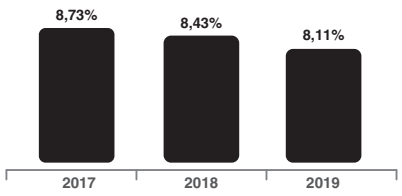
PERDAS DE ENERGIA

A EDP São Paulo encerra o ano de 2019 com Perdas Total no valor de 8,11%, que é a diferença entre a energia adquirida e a energia faturada.

Em 2019, a EDP São Paulo desembolsou R$ 57,7 milhões em programas de combate às perdas. Do total de recursos, R$ 54,5 milhões foram para investimentos operacionais (substituição de medidores, instalação de rede especial, painéis de medição blindados e monitorados e telemedição) e R$ 3,1 milhões para despesas gerenciáveis (inspeções).

A EDP São Paulo realizou aproximadamente 76 mil inspeções, substituição de 25 mil medidores e blindagem de 13,6 mil consumidores através de redes especiais com monitoramento remoto que resultaram na recuperação de receitas de cerca de R$ 25,1 milhões.

Perdas totais (%)



[1] Fonte: SEADE. PIB trimestral do Estado de São Paulo. 3º Trimestre de 2019
[2] Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. Julho/setembro 2019.
[3] Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio. Outubro/2018
[4] Fonte: Banco Central do Brasil. Meta SELIC em 31/12/2019.
[5] Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA e INPC - Dezembro/2019.
[6] Fonte: Serasa Experian. Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito. Novembro/2019.
[7] Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal Produção Física - Regional. Outubro/2019
[8] Fonte: CAGED/MTE. Novembro/2019

PRINCIPAIS DADOS DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Descrição	2019	2018	Var. %
Subestações			
Quantidade	64	61	**4,9**
Potência Instalada de Transformadores (MVA)	4.412	4.146	**6,4**
Redes de Distribuição - Própria (Km)	**28.588**	**28.364**	**0,8**
AT (maior ou igual a 69 KV)	1.026	952	**7,8**
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	14.948	14.836	**0,8**
BT (menor que 1 kV)	12.614	12.576	**0,3**
Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)	**70.371**	**68.653**	**2,5**
Urbano	52.841	51.332	**2,9**
Rural	17.447	17.240	**1,2**
Subterrâneo	83	81	**2,5**
Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)	**4.234**	**4.134**	**2,4**
Urbano	3.740	3.648	**2,5**
Rural	448	441	**1,6**
Subterrâneo	46	45	**2,2**
Postes em Redes de Distribuição - Quantidade	**571.310**	**566.776**	**0,8**
Urbano	424.478	421.125	**0,8**
Rural	146.832	145.651	**0,8**

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

A EDP São Paulo mantém canais de relacionamento de fácil acessibilidade, interação e dotados de tecnologia digital e inteligência artificial, disponibilizados aos seus clientes que estão segmentados por nível de tensão de fornecimento, a saber: unidades consumidoras atendidas em média e alta tensão (grandes clientes) e unidades consumidoras atendidas em baixa tensão e por classe de clientes, pertencentes às esferas privada e pública, no âmbito federal, estadual e municipal.

O relacionamento com os seus clientes pode ser realizado através das agências de atendimento presencial e agentes comerciais, atendimento exclusivo para os grandes clientes, clientes corporativos, poderes públicos e órgãos de defesa do consumidor, além da agência virtual (web), aplicativo EDP Online, Chat & Chat BOT, SMS BOT e Call Center.

- Agência Virtual: a página de serviços da EDP *Online* na internet (www.edponline.com.br) possui *leiaute* moderno e maior acessibilidade, tais como solicitação de ligação nova, entrada de projeto elétrico e acordo de pagamento. Este canal de relacionamento permite o acesso, de forma segura, com a criação de *login* e senha para o cliente ou através de conta de *Gmail* e *Facebook*, contribuindo para aprimorar o atendimento, dando maior conforto e celeridade na execução das solicitações, além de facilitar o acompanhamento das mesmas pelos clientes, com maior interação e agilidade no tráfego de dados, dentro dos mais elevados padrões de segurança das informações.
- *SMS*: neste canal de atendimento o cliente pode informar, de forma gratuita, prática e célere, a falta de energia.
- Aplicativo EDP: este canal foi desenvolvido para dispositivos móveis (*smartphones e tablets*), é baixado gratuitamente, e facilita o contato dos clientes com a distribuidora, trazendo praticidade na solicitação de serviços e na palma da mão. O cliente pode obter informações, realizar agendamentos para atendimento presencial nas Agências e esclarecer dúvidas, a partir da funcionalidade de *chat* em tempo real. Com o aplicativo já é possível aderir, dentre outros serviços, à entrega de conta por *e-mail*, cadastrar-se para débito automático, solicitar código de barras para pagamento de fatura, acordo de pagamento, notificar falta de energia e enviar fotos no *chat online*. O aplicativo foi desenvolvido e customizado para uso exclusivo dos clientes da concessionária EDP e dentro dos mais elevados padrões de segurança, modernidade e praticidade.

Nestes canais virtuais em 2019 foram gerados 5,7 milhões de consultas e serviços.

Para garantir um atendimento de qualidade, a EDP São Paulo conta também com uma moderna Central de Atendimento Telefônico (Serviço 0800), com uma equipe de mais de 450 colaboradores para proporcionar um atendimento adequado, eficiente e ágil, além de dispor de uma infraestrutura e parque tecnológico de última geração. Esta Central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, e com ligação gratuita para o 0800 721 0123, e conta também com um canal exclusivo para deficiente auditivo através do 0800 727 2872. Por meio do Call Center foram realizados 1,7 milhões de atendimentos em 2019, que está preparado para os atendimentos comerciais, técnicos e emergenciais em 28 municípios da sua área de concessão, bem como realiza o monitoramento e interações com os seus clientes nas Mídias Sociais, tais como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e Reclame Aqui.

Para o atendimento presencial, a concessionária conta com 30 agências, distribuídas nos 28 municípios de sua área de concessão, onde recebemos 764 mil clientes em 2019. Algumas de nossas agências contam também com equipamentos de autoatendimento (*totens* e *tablets*). Em 2019, realizamos 1,92 milhão de serviços presencialmente e 0,56 mil serviços no autoatendimento.

Além desses canais de relacionamento, há uma estrutura de Ouvidoria com call center dedicado, que opera de segunda a sexta-feira, das 08:00hrs as 18:00hrs, com ligação gratuita para o 0800 721 0201, e ainda, por e-mail, Whats'App, formulário eletrônico pelo EDP Online, aplicativo EDP, carta e presencialmente. A EDP São Paulo possui uma equipe capacitada para atender os preceitos regulatórios previstos na Resolução Normativa Nº 470/10, da ANEEL e principalmente para garantir a satisfação dos clientes. Dentre as suas atribuições, acolhe as reclamações, sugestões, críticas, denúncias e elogios, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, bem como realizar a intermediação com os órgãos reguladores e as demandas originárias do portal Consumidor.gov. No ano de 2019 foram recepcionadas 45.763 interações dos clientes no Canal.

Importante destacar que a EDP São Paulo pauta a sua atuação de maneira ética, justa, transparente, isonômica e cortês nas interações com os seus clientes, dentro de elevados padrões de qualidade, inclusive com processos devidamente certificados nas Normas da ISO 9.001 em seus canais de relacionamento, com foco na melhoria contínua da satisfação dos seus clientes.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2019, foi encerrado um e iniciados três projetos de P&D, permanecendo assim vinte e seis projetos em execução, com investimentos na ordem de R$ 12,3 milhões. Dentre os projetos encerrados, destaca-se o projeto "Regulador de tensão tipo indução para utilização em transformador de distribuição", que consistia no desenvolvimento de um equipamento robusto para a melhoria da qualidade de energia, cujo produto principal foi um regulador do tipo indução com sistema automático de controle. Esse equipamento uma vez ligado ao secundário de um transformador aéreo de distribuição, executa a correção de eventuais afundamentos ou elevações de tensões de forma automática, utilizando-se de um variador de tensão tipo indução e de seu sistema de correção automática acionado por servomecanismo, dispensando a atuação de equipe especializada e eliminando a temporização da correção.

Dentre os projetos aprovados durante o ano vigente, destacamos os três projetos submetidos à Chamada Estratégica 22 da ANEEL de Mobilidade Elétrica, pela qual foi iniciado o projeto "Desenvolvimento de Soluções para a Operação Nacional de Mobilidade Elétrica, que prevê a criação de uma infraestrutura física e pública de carregamento rápido para veículos elétricos através de uma malha conectada e segura concentrada na região Sudeste e com pontos adicionais nas regiões Sul e Centro-Oeste. Solução pioneira e inovadora no Brasil, uma vez que o projeto servirá como um laboratório para a criação de um operador nacional de mobilidade elétrica centrado no utilizador. Nos projetos em andamento, são destacados o projeto de P&D, "Filme OPV adesivo", que visa o estudo científico sobre o desempenho da geração fotovoltaica orgânica (OPV - Organic Photovoltaic) com diferentes orientações e regiões geográficas no Brasil. É denominada a terceira geração de células solares, capazes de gerar energia elétrica à partir da luz do sol e sendo a alternativa mais "verde" para a geração de energia em todos os lugares. E o P&D "Sensores Vestíveis", visa, o desenvolvimento e utilização de sensoriamento vestível para gestão da medicina, segurança e procedimentos do trabalho. Este projeto é fundamental para a preservação da vida humana, criando mecanismos de gestão e prevenção de saúde e riscos operacionais dos nossos colaboradores: internos e externos, bem como a promoção positiva da imagem da empresa, mediante ao tema de grande relevância para a sociedade e entidades de classe.

Ressaltamos que os resultados obtidos nos projetos de P&D foram amplamente divulgados à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas.

Eficiência Energética

Em 2019, a EDP São Paulo investiu R$ 17,0 milhões em iniciativas de eficiência energética que levaram à economia de energia de 15,3 GWh/ano em São Paulo. Esses investimentos estão em conformidade com a Lei 13.280/2016, que estabelece investimento em projetos do Programa de Eficiência Energética (PEE) e no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL).

Entretanto, os projetos não buscam apenas atender a legislação, mas principalmente os compromissos com o desenvolvimento sustentável assumidos pela EDP. Entre as iniciativas de destaque no período estão o projeto de eficiência energética na instituição Fazenda da Esperança, que contemplou a substituição de 5.117 lâmpadas de maior consumo por LED e 400 chuveiros convencionais por equipamentos com sistema de controle de potência, mais eficientes e econômicos, o projeto proporcionou uma economia de cerca de 40% na Instituição.

A EDP São Paulo também realizou dentro do período a blitz sobre consumo consciente de energia elétrica em cinco municípios da área de concessão. Durante todo o dia, monitores e personagens orientaram moradores com folhetos informativos e brindes. Algumas cidades contaram com a presença do caminhão da Boa Energia, um laboratório móvel com experimentos e informações sobre consumo consciente e segurança com a rede elétrica.

Outro projeto de grande relevância foi a 4ª edição do Projeto Eficiência Solidária que foi realizado em 4 municípios da EDP São Paulo, substituindo 60 mil lâmpadas de baixa eficiência e beneficiando mais de 12 mil consumidores.

O Hospital do GACC - Grupo de Assistência à Criança com Câncer também foi beneficiado com de nossos projetos, foi realizado a substituição do sistema de iluminação e instalação de usina fotovoltaica com potência instalada de 151 quilowatt pico (kWp), o volume de energia gerada é suficiente para abastecer mais de 900 residências com consumo médio de 250kWh/mês.

A 3ª edição da Gincana Xô Desperdício da EDP São Paulo teve um resultado bastante expressivo, foram mais de 21 mil alunos participantes, 122 mil visualizações e 35 mil curtidas no canal *YouTube*. Os alunos dos colégios participantes foram convocados a cumprir determinadas tarefas transformadas em vídeos publicados na plataforma do *YouTube*, em conta especialmente dedicada ao concurso As temáticas tiveram como base o uso racional e seguro da energia elétrica, o meio ambiente e a sustentabilidade.

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Demonstrativo de Resultados (R$ mil)	2019	2018	%
Receita operacional líquida	**4.403.520**	**4.189.086**	**5,1**
Receita com construção da infraestrutura	328.973	318.683	3,2
Gastos não gerenciáveis	**(2.932.478)**	**(2.931.600)**	**-**
Margem Bruta	**1.142.069**	**938.803**	**21,7**
Gastos gerenciáveis	**(977.215)**	**(917.438)**	**6,5**
Total do PMSO [1]	**(609.394)**	**(559.447)**	**8,9**
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	(38.848)	(39.308)	-1,2
Custo com construção da infraestrutura	(328.973)	(318.683)	3,2
EBITDA	**610.553**	**440.174**	**38,7**
Margem EBITDA	**13,9%**	**10,5%**	**3,4 p.p.**
Resultado do serviço (EBIT)	**493.827**	**340.048**	**45,2**
Resultado financeiro líquido	**(62.407)**	**(51.898)**	**20,2**
LAIR	**431.420**	**288.150**	**49,7**
IR e Contribuição social	(88.317)	(74.657)	18,3
Lucro líquido	**343.103**	**213.493**	60,7

A margem bruta apresentou um aumento de 21,7% em 2019 em relação a 2018, atingindo R$ 1.142,0 milhões. Este resultado reflete os principais efeitos:

i) Resultado do impacto positivo da revisão tarifária e melhora do mercado de R$ 114 milhões;
ii) Aplicações de medidas para redução das perdas na área de concessão contribuíram para um registro menor em relação a 2018, em R$ 8,0 milhões, passando de 8,43% para 8,11%;
iii) Atualização de ganhos com VNR devido a revisão tarifária, resultaram em um aumento de R$ 107 milhões com relação a 2018;
iv) Compartilhamento de infraestrutura somaram R$ 6,2 milhões.
v) Outros efeitos tiveram um perda de R$ 26 milhões, quando comparado a 2018. Entre esses efeitos estão menores custos com rede básica, entre outros efeitos.

Os gastos gerenciáveis encerraram 2019 com R$ 977,2 milhões, considerando as receitas de construções que possuem valor nulo no resultado. Desconsiderando o valor de receitas de construção, os gastos gerenciáveis fecharam em R$ 648,2 milhões, um aumento de 8,3 % face a 2018. Devido principalmente a contingencias que aumentou em R$7,3 milhões por maiores provisões de êxitos jurídicos e ações movidas. As Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) que fecharam em R$ 57,1 milhões, o aumento do PMSO foi de 2,0% abaixo da inflação do ano (IPCA 4,3%) composto principalmente de:

i) Remuneração (+R$ 11,4MM), principalmente nas distribuidoras referente ao aumento de colaboradores e acordo coletivo, seguro saúde (+R$ 5,2MM) referente a maior incidência procedimentos de alto custos; parcialmente mitigados por,
ii) Menores gastos em fraudes (-6,2MM) devido a da desmobilização das equipes das contratadas referente a primarização da inspeção.

O Resultado Financeiro de 2019 foi -R$ 62,4 milhões, maior em 20,2% do que o resultado financeiro de 2018.

Pelos motivos ressaltados anteriormente a EDP São Paulo apresentou um Lucro Líquido de R$ 343,1 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, superior em 60,7% ao registrado em igual período do ano anterior.

INVESTIMENTOS

Foi realizado a título de investimento o valor de R$ 328,9 milhões em 2019, já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento e considerando os juros capitalizados, ficando 3,2% acima do mesmo período do ano anterior. No período os juros capitalizados representam R$ 3,1 milhões do total. Os investimentos realizados foram destinados a obras estruturantes para o reforço do sistema elétrico, telecomunicações, informática, entre outros.

Investimento - R$ Mil	2019	2018	Var %
Expansão do Sistema Elétrico	111.748	152.810	-26,9%
Melhoramento da Rede	99.172	84.839	16,9%
Universalização	-	6.838	
Telecom., Informática e Outros	91.330	52.553	73,8%
Perdas [3]	46.497	34.338	-
Subtotal [1]	**348.747**	**331.378**	**5,2%**
(-) Obrigações Especiais [2]	(19.775)	(12.695)	55,8%
Investimento Líquido	**328.973**	**318.683**	**3,2%**
Variação do Imobilizado	**328.973**	**318.683**	**3,2%**
[1] Sub Total = Capex Bruto, considerando Capital investido na rede + Juros capitalizados.			
[2] Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios nos projetos de investimentos.			
[3] Em 2017 não eram demonstrados investimentos em Perdas, os mesmos estão em Melhoramento da Rede e Telecom., Informática e Outros.			
CAPEX/QRR		**1,7**	

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2019, a EDP São Paulo apresentou um endividamento líquido de R$ 1.027,8 milhões, fechando 14,7% menor quando comparado a dezembro de 2018.

	Unidade	Saldo		
		dez/19	dez/18	Variação %
Dívida Bruta [1]	R$ mil	1.449.828	1.357.253	6,8
Caixa e equivalentes de caixa	R$ mil	422.018	151.754	178,1
Dívida Líquida	R$ mil	1.027.810	1.205.499	(14,7)
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	(vezes)	0,83	1,01	(17,9)
Dívida Líquida/Ebtida	(vezes)	1,68	2,74	(38,5)

[1] Dívida Bruta= Empréstimos, financiamentos, notas promissórias e encargos das dívidas + Debêntures.

A dívida bruta da EDP São Paulo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 1.449,8 milhões, sendo composta por R$ 831,7 milhões (57,4%) em debêntures, R$ 620,0 milhões (42,8%) junto ao BNDES.

GESTÃO DE PESSOAS

Colaboradores

A EDP Brasil percebe seus colaboradores como elo fundamental para a condução dos negócios. Em 2019, contava com 3.188 colaboradores próprios, 95 nas *joint ventures* e 192 *trainees*, estagiários e aprendizes, para os quais investe constantemente no desenvolvimento, reconhecimento, segurança, saúde e bem-estar, entre outras iniciativas.

O período foi marcado pela consolidação da Cultura EDP, projeto que envolveu uma transformação cultural baseada nos princípios da Companhia. Por entender que alguns temas são transversais e envolvem questões de cultura, a EDP uniu a gestão de duas diretorias - de Recursos Humanos e de Transformação Organizacional. Ambas passaram a atuar por meio de uma cogestão e incorporaram as áreas de Sustentabilidade, Meio Ambiente e Digital na diretoria de *People*, *Technology and Society*.

Também foi o segundo ano desde a implementação do EDP Agility, modelo híbrido de desenho organizacional, em que é mantida a estrutura convencional, com inclusão da criação de redes (*hubs*) para ganho de agilidade na tomada de decisão. A novidade de 2019 foi a criação do Shift, com um time dedicado em tempo integral à criação de novas soluções. Com isso, cinco pessoas 100% dedicadas garantem a aplicação e acompanhamento da metodologia ágil sobre os desafios propostos pela Companhia, especialmente com relação à cultura e gestão de pessoas. Além das ideias sobre novas soluções, o grupo também é responsável pelo primeiro passo da implementação.

continua...

Destaques do EDP Agility em 2019
Como resultado dessa consolidação, um dos projetos criados no ano foi o Prêmio Estrela EDP, que visa reconhecer simbólica e financeiramente projetos de destaque em linha com as seis dimensões das Metas com Propósito, sob uma ótica além do resultado financeiro.
Entre as iniciativas vencedoras, está a Escola de Eletricistas para Mulheres, projeto em parceria da EDP com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com foco em qualificar e capacitar mulheres à profissão de eletricista de redes de distribuição. Com carga horária de 556 horas e cerca de quatro meses de duração, o projeto bolsa-auxílio durante o curso e certificado chancelado pelo SENAI e as participantes são incluídas no banco de talentos da Empresa. Em 2019, a Escola de Eletricistas formou 24 mulheres, a partir de uma turma mista e uma turma exclusiva.Para 2020, o objetivo é incorporar a valorização à diversidade à premiação. GRI EU14
Outro projeto desenvolvido pela equipe foi o EDP Way, que consiste em uma cartilha sobre a atuação esperada dos líderes da Companhia. Os reconhecimentos da gestão deverão ser pautados pelo documento, que, entre outros temas, fomenta o empoderamento dos colaboradores por parte dos líderes.

Para os próximos anos, a Companhia conta com um *roadmap* de tendências a serem exploradas, em linha com as mudanças que deverão ser observadas no mercado de trabalho e perfil de colaboradores, que incluem novas formas de contratação, dinâmicas e flexibilidade, bem como diferentes formas de avaliação de desempenho e reconhecimento.
Valorização da diversidade
Valorizar a diversidade e promover a inclusão são imperativos éticos que reafirmam a dimensão humana da Companhia e representam, na prática, a Cultura EDP. Neste contexto, um dos principais destaques do ano foi o lançamento oficial do Programa de Inclusão & Diversidade, com criação de estrutura de governança constituída por um Comitê Executivo, um Comitê Nacional e seis Grupos de Afinidade: Equidade de Gênero, Pessoas com Deficiência, Raça, Gerações, LGBTI+ e Culturas & Espiritualidades.
Ao longo de 2019, os Grupos, formados voluntariamente pelos próprios colaboradores, construíram planos de ação para endereçar alguns dos principais desafios de diversidade e inclusão na Companhia. Como desdobramento, foi aprovado um roadmap que norteará as ações dos grupos para os próximos anos.
O período também foi marcado pela realização da 1ª Semana da Diversidade, evento que reuniu palestrantes e profissionais do mercado para debater diferentes questões relacionadas ao tema de diversidade e inclusão. De 7 a 11 de outubro, os colaboradores tiveram a oportunidade de participar de uma agenda de ações que aconteceram simultaneamente em oito localidades nos estados do Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins. As palestras e debates foram transmitidos ao vivo pela ferramenta de comunicação interna, WorkPlace, o que tornou o conteúdo acessível aos colaboradores de qualquer lugar do Brasil.
Entre os destaques, o painel "Diversidade como diferencial competitivo para o negócio", que contou com as participações de André Clark, CEO da Siemens, Cristina Palmaka, CEO da SAP, e Miguel Setas, CEO da EDP. Além disso, vale ressaltar a apresentação da Orquestra de Câmara da ECA/USP (OCAM), patrocinada pela EDP, ao lado da Orquestra Mundana Refugi, formada por músicos refugiados de diversos países.
O encerramento da Semana da Diversidade foi marcado pelo anúncio do Presidente Miguel Setas e da Diretora de RH, Fernanda Pires, sobre a adesão da EDP ao Programa Empresa Cidadã (Lei nº 11.770/2008), com extensão da licença-maternidade de 120 para 180 dias e licença-paternidade de 5 para 30 dias - 10 dias a mais do que o previsto pela lei. A adesão reafirmou o compromisso da Companhia com os Princípios de Empoderamento das Mulheres, estabelecidos pela ONU Mulheres.
A EDP Brasil também oficializou a meta de obter 30% de mulheres em seu quadro colaborativo até 2022, seguindo o posicionamento global do Grupo EDP. Ao final de 2019, o número de mulheres correspondia a 22,1% dos colaboradores. A meta corrobora o compromisso da Companhia com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5: Igualdade de Gênero, um dos nove ODS incorporados à agenda estratégica EDP 2022.
Ressalta-se ainda a valorização dos comportamentos de liderança inclusiva. Em 2019, a Companhia investiu em treinamentos para desenvolver competências relacionadas a diversidade e inclusão, abordando temas como vieses inconscientes, sistema de tomada de decisão, empatia e vulnerabilidades. Participaram destes treinamentos a alta liderança e a diretoria *People, Technology and Society*.
Para 2020, a expectativa é de expansão dos treinamentos para demais níveis de liderança e multiplicadores, consolidação das ações dos grupos de afinidade e fortalecimento do tema de diversidade na agenda de recrutamento e seleção.
Da porta de entrada à pós-carreira
A atuação da área de Gestão de Pessoas da EDP é pautada em *Employee Experience* e engloba desde a atração de pessoas até a aposentadoria e pós-carreira. A Companhia busca atrair colaboradores cujos valores e princípios estejam alinhados aos seus. Além de incentivar a mobilidade interna, em 2019, foi realizado o projeto piloto Recruta E, a fim de promover maior eficiência para o processo de triagem. Com uso de inteligência artificial, o intuito é garantir uma experiência positiva, tanto para os candidatos, quanto para os gestores e uma triagem efetiva. Para 2020, o projeto deverá passar por outros testes com as empresas parceiras, até ser lançado oficialmente.
Os matriculados em cursos de graduação têm como porta de entrada o Programa de Estágio, que contou com mais de 8.664 inscritos em 2019, dos quais 37 foram contratados.
Com relação à aposentadoria e a pós-carreira, há o Programa Planejar a Aposentadoria, cujo foco são três pilares: finanças, bem-estar físico e psicológico e ocupação do tempo. Além disso, as empresas do Grupo EDP patrocinam planos de previdência complementar privada, administrados pela Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil. Para saber mais, acesse www.enerprev.com.br.
Desenvolvimento de pessoas
Por meio da Universidade Corporativa EDP, são promovidas iniciativas de capacitação e desenvolvimento aos colaboradores, em linha com a estratégia e o crescimento da Companhia.
Em 2019, a EDP Brasil investiu em multiplicação interna, de forma a capacitar pessoas para promover conhecimento, especialmente sobre as demandas futuras para a Empresa e o setor. Um exemplo é o Programa Imentors, programa que envolve treinamentos em *Design Thinking* e metodologias ágeis, para que colaboradores atuem posteriormente como multiplicadores, além da abertura de turmas para treinamento sobre robotização e automatização de processos pela Universidade EDP em conjunto com a área de Projetos Digitais. Mais informações em Inovação.
São realizados, ao longo do ano, treinamentos presenciais, *on-line*, *workshops* e palestras. Nestes, algumas participações são previamente definidas e outras têm inscrições livres. No período, a EDP Brasil investiu R$ 5,34 milhões no desenvolvimento de colaboradores de todas as empresas controladas e não controladas, com 177.676 mil horas de treinamento, uma média de 30 horas por colaborador.
Para 2020, o objetivo é não somente repensar o conteúdo, mas a forma por meio da qual as pessoas aprendem. Nesta linha, a Universidade Corporativa EDP deve passar por uma reformulação.
Avaliação e reconhecimento
Anualmente, os colaboradores são avaliados sobre as Metas com Propósito, com foco no desempenho das equipes e metas compartilhadas, e também sobre as competências estratégicas de acordo com os diferentes níveis de cargos, reuniões de *feedback* e elaboração de planos de desenvolvimento individuais.
GRI 404-3
Além do Prêmio Estrela EDP (informações em Destaques do EDP Agility em 2019), lançado neste ano, a Companhia conta com o Prêmio Melhores Líderes, de forma a reconhecer os gestores de destaque no período. Para a Alta Direção, conta desde 2016 com um programa de remuneração variável de incentivo de longo prazo.
Saúde e segurança
Saúde e bem-estar
Ciente da relevância dos temas de saúde e bem-estar para todos os colaboradores e para a sociedade, em 2019, a EDP Brasil criou, pela primeira vez, uma gerência específica e direcionada para Saúde Ocupacional e Assistencial. Conectada à diretoria de *People*, *Technology and Society*, tem o objetivo de consolidar todos os programas da EDP Brasil.
Por meio do programa Conexão Saúde, lançado em 2018, são realizadas uma série de ações que integram a saúde física, mental e o bem-estar no trabalho, promovendo o acolhimento e o acompanhamento da jornada de saúde dos colaboradores e seus dependentes. Entre elas, destacam-se campanhas de saúde, vacinação, acompanhamento da performance das operadoras de saúde médica e dental, subsídio para medicamentos, e *checkup* executivo.
No intuito de resgatar o modelo do médico de família, há ainda o Dr. Saúde EDP, com foco na prevenção de doenças e não apenas no seu tratamento. Este atendimento é realizado durante uma consulta médica, previamente agendada, com médicos especializados e referenciados, e é disponível para todos os colaboradores e dependentes.
Outro foco são as ações de promoção de maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional, consolidadas pelo programa Conciliar, que estimula a adoção de hábitos saudáveis, com o incentivo à prática de esportes, lazer, cultura e qualidade de vida. Essa iniciativa abrange, também, o Programa de Assistência Social, que em 2019 realizou 10,4 mil atendimentos, um aumento de 25% frente ao ano anterior, com atendimentos relacionados à assistência psicológica, previdenciária, jurídica e financeira, tanto para colaboradores, como seus dependentes e ex-colaboradores já aposentados.
Segurança do Trabalho
O ano de 2019 foi de transformação para a Segurança do Trabalho na EDP SP. Em parceria com a Dupont, consultoria especializada no tema, empresa consolidou o programa VIVA - A vida sempre em primeiro lugar!
O programa possui 4 vertentes distribuídos em uma bússola, orientando a gestão de segurança: REGRAS e PROCEDIMENTOS - CONSEQUÊNCIAS; VALORES, CRENÇAS E ATITUDES - PERCEPÇÃO DO MEIO (CONTEXTO). Dentro destas vertentes, foram distribuídas 12 iniciativas para melhorar e reforçar a cultura de segurança da instituição, sendo liderada pela alta liderança da EDP SP.
As 12 iniciativas implementadas foram:

• Comitês de Segurança
Estes fóruns estabelecem o processo de governança do tema segurança do trabalho em todos os níveis hierárquicos do grupo. A partir do Comitê Executivo de Segurança, liderado pelo CEO Miguel Setas este fórum desdobrou os Comitês de Segurança para a Vice-Presidência da Distribuição. A partir deste comitê, as reuniões de governança foram desdobradas para as gerências de toda EDP SP e ocorrem de forma periódica.
Estes fóruns são periódicos e a força motriz para a gestão eficaz da Segurança do Trabalho em todas as localidades. Os líderes, em todos os níveis, discutem temas relacionados a segurança, andamento de projetos estratégicos e avaliam tendência de indicadores estratégicos para tomadas de decisões focado no zero acidente.

• Gestão de Riscos Críticos
Em 2019 foi concluída o processo de gestão de riscos críticos em toda EDP SP, identificando os perigos e avaliando os riscos em segurança do trabalho, para a aplicação de medidas de controle. A metodologia estabelecida segue as premissas das melhores práticas de mercado, orientada pela ISO31000 - Gerenciamento de Riscos e foi procedimentada, se tornando uma ferramenta importante para a antecipação de riscos e prevenção de acidentes. Este é um tema que obrigatoriamente é monitorado por todas as lideranças no Comitê de Segurança.
• Investigação e análise de acidentes
Um dos pontos principais do programa em 2019 foi "aprender com os erros". Para fortalecermos esta cultura todo o processo de análise e investigação de incidentes foram revisados pela área corporativa de Segurança do Trabalho com o apoio da Consultoria Du Pont, definindo uma metodologia de identificação de causa raiz única para todo o grupo. Os papéis e responsabilidades também foram revisados, tendo a participação desde o CEO e VPs do grupo, demonstrando o comprometimento e apropriação do tema Segurança na EDP.
• Gestão de Prestadores de Serviço
Atualmente a EDP SP possui uma média de 3.000 contratados, por este motivo, o fortalecimento da gestão de segurança para os prestadores de serviço se torna sensível. Para isso, o grupo de trabalho desta frente teve como objetivo focar na etapa do processo de contratação, definindo as obrigações das parceiras de negócio, padronizando os requisitos gerais de segurança e saúde ocupacional para as contratadas a serviço da EDP Brasil. Dois produtos foram elaborados e implementados:
I. os requisitos gerais de segurança e saúde ocupacional para as contratadas;
II. e os critérios para gestão de segurança e saúde ocupacional das empresas contratadas.
O final do trabalho foi complementado por um *workshop* com gestores de contrato para apresentação do trabalho final. Hoje os requisitos já estão em utilização nos novos contratos, auxiliando na melhoria da a gestão de segurança dos parceiros de negócio e o acompanhamento da gestão EDP Brasil.
• Observação Comportamental
O programa de observação comportamental veio para fortalecer o conceito de "Liderança Visível e Percebida". O programa iniciou com o treinamento da alta liderança da empresa pela consultoria Du Pont, com o CEO, VPs e Diretores do grupo. O treinamento foi dividido em duas partes, a teórica e prática. A alta liderança da empresa iniciou com o programa, realizando interações com os nossos eletricistas na distribuição, demonstrando a preocupação da segurança de todos os envolvidos nas atividades.
A segunda etapa do programa foi a execução dos treinamentos para toda a liderança da EDP, desde a liderança executiva e a liderança de campo. O impacto positivo que esta ferramenta obteve foi significativa, onde os colaboradores notam a evolução da cultura pelas interações da liderança em campo, demonstrando a preocupação com a segurança.
• Percepção de risco
O programa "*The Risk Factor*" foi outra iniciativa que a consultoria Dupont nos apoiou para implementarmos. O objetivo deste programa é aumentar a percepção de riscos dos colaboradores da EDP e parceiros de negócio. O treinamento instrui em reduzir o nosso limite de aceitação de riscos, por meio de esforços conscientes e deliberados nas ações diárias. O treino de percepção de risco e como as ações do dia-a-dia, que muitas vezes tomamos inconscientes, influenciam no fortalecimento de ações e atitudes seguras, tanto no trabalho quanto na vida pessoal. Outra forma de evolução da cultura de segurança para todos do grupo.
Além dos treinamentos aplicados pela Du Pont, foram selecionados colaboradores com aptidão para se tornarem multiplicadores e treinarmos todos os colaboradores e parceiros de negócio nesta ferramenta de percepção de riscos.
• Regras que Salvam Vidas
Por meio de um processo de consulta aos colaboradores, foi realizado uma eleição para decidirmos quais seriam as nossas **Regras que Salvam Vidas**. Estas regras são todas relacionadas aos nossos procedimentos críticos, onde as falhas nas conduções de trabalhos críticos podem causar acidentes graves e/ou fatais. Por este motivo estas são consideradas as Regras que Salvam Vidas e nunca deverão ser violadas. Foram selecionadas 10 Regras que Salvam Vidas para a EDP SP.

• Parada de Segurança EDP
Outra iniciativa que teve destaque no ano de 2019 foi a Parada de Segurança EDP. Para reforçar a importância da cultura de segurança na EDP Brasil, a diretoria de Segurança Corporativa organizou no dia 29 de agosto de 2019 uma parada geral no período da manhã para todos os colaboradores e parceiros de negócios. Foi um momento de reflexão com o intuito de elevar a cultura de segurança, chamando todos para uma reflexão e fortalecer o comprometimento cada para o atingimento de um objetivo, SIM O ZERO É POSSÍVEL!!!
Esta ação foi liderada pelo CEO, conduzindo a parada em um de nossos Centro de Serviços de Distribuição no Espírito Santo e os VP e Diretores conduziram nas nossas operações espelhadas pelo Brasil.
Desempenho
Na EDP São Paulo no ano de 2019, envolvendo os seus colaboradores próprios não foi registrado nenhum acidente com afastamento, as taxas de frequência e gravidade ficaram em 0(Zero) respectivamente.
Quanto aos prestadores de serviços no mesmo ano, ocorreram 2 (dois) acidentes com afastamento, sendo nenhum deles grave, resultando em 0,34 a taxa de frequência e 4 a taxa de gravidade, cuja a metodologia de cálculo adotada atende a NBR 14.280.
Com a população os registros de acidentes oriundos do contato com o sistema elétrico de potência, ocorreram um total de 6 (seis) acidentes, sendo 03 fatais, na área de concessão da EDP no estado de São Paulo.
Além das ações do programa VIVA, as ações operacionais da área de segurança foram realizadas durante o ano, como: treinamento em requisitos legais a fim de mitigar acidentes, revisão de normativos para melhoria dos processos em campo, intensificado as inspeções de segurança em campo em todos os negócios, verificação do cumprimento legal, treinamentos e simulações de atendimento a emergências, cursos de capacitação promovidos em parceria com a Universidade EDP, análises contínuas de risco e interações com as equipes, de acordo com as atividades exercidas em cada local.

SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa
Voluntariamente, a EDP subscreve iniciativas nacionais e internacionais alinhadas à sua Cultura. Entre elas, destacam-se, por exemplo, o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU); o Programa Brasileiro GHG Protocol, ferramenta que gerencia as emissões de gases de efeito estufa e o Carbon Disclosure Project (CDP), relacionado a alterações climáticas.
O Grupo EDP também tem contribuído para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU desde 2015. Os esforços estão concentrados em oito dos 17 objetivos, por meio de metas previstas nos Objetivos EDP 2020.
Pelo 14º ano consecutivo, a EDP São Paulo contribuiu para manter o reconhecimento da EDP Energias do Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial no Novo Mercado da B3, que seleciona apenas as empresas com nível elevado de comprometimento com o desenvolvimento sustentável.
Em 2019, o Instituto EDP deu continuidade à sua trajetória de investimento social privado, sendo o coordenador das ações socioambientais junto às comunidades onde o Grupo EDP está presente. Neste ano os programas do Instituto EDP favoreceram diretamente 16.492 pessoas e 49.476 pessoas indiretamente na área de concessão da EDP SP.
Meio Ambiente
A Política de Meio Ambiente segue vigente para orientar a atuação do Grupo EDP em relação à Gestão Ambiental, essencial ao desenvolvimento do negócio e para a relação com a sociedade. Foram integradas e substituídas diversas políticas existentes anteriormente e o documento visa assegurar a adequação à Norma ISO14001:2015 e a compatibilidade com os atuais critérios de avaliação de compliance.
Na EDP São Paulo, em virtude dos impactos ambientais ocasionados pelas obras de investimento no sistema elétrico, foram realizados plantios compensatórios de 2087 indivíduos de espécies arbóreas nativas, a fim de equalizar o ecossistema e a biodiversidade local. Em 2019, a EDP monitorou 20.840 mudas de indivíduos arbóreos nativos, que ocupam uma área equivalente a 14 campos de futebol.
Apenas no município de Mogi das Cruzes, há 14.719 mudas plantadas em decorrência de quatro Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs) emitidos pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). A iniciativa garante enriquecimento ecossistêmico para a Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, responsável por drenar os principais rios da Região Metropolitana de São Paulo e abastecer diversas cidades do Alto Tietê, incluindo São Paulo.
Além disso, a empresa realiza gestão ambiental durante a implantação de novas subestações e linhas de distribuição, contemplando a integração ambiental da mão de obra e acompanhamento e fiscalização da obra e dos programas. Em 2019, a gestão ocorreu na Linha de Distribuição Aérea (LDA) Água Azul - Aeroporto, no município de Guarulhos, e a subestação Dona Benta, em Suzano.
A Empresa adota processos e procedimentos que avaliam, mitigam e compensam os impactos socioeconômicos e ambientais de seus projetos e atividades, com destaque para os recursos hídricos e mudanças climáticas, adequando-se a normas nacionais e internacionais de responsabilidade social corporativa, gestão ambiental e saúde e segurança operacional.
Em 2019, a EDP SP aumentou o número de subestações certificadas nas Normas ISO14001 e OHSAS 18001 no escopo "Operação e Manutenção de Subestações", chegando a 100% de subestações nas normas ambiental e de segurança do trabalho. A meta da EDP Brasil é alcançar 100% de certificação ambiental até 2020 e assegurar a implementação de sistema de gestão em fornecedores críticos.
A EDP SP estabeleceu convênios para dar destino adequado aos resíduos gerados pela poda das árvores que estão muito próximas da rede elétrica. As prefeituras se encarregam pelo descarte ambientalmente adequado e, em troca, a EDP oferece uma contrapartida, como por exemplo doar mudas e trituradores de madeira ou reformar viveiros.
Ainda em 2019, foi iniciado o projeto piloto realizado por meio de uma parceria entre EDP São Paulo e município de Jambeiro a qual prevê a substituição de árvores com estado estrutural e/ou fitossanitário comprometidos, que acabavam gerando periodicamente desligamentos na rede elétrica e riscos à população local. Sendo assim, serão removidas 5 árvores e em compensação serão plantadas 125 mudas de indivíduos arbóreos mais adequadas para desenvolvimento no meio urbano. Tal projeto propiciará diversos resultados, sendo: Diminuição das interrupções de fornecimento de energia elétrica à população local; Prevenção de acidentes decorrentes das atividades periódicas de realização de podas nas árvores com incidência com a rede elétrica; Melhoria significativa na arborização urbana e; Realização de educação ambiental com a população local.

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE
EDP São Paulo

1 - Base de Cálculo	**2019 (R$ mil)**			**2018 (R$ mil)**		
Receita líquida (RL)	4.403.520,00			4.189.086,00		
Resultado operacional (RO)	493.827,00			340.048,00		
Folha de pagamento bruta (FPB)	139.272,88			137.826,00		
2 - Indicadores Sociais Internos	**R$ mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**R$ mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	19.951,55	14,3%	0,5%	17.737,69	12,9%	0,4%
Encargos sociais compulsórios	33.060,68	23,7%	0,8%	32.762,92	23,8%	0,8%
Previdência privada	6.703,09	4,8%	0,2%	5.288,28	3,8%	0,1%
Saúde	25.503,29	18,3%	0,6%	20.373,34	14,8%	0,5%
Segurança e saúde no trabalho	1.221,16	0,9%	0,0%	656,42	0,5%	0,0%
Educação	154,79	0,1%	0,0%	263,25	0,2%	0,0%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Transporte	875,55	0,6%	0,0%	709,67	0,5%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.070,95	0,8%	0,0%	973,48	0,7%	0,0%
Creches ou auxílio-creche	776,90	0,6%	0,0%	674,55	0,5%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	15.829,64	11,4%	0,4%	13.201,77	9,6%	0,3%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outros	532,24	0,4%	0,0%	514,04	0,4%	0,0%
Total - Indicadores sociais internos	**105.679,82**	**75,9%**	**2,4%**	**93.155,42**	**67,6%**	**2,2%**
3 - Indicadores Sociais Externos	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	735,00	0,1%	0,0%	573,02	0,2%	0,0%
Cultura	2.558,00	0,5%	0,1%	1.594,59	0,5%	0,0%
Saúde e saneamento	-	0,0%	0,0%	306,09	0,1%	0,0%
Esporte	871,00	0,2%	0,0%	641,00	0,2%	0,0%
Combate à fome e segurança alimentar	524,00	0,1%	0,0%	61,92	0,0%	0,0%
Outros	91,00	0,0%	0,0%	221,03	0,1%	0,0%
Total das contribuições para a sociedade	**4.779,00**	**1,0%**	**0,1%**	**3.397,65**	**1,0%**	**0,1%**
Tributos (excluídos encargos sociais)		0,0%	0,0%		0,0%	0,0%
Total - Indicadores sociais externos	**4.779,00**	**1,0%**	**0,1%**	**3.397,65**	**1,0%**	**0,1%**
4 - Indicadores Ambientais	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	11.387,51	2,31%	0,26%	14.176,40	4,17%	0,34%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	-	-
Total dos investimentos em meio ambiente	**11.387,51**	**2,31%**	**0,26%**	**14.176,40**	**4,17%**	**0,34%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	■ não possui metas ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 76 a 100%			■ não possui metas ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	**2019 (R$ mil)**			**2018**		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.272			1.232		
Nº de admissões durante o período	138			122		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	2.661			2.661		
Nº de estagiários(as)	141			38		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	134			ND		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	274			259		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	10%			50%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	53			54		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,67%			0,03%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	14			13		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2019 (R$ mil)**			**2018**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	23,96			24,42		
Número total de acidentes de trabalho	12			19		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	(x) todos empregados	(x) todos + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	34.573	2.506	3.035	35.859	1.963	2.297
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	99,90%	99,72%	62,33%	99,00%	100,00%	44,07%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**2.981.334,00**			**3.321.094,00**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 70% acionistas: 3% colaboradores: 5% retido: 8% terceiros: 14%			governo: 83% acionistas: 2% colaboradores: 4% retido: 4% terceiros: 6%		
7 - Outras Informações						
N/A - Não Aplicável.						

*** Nota:** Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção.

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM n° 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), em março de 2018, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas ao exercício de 2018. A KPMG iniciou a prestação de serviços em abril de 2018.
A KPMG não é responsável pela auditoria de valores de energia medida, clientes e outras informações quantitativas, não financeiras.
Em 2019, a KPMG e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, e posteriores alterações, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para o exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	422.018	151.754
Consumidores e concessionárias	6	1.054.696	1.040.969
Ativos financeiros setoriais	7	95.384	261.319
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	11.129	69.036
Outros tributos compensáveis	8	341.307	19.164
Cauções e depósitos vinculados	11	229	286
Outros créditos	12	76.653	59.433
Total do Ativo Circulante		**2.001.416**	**1.601.961**
Não circulante			
Consumidores e concessionárias	6	7.663	18.965
Ativos financeiros setoriais	7	54.492	67.977
Ativos da concessão	13.3	236.862	207.320
Ativo financeiro indenizável	13.1	1.211.586	916.218
Outros tributos compensáveis	8	804.547	101.548
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9	192.500	152.580
Cauções e depósitos vinculados	11	114.847	112.202
Outros créditos	12	12.288	13.179
		2.634.785	**1.589.989**
Propriedades para investimentos		1.161	1.355
Imobilizado	12.5	33.198	22
Intangível	13.2	843.093	845.458
		877.452	**846.835**
Total do Ativo Não circulante		**3.512.237**	**2.436.824**
TOTAL DO ATIVO		**5.513.653**	**4.038.785**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	14	579.263	497.035
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	8	4.345	4.804
Outros tributos a recolher	8	186.199	196.351
Dividendos	15	83.061	56.350
Debêntures	16	176.855	49.504
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	84.297	405.304
Benefícios pós-emprego	18	8.580	7.702
Encargos setoriais	19	31.764	63.155
Provisões	20	6.313	6.953
Passivos financeiros setoriais	7		1.122
Outras contas a pagar	12	105.451	82.364
Total do Passivo Circulante		**1.266.128**	**1.370.644**
Não circulante			
Outros tributos a recolher	8	181.905	202.059
PIS e COFINS diferidos	9	813	566
Debêntures	16	654.885	606.615
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	533.791	295.830
Benefícios pós-emprego	18	150.978	53.994
Encargos setoriais	19	2.427	7.058
Provisões	20	182.924	153.888
Passivos financeiros setoriais	7	1.247.873	126.333
Outras contas a pagar	12	48.441	24.389
Total do Passivo Não circulante		**3.004.037**	**1.470.732**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21.1	596.669	596.669
Reservas de capital	21.3	77.687	77.687
Reservas de lucros	21.3	734.168	621.181
Outros resultados abrangentes	21.4	(165.036)	(98.128)
Total do Patrimônio líquido		**1.243.488**	**1.197.409**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**5.513.653**	**4.038.785**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2019	2018
Receitas	22	4.403.520	4.189.086
Custo do serviço de energia elétrica	23		
Custo com energia elétrica		(2.932.478)	(2.931.600)
Custo de operação		(372.540)	(351.751)
Custo do serviço prestado a terceiros		(329.177)	(318.918)
		(3.634.195)	**(3.602.269)**
Lucro bruto		**769.325**	**586.817**
Despesas e Receitas operacionais	23		
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		(57.114)	(35.089)
Despesas gerais e administrativas		(156.326)	(152.418)
Outras despesas		(62.058)	(59.262)
		(275.498)	**(246.769)**
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		**493.827**	**340.048**
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		336.613	128.990
Despesas financeiras		(399.020)	(180.888)
		(62.407)	**(51.898)**
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		**431.420**	**288.150**
Tributos sobre o lucro	25		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(93.769)	(75.836)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		5.452	1.179
		(88.317)	**(74.657)**
Lucro líquido do exercício		**343.103**	**213.493**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	26		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,00878	0,00546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	343.103	213.493
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(101.376)	(41.100)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.468	13.974
	(66.908)	**(27.126)**
Resultado abrangente do exercício	**276.195**	**186.367**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Geração do valor adicionado	**6.626.513**	**7.153.097**
Receita operacional	6.208.317	6.834.746
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(57.114)	(35.089)
Receita de construção	328.973	318.683
Atualização do Ativo financeiro indenizável	135.811	28.324
Outras receitas	10.526	6.433
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(3.865.296)**	**(3.861.960)**
Custos da energia comprada	(2.694.254)	(2.679.648)
Encargos de uso da rede elétrica	(521.853)	(549.152)
Materiais	(18.099)	(17.470)
Serviços de terceiros	(176.425)	(183.341)
Custo com construção da infraestrutura	(328.973)	(318.683)
Outros custos operacionais	(125.692)	(113.666)
Valor adicionado bruto	**2.761.217**	**3.291.137**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(125.067)	(107.077)
Valor adicionado líquido produzido	**2.636.150**	**3.184.060**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	345.184	137.034
Valor adicionado total a distribuir	**2.981.334**	**3.321.094**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	103.388	94.646
Benefícios	48.496	43.909
FGTS	6.316	7.967
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	556.419	1.341.841
Estaduais	1.510.958	1.421.254
Municipais	7.736	5.086
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	402.186	184.286
Aluguéis	2.732	8.612
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	70.208	66.294
Dividendos	23.384	
	2.731.823	**3.173.895**
Lucros retidos	249.511	147.199
	2.981.334	**3.321.094**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		431.420	288.150
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
PIS e COFINS diferidos		247	562
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		57.114	35.089
Valor justo do ativo financeiro indenizável		(135.811)	(28.324)
Depreciações e amortizações		116.726	100.126
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		(1.547)	39.308
Ativos e passivos financeiros setoriais		223.641	(11.745)
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre		3.455	3.473
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos		108.632	96.856
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		3.607	
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		3.859	(72)
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		45.453	38.573
Ajuste a valor presente		(571)	(2.722)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		32.931	17.220
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(5.317)	(12.139)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(224.097)	9.094
		659.742	**573.449**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Consumidores e concessionárias		(58.968)	(264.087)
Ativos financeiros setoriais		221.090	(73.971)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		422.054	177.956
Outros tributos compensáveis		(1.025.142)	78.851
Cauções e depósitos vinculados		2.729	(8.378)
Outros ativos operacionais		(17.815)	(4.748)
		(456.052)	**(94.377)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		78.773	(81.445)
Passivos financeiros setoriais		855.107	(45.885)
Imposto de renda e contribuição social a recolher		(110.121)	(87.336)
Outros tributos a recolher		(30.306)	16.934
Benefícios pós-emprego		(7.373)	(6.727)
Encargos setoriais		(68.953)	(42.399)
Provisões		(20.826)	(16.831)
Ressarcimento por Indisponibilidade - Adomp		(1.944)	
Outros passivos operacionais		43.606	8.456
		737.963	**(255.233)**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**941.653**	**223.839**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(126.435)	(30.906)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**815.218**	**192.933**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos Ativos da concessão		(325.807)	(304.958)
Adições ao Imobilizado e Intangível			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(325.807)**	**(304.958)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(192.874)	(55.780)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		525.641	564.598
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures		(454.043)	(317.696)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos		(90.821)	(60.258)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(7.050)	
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	28.1	**(219.147)**	**130.864**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**270.264**	**18.839**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		422.018	151.754
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		151.754	132.915
		270.264	**18.839**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**596.669**	**77.687**	**502.347**	**(71.002)**	**-**	**1.105.701**
Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018					(28.365)	(28.365)
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**596.669**	**77.687**	**502.347**	**(71.002)**	**(28.365)**	**1.077.336**
Absorção de adoção inicial - CPC 48			(28.365)		28.365	-
Reversão de dividendos - AGE de 21/12/2018			118.770			118.770
Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2018			(118.770)			(118.770)
Lucro líquido do exercício					213.493	213.493
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			10.675		(10.675)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(66.294)	(66.294)
Lucro do exercício a deliberar			136.524		(136.524)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(41.100)		(41.100)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				13.974		13.974
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**596.669**	**77.687**	**621.181**	**(98.128)**	**-**	**1.197.409**

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**596.669**	**77.687**	**621.181**	**(98.128)**	**-**	**1.197.409**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 30/04/2019			(136.524)			(136.524)
Lucro líquido do exercício					343.103	343.103
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			10.859		(10.859)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(70.208)	(70.208)
Dividendos complementares					(23.384)	(23.384)
Lucro do exercício a deliberar			238.652		(238.652)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(101.376)		(101.376)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				34.468		34.468
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**596.669**	**77.687**	**734.168**	**(165.036)**	**-**	**1.243.488**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (Companhia ou EDP São Paulo), é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo - SP. A Companhia detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 202/98 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, válidos até outubro de 2028 e atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, especificamente nas regiões do Alto do Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte. As atividades da Companhia são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

2. Concessão

As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

3. Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demosntrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demosntrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demosntrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 27.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de beneficio definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do *superávit* atuarial, conforme nota 18.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.6); Determinação do fornecimento não faturado (Nota 6); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Notas 6 e 14); Determinação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 6.3); Apuração dos ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Apuração do ativo financeiro indenizável (Nota 13.1); Determinação dos déficits/superávits relacionados aos planos de benefícios pós-emprego (Nota 18); Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias (Nota 20.1); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (27.1.2.1).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldos de redução ao valor recuperável é a de Consumidores e concessionárias e, para mais informações sobre os critérios e premissas, vide nota 6.3.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

3.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/ Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Nota 3.7.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sim	Retrospectiva com efeito cumulativo
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 3.7.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (Nota 3.7.3)	Revisão Diversos CPCs		01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework*) (Nota 3.7.4)	*Conceptual Framework*	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios

(*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

3.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).
Após as devidas análises, a Companhia realizou o registro dos seguintes montantes em 1º de janeiro de 2019:

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Ajustes adoção inicial	Saldo em 1º de janeiro de 2019
Ativo				
Imobilizado	12.5	22	14.659	14.681
Passivo				
Outras contas a pagar (Circulante)	12.5	82.364	7.603	89.967
Outras contas a pagar (Não circulante)	12.5	24.389	7.056	31.445

Os efeitos desta adoção estão reconhecidos nas notas de Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo (Nota 12), Gastos Operacionais (Nota 23) e resultado financeiro (Nota 24).

3.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.
A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; e (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.
Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

3.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPCs em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

3.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (*Conceptual Framework*), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.
Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.
Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos; (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade; (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela; e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.
Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para àqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS *Interpretations Committee*), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

4. Eventos significativos no exercício

4.1 Captações e liberações de recursos

Durante o exercício de 2019 a Companhia obteve os seguintes recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
EDP - Energias do Brasil S.A. (Liberação)	jan/19	jan/21	27.000	100,3% do CDI	Contratos de mútuo (*)
10ª Emissão de Debêntures	abr/19	mar/24	200.000	106,9% do CDI	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
5ª Emissão de Notas Promissórias	jul/19	jul/24	300.000	106,58% do CDI	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
			527.000		

(*) Os contratos de mútuo junto à sua controladora foram integralmente liquidados até a conclusão destas demonstrações financeiras.
Para mais informações sobre os recursos recebidos acima, vide notas 10 e 16.

4.2 5ª Revisão Tarifária Periódica

Em 22 de outubro de 2019 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em reunião pública ordinária da diretoria ocorrida naquela data, aprovou a 5ª Revisão Tarifária Periódica, aplicada a partir de 23 de outubro de 2019.
Em relação à tarifa praticada, o efeito médio percebido pelos consumidores é de -5,53%, sendo -3,53% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e -6,34% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.
No processo de Revisão Tarifária Periódica, que se dá a cada quatro anos na Companhia, a ANEEL recalcula os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela B) que incluem: (i) os custos de administração, operação e manutenção; e (ii) os custos anuais de ativos. Já os custos não gerenciáveis (Parcela A), que englobam a energia comprada de geradoras, o transporte da energia, os encargos setoriais e os ajustes financeiros são atualizados com base na variação de preços verificada nos doze meses anteriores e projeção para os doze meses subsequentes.
O Fator X é calculado em função dos componentes "Pd" (ganhos de produtividade) e "T" (trajetória para adequação de custos operacionais), que irão perdurar por todo o ciclo, além do componente "Q" (incentivo à qualidade), recalculado a cada processo tarifário. Os valores foram homologados em: "Pd": 0,96%; "T": -0,00%; "Q": -0,08%.
Na composição dos custos gerenciáveis, destacam-se os seguintes componentes: Remuneração do Capital e Quota de Reintegração Regulatória, derivados da Base de Remuneração Regulatória homologada. A Base de Remuneração Bruta é de R$4,280 bilhões e a Base de Remuneração Líquida é de R$2,423 bilhões, 29% e 45% superiores respectivamente à última revisão.
O índice regulatório definido pela ANEEL para as Perdas Técnicas para o próximo ciclo é de 4,06%, sobre a energia injetada. Já as Perdas Não Técnicas em baixa tensão, a trajetória regulatória atingirá o patamar de 7,86% em 2023, considerando o valor definido no primeiro ano de 8,57%.
A partir deste resultado, o Ativo Financeiro Indenizável foi ajustado em R$99.335 decorrente da diferença entre as premissas utilizadas pela Companhia e o efetivamente utilizado pela ANEEL quando do processo de Revisão Tarifária, principalmente; (i) para a atualização do investimento incremental, IPCA versus Banco de Preço; e (ii) estimativa de glosas.
O ajuste dos itens financeiros reconhecido pela ANEEL neste processo foi positivo em R$357.611, referente à diferença entre os custos não gerenciáveis homologados (energia, transporte e encargos) e os efetivamente incorridos pela Companhia no período tarifário de 2018 a 2019 e a previsão dos custos futuros.

4.3 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS

Em 10 de dezembro de 2019 foi deferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, decisão favorável em processo judicial no qual foi reconhecido o direito à não inclusão dos valores do ICMS próprio da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente. A Companhia reconheceu o montante de R$1.018.635 a recuperar, atualizado monetariamente, retroativo a competência março de 2012, em conformidade com a Solução de Consulta da RFB nº 13/2018, na rubrica de Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos (Nota 8) e em contrapartida reconheceu passivos financeiros setoriais (Nota 7). A Companhia aguarda habilitação dos créditos pela Receita Federal para posteriormente compensá-los com tributos correntes e aguarda ainda definição do órgão regulador acerca do modelo de repasse aos consumidores.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento		217.204	101.619
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.1	204.593	50.013
Fundos de investimento	5.2	221	122
		204.814	**50.135**
Total		**422.018**	**151.754**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. No caso dos fundos de investimento, o valor justo está refletido no valor de sua cota.
Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. Em se tratando do fundo de investimento, não há concentração de risco em um único banco administrador ou gestor, tendo em vista que o risco é pulverizado nos ativos da carteira.
A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDBs estão remuneradas a taxas que variam entre 90,00% e 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.2 Fundos de investimento

A partir de janeiro de 2018 a Companhia constituiu um Fundo de Investimento Restrito denominado "Discos Renda Fixa Fundo de Investimento Longo Prazo", administrado pelo Itaú Unibanco S.A., com o objetivo de diversificar as opções de aplicações financeiras além de obter maior eficiência e melhor rentabilidade com menor nível de risco.
Este fundo possui liquidez diária e remuneração pós-fixada com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro - LFT, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de baixíssimo risco e com alta liquidez. As cotas do fundo estão custodiadas junto ao administrador.
As operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais são classificadas como Equivalentes de caixa, uma vez que possuem liquidez imediata com o emissor.
A rentabilidade do fundo no exercício é equivalente a 93,69% do CDI.

6. Consumidores e concessionárias

	Nota	Valores Correntes – A Vencer: Até 60 dias	Vencidos: Até 90 dias	Vencidos: De 91 a 180 dias	Vencidos: De 181 a 360 dias	Vencidos: Mais de 360 dias	PECLD (Nota 6.3)	Valores Renegociados – A Vencer: Até 60 dias	A Vencer: Mais de 60 dias	Vencidos: Até 60 dias	Vencidos: Mais de 60 dias	PECLD (Nota 6.3)	Saldo líquido em 31/12/2019	Saldo líquido em 31/12/2018
Circulante														
Consumidores														
Fornecimento faturado														
Residencial		154.801	143.081	25.349	36.551	109.167	(120.120)	7.791	9.714	6.035	35.795	(35.456)	372.708	359.479
Industrial		88.325	23.826	2.055	6.207	18.408	(29.375)	2.323	1.592	946	4.850	(3.686)	115.471	164.442
Comércio, serviços e outras atividades		99.055	38.292	8.268	12.128	30.701	(35.655)	2.698	3.297	1.556	7.913	(8.605)	159.648	150.950
Rural		9.735	1.012	169	175	559	(561)	198	27	20	37	(47)	11.324	12.388
Poder público														
Federal		4.550	103	17	53	131		2			26		4.882	8.777
Estadual		4.039	424	14	27	60		3	2		19		4.588	4.759
Municipal		7.431	4.052	927	616	256		2.208	7.054	447	1.814		24.805	15.613
Iluminação pública		10.912	4.550	1.993	793	1.946		380	1.783	245	6.366		28.968	26.967
Serviço público		20.590	1.474	223	44	735		273	886	9	313		24.547	20.163
Serviços cobráveis		923	560	207	489	1.605	(1.511)						2.273	1.972
Fornecimento não faturado		236.563					(1.497)						235.066	288.877
(-) Arrecadação em processo de reclassificação		(4.503)											(4.503)	(76.450)
Outros créditos		483	9	43	25	545							1.105	992
		632.904	**217.383**	**39.265**	**57.108**	**164.113**	**(188.719)**	**15.876**	**24.355**	**9.258**	**57.133**	**(47.794)**	**980.882**	**978.929**
Concessionárias														
Suprimento de energia elétrica	6.2	27.690	559			69		507					28.825	3.427
Energia de curto prazo	22.1	3.419											3.419	18.079
Encargos de uso da rede elétrica		2.002	164	90	1.318	3	(110)						3.467	3.147
Outros créditos		38.103											38.103	37.387
		71.214	**723**	**90**	**1.318**	**72**	**(110)**	**507**	**-**	**-**	**-**	**-**	**73.814**	**62.040**
Total Circulante		**704.118**	**218.106**	**39.355**	**58.426**	**164.185**	**(188.829)**	**16.383**	**24.355**	**9.258**	**57.133**	**(47.794)**	**1.054.696**	**1.040.969**

	Nota	Correntes a vencer – Mais de 360 dias	PECLD (Nota 6.3)	Renegociados a Vencer – Mais de 360 dias	Renegociada Vencida – Mais de 360 dias	PECLD (Nota 6.3)	Saldo líquido em 31/12/2019	Saldo líquido em 31/12/2018
Não circulante								
Consumidores								
Fornecimento faturado								
Residencial				3.931		(2.453)	1.478	2.986
Industrial		4.290	(2.520)	1.115		(81)	2.804	3.718
Comércio, serviços e outras atividades		18	(18)	3.873		(2.984)	889	268
Rural				1			1	1
Poder público								
Federal				1.443			1.443	-
Municipal							-	10.011
Iluminação pública				329			329	1.832
(-) Ajuste a valor presente - AVP	6.1				(190)		(190)	(761)
		4.308	**(2.538)**	**10.692**	**(190)**	**(5.518)**	**6.754**	**18.055**
Concessionárias								
Outros créditos		1.028	(119)				909	910
		1.028	**(119)**	**-**	**-**	**-**	**909**	**910**
Total Não circulante		**5.336**	**(2.657)**	**10.692**	**(190)**	**(5.518)**	**7.663**	**18.965**

Os saldos de Consumidores e concessionárias são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.
O saldo de Concessionárias refere-se a: (i) concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; e (ii) valores a receber relativos à energia comercializada e encargos na CCEE.
O prazo mínimo para o vencimento das faturas junto aos Consumidores das classes residencial, industrial, rural e comercial é de 5 dias úteis. Quando se tratar de consumidores das classes de poder público, iluminação pública e serviço público, o prazo mínimo para o vencimento é de 10 dias úteis. Contudo, a Companhia oferece aos consumidores a opção de alteração da data de vencimento da fatura (6 opções de datas) ao longo do mês.

6.1 Ajuste a valor presente

Os saldos renegociados estão reconhecidos a valor presente, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.
O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias da Companhia. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a taxa corresponde a 12,26% a.a., afetando positivamente o resultado do exercício em R$571 (R$2.722 em 2018) (Nota 24).

6.2 Suprimento de energia elétrica

O aumento decorre das negociações realizadas pelo mecanismo de Venda de Excedentes - MVE, que teve início em 2018 pela CCEE, sistema de negociação de energia por submercado e tipo de energia (convencional/especial) entre distribuidores e agentes de geração, consumidores livres, especiais, comercializadores e autoprodutores.

6.3 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

A PECLD é registrada sobre toda a vida do recebível com base em aplicação de percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) classe de consumidor; (ii) tensão; (iii) data de faturamento; e (iv) data de vencimento. Desta forma, foi constituída uma matriz de risco por período de inadimplência, ajustada pela expectativa econômica do período corrente, obtida por meio da previsão dos parâmetros do índice de inadimplência de mercado do Banco Central.

	Saldo em 31/12/2018	PECLD esperada – Ao longo da vida	Revisão de risco (*)	Resultado de perdas	Saldo em 31/12/2019
Consumidores					
Residencial	(104.139)	(39.369)	(2.665)	(11.856)	(158.029)
Industrial	(24.283)	(9.673)	(1.257)	(449)	(35.662)
Comércio, serviços e outras atividades	(33.459)	(10.958)	511	(3.356)	(47.262)
Rural	(476)	(196)	88	(24)	(608)
Poder público	(1.945)		2.772	(827)	-
Iluminação pública	(2.762)		3.074	(312)	-
Serviço Público	(56)		105	(49)	-
Serviços Cobráveis	(638)		(873)		(1.511)
Não faturado	(2.701)	1.204			(1.497)
	(170.459)	**(58.992)**	**1.755**	**(16.873)**	**(244.569)**
Concessionárias	(249)		20		(229)
Total	**(170.708)**	**(58.992)**	**1.775**	**(16.873)**	**(244.798)**
Circulante	(162.918)				(236.623)
Não circulante	(7.790)				(8.175)
Total	**(170.708)**				**(244.798)**

(*) A matriz de risco é avaliada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.
Com base nos estudos realizados pela Companhia, segue abaixo os percentuais de perdas esperadas, segregadas por classe de consumo, aplicados quando do reconhecimento inicial dos recebíveis:

	PECLD esperada – 31/12/2019 – Consumo regular: Baixa tensão	Consumo regular: Média e Alta tensão	Consumo irregular: Baixa tensão	Consumo irregular: Média e Alta tensão	31/12/2018: Baixa tensão	31/12/2018: Média e Alta tensão
Consumidores						
Residencial	0,83%	n/a	26,69%	n/a	1,17%	n/a
Industrial	1,30%	0,43%	29,15%	37,39%	1,93%	0,75%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,61%	0,40%	17,92%	n/a	0,89%	0,50%
Rural	0,28%	0,02%	20,67%	n/a	0,51%	n/a
Poder Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,73%	0,38%
Iluminação Pública	n/a	n/a	n/a	n/a	1,54%	n/a
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,11%	n/a

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.4.

7. Ativos e passivos financeiros setoriais

	Saldo em 31/12/2018	Apropriação	Amortização (i)	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2019	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante	Valores em construção – IRT (*) 2019	IRT (*) 2020	IRT (*) 2021	IRT (*) 2022	IRT (*) 2023	Indeterminado (**)
CVA															
Compra de energia (ii)	365.842	(85.561)	(249.253)	19.189	50.217	26.526	23.691	41.606	8.611	26.526	65.963	(42.272)			
Custo da Energia de Itaipu (iii)	147.285	104.463	(112.579)	7.088	146.257	94.697	51.560	107.587	38.670	94.697	51.560				
PROINFA	5.699	13.786	(7.484)	732	12.733	14.841	(2.108)	14.314	(1.581)	14.841	(2.108)				
Transporte Rede Básica (iv)	13.078	43.679	(30.571)	606	26.792	3.346	23.446	9.207	17.585	3.346	23.446				
Transporte de Energia - Itaipu	13.268	5.885	(11.804)	571	7.920	5.358	2.562	5.999	1.921	5.358	2.562				
Encargos de Serviço do Sistema - ESS/Encargos de Energia de Reserva - EER	(206.771)	(68.931)	170.753	(10.290)	(115.239)	(78.359)	(36.880)	(87.579)	(27.660)	(78.359)	(36.880)				
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	88.203	(44.568)	(53.506)	3.192	(6.679)	34.290	(40.969)	24.048	(30.727)	34.290	(40.969)				
	426.604	**(31.247)**	**(294.444)**	**21.088**	**122.001**	**100.699**	**21.302**	**115.182**	**6.819**	**100.699**	**63.574**	**(42.272)**	**-**	**-**	**-**
Itens financeiros															
Sobrecontratação de energia	3.973	4.232	(7.386)	51	870	(6.921)	7.791	(4.974)	5.844	(6.921)	7.791				
Neutralidade da Parcela A	(11.937)	(8.037)	19.266	(279)	(987)	208	(1.195)	24	(1.011)	208	(1.195)				
Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos	(157.601)	(43.613)	9.318	(17.770)	(209.666)	(39.385)	(170.281)	(39.385)	(170.281)	(39.385)		(77.217)	(46.532)	(46.532)	
Outros	(58.077)	23.022	32.707	3.231	883	16.963	(16.080)	17.000	(16.117)	16.963	148	(16.228)			
	(223.642)	**(24.396)**	**53.905**	**(14.767)**	**(208.900)**	**(29.135)**	**(179.765)**	**(27.335)**	**(181.565)**	**(29.135)**	**6.744**	**(93.445)**	**(46.532)**	**(46.532)**	**-**
PIS e COFINS															
PIS/COFINS Nota Técnica nº 115/04	(1.121)		8.658		7.537		7.537	7.537			7.537				
Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS	-	(788.673)		(229.962)	(1.018.635)		(1.018.635)		(1.018.635)						(1.018.635)
	(1.121)	**(788.673)**	**8.658**	**(229.962)**	**(1.011.098)**	**-**	**(1.011.098)**	**7.537**	**(1.018.635)**	**-**	**7.537**	**-**	**-**	**-**	**(1.018.635)**
Total	**201.841**	**(844.316)**	**(231.881)**	**(223.641)**	**(1.097.997)**	**71.564**	**(1.169.561)**	**95.384**	**(1.193.381)**	**71.564**	**77.855**	**(135.717)**	**(46.532)**	**(46.532)**	**(1.018.635)**
Ativo Circulante	261.319				95.384			95.384							
Ativo Não circulante	67.977				54.492				54.492						
Passivo Circulante	1.122														
Passivo Não circulante	126.333				1.247.873				1.247.873						

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário.
(**) Aguarda habilitação dos créditos e posterior minuta da ANEEL sobre procedimentos para devolução aos consumidores.

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:
• Parcela "A" (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
• Parcela "B" (custos gerenciáveis): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.
Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional da Companhia receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com o cronograma de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários.
Nos reajustes tarifários a ANEEL recalcula os montantes efetivamente faturados e arrecadados, conforme regulamentações vigentes, com o objetivo de garantir a liquidação financeira desses montantes, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reduzindo o risco de perdas a valores imateriais.
São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na Companhia, ocorrem em 23 de outubro.
Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:
• **Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela "A" - CVA:** É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e
• **Itens financeiros:** Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; e a Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre Submercados.

O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas nos últimos eventos tarifários. Para os Itens financeiros, os valores de amortização mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Para a CVA, a amortização mensal é efetuada de acordo com a curva de mercado. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários.

7.1 Efeitos relevantes no exercício

O total de ativos setoriais líquidos dos passivos, em 31 de dezembro de 2018, somava um valor de R$201.841, sendo que o total de passivos setoriais líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2019 soma um valor de R$1.097.997. A variação negativa no período no montante de R$1.299.838 foi causada, substancialmente, pela exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS, bem como pelos seguintes motivos:
(i) Amortização: No exercício, foi repassado aos consumidores no faturamento de energia o montante de R$231.881 referente a ativos setoriais líquidos homologados pela ANEEL.
(ii) Compra de energia: A variação da apropriação referente aos valores de compra de energia quando comparado com o mesmo período de 2018 deve-se a redução de Risco Hidrológico por uma conjuntura mais otimista do cenário hídrico, que impactou em uma baixa de preços no decorrer do ano de 2019.
(iii) Custo da energia de Itaipu: O custo de energia elétrica de Itaipu é valorado de acordo com o câmbio do dólar e no processo tarifário de 2019 da Companhia foi considerada uma premissa de R$4,12, sendo que os valores verificados nos meses conseguintes foram levemente superiores, contribuindo dessa forma para a formação de um *déficit* tarifário. Além disso, outro fator que justifica a variação decorre do fato de que o processo de cálculo dos ativos e passivos setoriais de energia utiliza como referência a Tarifa Média de Cobertura (TMC), uma média ponderada de todos os contratos de energia, que foi definida no processo tarifário de 2019 em R$206,10/MWh. No entanto, a energia de Itaipu definida no processo tarifário de 2019 é da ordem de R$290,00/MWh, considerando-se o Risco Hidrológico, o que consequentemente gerará um *déficit* tarifário para este item isoladamente.
(iv) Transporte Rede Básica: No processo tarifário de 2018 e 2019, os custos de transmissão de energia elétrica considerados na tarifa de repasse nos processos tarifário, devem ser baseados no valor da vigente até o momento do processo tarifário após que foi inferior ao valor realizado.
(v) Neutralidade da Parcela A: Refere-se à neutralidade dos Encargos Setoriais em que as variações do faturamento de receita em decorrência do crescimento ou redução do mercado são repassados ao consumidor, neutralizando dessa forma as distribuidoras de impactos positivos ou negativos, das rubricas dos Encargos Setoriais. No período em análise houve um crescimento de mercado da EDP São Paulo com relação ao mercado de referência do processo tarifário de 2019, ocasionando dessa forma uma maior arrecadação dos Encargos Setoriais, que serão repassadas aos consumidores no processo tarifário de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8. Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Reclas-sificação	Transfe-rência	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.1	69.036		10.827	118.667	(99.432)		(87.969)	11.129
Total Circulante		**69.036**	**-**	**10.827**	**118.667**	**(99.432)**	**-**	**(87.969)**	**11.129**
Outros tributos compensáveis									
ICMS	8.2	108.500	25.960		1.334			(15.350)	120.444
PIS e COFINS	4.3	3.022	1.089.847	229.996		(563)		(301.180)	1.021.122
IRRF sobre aplicações financeiras		7.281	2.263					(6.859)	2.685
IR/CS retidos sobre faturamento		683	1.536					(1.970)	249
Outros		1.226		340	115	(327)			1.354
Total		**120.712**	**1.119.606**	**230.336**	**1.449**	**(890)**	**-**	**(325.359)**	**1.145.854**
Circulante		19.164							341.307
Não circulante		101.548							804.547
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		4.804	93.769	3	(7.768)			(86.463)	4.345
Total Circulante		**4.804**	**93.769**	**3**	**(7.768)**	**-**	**-**	**(86.463)**	**4.345**
Outros tributos a recolher									
ICMS	8.3	131.202	1.505.664		(1.499.627)			(15.353)	121.886
PIS e COFINS		26.579	631.779		(242.755)	(90.051)		(301.501)	24.051
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		2.013	10.973	69	(9.863)		(6)		3.186
IRRF sobre juros s/ capital próprio	8.4	9.944	10.531			(9.944)			10.531
Parcelamentos	8.5	222.137		11.632	(20.683)			(10.011)	203.075
Encargos com pessoal		5.977	1.726		(2.826)				4.877
Outros		558	1.644		(1.383)	(327)	6		498
Total		**398.410**	**2.162.317**	**11.701**	**(1.777.137)**	**(100.322)**	**-**	**(326.865)**	**368.104**
Circulante		196.351							186.199
Não circulante		202.059							181.905

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

8.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis

Em decorrência do recálculo dos tributos sobre os ativos e passivos setoriais, no exercício de 2017, a Companhia apurou créditos dos referidos tributos entre a antiga apuração pelo consumo efetivo da energia e a atual apuração pelo regime de competência.

Em relação ao Imposto de renda e contribuição social sobre este recálculo, a Companhia apurou um crédito de R$291.620, sendo totalmente compensado durante o primeiro semestre de 2019.

8.2 ICMS - Ativos Compensáveis

Do saldo a compensar de R$120.444 (R$108.500 em 31 de dezembro de 2018), R$6.654 (R$6.951 em 31 de dezembro de 2018) são Circulante e R$113.790 (R$101.549 em 31 de dezembro de 2018) são Não circulante. Do montante total, R$120.420 (R$108.466 em 31 de dezembro de 2018) referem-se a créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 avos por mês.

8.3 ICMS - Passivo a Recolher

Refere-se ao ICMS a recolher incidente sobre as faturas de energia elétrica.

8.4 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2018 de R$9.944 refere-se ao JSCP deliberado no exercício de 2018 liquidado em janeiro de 2019. Já o saldo em 31 de dezembro de 2019 de R$10.531 refere-se ao JSCP deliberado no exercício de 2019 a ser liquidado em janeiro de 2020.

8.5 Parcelamentos

Em decorrência da apuração de débitos originados do recálculo dos tributos sobre os ativos e passivos setoriais, a Companhia aderiu, em agosto de 2017, ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, a Companhia aderiu à opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas.

Em 31 de dezembro de 2019 restam 121 parcelas de R$1.764, atualizáveis mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%.

Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento
PIS	17.387	3.477	4.264	25.128
COFINS	69.951	13.990	17.790	101.731
CSLL	43.826	8.765	10.819	63.410
IRPJ/ IRRF	111.999	22.400	27.090	161.489
	243.163	**48.632**	**59.963**	**351.758**
Redução Programa PERT				(57.829)
Total				**293.929**

8.5.1 Movimentação do parcelamento

	PERT
Valor de adesão	293.929
Diferença REFIS/PERT	(10.011)
Pagamento	(111.643)
Atualização	30.800
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**203.075**

9. Tributos diferidos

	Nota	Ativo Não circulante 31/12/2019	Ativo Não circulante 31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019	Passivo Não circulante 31/12/2018
PIS e COFINS				813	566
Imposto de renda e contribuição social	9.1	192.500	152.580		
Total		**192.500**	**152.580**	**813**	**566**

9.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

9.1.1 Composição

	Nota	Ativo Não circulante 31/12/2019	Ativo Não circulante 31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019	Passivo Não circulante 31/12/2018	Resultado 2019	Resultado 2018	Patrimônio líquido 2019	Patrimônio líquido 2018
Diferenças Temporárias									
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		130.638	86.740			43.898	28.023		14.613
Benefício pós-emprego		54.226	20.967			(1.209)	11.653		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		80.558	73.198			7.360	7.292		
Consumidores - ajuste a valor presente - AVP		64	1.354			(1.290)	170		
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1)				113.021	66.845	(46.176)	(9.629)		
Benefícios pós-emprego - PSAP	9.1.1.1	(85.018)	(50.550)				(13.974)		
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes	9.1.1.1	85.018	50.550					34.468	13.974
Outras		1.384	(8.081)	8.166	7.762	9.061	(16.080)		
Total diferenças temporárias		**266.870**	**174.178**	**121.187**	**74.607**	**11.644**	**7.455**	**34.468**	**28.587**
Crédito fiscal do ágio incorporado	9.1.1.2	46.817	53.009			(6.192)	(6.276)		
Total bruto		**313.687**	**227.187**	**121.187**	**74.607**	**5.452**	**1.179**	**34.468**	**28.587**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(121.187)	(74.607)	(121.187)	(74.607)				
Total		**192.500**	**152.580**	**-**	**-**				

9.1.1.1 Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP

O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2028 (Nota 18.1.1.9).

9.1.1.2 Crédito fiscal do ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., quando a mesma, na aquisição de ações da EDP São Paulo, contabilizou ágio pago, de acordo com as instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL. Está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R$5.852 até o ano de 2027 (Nota 13.2.1.2).

9.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	Total Não circulante
114.208	59.901	58.802	31.878	31.815	17.083	313.687

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições da Instrução CVM nº 371/02 e Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº01/2019.

10. Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 15), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R$/MWh)	Duração	Ativo Circulante 31/12/2019	Ativo Circulante 31/12/2018	Ativo Não circulante 31/12/2019	Ativo Não circulante 31/12/2018	Passivo Circulante 31/12/2019	Passivo Circulante 31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019	Passivo Não circulante 31/12/2018	Receitas (Despesas) Operacionais 2019	Receitas (Despesas) Operacionais 2018	Receitas (Despesas) Financeiras 2019	Receitas (Despesas) Financeiras 2018
Consumidores e concessionárias (Nota 6)															
Ressarcimento por insuficiência de geração															
Porto do Pecém	Controle Comum		27/08/2008 a 31/12/2026	2.168	2.168							(7)	(3.844)		
Suprimento de energia elétrica															
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/02/2019 a 31/12/2019	11.001								44.938			
Lajeado	Controle Comum		01/02/2019 a 31/12/2019	4.049								43.631			
				17.218	**2.168**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**88.562**	**(3.844)**	**-**	**-**
Fornecedores (Nota 14)															
Suprimento de energia elétrica															
Porto do Pecém	Controle Comum	Parcela fixa (*) + Custo variável	27/08/2008 a 31/12/2026					8.678	3.375			(44.573)	(51.056)		
Energest	Controle Comum	239,43	01/01/2008 a 31/12/2037					34	30			(290)	(277)		
Investco	Controle Comum	199,16	01/08/2002 a 15/12/2032					172	167			(2.322)	(2.140)		
Investco	Controle Comum	199,16	01/08/2005 a 15/12/2032					5	5			(72)	(66)		
Lajeado	Controle Comum	237,37	01/01/2008 a 31/12/2037					3	2			(25)	(24)		
Lajeado	Controle Comum	239,43	01/01/2009 a 31/12/2038					13	12			(114)	(109)		
Lajeado	Controle Comum	222,98	01/01/2009 a 31/12/2038					43	38			(373)	(356)		
Santa Fé	Controle Comum (**)	246,68	01/01/2009 a 31/12/2018										(577)		
ECE Participações	Controle Comum (***)	165,63	01/01/2015 a 31/12/2044						870			(7.741)	(8.101)		
CEJA	Controle Comum	170,42	01/01/2015 a 31/12/2044					993				(745)			
Uso do sistema de transmissão															
Investco	Controle Comum		01/08/2005 a 15/12/2032					20	18			(240)	(230)		
EDP Transmissão	Controle Comum		09/02/2019 a 10/02/2047					30				(286)			
				-	**-**	**-**	**-**	**9.991**	**4.517**	**-**	**-**	**(56.781)**	**(62.936)**	**-**	**-**
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)															
Convênio de arrecadação															
EDP GRID	Controle Comum		12/09/2014 a 30/06/2023					313	99						
EDP Solução	Controle Comum		04/01/2019 a 31/12/2023					43							
Alienação de materiais															
EDP Espírito Santo	Controle Comum		30/09/2019				63								
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)															
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2019			2.167				394		(432)	1.559		
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/08/2018 a 31/12/2021			26						226			
Porto do Pecém	Controle Comum		01/01/2018 a 31/12/2022			7						7			
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)															
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2019							216	267	(3.232)	(3.239)		
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 10.2.1)															
EDP - Energias do Brasil	Controladora		15/06/2016 a 18/06/2023							1.303	707	(596)	(420)		
Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice* (c)															
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2019				1.092			1.987		(4.996)	(4.129)		
Compartilhamento da plataforma NEWEB (d)															
EDP Portugal	Controladora Indireta		01/01/2019 a 31/12/2019					789	583						
Reembolso de prêmio de seguro															
EDP - Energias do Brasil	Controladora		31/03/2019									525			
Investco	Controle Comum		31/03/2019									7			
				-	**-**	**2.200**	**1.155**	**1.145**	**682**	**3.900**	**974**	**(8.491)**	**(6.229)**	**-**	**-**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas															
Contratos de mútuo - 103% do CDI															
EDP - Energias do Brasil	Controladora		29/03/2017 a 28/03/2019											(439)	(747)
				-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(439)**	**(747)**
				17.218	**2.168**	**2.200**	**1.155**	**11.136**	**5.199**	**3.900**	**974**	**23.290**	**(73.009)**	**(439)**	**(747)**

(*) A parcela fixa é de R$2.480 por mês.
(**) A Santa Fé foi alienada em 21 de dezembro de 2018 e consequentemente, a partir desta data, não mais faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.
(***) Incorporada pela CEJA em 30 de novembro de 2019.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias recebidas do controlador estão descritas na nota de Garantias (Nota 29.2).

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro. Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

O novo contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo' EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II, e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo - SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Espírito Santo e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco. Com a alienação da Santa Fé em dezembro de 2018, a partir de 2019 a referida encontra-se excluída do compartilhamento.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho n° 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

Adicionalmente, em agosto de 2019 foi publicada a anuência da ANEEL, através do Despacho nº 2.636/2019, celebrando contrato de compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP - Energias do Brasil e partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírto Santo, Energest, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG, com vigência de 29 meses, utilizando-se do critério regulatório previsto na Resolução Normativa n° 699/16.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc..

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *backoffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

(d) Compartilhamento da plataforma NEWEB: Refere-se à licença de utilização do *software* NEWEB, contratado pela EDP Portugal, com o objetivo de alojar os diferentes portais web do Grupo EDP no mundo.

10.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

10.2 Remuneração dos administradores

10.2.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Em maio de 2016, julho de 2017, junho de 2018 e junho de 2019, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu, respectivamente, o primeiro, o segundo, o terceiro e quarto planos de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se gestores e diretores estatutários e não estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2019 da mesma o montante de R$596 (R$420 em 2018) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga.

A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início de cada plano.

10.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	2019 Diretoria Estatutária	2019 Conselho de Administração	2019 Total	2018 Diretoria Estatutária	2018 Conselho de Administração	2018 Total
Remuneração (a)	2.935	41	2.976	2.810	35	2.845
Benefícios de curto prazo (b)	240		240	220		220
Benefícios - Previdência Privada	113		113	153		153
Total	**3.288**	**41**	**3.329**	**3.183**	**35**	**3.218**

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Em relação a Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 10.2.1), o montante relativo a diretores estatutários da Companhia, estimado no resultado de 2019, é de R$161. Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária neste quadro quando da efetiva outorga das ações da controladora.

10.2.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	2019 Conselho de Administração	2019 Diretoria Estatutária	2018 Conselho de Administração	2018 Diretoria Estatutária
Número de membros	1,00	6,00	1,00	6,00
Valor da maior remuneração individual	41	943	35	885
Valor da menor remuneração individual	41	168	35	158
Valor médio da remuneração individual	41	548	35	530

11. Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2019
Depósitos judiciais	20	112.054	7.709	5.317	(9.616)	(787)	114.677
Outros cauções		434	127.540	88	(127.663)		399
Total		**112.488**	**135.249**	**5.405**	**(137.279)**	**(787)**	**115.076**
Circulante		286					229
Não circulante		112.202					114.847
Total		**112.488**					**115.076**

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante 31/12/2019	Circulante 31/12/2018	Não circulante 31/12/2019	Não circulante 31/12/2018
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		969	2.085		
Descontos tarifários	12.1	14.458	21.288		
Bandeiras tarifárias - CCRBT			327		
Modicidade tarifária - baixa renda	12.2			8.055	8.055
Benefícios pós-emprego				2	2
Bens destinados à alienação/desativação		5.409	3.288		
Serviços em curso		1.006	863		
Serviços prestados a terceiros		38.153	18.091		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			2.200	1.155
Estoques	12.3	12.297	9.463		
Outros		4.361	4.028	2.031	3.967
Total		**76.653**	**59.433**	**12.288**	**13.179**
Outras contas a pagar - Passivo					
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos		462	1.036		
Contribuição de iluminação pública	12.4	6.316	5.879		
Credores diversos - consumidores e concessionárias		31.540	29.224		
Folha de pagamento		2.094	2.200		
Modicidade tarifária - baixa renda	12.2	481	487	9.810	9.810
Cessão de créditos de ICMS		330	2.672		
Arrecadação de terceiros a repassar		8.012	7.582		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10	1.145	682	3.900	974
Arrendamentos e aluguéis	12.5	14.176		23.070	
Obrigações sociais e trabalhistas	12.6	30.803	26.013		
Reserva para reversão e amortização	12.7	1.944	1.944	11.661	13.605
Adiantamento de descontos tarifários	12.1	4.045			
Outros		4.103	4.645		
Total		**105.451**	**82.364**	**48.441**	**24.389**

12.1 Descontos tarifários

Refere-se a descontos aplicados a clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio de resoluções específicas. Os descontos são aplicados de acordo com a classificação da atividade de cada unidade consumidora e procuram contemplar residências de famílias com baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, estímulo à melhoria da produção agrícola, assim como descontos para serviços públicos essenciais, como é o caso das unidades de água, esgoto e saneamento.

Ao mesmo tempo em que determina o percentual de desconto a ser aplicado nos faturamentos mensais das unidades consumidoras, a regulamentação também estabelece o direito da Companhia de ser ressarcida dos respectivos montantes por meio do mecanismo da subvenção econômica, com recursos originários da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Lei nº 10.438/02.

Até abril de 2017, a responsabilidade pela administração dos recursos da CDE e os respectivos repasses era da Eletrobras. Por meio da Lei nº 13.360/16, a partir de maio de 2017, a gestão e o repasse dos recursos passou a ser de responsabilidade da CCEE.

A ANEEL homologou os valores a serem repassados para a Companhia, por meio da seguinte Resolução Homologatória:

Resolução Homologatória	Competências	Valor mensal
ANEEL nº 2.469/18	Out/18 a Set/19	12.695
ANEEL nº 2.629/19	Out/19 a Set/20	8.663

Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:

	Saldo em 31/12/2018	Descontos tarifários	Ressarcimento	Saldo em 31/12/2019
Subsídio Baixa Renda	4.957	17.839	(18.385)	4.411
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	11.493	87.388	(103.983)	(5.102)
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	699	692	(668)	723
Subsídio Rural	4.916	10.205	(10.899)	4.222
Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 207/06	(17)	244	(352)	(125)
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/11	2.093	18.916	(16.324)	4.685
Subsídio Distribuição - TUSD fio B	(2.853)	3.794	658	1.599
	21.288	**139.078**	**(149.953)**	**10.413**

Adicionalmente, demonstramos abaixo a abertura por parcela de desconto tarifário:

	Saldo em 31/12/2019
Parcela mensal	19.718
Parcela de ajustes homologados (RH n° 3.332, de 29 de novembro de 2019)	(13.150)
Parcela de ajustes a homologar	(566)
Saldo subsídio baixa renda	4.411
	10.413

A variação do exercício decorre substancialmente pelo subsídio Carga Fonte Incentivada estabelecida pela Resolução nº 77/2004 recebido pela Companhia ter sido estimado pela ANEEL em montante superior ao efetivamente realizado.

12.2 Modicidade tarifária - baixa renda

Atendendo ao Termo de Notificação nº 1.091/05, pelo qual a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção de critérios de cadastramento dos equipamentos de medição instalados em unidades consumidoras residenciais, alterando de bifásicas para monofásicas com efeito retroativo ao ano de 2002, a Companhia, nos períodos de 2008 e 2010, efetuou a revisão dos faturamentos na condição de residencial Baixa Renda, referente a valores a devolver aos consumidores faturados originalmente sem o respectivo desconto da tarifa social.

A restituição aos consumidores passou a ser efetuada a partir do faturamento de março de 2009, tendo sido restituído até 31 de dezembro de 2019 o montante de R$19.464 (R$19.458 em 31 de dezembro de 2018). O saldo a restituir aos consumidores em 31 de dezembro de 2019, de unidades consumidoras ativas e inativas, é de R$10.291 (R$10.297 em 31 de dezembro de 2018).

Como as restituições são realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, para os casos de unidades consumidoras inativas, são exigidas medidas da Companhia com vistas a identificar a nova localização do cliente para efetuar a devolução.

Adicionalmente, a regulamentação prevê o direito da Companhia em reaver esses ressarcimentos aos consumidores, a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas.

A Companhia possui um saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 de R$8.055 (R$8.055 em 31 de dezembro de 2018), que se realizará à medida em que as devoluções aos consumidores forem efetuadas bem como validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

12.3 Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O saldo de estoques refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados nos Ativos da concessão (Nota 13.3) pelo montante, em 31 de dezembro de 2019, de R$22.199 (R$22.110 em 31 de dezembro de 2018).

12.4 Contribuição de iluminação pública

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP que tem por finalidade os serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, em conformidade com o estabelecido por lei municipal, arrecadada pelas distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

12.5 Arrendamentos e aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Nota 3.7.1), a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

Passivos de arrendamento	Saldo em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Adições	Ajuste para remensuração (adições)	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária	Transferências	AVP	Baixas	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Circulante											
Edifícios	-	4.525	79		(5.815)	1.017	10.938	149			10.893
Equipamentos de informática	-	1.027			(404)	61	329		(1.013)		-
Veículos	-	2.051	686	835	(831)	195	327	20			3.283
Total Circulante	**-**	**7.603**	**765**	**835**	**(7.050)**	**1.273**	**11.594**	**169**	**(1.013)**	**-**	**14.176**
Não circulante											
Edifícios	-	5.523	25.443			1.807	(10.938)	260			22.095
Equipamentos de informática	-	326				3	(329)				-
Veículos	-	1.207				65	(327)	30			975
Total Não circulante	**-**	**7.056**	**25.443**	**-**	**-**	**1.875**	**(11.594)**	**290**	**-**	**-**	**23.070**
Total	**-**	**14.659**	**26.208**	**835**	**(7.050)**	**3.148**	**-**	**459**	**(1.013)**	**-**	**37.246**

Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Edifícios Valor	Edifícios Taxas (%)	Veículos Valor	Veículos Taxas (%)
Circulante				
2020	9.876	7,87%	3.088	8,93%
Juros embutidos	1.017		195	
Total	**10.893**		**3.283**	
Não Circulante				
2021	5.022	8,51%	436	8,93%
2022	2.737	9,16%	474	9,58%
2023	2.228	9,81%		
2024	1.809	9,99%		
2025	1.465	10,18%		
2025 até 2037	7.079	10,37%		
Juros embutidos	1.755		65	
Total	**22.095**		**975**	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	56.107	37.246
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(5.190)	(3.445)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica de Imobilizado como "Ativos de direito de uso". Do saldo do Imobilizado em 31 de dezembro de 2019 de R$33.198, R$31.763 referem-se aos referidos ativos e estão apresentados conforme abaixo:

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2019 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Ativos de direito de uso				
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,57	35.570	(6.543)	29.027
Equipamentos de informática	100,00	859	(859)	
Veículos	43,72	4.779	(2.043)	2.736
Total Ativos de direito de uso		**41.208**	**(9.445)**	**31.763**

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) à sede da Companhia localizada em São Paulo; e (ii) às lojas de atendimento presencial aos consumidores localizadas nos munícipios do Estado de São Paulo onde a Companhia possui sua concessão.

• **Veículos:** Refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

A movimentação do exercício para os Ativos de direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Ingressos	Depreciações	Baixas	Reversão	Valor líquido em 31/12/2019
Ativos de direito de uso							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	10.048	25.522	(6.543)			29.027
Equipamentos de informática	-	1.353		(859)	(494)		-
Veículos	-	3.258	1.521	(2.043)			2.736
Total Ativos de direito de uso	**-**	**14.659**	**27.043**	**(9.445)**	**(494)**	**-**	**31.763**

12.6 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

12.7 Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica - SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela Companhia na expansão do SPEE. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. A amortização do principal aguardava determinações do Poder Concedente.

O Decreto Lei nº 9.022/17 determinou que as Concessionárias, que possuíam recursos correspondentes ao fundo de reversão, deveriam amortizar integralmente seus débitos até 31 de dezembro de 2026, junto à CCEE.

As amortizações foram iniciadas em janeiro de 2018 e o montante relativo ao principal e juros, das próximas 12 parcelas, foram transferidos do não circulante para o circulante.

13. Ativo financeiro indenizável, Ativos da concessão e Intangível

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao contrato de concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

Como a Companhia é remunerada: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplica-se o modelo bifurcado.

Devido a implementação da ICPC 01 (R1), os ativos de infraestrutura de distribuição em serviço foram bifurcados da seguinte forma: (i) Ativo financeiro indenizável (Nota 13.1) - composto pela parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, e que serão objeto de indenização pelo Poder Concedente; e (ii) Intangível (Nota 13.2) - compreendendo o direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura construída ou adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de fornecimento de energia elétrica ao longo do contrato de concessão.

Já os ativos que encontram-se no período de construção e que ainda não estão em serviço foram classificados, conforme requerido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, como Ativos contratuais, uma vez que a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo em que os ativos são construídos, sendo classificados na rubrica de Ativos da concessão (Nota 13.3).

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados à concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

13.1 Ativo financeiro indenizável

A Companhia apresenta saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no contrato de concessão.

O método do Valor Novo de Reposição - VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da Companhia ou de Orçamento Referencial.

O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, submódulo 2.3.

O Banco de Preços da Companhia é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais.

O Orçamento Referencial representa o valor de um bem ou suas partes constituintes por meio da comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, aplicado exclusivamente sobre Edificações, obras civis e benfeitorias.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686/15; e (ii) por adições e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2018	Transferências dos Ativo da concessão (Nota 13.3)	Valor justo (Nota 4.2)	Baixas	Reclassificação	Saldo em 31/12/2019
Ativo financeiro indenizável	916.218	164.306	135.811	(6.105)	1.356	1.211.586
	916.218	**164.306**	**135.811**	**(6.105)**	**1.356**	**1.211.586**

13.2 Intangível

O Intangível está mensurado pelo custo total de aquisição/construção deduzidos da amortização acumulada. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com a vida útil dos ativos, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13.2.1 Composição

	31/12/2019 Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2018 Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Direito de concessão - Infraestrutura								
Em serviço	4,51	2.423.440	(1.580.347)	843.093	4,59	2.356.588	(1.511.130)	845.458
Atividades não vinculadas à concessão								
Ágio na Incorporação de sociedade controladora	4,00	460.584	(322.888)	137.696	4,00	460.584	(304.677)	155.907
(-) Provisão para manutenção de dividendos	4,00	(460.584)	322.888	(137.696)	4,00	(460.584)	304.677	(155.907)
		2.423.440	**(1.580.347)**	**843.093**		**2.356.588**	**(1.511.130)**	**845.458**

13.2.1.1 Direitos de Concessão - Infraestrutura

Referem-se ao direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de distribuição do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

13.2.1.1.1 Bens totalmente amortizados

O saldo líquido do ativo intangível compreende itens que encontram-se totalmente amortizados. O custo histórico destes itens está demonstrado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Direito de concessão - Infraestrutura		
Edificações, obras civis e benfeitorias	27.397	21.654
Máquinas e equipamentos	507.266	471.880
Veículos	16.487	14.417
Móveis e utensílios	3.433	3.340
Outros	181.862	156.333
Total	**736.445**	**667.624**

Os itens totalmente depreciados são deduzidos da BRR, ou seja, no momento da apuração dos valores relativos à infraestrutura que irão compor a tarifa de energia a ser cobrada dos consumidores, é considerado o total do ativo bruto em serviço deduzido da amortização acumulada e incluindo os bens totalmente amortizados.

13.2.1.2 Ágio - Incorporação de sociedade controladora e Provisão para manutenção de dividendos

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia. Consequentemente ao registro, foi reconhecido um crédito fiscal (Nota 9.1.1.2).

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, consequentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros da Companhia, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo da Companhia em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio líquido.

13.2.2 Movimentação

	Valor líquido 31/12/2018	Tranf. dos Ativos da concessão (Nota 13.3)	Amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2019
Intangível em serviço						
Direito de concessão - Infraestrutura	845.458	140.881	(115.117)	(24.860)	(3.269)	843.093
Total	**845.458**	**140.881**	**(115.117)**	**(24.860)**	**(3.269)**	**843.093**

13.3 Ativos da concessão

Referem-se ao direito contratual da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nos Ativos da concessão, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no exercício para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 1,7629%, que representa a taxa efetiva do empréstimo conforme regras previstas do PRORET submódulo 2.4 e Resolução Normativa ANEEL nº 648/15.

Quando do término da construção da infraestrutura, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho exigida pelo CPC 47, sendo os referidos ativos bifurcados como Ativo financeiro indenizável (Nota 13.1) ou como Ativo Intangível (Nota 13.2), conforme a forma de remuneração.

	Valor líquido em 31/12/2018	Transf. para o Intangível (Nota 13.2.2)	Transf. para o Ativo financeiro indenizável	Adições (Nota 13.3.1)	Juros capitalizados	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2019
Ativos da concessão	207.320	(140.881)	(164.306)	325.807	3.166	5.756	236.862
Total Não circulante	**207.320**	**(140.881)**	**(164.306)**	**325.807**	**3.166**	**5.756**	**236.862**

13.3.1 Adições

Do total de ingressos: (i) 32% foram destinados à instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes; (ii) 29% foram destinados à melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondutoramento de redes em final de vida útil; (iii) 26% foram investidos em telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais; e (iv) 13% foram investidos em combate à perdas.

13.4 Conciliação dos saldos entre Ativo financeiro indenizável e Ativo Intangível comparados à BRR

	31/12/2019	31/12/2018
BRR Homologada em 30 de abril de 2019 (20 de outubro de 2015) (*)	2.348.174	1.667.444
BAR Homologada em 30 de abril de 2019 (20 de outubro de 2015) (*)	74.891	75.105
Movimentações de base	(124.854)	(247.045)
Investimento Incremental	118.019	826.357
Bases Regulatórias	**2.416.230**	**2.321.861**
Ativo financeiro indenizável	1.211.586	916.218
Intangível em serviço	843.093	-
Total do Balanço patrimonial	**2.054.679**	**916.218**
VNR do Intangível não registrado	361.551	1.405.643

O montante de R$361.551 não registrado no Balanço patrimonial ocorre pois a Lei nº 6.404/76 veda a reavaliação contábil de ativos Intangíveis. Desta forma, a ANEEL avalia os ativos da BRR, a VNR e o saldo apresentado nas demonstrações financeiras estão mensurados pelo custo de aquisição/construção, deduzido de amortização acumulada.

(*) A BRR do ciclo tarifário atual, homologada em 30 de abril de 2019, cuja Nota Técnica 192/2019 foi emitida pela ANEEL em 09 de outubro de 2019, está atualizada até 31 de dezembro de 2019.

14. Fornecedores

	Nota	Circulante 31/12/2019	Circulante 31/12/2018
Suprimento de energia elétrica (i)	14.1	269.047	251.073
Energia livre	14.2	61.371	57.916
Encargos de uso da rede elétrica		60.810	54.104
Operações CCEE	14.3	109.141	22.921
Materiais e serviços	14.4	78.894	111.021
Total		**579.263**	**497.035**

(i) O valor total de garantias de compras de energia é de R$79.198 em 31 de dezembro de 2019 (R$139.661 em 31 de dezembro de 2018).

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

14.1 Suprimento de energia elétrica

O aumento nos valores a pagar referente a Suprimento de energia elétrica em 31 de dezembro de 2019 decorre, principalmente, do aumento do despacho termoelétrico pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, que aumenta o pagamento da parcela variável dos contratos de produção de energia por disponibilidade.

14.2 Energia livre

A Energia livre refere-se a valores a pagar a geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, no qual ocorreu a comercialização de energia elétrica que não estava contratada. A Companhia passou a efetuar a restituição aos geradores a partir de fevereiro de 2003, com base nas regulamentações existentes à época.

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 387/09, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1/04.

No Despacho ANEEL nº 2.517/10, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal. Tal liquidação deveria ter ocorrido até 30 de setembro de 2010. Com o objetivo de suspender o referido ato, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, representando as distribuidoras do país, dentre elas a Companhia, impetrou Mandado de Segurança (Processo nº 91.2010.4.01.3400 - 15ª Vara Federal do Distrito Federal) com pedido de liminar que foi concedido.

Em 9 de maio de 2013, porém, foi proferida sentença julgando extinto o feito, sem resolução de mérito, pela inadequação da via eleita (Mandado de Segurança). Entretanto, os pagamentos por parte da Companhia permanecem suspensos, tendo em vista a interposição de recurso de apelação contra a referida sentença, à qual foi atribuída efeito suspensivo (suspensos, portanto, os efeitos da sentença desfavorável às distribuidoras).

Por oportuno, importante salientar que as distribuidoras, paralelamente, ajuizaram ação ordinária com o mesmo objetivo do Mandado de Segurança, porém tal demanda também foi extinta, sob o argumento de que já havia outro feito com as mesmas partes, mesmo pedido e mesmos fundamentos de fato e de direito (litispendência). Em face de tal decisão, também foi interposto recurso de Apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual pende de julgamento.

O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício de 2019 o valor de R$3.455 (R$3.473 em 2018) em contrapartida a despesa financeira.

14.3 Operações CCEE

O saldo refere-se às transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE. O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R$109.141, corresponde integralmente às liquidações dos meses de novembro e dezembro de 2019 impactadas pelo déficit de energia no período analisado.

14.4 Materiais e serviços

A variação no exercício deve-se, substancialmente, aos fornecedores relacionados aos investimentos da infraestrutura da concessão que a Companhia vem realizando, foi bastante expressivo no decorrer do exercício de 2018 (Nota 13.3.1).

15. Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Dividendos adicionais

Foi aprovada em AGO, realizada em 30 de abril de 2019, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 da seguinte forma: (i) R$10.675 como Constituição de Reserva Legal; (ii) R$66.294 como JSCP, sendo R$56.350 líquido de imposto de renda; e (iii) R$136.524 como dividendos. Dos montantes deliberados para distribuição aos acionistas, já haviam sido contabilizados em 31 de dezembro de 2018 o valor relativo ao JSCP, de modo que a diferença de R$136.524 foi complementada na referida data como dividendos adicionais. O JSCP foi integralmente pago em 27 de agosto de 2019 e os dividendos adicionais foram pagos integralmente aos acionistas em 22 de novembro de 2019.

JSCP

Em 23 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2019 no montante bruto de R$70.208, sendo R$59.677 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

Passivo	31/12/2018	Dividendos Complementares	Adicionais	JSCP	Pagamentos	31/12/2019
EDP - Energias do Brasil	56.350	23.384	136.524	59.677	(192.874)	83.061
	56.350	**23.384**	**136.524**	**59.677**	**(192.874)**	**83.061**

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16. Debêntures

16.1 Composição do saldo de Debêntures

										31/12/2019				31/12/2018			
										Encargos	Principal			Encargos	Principal		
Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	300	1.000	300.000	5ª emissão em 30/04/2014	30/04/2014 a 30/04/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	CDI + 1,39% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2017 e juros semestral					447	36.001		36.448
(-) Custos de emissão				(2.413)		30/04/2014 a 30/04/2019			Amortização mensal						(41)		(41)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	15.000	10	150.000	7ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral	2.476	60.001	90.000	152.477	2.266		150.000	152.266
(-) Custos de emissão				(1.052)		07/04/2017 a 07/04/2022			Amortização mensal		(196)	(139)	(335)			(600)	(600)
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	20.000	10	200.000	8ª emissão em 20/12/2017	20/12/2017 a 20/01/2021	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	107,50% do CDI a.a.	Principal anual a partir de janeiro/2020 e juros semestral	5.171	100.000	100.000	205.171	5.958		200.000	205.958
(-) Custos de emissão				(1.183)		20/12/2017 a 20/01/2021			Amortização mensal		(250)	(13)	(263)			(742)	(742)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	260.000	1	260.000	9ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/08/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral	7.001		268.834	275.835	4.873		261.637	266.510
(-) Custos de emissão				(3.948)		15/08/2018 a 15/08/2025			Amortização mensal			(3.069)	(3.069)			(3.680)	(3.680)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	10ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo média da dívida e capital de giro	106,60% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	2.652		200.000	202.652				-
(-) Custos de emissão				(728)		09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal			(728)	(728)				-
Total										**17.300**	**159.555**	**654.885**	**831.740**	**13.544**	**35.960**	**606.615**	**656.119**

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
As debêntures não possuem garantias.

16.2 Movimentação das debêntures

	Saldo em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Saldo em 31/12/2019
Circulante							
Principal	36.001		(36.000)		160.000		160.001
Juros	13.544		(45.697)	49.453			17.300
Custo de transação	(41)				(1.925)	1.520	(446)
	49.504	**-**	**(81.697)**	**49.453**	**158.075**	**1.520**	**176.855**
Não circulante							
Principal	611.637	200.000		7.197	(160.000)		658.834
Custo de transação	(5.022)	(852)			1.925		(3.949)
	606.615	**199.148**	**-**	**7.197**	**(158.075)**	**-**	**654.885**

16.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2020	176.855
	176.855
Não circulante	
2021	68.269
2022	55.290
2023	119.001
2024	310.412
2025	101.913
	654.885
Total	**831.740**

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.
As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:
• Para todas as emissões:
(i) Decretação de falência da Emissora, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora;
(ii) Se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e
(iii) Perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

• Específicas para a 5ª emissão:
(i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária referente ao principal e/ou à Remuneração das Debêntures, não sanada em 5 dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de notificação para pagamento enviada pelo Agente Fiduciário;
(ii) Protesto cambiário contra a Emissora que não tenha sido contestado de má fé em valor individual igual ou superior a R$75.000 e/ou não sanado em 30 dias, contados da sua intimação;
(iii) Recebimento de notificação, pela Emissora, de sentença final transitada em julgado de natureza condenatória em ação judicial cujo valor, individualmente, seja superior a R$75.000, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora;
(iv) Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA ajustado, não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;
(v) Cisão, fusão, incorporação, incluindo incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto: a) com relação à fusão, incorporação, incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, desde que não haja Alteração de Controle; ou b) se tiver sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação;
(vi) Redução de capital social da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; e
(vii) Distribuição de dividendos em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório, aprovação de resgate ou amortização de ações ou realização de pagamentos a seus acionistas sob obrigações contratuais, sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão.
• Específicas para a 7ª, 8ª e 9ª emissão:
(i) Celebração de contratos de mútuo pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, com quaisquer sociedades nacionais ou estrangeiras, integrantes do seu grupo econômico, em valor individual ou agregado superior a R$100.000, ou o seu equivalente em outras moedas;
(ii) Falta de pagamento, pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou à Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista na Escritura, não sanado no prazo de 2 dias úteis contados da data do respectivo vencimento;
(iii) Protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou global ultrapasse R$75.000 ou o seu equivalente em outras moedas, salvo se no prazo de 10 dias contados do conhecimento pela Emissora de referido protesto a Emissora tiver tomado medidas cabíveis e comprovado ao Agente Fiduciário que: a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; b) o protesto seja cancelado, ou, ainda; c) o protesto tenha a sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
(iv) Se a EDP - Energias do Brasil deixar de ser a controladora da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação;
(v) Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado, não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;
(vi) Distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta;
(vii) Pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela Emissora no prazo legal; e
(viii) Declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros, em montante superior a R$75.000 ou seu equivalente em outras moedas.
• Específica para a 8ª, 9ª e 10ª emissão:
(i) Transformação da Emissora em sociedade limitada.
Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

											31/12/2019					31/12/2018				
											Encargos		Principal			Encargos		Principal		
	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	*Covenants*	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional																				
Banco Citibank - Cédula de Câmbio	150.000	29/05/2015	150.000	29/05/2015 a 29/05/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado semestralmente, em Junho e Dezembro.	85% do CDI + 1,19% a.a.	Principal anual a partir de maio/2018 e Juros trimestrais	Nota Promissória						-	476		75.000		75.476
Eletrobras LPT - ECFS 184/07	12.359	25/06/2007	11.015	30/11/2009 a 30/10/2019	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1% a.a (tx. adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.						-			1.095		1.095
BNDES - BB/CALC	200.369	29/01/2009	141.271	17/02/2010 a 17/06/2019	Programas de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP	Principal e Juros mensais	a. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil; b. Depósito caucionado.						-	9		2.434		2.443
BNDES - FINEM/Nº 14.2.1238.1	296.785	28/12/2014	253.733	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil.	2.613		42.915	97.975	143.503		3.890		41.061	139.226	184.177
(-) Custo de transação		28/12/2014	(1.134)	28/12/2014 a 16/12/2024								(178)	(243)	(421)				(195)	(421)	(616)
Notas Promissórias (4ª Emissão)	130.000	19/07/2017	130.000	19/07/2017 a 19/07/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	107,5% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final						-	14.304		130.000		144.304
(-) Custo de transação		19/07/2017	(90)	19/07/2017 a 19/07/2019										-			(23)		(23)
Notas Promissórias (5ª Emissão)	300.000	19/07/2019	300.000	19/07/2019 a 17/07/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	106,58% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final			7.771		300.000	307.771						-
(-) Custo de transação		19/07/2019	(507)	19/07/2019 a 17/07/2024									(457)	(457)						-
BNDES - FINEM/Nº 17.2.0295.1	399.733	05/09/2017	158.600	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b)Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor do saldo devedor; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	13.226		26.347	130.077	169.650		970	5.830	8.746	153.151	168.697
(-) Custo de transação		05/09/2017	(3.498)	05/09/2017 a 15/06/2025								(626)	(1.332)	(1.958)				(709)	(1.956)	(2.665)
Banco ABC - Cédula de Crédito Bancário	90.000	07/11/2018	90.000	07/11/2018 a 05/05/2019	Capital de Giro		CDI + 0,95% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final						-	924		90.000		90.924
(-) Custo de transação		07/11/2018	(674)	07/11/2018 a 05/02/2019										-			(338)		(338)
										15.839	**7.771**	**68.458**	**526.020**	**618.088**	**20.573**	**5.830**	**347.071**	**290.000**	**663.474**
Moeda estrangeira (Nota 17.4)																				
Banco Citibank - Cédula de Crédito Bancário	USD 20.259	04/09/2015	USD 20.259	04/09/2015 a 04/09/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado semestralmente em Junho e Dezembro.	Libor 3M + 1,84% a.a.	Principal anual a partir de setembro/2018 e Juros trimestrais	Nota Promissória						-	158		39.658		39.816
										-	**-**	**-**	**-**	**-**	**158**	**-**	**39.658**	**-**	**39.816**
Derivativos (Nota 17.4)																				
Banco Citibank		04/09/2015		04/09/2015 a 04/09/2019	Hedge frente ao financiamento do Banco Citibank		Swap de variação cambial e de Libor 3M + 1,84% a.a. para CDI + 1,20% a.a.	Conforme fluxo de amortização de principal e juros da dívida protegida.						-	40		(2.196)		(2.156)
										-	**-**	**-**	**-**	**-**	**40**	**-**	**(2.196)**	**-**	**(2.156)**
Total										**15.839**	**7.771**	**68.458**	**526.020**	**618.088**	**20.771**	**5.830**	**384.533**	**290.000**	**701.134**

(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais";
(ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa;
(iii) Equivalerá ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B); e
(iv) Os subcréditos A, C, E e F possuem juros e amortizações mensais, e os subcréditos B e D possuem juros e amortizações anuais.
Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
O empréstimo em moeda estrangeira e o respectivo *Swap* estão mensurados a valor justo por meio de resultado.
O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R$313.153 em 31 de dezembro de 2019 (R$469.955 em 31 de dezembro de 2018).

17.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Saldo em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos/ Recebimentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Variação monetária e cambial	Saldo em 31/12/2019
Circulante								
Principal	387.994	27.000	(418.043)		68.894	(407)	3.824	69.262
Juros	20.731		(49.334)	35.274	8.783		385	15.839
Custo de transação	(1.265)				(852)		1.313	(804)
Swap	(2.156)		4.210	480		446	(2.980)	-
	405.304	**27.000**	**(463.167)**	**35.754**	**76.825**	**39**	**2.542**	**84.297**
Não circulante								
Principal	292.377	300.000			(68.894)		4.569	528.052
Juros	5.830			10.548	(8.783)		176	7.771
Custo de transação	(2.377)	(507)			852			(2.032)
	295.830	**299.493**	**-**	**10.548**	**(76.825)**	**-**	**4.745**	**533.791**

17.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Nacional
Circulante	
2020	84.297
	84.297
Não circulante	
2021	76.087
2022	61.924
2023	38.477
2024 até 2025	357.303
	533.791
Total	**618.088**

17.4 Liquidação do Empréstimo em moeda estrangeira

Em 04 de setembro de 2019 a Companhia liquidou o empréstimo em moeda estrangeira e seu respectivo derivativo junto ao Banco Citibank (Nota 15) pelo montante de R$142.748, resultando um ganho de *swap* no montante de R$2.456 (Nota 27.1.3).

18. Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores.
Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.
A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.
Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.
As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Nota	Circulante 31/12/2019	Circulante 31/12/2018	Não circulante 31/12/2019	Não circulante 31/12/2018
PSAP	18.1.1	8.511	7.660	150.978	53.994
Contribuição definida	18.1.2	69	42		
		8.580	**7.702**	**150.978**	**53.994**

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

18.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

Os planos estão estruturados na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição variável", encontram-se fechados para novas adesões, e possuem as seguintes características:
(i) Plano PSAP Bandeirante - Grupo de Custeio BSPS: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício saldado, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da EnerPrev, é da Companhia; e
(ii) Plano PSAP Bandeirante - Grupos de Custeio BD e CV:
• Grupo de Custeio BD - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da EnerPrev, é paritária entre a Companhia e os participantes.
• Grupo de Custeio CV: Implantado junto com a modalidade BD vigente após 31 de março de 1998 que, até a concessão da renda (vitalícia ou financeira), reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial à Companhia. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando, neste caso, responsabilidade atuarial para a Companhia. A Companhia contribuiu para o grupo de custeio, no exercício, com o montante de R$2.255 (R$2.706 em 2018).

18.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.
As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.
As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.
Foi publicada em 21 de fevereiro de 2017 a Resolução nº 24 da PREVIC que dispõe sobre o reconhecimento de submassas nos planos de benefícios. De acordo com a referida resolução, caracteriza-se como submassa um grupo de participantes ou assistidos vinculados a um plano de benefícios e que tenham identidade de direitos e obrigações homogêneos entre si, porém heterogêneos em relação aos demais participantes e assistidos do mesmo plano. Com base neste conceito, a avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2019 identificou que cada grupo de custeio do plano PSAP Bandeirante (BSPS, BD e CV) representaria uma submassa no plano e, por sua vez, deveriam ser controlados de forma segregada, resultando em uma posição superavitária para a submassa de custeio BD no montante de R$1.554 e uma posição deficitária para as submassas de custeio CV e BSPS nos montantes de R$ 16.954 e R$144.089 respectivamente, resultando em um montante líquido deficitário atualizado de R$159.489 (Nota 18.1.1.9).

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 25 de setembro de 2018, a Enerprev iniciou junto aos órgãos competentes processo para permitir a opção de migração que dispõe sobre a possibilidade dada a cada Participante e Assistido do referido Plano de transacionar seus direitos e obrigações a ele inerentes pelos direitos e obrigações do Plano Energias do Brasil e/ou do Plano Saldado PSAP. A possibilidade da ocorrência de migração para ambos os Planos decorre do fato de o Plano PSAP/Bandeirante possuir três submassas, assim denominadas: BD, CV e BSPS. O Plano Saldado PSAP somente terá suas operações iniciadas se o montante de recursos financeiros a ele migrado superar patamar mínimo definido no Termo de Migração para assegurar a sua viabilidade e sustentabilidade técnica. Atualmente, a proposta está em fase de espera de deliberação por parte da Secretaria de Previdência Complementar - PREVIC com previsão para implementação durante o exercício de 2020, caso aprovado pelo regulador.

18.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Nota	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Passivo líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018		(899.870)	936.243	(98.042)	(61.669)
Custo do serviço corrente		1.751			1.751
Custo dos juros	24	(86.622)	90.679	(9.667)	(5.610)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio líquido	21.4	(248.571)	115.041	32.154	(101.376)
Contribuições pagas pela Companhia			7.415		7.415
Contribuições pagas pelos empregados		(2.984)	2.984		-
Benefícios pagos pelo plano		53.850	(53.850)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**(1.182.446)**	**1.098.512**	**(75.555)**	**(159.489)**

A perda atuarial no valor presente das obrigações de R$101.376, apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2019, foi decorrente, principalmente, da redução da taxa de desconto.

As contribuições da Companhia esperadas para este plano (Nota 18.1.1.8) para o exercício de 2020 são de R$8.511.

O saldo de perda atuarial em 31 de dezembro de 2019, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R$165.036 (R$98.128 em 31 de dezembro de 2018) (Nota 21.4).

18.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefícios, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	PSAP
Circulante	
2020	58.476
	58.476
Não circulante	
2021	61.683
2022	64.446
2023	67.467
2024	70.449
2025 a 2029	404.598
	668.643
Total	**727.119**

18.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2019	2018
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		1.233	1.073
Custo dos juros	24	5.610	2.352
Contribuições esperadas dos empregados		(2.984)	(3.497)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		**3.859**	**(72)**
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		(115.041)	(15.878)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		20.364	26.598
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		228.207	43.054
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido		(32.154)	(12.674)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		**101.376**	**41.100**
Total		**105.235**	**41.028**

18.1.1.5 Classes de ativos

As principais classes de ativos dos planos estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado ativo	2019	2018
Títulos de dívida	Cotado	95,97%	95,83%
Ações	Cotado	3,32%	3,21%
Imóveis	Cotado	0,71%	0,96%
Total		100,00%	100,00%

Para o exercício de 2019, dentre os investimentos realizados em ações, encontram-se ações da controladora EDP - Energias do Brasil avaliadas no montante de R$388 (R$86 em 2018).

No exercício de 2019, os títulos de dívida incluíam debêntures emitidas pela patrocinadora que, avaliados pelo valor justo, representavam o montante de R$701.

18.1.1.6 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2019	2018
Participantes ativos	384	407
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	90	98
Aposentados e pensionistas	887	872
	977	**970**
Total	**1.361**	**1.377**

18.1.1.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

Análise de sensibilidade	Obrigações do plano
Pressupostos centrais	1.189.367
Taxa de desconto	
Aumento em 0,5%	1.116.396
Redução em 0,5%	1.270.584
Mortalidade	
Se os membros do plano fossem um ano mais novos do que sua idade real	1.200.480

18.1.1.8 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

Econômicas	2019	2018
Taxa de desconto - nominal	7,56% a.a.	9,83% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,90% a.a.	5,40% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,03% a.a.	4,52% a.a.
Inflação	4,03% a.a.	4,52% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Muller	Muller

18.1.1.9 Confissão de dívida - EnerPrev

A Companhia, com o objetivo de equacionar o déficit atuarial da sua submassa BSPS e diminuir o risco de futuros déficits, formalizou instrumento jurídico com a EnerPrev decorrente de déficit atuarial, calculado conforme diretrizes da Resolução CGPC nº26/2008 e suas alterações. O acordo original estava sendo liquidado financeiramente em 240 meses com base em percentual sobre a folha de salários, contados a partir de setembro de 1997. Em 22 de agosto de 2016, a Companhia e a EnerPrev firmaram o 2º aditivo do termo de compromisso entre as empresas, destacando a alteração do prazo da liquidação (que estava prevista para encerrar-se em setembro de 2017) para 143 parcelas, sendo a primeira em setembro de 2016. A partir de dezembro de 2016, o saldo devedor e o valor da prestação mensal serão apurados uma vez por ano na época da avaliação atuarial da Enerprev, posicionada em dezembro, considerado o valor e o prazo remanescente da dívida. As premissas atuariais utilizadas pela Companhia atendem ao disposto no CPC 33 (R1) enquanto que as premissas atuariais utilizadas pela EnerPrev atendem a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Previc nº 7/2013.

Segue abaixo conciliação entre os dois métodos de avaliação atuarial:

	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações do plano	(1.190.973)	(907.301)
Valor justo dos ativos do plano	1.107.339	943.974
Superavit/(Déficit)	(83.634)	36.673
Superávit irrecuperável	(75.855)	(98.342)
Passivo reconhecido submassas BSPS e CV - CPC33 (Nota 18.1.1.1)	(159.489)	(61.669)
Contrato de confissão de dívida e ajuste de reserva matemática - Resolução CGPC nº 26/2008	(53.984)	(55.035)
Diferença entre premissas *	105.505	6.634

(*) O montante de R$105.505 (R$6.634 em 31 de dezembro de 2018) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para cálculo do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/12 e aquelas utilizadas pela EnerPrev (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento à Resolução nº 26/08 e suas alterações do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

18.1.2 Contribuição definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela EnerPrev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é feita adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$2.068 (R$1.786 em 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 esse plano tem a adesão de 789 colaboradores (683 em 31 de dezembro de 2018).

19. Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adições	Atualizações monetárias	Pagamentos/ Recebimentos	Saldo em 31/12/2019
Conta de desenvolvimento energético - CDE	19.1 e 22	30.546	798.710		(829.256)	-
Encargos tarifários (ECE/ EAEEE)		2.900	2			2.902
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética (P&D e PEE)	19.2 e 22	35.598	39.766	1.509	(46.210)	30.663
Bandeiras tarifárias (CCRBT)	7, 19.3 e 22	-	19.395		(19.395)	-
Outros encargos	22	1.169	4.283		(4.826)	626
Total		**70.213**	**862.156**	**1.509**	**(899.687)**	**34.191**
Circulante		63.155				31.764
Não circulante		7.058				2.427
Total		**70.213**				**34.191**

19.1 Conta de desenvolvimento energético - CDE

Referem-se aos valores a repassar à CDE, anuídos pela ANEEL com repasses encerrados no exercício, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Montante total	Valor cota mensal	Competência
Resolução Homologatória - ANEEL nº 2.231/17			
CDE - Energia (Recomposição Conta ACR)	425.724	16.172	Abril de 2017 a Março de 2018
		21.060	Abril de 2018 a Fevereiro 2019
Resolução Homologatória - ANEEL nº 2.521/19			
CDE - Energia (Recomposição Conta ACR) (*) (**)	126.360	21.060	Março de 2019 a Agosto de 2019
Resolução Homologatória - ANEEL nº 2.446/18			
CDE - Energia	120.562	10.047	Outubro de 2018 a Setembro de 2019
Resolução Homologatória - ANEEL nº 2.510/18			
CDE - Encargo de uso (**)	610.462	43.336	Janeiro de 2019 a Março de 2019
		53.384	Abril de 2019 a Dezembro de 2019

(*) A Resolução Homologatória nº 2.521/19 alterou o valor das cotas de CDE - Conta ACR a serem pagas pelas distribuidoras. A Conta ACR foi criada para cobrir o empréstimo repassado às distribuidoras em 2014. Com base nas estimativas da ANEEL, as cotas foram atualizadas para que houvesse recursos suficientes para quitar o empréstimo no decorrer de 2019.

(**) As Resoluções Homologatórias nº 2510/18 e nº 2521/19 que homologaram respectivamente as quotas da CDE Energia e CDE ACR, destinadas à amortização da ACR tiveram as obrigações de pagamento descontinuadas após setembro de 2019. O MME, a ANEEL e a CCEE concluíram em setembro de 2019 as negociações relativas aos empréstimos realizados em virtude do repasse de recursos às distribuidoras para cobertura dos custos com exposição involuntária no MCP e despacho para geração térmica nos anos de 2014 e 2015. Seguindo as orientações do governo federal para desoneração tarifária, o acordo consistiu na quitação antecipada em setembro de 2019, e não em abril de 2020, conforme previsão inicial, resultando na retirada de R$8,4 bilhões das tarifas a nível Brasil até 2020. A partir de setembro de 2019 apenas a quota da CDE - Encargo de uso estabelecida na Resolução Homologatória nº 2.510/18 permaneceu vigente até dezembro de 2019.

19.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D e PEE registrados pela Companhia, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, e os programas de PEE são regulamentados por meio das Resoluções nº 300/08, aplicada até maio de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 556/13. O saldo líquido em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$30.663 (R$35.598 em 31 de dezembro de 2018) contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

19.3 Bandeiras tarifárias

A partir de 1º de janeiro de 2015, por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 547 de 16 de abril de 2013, entrou em vigor o Sistema de Bandeiras Tarifárias. Este mecanismo tem como objetivo sinalizar aos consumidores os custos da geração de energia elétrica de cada mês, sendo dividido em 3 bandeiras: verde, amarela e vermelha. A cada mês, as condições de operação do sistema são reavaliadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define a melhor estratégia de geração de energia para atendimento da demanda. A partir dessa avaliação, define-se as térmicas que deverão ser acionadas.

A bandeira verde indica que o custo para geração de energia está no patamar normal, não sendo necessário nenhum acréscimo no valor das tarifas de energia. Já as bandeiras amarela e vermelha sinalizam que o custo da geração de energia está aumentado, sendo aplicado um adicional ao valor da tarifa de energia.

Em 24 de abril de 2018 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.392, estabeleceu os novos critérios de acionamento das bandeiras tarifárias. A definição das faixas de acionamento observará limiares de risco hidrológico definidos segundo o histórico operativo do Sistema Interligado Nacional - SIN. A métrica de acionamento passa a levar em conta a definição de custo do risco hidrológico, onde há relação indireta entre a profundidade do déficit de geração hidráulica (GSF) e o preço da energia elétrica de curto prazo (PLD).

A composição dessas duas variáveis, em sistemática de gatilho, faz com que a arrecadação prevista com as bandeiras tarifárias se aproxime mais dos custos incorridos.

A partir de 2019, a regra de acionamento e do tratamento da cobertura tarifária passou a ser reavaliada com base no calendário hidrológico, em abril, final do período úmido.

Em 21 de maio de 2019 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.551, publicou os novos critérios de acionamento das bandeiras tarifárias, com aplicação a partir de 1º de junho de 2019, tendo alterado de R$1,00 para R$1,50 o valor adicional da vigência da bandeira tarifária amarela a cada 100 kWh consumidos, de R$3,00 para R$4,00 o valor adicional para a bandeira vermelha patamar 1 para cada 100 kWh consumidos, e de R$5,00 para R$6,00 o valor adicional da bandeira tarifária vermelha patamar 2 a cada 100 kWh consumidos.

Desta forma, o saldo relativo às bandeiras tarifárias refere-se aos valores a repassar à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, gerida pela CCEE, provenientes da diferença entre os valores faturados líquidos de ICMS e os valores estimados não faturados, a título de bandeiras tarifárias, deduzidos de parte dos sobrecustos de energia e encargos.

Esses recursos são alocados para a cobertura de custos não previstos nas tarifas das diversas distribuidoras do país. O valor homologado mensalmente pela ANEEL a repassar ou a ressarcir é a diferença entre o montante cobrado dos clientes e os sobrecustos referentes a: (i) Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS; (ii) despacho térmico; (iii) risco hidrológico; (iv) cotas de Itaipu; (v) exposição ao mercado de curto prazo; e (vi) excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

As bandeiras tarifárias aplicadas em 2019 foram:

Bandeiras	Meses
Verde	Janeiro, Fevereiro, Março, Abril e Junho
Amarela	Maio, Julho, Outubro e Dezembro
Vermelha - patamar 1	Agosto, Setembro e Novembro

20. Provisões

	Nota	Circulante 31/12/2019	Circulante 31/12/2018	Não circulante 31/12/2019	Não circulante 31/12/2018
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	20.1	6.313	6.953	182.924	153.888
Total		**6.313**	**6.953**	**182.924**	**153.888**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

20.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

20.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo							Ativo	
			Baixas					Depósito judicial	
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Reclassificação	Saldo em 31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	35.314	7.597	(8.795)	(2.651)	4.619	395	36.479	8.025	9.231
Cíveis	99.821	16.943	(12.901)	(4.613)	11.727	(395)	110.582	35.324	34.600
Fiscais	722	1.745			8.653		11.120		
Regulatórias	6.704	1.350	(2.227)	(242)	441		6.026		
Outros	18.280	10.080	(672)	(3.230)	572		25.030		
Total	**160.841**	**37.715**	**(24.595)**	**(10.736)**	**26.012**	**-**	**189.237**	**43.349**	**43.831**
Circulante	6.953						6.313		
Não circulante	153.888						182.924	43.349	43.831
Total	**160.841**						**189.237**	**43.349**	**43.831**

O valor referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R$8.203 em 31 de dezembro de 2019 (R$24.168 em 31 de dezembro de 2018).

20.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

Em 4 de agosto de 2015, por meio do julgamento do processo de arguição de inconstitucionalidade nº 479-60.2011.5.04.0231, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que os débitos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O índice seria utilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT para a tabela de atualização monetária da Justiça do Trabalho (Tabela Única). Desta forma, o índice de correção desses débitos, que era a Taxa Referencial - TR, passaria a ser o IPCA-E.

O novo índice deveria ser aplicado em todas as ações trabalhistas que envolvem entes públicos e privados que discutem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009, que ainda não foram executadas ou houve o trânsito em julgado. Todavia, em 14 de outubro de 2015, o Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Em ato continuo, em 05 de dezembro de 2017, a 2ª Turma do STF, por maioria dos votos, julgou improcedente a ação ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos - Fenaban contra a decisão do TST nos autos do processo ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, que determinava a aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária dos débitos trabalhistas. Na decisão questionada pela Fenaban, o TST declarou que o uso da TR como índice de correção na Justiça do Trabalho era inconstitucional, ficando, em consequência, revogada a liminar anteriormente deferida, e determinou a adoção do IPCA-E determinado pelo IBGE, para calcular os débitos.

Em março de 2018 os Embargos Declaratórios foram julgados no TST e, neste sentido, a Companhia entendeu, por hora, que a decisão do STF deveria ser aplicada a partir de seus efeitos modulatórios e não sobre todo o processo, logo, a aplicação do IPCA-E deveria ocorrer a partir de 25 de março de 2015. Cabe recurso ao tema.

Desta forma, desde dezembro de 2017, a Companhia passou a atualizar todos os processos trabalhistas por meio do IPCA-E.

20.1.1.2 Cíveis

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R$54.906 (R$49.772 em 31 de dezembro de 2018), destacando-se:

• Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a Companhia cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R$60.951 e, em junho de 2011, foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R$10.627. A Companhia apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R$66.806. Não obstante o levantamento do referido depósito, permanece depositado judicialmente o montante de R$10.627, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e no Superior Tribunal de Justiça - STJ discutindo a questão. Atualmente, foi realizada nova perícia no âmbito do cumprimento de sentença. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial em contrapartida de uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2019 é de R$45.691 (R$40.548 em 31 de dezembro de 2018).

20.1.1.3 Fiscais

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total da contigência é de R$10.396, em razão da reavaliação de provas do processo judicial, no qual discute-se ao direito aos créditos de ICMS utilizados pela Companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica". Foi efetuada a provisão parcial do valor total da contingência, e a segregação da classificação de risco. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09, além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.

20.1.1.4 Regulatórias

Referem-se a autos de infração editados pela ANEEL ou outros órgãos reguladores que encontram-se em fase de recurso pela Companhia.

20.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

			Ativo	
			Depósito judicial	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	36.219	32.269	1.970	791
Cíveis	313.613	254.424	4.884	2.173
Fiscais	644.958	666.335	32.162	26.093
Regulatórias	3.574	3.375	552	552
Total	**998.364**	**956.403**	**39.568**	**29.609**

O valor referente às garantias de provisões possíveis na Companhia é de R$27.051 em 31 de dezembro de 2019 (R$24.168 em 31 de dezembro de 2018).

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

20.1.2.1 Cíveis

• Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". Em 05 de abril de 2017, foi proferida sentença extinguindo o feito também em relação a ANEEL. Após julgamento que extinguiu o processo sem resolução do mérito, atualmente aguarda-se decisão do recurso da parte autora. A ação tramita apenas em face da ANEEL. O valor estimado em 31 de dezembro de 2019 é de R$164.589 (R$141.283 em 31 de dezembro de 2018).

• Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma da obra. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, a Companhia, por meio da ABRADEE, ajuizou o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 31 de dezembro de 2019 é de R$15.184 (R$13.034 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a SAESA propôs ação contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. A Companhia e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 31 de dezembro de 2019 é de R$4.571 (R$3.956 em 31 de dezembro de 2018).

20.1.2.2 Fiscais

• Discussão na esfera judicial sobre créditos de ICMS utilizados pela Companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R$121.905 (R$180.649 em 31 de dezembro de 2018), a redução no valor foi devido a reavaliação e segregação dos valores, os quais foram distribuídos em provável, possível e remoto. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.

• Discussão administrativa relativa à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas de 2007 e 2012, no valor atualizado até 31 de dezembro de 2019 de R$35.570 (R$34.655 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussão judicial decorrente de execução fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de CSLL, relativa ao ano-calendário de 2009, que foi compensada com saldo de base negativa de CSLL de exercícios anteriores, acumulada pela empresa cindida AES Eletropaulo, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R$39.064 (R$38.273 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas envolvendo o montante atualizado até 31 de dezembro de 2019 de R$211.901 (R$207.768 em 31 de dezembro de 2018), referentes às compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE). A Companhia apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.

• Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com a Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2019 é de R$76.339 (R$75.355 em 31 de dezembro de 2018). Atualmente o processo aguarda julgamento de Recurso nos Tribunais Superiores.

• Autuações de prefeituras que exigem o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor da contingência em 31 de dezembro de 2019 é de R$75.128 (R$63.187 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.

• Ação judicial que assegura o direito de não incluir o valor do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS) na base de cálculo das contribuições ao programa de integração social (PIS) e ao financiamento da seguridade social (COFINS). A companhia obteve decisão favorável transitada em julgado e adotará as medidas cabíveis para habilitação do crédito junto a Receita Federal.

20.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é de R$31.760 (R$38.614 em 31 de dezembro de 2018).

Considerando o disposto no item 86 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não necessita efetuar o detalhe das suas contingências classificadas como remotas. Entretanto, pelo fato gerador do principal estar a decorrer, sem perspectiva de término no médio prazo e dada a materialidade dos saldos, a Companhia entende que deve proceder à divulgação da ação mencionada abaixo.

20.1.3.1 Fiscais

A Companhia, por meio do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SindiEnergia, ajuizou em 21 de janeiro de 2011 dois Mandados de Segurança Coletivos contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando a suspensão dos efeitos dos Decretos nºs 55.421/10 e 55.867/10. Ambos os processos possuem sentenças favoráveis, confirmadas até o momento em julgamento de recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Em 13 de maio de 2013, a Fazenda Estadual interpôs recursos aos Tribunais Superiores, os quais aguardam julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2019, nos termos dos Decretos, é de R$603.528 (R$535.448 em 31 de dezembro de 2018). O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R$596.669 e está representado por 39.091.735.037 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

21.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro a ser destinado:			
Lucro líquido apurado no exercício		343.103	213.493
Constituição da reserva legal	21.3	(10.859)	(10.675)
		332.244	**202.818**
Destinação do lucro:			
Dividendos intermediários - JSCP	15	70.208	66.294
Dividendos complementares	15	23.384	-
Lucro do exercício a deliberar	21.3.2	238.652	136.524
		332.244	**202.818**
Dividendos por ação - R$ - JSCP		0,00180	0,00170

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.3 Reservas

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de capital			
Ágio na incorporação de sociedade controladora	13.2.1.2	77.687	77.687
		77.687	**77.687**
Reservas de lucros			
Legal	21.2	119.334	108.475
Retenção de lucros	21.3.1	376.182	376.182
Lucro do exercício a deliberar	21.2 e 21.3.2	238.652	136.524
		734.168	**621.181**

21.3.1 Retenção de lucros
A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.
21.3.2 Lucro do exercício a deliberar
Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício anterior excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.
O saldo em 31 de dezembro de 2018 de R$136.524 foi distribuído como dividendos adicionais (Nota 15) conforme deliberação da AGO realizada em 30 de abril de 2019.
21.4 Outros resultados abrangentes
Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.
A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2018	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2019
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(148.677)	147.195	(248.571)		(250.053)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	50.549			34.468	85.017
	(98.128)	**147.195**	**(248.571)**	**34.468**	**(165.036)**

22. Receitas
As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.
A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.
Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:
• **Fornecimento - Faturado:** São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada pelo órgão regulador.
• **Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado:** São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador.
• **Não faturado:** Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das demonstrações financeiras. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizado e a tarifa vigente.
• **Resultados de ativos financeiros setoriais:** É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.
• **Suprimento - Faturado:** Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa estabelecida no contrato.
• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.
• **Receita de construção:** O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 23).
• **Subvenções vinculadas ao serviço concedido:** É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 12.1) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.
• **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

	Nota	Nº de consumidores (*) 2019	Nº de consumidores (*) 2018	MWh (*) 2019	MWh (*) 2018	R$ 2019	R$ 2018
Fornecimento - Faturado							
Residencial		1.770.287	1.722.917	3.836.965	3.747.802	1.632.238	1.569.564
Industrial		13.161	13.041	1.181.270	1.295.513	508.548	522.376
Comercial		132.828	128.403	1.980.589	1.918.708	853.078	794.039
Rural		4.912	7.915	79.381	81.684	23.810	32.063
Poder público		8.937	8.890	305.504	304.963	128.647	123.684
Iluminação pública		3.823	3.438	323.657	329.506	72.896	78.521
Serviço público		1.507	1.395	272.805	255.817	108.036	91.120
Consumo próprio		163	174	5.727	6.249		
		1.935.618	**1.886.173**	**7.985.898**	**7.940.242**	**3.327.253**	**3.211.367**
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado							
Consumidores cativos							
Residencial						1.222.535	974.391
Industrial						262.075	270.237
Comercial						541.499	450.453
Rural						15.153	11.588
Poder público						72.227	62.891
Iluminação pública						62.287	49.327
Serviço público						46.793	41.535
Consumidores livres		642	518	7.398.300	7.200.801	1.184.952	1.039.039
		642	**518**	**7.398.300**	**7.200.801**	**3.407.521**	**2.899.461**
Não faturado							
Fornecimento						(31.958)	14.515
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição						(23.057)	15.900
						(55.015)	**30.415**
Resultados de ativos financeiros setoriais	7						
CVA						(307.833)	231.174
Itens financeiros - RTE						(43.613)	(46.603)
Itens financeiros - Outros						73.122	(46.272)
PIS/COFINS						(780.015)	5.878
						(1.058.339)	**144.177**
Suprimento - Faturado	6.2	2	2	881.875	51.326	219.882	11.894
Energia de curto prazo	22.1			629.948	616.884	147.530	258.532
Receita de construção	23					328.973	318.683
Atualização do ativo financeiro indenizável	13.1					135.811	28.324
Serviços cobráveis						6.408	8.893
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	22.2					157.618	216.579
Ressarcimento por indisponibilidade						(8.690)	(5.951)
Arrendamentos e aluguéis						56.188	49.407
Outras receitas operacionais						7.961	9.973
Receita operacional bruta		**1.936.262**	**1.886.693**	**16.896.021**	**15.809.253**	**6.673.101**	**7.181.754**
(-) Deduções à receita operacional							
Tributos sobre a receita							
ICMS						(1.509.648)	(1.420.554)
PIS/COFINS						162.430	(644.953)
ISS						(338)	(340)
		-	**-**	**-**	**-**	**(1.347.556)**	**(2.065.847)**
Encargos do consumidor							
P&D e PEE	19.2					(39.766)	(37.951)
CDE	19.1					(798.710)	(851.361)
PROINFA - Consumidores Livres						(59.871)	(47.484)
Bandeiras tarifárias (CCRBT)	19.3					(19.395)	13.550
Outros encargos	19					(4.283)	(3.575)
		-	**-**	**-**	**-**	**(922.025)**	**(926.821)**
		-	**-**	**-**	**-**	**(2.269.581)**	**(2.992.668)**
Receita		**1.936.262**	**1.886.693**	**16.896.021**	**15.809.253**	**4.403.520**	**4.189.086**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.
22.1 Energia de curto prazo
A variação no exercício refere-se ao preço elevado do PLD em 2018, devido a escassez de chuvas e o aumento das usinas termoelétricas sendo despachadas, e no exercício de 2019 o cenário foi ao contrário por conta do aumento das chuvas, resultando em um valor monetário menor, mesmo que a venda em MWh tenha sido linear.
22.2 Subvenções vinculadas ao serviço concedido
A variação no exercício refere-se: (i) as evoluções de cada segmento de mercado em que incidem os benefícios tarifários, assim como as variações tarifárias ocorridas no processo de 2019, que representram um efeito médio ao consumidor de -5,33%; e (ii) ao efeito do recurso administrativo apresentado pela Companhia no processo tarifário de 2018, objetivando o reparo de erro material que majorou o subsídio tarifário referente a Carga Fonte Incentivada, aplicados pela ANEEL na revisão tarifária de 2019, conforme Nota Técnica nº 192/2019-SGT/ANEEL.

23. Gastos operacionais
Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo do serviço: contempla os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados a concessão, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura e os gastos relacionados ao atendimento comercial e operação e manutenção da concessão; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.
Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

2019		Custo do serviço			Despesas operacionais			
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda	23.1	2.457.921						2.457.921
Encargos de uso da rede elétrica	23.2	473.582						473.582
Outras		975						975
		2.932.478	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.932.478**
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.3		137.132	46		44.960		182.138
Material			9.864	51		7.383		17.298
Serviços de terceiros	23.4		95.437	107		74.852		170.396
Depreciação - Imobilizado em serviço			183			510		693
Depreciação - Ativos de direito de uso			9.169					9.169
Amortização			95.104			11.760		106.864
PECLD/perdas líquidas	23.5				57.114			57.114
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							23.210	23.210
Arrendamentos e aluguéis						2.732		2.732
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							38.848	38.848
Custo com construção da infraestrutura	22			328.973				328.973
Outras			25.651			14.129		39.780
		-	**372.540**	**329.177**	**57.114**	**156.326**	**62.058**	**977.215**
Total		**2.932.478**	**372.540**	**329.177**	**57.114**	**156.326**	**62.058**	**3.909.693**

2018		Custo do serviço			Despesas operacionais			
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda	23.1	2.431.537						2.431.537
Encargos de uso da rede elétrica	23.2	499.111						499.111
Outras		952						952
		2.931.600	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.931.600**
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.3		129.232	46		39.167		168.445
Material			8.521	59		8.099		16.679
Serviços de terceiros	23.4		100.833	130		76.239		177.202
Depreciação - Imobilizado em serviço			185			151		336
Amortização			88.866			10.924		99.790
PECLD/perdas líquidas	23.5				35.089			35.089
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							19.954	19.954
Arrendamentos e aluguéis			710			7.825		8.535
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							39.308	39.308
Custo com construção da infraestrutura	22			318.683				318.683
Outras			23.404			10.013		33.417
		-	**351.751**	**318.918**	**35.089**	**152.418**	**59.262**	**917.438**
Total		**2.931.600**	**351.751**	**318.918**	**35.089**	**152.418**	**59.262**	**3.849.038**

(i) Em atendimento às melhores práticas de mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBovespa, apresentamos o investimento social da Companhia que é dividido em: educação, cultura, saúde e saneamento e esporte. Do valor total da rubrica de Outras de R$39.780 (R$33.417 em 2018), R$994 (R$818 em 2018) referem-se ao montante de doações para investimento social. Adicionalmente, a Companhia também efetuou doações incentivadas utilizadas como benefício fiscal no montante de R$4.025 (R$1.565 em 2018), apresentadas líquidas dos montantes a recolher de ICMS e Imposto de Renda e Contribuição social.
23.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2019	2018
Contratos de compra de energia por disponibilidade	23.1.1	922.713	993.597
Contratos de compra de energia por quantidade		492.050	406.630
PROINFA		68.701	63.131
Contratos de compra de energia por cotas	23.1.2	531.840	692.409
Energia de curto prazo	23.1.3	114.396	(17.019)
Energia de Itaipu Binacional		538.792	525.534
Encargo de Energia de Reserva - EER		21.868	24.505
Encargos de Serviço do Sistema - ESS		1.082	(11.312)
Outros		1.837	1.581
(-) Créditos de PIS/COFINS		(235.358)	(247.519)
		2.457.921	**2.431.537**

23.1.1 Contratos de compra de energia por disponibilidade
A redução dos montantes relacionados à compra de energia nos contratos na modalidade de disponibilidade decorre, principalmente, pela redução no acionamento de despachos termoelétricos realizado pelo ONS, em conjunto aos preços baixos do PLD em 2019, quando comparado ao exercício anterior.
23.1.2 Contratos de compra de energia por cotas
A redução dos montantes relacionados à compra de energia nos contratos na modalidade de cotas decorre, principalmente, da compra de energia nos contratos na modalidade de Cotas de Garantia Física, cuja energia é contratada no ACR e firmam o termo de repactuação do risco hidrológico e da contratação de Itaipu. No periodo houve uma redução do risco hidrológico associado às usinas.
23.1.3 Energia de curto prazo
A variação deve-se, substancialmente, ao aumento de compra de energia no âmbito da CCEE pelo fato de que, a Companhia esteve menos sobrecontratada em 2019 quando comparado a 2018, aliado ao Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE que deu início seu despacho em fevereiro de 2019, ocasionando assim um aumento nos gastos de energia de curto prazo.
23.2 Encargos de uso da rede elétrica
A variação do exercício é decorrente, principalmente, da redução do valor dos encargos onde, no último reajuste tarifário das transmissoras, apresentaram uma redução média 2,90%. O efeito negativo dos custos de rede básica é resultado da combinação de três fatores: (i) revisão periódica das Receitas Anuais Permitidas - RAPs das concessionárias de transmissão licitadas; (ii) redução de 50% da RAP dos contratos licitados no período 1999-2006 e que completaram 15 anos durante o ciclo 2017-2018 ou 2018-2019; e (iii) revisão provisória da RAP das concessionárias de transmissão que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013.
23.3 Pessoal e Administradores

	2019	2018
Pessoal		
Remuneração	83.376	70.189
Encargos	27.303	28.028
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	15.417	12.993
Outros benefícios - Corrente	42.369	36.683
Outros	9.435	16.755
	177.900	**164.648**
Administradores		
Honorários e encargos	3.850	3.412
Benefícios dos administradores	388	385
	4.238	**3.797**
	182.138	**168.445**

23.4 Serviços de terceiros

	2019	2018
Serviços de consultoria	17.044	18.363
Serviços comerciais	59.775	62.703
Serviços de manutenção	32.387	27.296
Serviços técnicos	3.045	9.205
Serviços de limpeza e vigilância	8.432	8.872
Serviços de informática	27.592	30.312
Serviços de telecomunicações	3.726	4.484
Serviços Compartilhados	7.377	5.190
(-) Crédito de PIS/COFINS	(6.029)	(6.139)
Outros	17.047	16.916
	170.396	**177.202**

23.5 PECLD
No exercício, o resultado de R$57.114 foi impactado pela criação de tabela de perdas esperadas para Consumo Irregular, onde os percentuais de provisão são significativamente superior aos percentuais aplicados sobre as faturas de Consumo Regular (Nota 6.3). Desta forma, enquanto no exercício de 2018 os faturamentos para Consumo Irregular eram provisionados pela tabela geral de perdas esperadas, em 2019 esta modalidade de faturamento possui uma tabela própria de provisionamento.
23.6 Arrendamentos e aluguéis
O montante registrado em Arrendamentos e aluguéis refere-se aos arrendamentos que não foram contemplados pelo CPC 06 (R2) devido as isenções opcionais.

24. Resultado financeiro

	Nota	2019	2018
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		13.918	5.175
Energia vendida		80.198	77.685
Depósitos judiciais	11	5.317	12.139
Ativos/passivos financeiros setoriais			11.745
Juros e multa sobre tributos	8	241.163	9.370
Outros juros e variações monetárias		557	1.558
Operações de *swap* e *hedge*	17.2	2.460	11.388
Ajustes a valor presente	6.1	571	2.722
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(8.571)	(8.044)
Outras receitas financeiras		1.000	5.252
		336.613	**128.990**
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	17.2	(53.108)	(59.531)
Debêntures	16.2	(58.170)	(37.852)
Variações em moeda estrangeira	17.2	(2.980)	(14.259)
(-) Juros capitalizados	13.3	3.166	3.398
Energia comprada		(35)	(953)
Juros e multa sobre tributos	8	(11.704)	(12.104)
Ativos/ passivos financeiros setoriais	7	(223.641)	
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	20.1.1	(26.012)	(28.944)
Benefícios pós-emprego	18.1.1.1	(5.610)	(2.352)
Arrendamentos e aluguéis	12.5	(3.607)	
Outros juros e variações monetárias		(3.975)	(9.290)
Outras despesas financeiras		(13.344)	(19.001)
		(399.020)	**(180.888)**
Total		**(62.407)**	**(51.898)**

25. Imposto de renda e Contribuição social
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.
As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2019	2018
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		431.420	288.150
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		(146.683)	(97.971)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(295)	(291)
Resultados de equivalência patrimonial			
Juros sobre o capital próprio		23.871	22.554
Outras		(324)	(336)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	25.1	32.800	1
Ajuste lucro presumido			
Incentivos fiscais		2.314	1.386
SUDENE			
Despesa de IRPJ e CSLL		**(88.317)**	**(74.657)**
Alíquota efetiva		20,47%	25,91%

25.1 Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores
Do montante de R$32.800, R$21.143 é decorrente de benefício fiscal proveniente de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, dos exercício de 2016 e 2017, que foram reconhecidos após a apresentação dos projetos ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT e R$11.657 é decorrente dos créditos do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, dos exercícios de 2007 a 2017.

26. Resultado por ação
O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	343.103	213.493
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	39.091.735	39.091.735
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,00878	0,00546

27. Instrumentos financeiros e Gestão de riscos
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.
27.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.
27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros
Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo 31/12/2019	Valor justo 31/12/2018	Valor contábil 31/12/2019	Valor contábil 31/12/2018
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	204.814	50.135	204.814	50.135
Ativo financeiro indenizável	13.1	Nível 3	1.211.586	916.218	1.211.586	916.218
			1.416.400	**966.353**	**1.416.400**	**966.353**
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento		Nível 2	217.204	101.619	217.204	101.619
Consumidores e concessionárias	6	Nível 2	1.062.359	1.059.934	1.062.359	1.059.934
Cauções	11	Nível 2	399	434	399	434
Ativos financeiros setoriais	7	Nível 2	149.876	329.296	149.876	329.296
Outros créditos - Partes relacionadas	12	Nível 2	2.200	1.155	2.200	1.155
			1.432.038	**1.492.438**	**1.432.038**	**1.492.438**
			2.848.438	**2.458.791**	**2.848.438**	**2.458.791**

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Níveis	Valor justo 31/12/2019	Valor justo 31/12/2018	Valor contábil 31/12/2019	Valor contábil 31/12/2018
Passivos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17					
Moeda estrangeira		Nível 2		39.816		39.816
Derivativos		Nível 2		(2.156)		(2.156)
			-	**37.660**	**-**	**37.660**
Custo amortizado						
Fornecedores	14	Nível 2	579.263	497.035	579.263	497.035
Debêntures	16	Nível 2	833.637	654.316	831.740	656.119
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17					
Moeda nacional		Nível 2	603.985	700.746	618.088	663.474
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	12	Nível 2	5.045	1.656	5.045	1.656
Arrendamentos e aluguéis	12.5	Nível 2	37.246		37.246	
Passivos financeiros setoriais	7	Nível 2	1.247.873	127.455	1.247.873	127.455
			3.307.049	**1.981.208**	**3.319.255**	**1.945.739**
			3.307.049	**2.018.868**	**3.319.255**	**1.983.399**

27.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

27.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

27.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 17), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente aos contratos com o BNDES, uma vez que estes contratos possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures e dos Empréstimos e financiamentos diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures, Empréstimos e financiamentos e Derivativos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

27.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

27.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

Durante o exercício, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo no resultado, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros Libor do financiamento contratado junto ao Banco Citibank, liquidado em 04 de setembro (Nota 17.4).

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício, assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	Contraparte	Vigência	Posição	Nocional USD 31/12/2018	Nocional R$ 31/12/2018	Valor justo 31/12/2018	Efeitos no Resultado 2019	Efeitos no Resultado 2018
Swap								
Ativo	Citibank N.A.	04/09/2015 a 04/09/2019	Libor 3M + 1,84% a.a.	10.129		39.956	4.243	16.398
Passivo			CDI + 1,20% a.a.		(37.500)	(37.800)	(1.783)	(5.010)
				10.129	**(37.500)**	**2.156**	**2.460**	**11.388**

O derivativo foi liquidado conforme demonstrado na nota 17.4.

Os efeitos no resultado do exercício da dívida em moeda estrangeira, líquida do derivativo (*swap),* são demonstrados a seguir:

	Resultado 2019	Resultado 2018
Receitas financeiras		
Variações monetárias moeda estrangeira	4.111	7.932
	4.111	**7.932**
Despesas financeiras		
Variações monetárias moeda estrangeira	(7.091)	(22.191)
Encargos de dívidas	(1.403)	(2.885)
Operações de *swap* e *hedge*	2.499	12.408
Marcação a mercado	(39)	(1.020)
	(6.034)	**(13.688)**
Total	**(1.923)**	**(5.756)**

Os impactos dos ganhos e perdas, por tipo de proteção, foram os seguintes:

	Resultado 2019	Resultado 2018
Derivativos com propósito de proteção		
Riscos cambiais	2.980	14.256
Riscos de taxas de juros e moeda	(520)	(2.868)
	2.460	**11.388**
Total	**2.460**	**11.388**

27.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commision* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.

O Comitê de Risco é composto por 3 "*Risk Officers*" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

27.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e Debêntures captados pela Companhia, apresentados nas notas 16 e 17, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado à TJLP, CDI e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, contudo, as alterações de variação cambial são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo da CVA.

27.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	*Aging* cenário provável: Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	204.593	6.558			6.558	1.677	3.369	(1.662)	(3.309)
Fundos de investimento	CDI	221	53			53	15	30	(14)	(28)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	399					146			
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**205.213**	**6.611**	**-**	**-**	**6.611**	**1.838**	**3.399**	**(1.676)**	**(3.337)**
Debêntures	CDI	357.648	(18.613)	(43.229)		(61.842)	(15.216)	(30.338)	15.312	30.722
Empréstimos e financiamentos - NP	CDI	307.771	(19.395)	(68.572)		(87.967)	(24.861)	(50.953)	23.672	46.196
Instrumentos financeiros passivos	**CDI**	**665.419**	**(38.008)**	**(111.801)**	**-**	**(149.809)**	**(40.077)**	**(81.291)**	**38.984**	**76.918**
		870.632	**(31.397)**	**(111.801)**	**-**	**(143.199)**	**(38.239)**	**(77.892)**	**37.308**	**73.581**
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	116.438	(3.619)	(5.995)	(48)	(9.662)	(1.473)	(2.930)	1.489	2.996
Instrumentos financeiros passivos	**TJLP**	**116.438**	**(3.619)**	**(5.995)**	**(48)**	**(9.662)**	**(1.473)**	**(2.930)**	**1.489**	**2.996**
Debêntures	IPCA	275.835	(26.530)	(91.470)	(6.734)	(124.734)	(15.278)	(31.212)	14.649	28.695
Empréstimos e financiamentos - BNDES	IPCA	142.211	(7.267)	(11.115)	(385)	(18.767)	(1.823)	(3.702)	1.769	3.485
Instrumentos financeiros passivos	**IPCA**	**418.046**	**(33.797)**	**(102.585)**	**(7.119)**	**(143.501)**	**(17.101)**	**(34.914)**	**16.418**	**32.180**

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 4,1% e 6,4% a.a.; TJLP entre 4,9% e 5,2% a.a; e IPCA entre 0,6% e 7,5% a.a.

27.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 16 e 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; (ii) Consumidores e Concessionárias (Nota 6), cujos os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos; (iii) Ativo financeiro indenizável (Nota 13.1) cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição; e (iv) Ativos financeiros setoriais (Nota 7) que serão homologados pelo Poder Concedente e recebidos por meio da tarifa nos próximos reajustes ou revisões tarifárias.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 29.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2019: Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	31/12/2018 Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	400.118	117.984	61.161			579.263	497.035
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			1.145	3.900		5.045	1.656
Debêntures			176.855	654.885		831.740	656.119
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			84.297	533.791		618.088	703.290
Derivativos						-	(2.156)
Arrendamentos e aluguéis	1.181	2.363	10.632	14.577	8.493	37.246	-
Passivos financeiros setoriais				1.247.873		1.247.873	127.455
	401.299	**120.347**	**334.090**	**2.455.026**	**8.493**	**3.319.255**	**1.983.399**

27.2.2.1 Risco de sobrecontratação

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial no Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente e da consequente liquidação ao PLD. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite, sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os riscos com a compra de energia para atendimento ao mercado cativo. Para tal, a cada processo de decisão do montante de declaração de compra de energia em leilão e da participação em Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD ou venda de energia por meio do MVE, utilizam-se de modelos estatísticos para a projeções de diversos cenários de consumo, onde correlaciona-se variáveis climáticas, econômicas e tarifárias, além de modelos de otimização que buscam a minimização do custo, risco de penalidade e não-repasse tarifário.

Na regulação atual, a expansão em lastro do sistema energético nacional é garantida por meio da contratação de energia de longo prazo pelas distribuidoras, por meio da projeção do seu mercado cativo, com 3 a 6 anos de antecedência em relação ao período de suprimento da energia elétrica adquirida (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), ou seja, as decisões de contratações utilizam-se de projeções econômicas de longo prazo que em situação de normalidade não apresentam grandes variações. O montante dos compromissos contratuais para compra de energia futura firmados até 31 de dezembro de 2019 estão apresentados na nota 29.1.

No cenário atual, além da queda no consumo ocasionada por uma conjuntura econômica adversa e imprevisível com 3 a 6 anos de antecedência, a forte elevação nas tarifas do mercado regulado em contrapartida de um preço baixo no mercado livre, levaram muitos clientes a migrarem do ambiente cativo ao livre, motivados por uma redução do custo com a compra de energia. Ambos os fatores levaram as distribuidoras a um cenário generalizado de sobrecontratação.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação para que as distribuidoras possam elevar ou reduzir o volume de energia contratada, ou seja, administrar seus portfólios de contratos. São eles:

• Elevação do nível de contratação por meio da contratação nos Leilões A-7, A-6, A-5, A-4, A-3, A-2, A-1, A-0, de fontes alternativas (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), de ajuste e também por meio de participações no MCSD tanto de Energia Existente quanto de Energia Nova com declaração de déficit;

• (i) Diminuição do nível de contratação por meio da redução dos volumes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs de energia existente por quantidade, com redução anual de até 4% do volume contratado por variações de mercado; (ii) declaração inferior a 96% do montante de reposição em Leilões A-1 (alterado pelo Decreto nº 8.828/16); (iii) redução de contratos de energia existente por quantidade por migração de consumidores convencionais e especiais (Previsto pela Resolução Normativa nº 726/2016) ao Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iv) acordos bilaterais; e (v) participação em MCSD's com declaração de sobra e venda de energia para o ACL por meio do MVE.

Com a publicação da Lei nº 12.783/13, que tratou da prorrogação das concessões do setor de energia elétrica, os agentes detentores de usinas hidrelétricas cujo prazo de concessão terminasse em até cinco anos puderam solicitar a renovação da concessão, submetendo-se ao regime de Cotas de Garantia Física, alocadas às distribuidoras por meio dos Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGFs. Assim, a partir de 2013, os CCGFs substituíram parte dos CCEARs de energia existente das distribuidoras.

No entanto, aos CCGFs não foi dada a prerrogativa de redução do volume contratado para que a distribuidora pudesse administrar o seu nível de contratação. Com esta alteração, alheia à gestão das distribuidoras, este segmento passou a não possuir mecanismos suficientes para se proteger contra a redução de consumo e migração de clientes ao ambiente livre. Nomeadamente, passou a não mais poder participar do MCSD 4%, tampouco do MCSD Trocas Livres e do MCSD Mensal. Logo, não mais pôde realizar reduções de volume nos CCEARs de energia existente tal como preconizado na Lei nº 10.848/04 e no artigo 29 do Decreto nº 5.163/04.

Além dos contratos CCGFs, que não apresentam a prerrogativa de redução do volume contratado, a perda de flexibilidade das distribuidoras na gestão de suas sobras contratuais foi potencializada pela introdução de CCEARs de energia existente por disponibilidade nos seus portfólios, os quais também não preveem cláusula contratual específica que permita a redução do montante contratado.

Em 2016 a Nota Técnica n°109/2016 propunha o aprimoramento da Resolução Normativa nº 693/2015 permitindo criar o MCSD de Energia Nova como um mecanismo adicional para que tanto distribuidoras quanto geradoras pudessem descontratar energia no mercado regulado. Recentemente, mediante Resolução Normativa n° 833/2018, foi regulamentado o MVE como instrumento adicional de gestão de sobra de energia para as distribuidoras. Contudo, esta nova normativa também limitou a eficiência do MCSD Energia Nova e dos contratos bilaterais na redução do nível de contratação, permitindo a utilização destes mecanismos apenas com usinas que não estejam em operação comercial.

Com a publicação do Decreto nº 9.143/17, passou-se a reconhecer a exposição contratual involuntária das distribuidoras sempre que observada a condição do máximo esforço do agente, em razão de: (i) compra frustrada de energia elétrica em leilões de contratação; (ii) acontecimentos extraordinários e imprevisíveis decorrentes de eventos alheios à vontade do agente vendedor, reconhecidos pela ANEEL; (iii) alterações na distribuição dos CCGFs, na disponibilidade de energia e potência da Itaipu Binacional, do PROINFA e, a partir do ano de 2013, das Usinas Angra 1 e Angra 2; e (iv) exercício da opção de compra por consumidores livres e especiais. Contudo, apesar de reconhecida a exposição involuntária, os critérios de cumprimento da condição de máximo esforço do distribuidor estão em fase final de apuração na ANEEL no que se refere aos anos de 2016 em diante.

A sobrecontratação de energia, relativa ao exercício de 2019, afetou negativamente o resultado da Companhia em R$307.

27.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (C*ovenants)*, normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 16 e 17. Até 31 de dezembro de 2019 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para os Empréstimos, financiamentos e Debêntures nas respectivas notas 16 e 17. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passiveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

27.2.3 Risco hidrológico

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoelétricas, gerando maior necessidade de caixa e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) a antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma assegurar o suprimento de energia; (iii) minimização dos impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

27.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Consumidores e Concessionárias

Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Desta forma, o atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Assim, para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. Contudo, a Companhia realiza abrangentes estudos para determinar a perda estimada para estes ativos.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização do contas a receber de consumidores é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa a Companhia realiza diversos métodos de cobrança tais como cobranças administrativas, notificações na fatura de energia e via SMS, protesto junto aos cartórios, restrição de crédito junto às empresas de proteção ao crédito, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial, internet, aplicativo, além de realização de feirões para acordos de pagamentos.

Adicionalmente, com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a regulamentação da ANEEL prevê o repasse nas tarifas do montante de receitas não arrecadadas, transcorridos o prazo de 5 anos de cobrança, conforme regulamentação vigente por meio do submódulo 2.2 do PRORET.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

Em se tratando de aplicações financeiras vinculadas à CDB ou lastreadas em debêntures, a Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's).

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Classificação da instituição financeira			
AAA		179.403	50.013
AA		25.190	
	5	**204.593**	**50.013**

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento Restrito cuja carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 5.2).

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

• Ativo financeiro indenizável

O saldo refere-se a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente e são decorrentes dos investimentos realizados na infraestrutura da concessionária que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o final da concessão. O contrato de concessão garante o direito da Companhia à indenização dos ativos de infraestrutura ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em procedimentos de fiscalização da agência.

• Ativos financeiros setoriais

Os ativos financeiros setoriais decorrem das diferenças entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, comparados àqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Anualmente, a ANEEL revisa as tarifas de Companhia e incorpora tais ativos na mesma. Adicionalmente, o contrato de concessão também garante que serão indenizados à Companhia os saldos remanescentes de eventual insuficiência de ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSESP etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

27.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos e debêntures	1.449.828	1.357.253
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(422.018)	(151.754)
Dívida líquida	**1.027.810**	**1.205.499**
Total do Patrimônio Líquido	1.243.488	1.197.409
Total do capital	**2.271.298**	**2.402.908**
Índice de alavancagem financeira - %	45,25%	50,17%

28. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

28.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2019					
				Efeito não caixa			
	Nota	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Valor justo	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2019
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento							
Dividendos	15	56.350	(192.874)			219.585	83.061
Debêntures	16.2	656.119	117.451			58.170	831.740
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17.2	701.134	(136.674)	7.287	39	46.302	618.088
Arrendamentos e aluguéis	12.5	-	(7.050)	3.148	459	40.689	37.246
		1.413.603	**(219.147)**	**10.435**	**498**	**364.746**	**1.570.135**

	2018					
			Efeito não caixa			
	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Valor justo	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2018
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento						
Dividendos	55.780	(55.780)			56.350	56.350
Debêntures	359.758	258.509			37.852	656.119
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	710.597	(71.865)	6.514	1.018	54.870	701.134
	1.126.135	**130.864**	**6.514**	**1.018**	**149.072**	**1.413.603**

28.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2019	2018
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	83.061	56.350
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures aos Ativos da concessão	3.166	3.398
Capitalização nos Ativos da concessão relativos a contingências	3.769	10.325
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	40.689	
Total	**130.685**	**70.073**

29. Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	98	32			130	2.406
Obrigações de compra						
Compra de energia	2.586.463	4.532.530	4.017.069	12.625.029	23.761.091	22.683.350
Encargos de conexão e transporte de energia	330.431	686.203	617.040	1.086.389	2.720.063	2.815.897
Materiais e serviços	374.753	319.788	93.181	327	788.049	637.919
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	82.499	118.108	69.138	4.730	274.475	196.341
	3.374.244	**5.656.661**	**4.796.428**	**13.716.475**	**27.543.808**	**26.335.913**

(*) Os compromissos contratuais referidos no quadro acima compreendem os contratos de arrendamentos e aluguéis que não foram contemplados no escopo do CPC 06 (R2) e, portanto, não encontram-se registrados nestas demonstrações financeiras.

Do montante de R$26.335.913 em 31 de dezembro de 2018, R$7.112 referiam-se a valores de arrendamento devido a Companhia ter adotado a abordagem prospectiva.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	98	25			123	2.435
Obrigações de compra						
Compra de energia	2.586.463	5.085.326	5.152.059	21.555.088	34.378.936	32.962.593
Encargos de conexão e transporte de energia	330.431	770.431	797.652	1.595.352	3.493.866	3.935.374
Materiais e serviços	374.753	248.353	79.017	314	702.437	651.193
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	71.085	108.851	68.202	3.816	251.954	221.829
	3.362.830	**6.212.986**	**6.096.930**	**23.154.570**	**38.827.316**	**37.773.424**

(*) Do montante de R$37.773.424 em 31 de dezembro de 2018, R$11.385 referiam-se a valores de arrendamento devido a Companhia ter adotado a abordagem prospectiva.

29.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido 31/12/2019	Limite máximo garantido 31/12/2018
Seguro de vida	Aval de acionista	144.776	135.741
Ações judiciais	(i) Fiança Bancária, (ii) Seguro garantia e (iii) Depósito Caucionado	470.870	146.078
Outros	(i) Fiança Bancária, (ii) Recebíveis e (iii) Depósito Caucionado	41.601	35.959
		657.247	**317.778**

Os valores em garantia de Fornecedores (Nota 14), Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 17) e Provisões (Nota 20), estão demonstrados em suas respectivas notas.

30. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	452.940	32.000	419.389	32.000
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	89.664	65.000	69.925	65.000
Responsabilidade civil	1.036	1.036		
Transportes (materiais)	25.600	3.000	9.600	2.500
Transportes (veículos)	789	789	789	789
Seguro de vida	144.775	(*)	135.741	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial das subestações onde, dentre os itens segurados, destacam-se máquinas e equipamentos de transmissão e distribuição de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$17.190;

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$193.210; e

(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$4.110.

31. Eventos Subsequentes

31.1 Contingência Fiscal Remota

Em 12 de fevereiro de 2020 transitou em julgado a decisão favorável ao Sindienergia (Nota 20.1.3.1), com o encerramento do processo e baixa da contingência envolvendo a Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Michel Nunes Itkes
Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Pompeu Freire de Mesquita
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Michel Nunes Itkes
Diretor-Presidente

Fernando Peixoto Saliba
Diretor de Sustentabilidade

José Roberto Pascon
Diretor de Planejamento e Engenharia

Luiz Falcone
Diretor de Regulação

Dyogenes Rosi
Diretor de Planejamento Energético

Marney Tadeu Antunes
Diretor Comercial e Diretor de Distribuição

Julio Cesar de Andrade
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EDP São Paulo Distribuidora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP São Paulo Distribuidora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EDP São Paulo Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valorização e classificação do ativo financeiro indenizável, ativos de concessão e do intangível (Consulte as notas explicativas 13.1, 13.3 e 13.2 às demonstrações financeiras)

As demonstrações financeiras apresentam saldos no ativo não circulante referentes a valores em construção (ativos de concessão) no montante de R$236.862 mil, valores a amortizar no período da concessão (intangível) no montante de R$ 843.093 mil e a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente (ativo financeiro indenizável) no montante de R$ 1.211.586 mil. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), no contrato de construção de distribuição de energia está previsto que os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão dão origem a um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente e, o investimento remanescente, deve ser classificado como um intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, por meio do consumo de energia pelos consumidores. A avaliação dos investimentos entre ativo financeiro indenizável e intangível, pós período de construção (ativos de concessão) envolve complexidade e julgamento por parte da Companhia que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro indenizável e intangível, assim como os controles e critérios de elegibilidade para valorização e registro de adições dos ativos de infraestrutura, os quais estão sujeitos à revisão e homologação pela ANEEL.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de alocação dos investimentos e valorização do ativo financeiro indenizável; realização de inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício; avaliação da atualização monetária dos valores envolvidos, além de testes do cálculo da amortização do intangível. Avaliamos também as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos do ativo financeiro indenizável, ativos de concessão e do intangível, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Reconhecimento de receita de fornecimento não faturado (Consulte as notas explicativas 6 e 22 às demonstrações financeiras)

Parte das receitas de vendas de energia da Companhia é calculada mensalmente efetuando-se a estimativa dos valores de energia fornecida aos consumidores, ainda não faturada na data do balanço, em virtude da defasagem entre a data da última leitura da medição e a data do encerramento do exercício social. Em 31 de dezembro de 2019, o valor estimado de venda de energia fornecida aos consumidores e não faturada totalizava nas demonstrações financeiras R$ 236.563 mil. O reconhecimento da referida receita envolve julgamento significativo pela Companhia para a estimativa de consumo do volume de energia fornecida e respectiva atribuição às diferentes classes de consumidores, índice de perda e a tarifa vigente.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes e julgamentos significativos que envolvem a estimativa de consumo que podem impactar o valor das receitas e contas a receber nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de fornecimento não faturado. Avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia, tais como índice de perdas técnicas e não técnicas, carga real de energia distribuída no mês e tarifa média. Adicionalmente, avaliamos os dados utilizados no cálculo da estimativa efetuada pela Companhia e efetuamos o recálculo da receita de fornecimento não faturado. Avaliamos também as divulgações da Companhia em relação às demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento não faturado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6
Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Investco S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 00.644.907/0001-93

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2019 foi de inúmeras conquistas. Em janeiro, a UHE Lajeado foi eleita como a primeira colocada entre todas as hidrelétricas brasileiras no Relatório do Monitoramento da Campanha de Fiscalização de Desempenho das UHEs com Despacho Centralizado Pelo ONS. O relatório dividiu o acompanhamento em: Gestão de Manutenção, Gestão da Operação, Meio Ambiente, Segurança de Barragem e Indicadores de Desempenho. O resultado veio coroar um intenso processo envolvendo otimização, aperfeiçoamento e modernização de equipamentos, e consolidação da estratégia. A Usina alcançou 97,6% de disponibilidade das unidades geradoras - principal indicador de uma hidrelétrica, sendo o melhor desempenho, desde a sua entrada em operação.
Além da excelência operacional, Lajeado continuou apresentando resultados muito satisfatórios em segurança, alcançando 9,7 anos sem acidentes de trabalho para o quadro próprio e 7,2 anos sem acidentes para contratados - o tema foi intensificado com a implementação de novas metodologias e acompanhamentos. A Escola da Geração, implementada no passado, continuou provendo capacitação ao corpo técnico. A rotina de visitas à Usina foi intensificada, superando as 2.000 realizadas no último ano, atendendo a rede educativa do Estado e a população em geral. A Investco, com apoio do Instituto EDP, patrocinou projetos sociais, esportivos e culturais que beneficiaram mais de 1.200 jovens e crianças de escolas públicas, fomentando o protagonismo infanto-juvenil, além do projeto "hortas hidropônicas", que gerou trabalho e renda para mais de 40 famílias de Miracema. Investimentos sociais como esses colocam a EDP como referência no ranking do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3).
O ano de 2019 significou o fim de uma década, marcada não apenas pelo crescimento das ações e do impacto social da Investco no Tocantins, mas também pelos investimentos que contribuíram positivamente para o impacto econômico e geração de valor para o Estado e País. Em 2020, será mantido o compromisso de melhoria contínua e segurança no trabalho, com foco no aperfeiçoamento do relacionamento com os stakeholders e na valorização da nossa cultura, peças-chave para Lajeado.
Por fim, gostaríamos de agradecer aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pela dedicação e comprometimento de sempre.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.424,7 GWh.
A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.
A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2019 a energia gerada foi de 2.881,5 GWh, 20,0% inferior aos 3.603,6 GWh gerados em 2018 devido ao cenário hidrológico desfavorável. A Usina apresentou índice de disponibilidade média anual de 98,2%, fechando o mês de dezembro com disponibilidade acumulada de 97,6% (apurada com base nos últimos 60 meses), maior valor do índice no histórico da usina e superior ao exigido no Contrato de Concessão, que é de 92,2%.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		2019	2018	
Financeiros				
Ativo total	R$ mil	1,142,690	1,131,991	0.9%
Patrimônio líquido	R$ mil	919,645	895,878	2.7%
Dívida líquida	R$ mil	54,458	91,550	-40.5%
Dívida líquida/Patrimônio líquido	vezes	0.06	0.10	-42.1%
Dívida líquida/EBITDA (12 meses)	vezes	0.35	0.80	-56.8%
DRE				
Receita Líquida	R$ mil	188,053	144,888	29.8%
Gastos gerenciáveis*	R$ mil	(70,142)	(82,487)	-15.0%
Gastos não-gerenciáveis	R$ mil	(1,514)	(1,439)	5.2%
Resultado do serviço (EBIT)	R$ mil	116,397	60,962	90.9%
EBITDA	R$ mil	157,190	114,210	37.6%
Resultado financeiro	R$ mil	(24,702)	(19,145)	29.0%
Resultado antes de IR e CS	R$ mil	91,695	41,817	119.3%
Lucro líquido	R$ mil	72,076	37,918	90.1%
* inclui depreciação e amortização				
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	83.6%	78.8%	4.8%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	38.3%	26.2%	12.2%

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2019	2018	var. %
Receita operacional líquida	**188,053**	**144,888**	**29.8%**
Gastos não gerenciáveis	**(1,514)**	**(1,439)**	**5.2%**
Energia elétrica comprada para revenda	(51)	198	-125.8%
Encargos de uso da rede elétrica	(1,459)	(1,633)	-10.7%
Margem bruta	**186,539**	**143,449**	**30.0%**
Gastos gerenciáveis	**(70,142)**	**(82,487)**	**-15.0%**
Total PMSO	**(29,349)**	**(29,239)**	**0.4%**
Pessoal	(14,840)	(14,312)	3.7%
Materiais	(1,028)	(931)	10.4%
Serviços de terceiros	(10,565)	(10,343)	2.1%
Arrendamentos e aluguéis	(67)	(398)	-83.2%
Provisões e contingências	620	1,388	-55.3%
Outros gastos gerenciáveis	(3,469)	(4,643)	-25.3%
Depreciação e amortização	**(40,793)**	**(53,248)**	**-23.4%**
Depreciação	(42,132)	(50,369)	-16.4%
Amortização	1,339	(2,879)	-146.5%
Resultado do serviço (EBIT)	**116,397**	**60,962**	**90.9%**
EBITDA	**157,190**	**114,210**	**37.6%**
Margem EBITDA	83.6%	78.8%	6.0%
Resultado financeiro líquido	**(24,702)**	**(19,145)**	**29.0%**
Receitas financeiras	2,798	1,616	73.1%
Despesas financeiras	(27,500)	(20,761)	32.5%
LAIR	**91,695**	**41,817**	**119.3%**
Imposto de renda e contribuição social	**(19,619)**	**(3,899)**	**403.2%**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(20,891)	(7,101)	194.2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,272	3,202	-60.3%
Lucro líquido	**72,076**	**37,918**	**90.1%**

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R$ 188,1 milhões em 2019, aumento de 29,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento de R$ 43,2 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada, sendo que, no percentual de remuneração dos ativos está inclusa a remuneração dos custos operacionais.
Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R$ 1,5 milhões no ano de 2019, 5,2% maior que o período anterior.
O **Total de PMSO** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R$ 29,4 milhões no ano de 2019, em linha com o ano de 2018.
No ano de 2019 o **EBITDA** alcançou R$ 157,2 milhões, valor 37,6% superior ao alcançado no ano de 2018, devido à maior receita de arrendamento do período.
A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor de R$ 40,8 milhões, 23,4% inferior ao ano de 2018 em decorrência da finalização de depreciação antecipada de equipamentos que foram cedidos para a construção da linha de transmissão da Taesa.
O **Resultado Financeiro Líquido** piorou R$ 5,6 milhões, 29,0% superior em relação a 2018, principalmente em função do Ajuste de Valor Presente (AVP) das ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" (consideradas como encargos de dívidas de acordo com o CPC 39).
No ano de 2019, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R$ 72,1 milhões, 90,1% superior frente ao mesmo período do ano anterior, decorrente, principalmente do aumento da remuneração do Arrendamento, bem como da finalização da depreciação acelerada da linha de transmissão da Taesa em 2018.

INVESTIMENTOS

Os Investimentos no ano de 2019 totalizaram R$ 15,3 milhões sendo: R$ 0,5 milhões em edificações, obras civis e benfeitorias, R$ 14,7 milhões em máquinas e equipamentos e R$ 0,1 milhões em outros, 95,0% superior ao ano de 2018.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	2019	2018	var.%
(+) Dívida bruta	92,320	93,311	-1.1%
(-) Disponibilidades	-37,862	-1,761	2050.0%
(=) Dívida líquida	**54,458**	**91,550**	**-40.5%**

ENDIVIDAMENTO

A **Dívida Bruta** atingiu R$ 92,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, composta principalmente pelas ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, que de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo de 3% sobre o valor de sua respectiva participação do capital social.
A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R$ 37,9 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R$ 54,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, decréscimo de 40,5% em relação ao ano de 2018. Essa variação ocorreu, em maior parte, afetado pela depreciação acelerada em 2018, além da melhora do Lucro Operacional da empresa, além do aumento de pagamento de dividentos e juros sobre o capital próprio em 2019.

MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Baseado na Norma ISO 14.001, o Sistema de Gestão Ambiental da Investco orienta com processos e procedimentos padronizados que são executados por equipes de cada unidade, com o apoio das áreas de Meio Ambiente Corporativo e de Sustentabilidade, capacitados nessa gestão. A UHE Lajeado manteve durante o ano de 2019 a certificação nas três normas: ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.
A Investco atua de maneira preventiva, investindo continuamente em práticas e tecnologias que minimizem os impactos das atividades, além de elaborar e aplicar procedimentos para atendimento às emergências ambientais. Em 2019, foram aportados mais de R$ 1,3 milhão entre gastos e investimentos voltados a proteção ambiental.
Em 2019, a UHE Lajeado foi apontada pela ANEEL como a melhor usina do Brasil, entre as mais de 100 usinas avaliadas pelo órgão regulador após campanha de fiscalização realizada em 2018. A hidrelétrica da EDP Brasil obteve nota 99,55 no ranking geral das usinas, tendo conquistado nota máxima, de 100 pontos, nos critérios Segurança, Meio Ambiente, Gestão de Operação e Gestão de Manutenção.
Além disso, a Investco recebeu da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, pela terceira vez, o prêmio Empresário Amigo do Esporte, sendo apontada como a organização que mais apoia o esporte no Tocantins.

CANAIS DE DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

Central de Atendimento: Para promover o diálogo constante com a comunidade do entorno do reservatório, além dos atendimentos formais e presenciais, a Investco mantém uma Central de Atendimento com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 646 3443. Por meio dele, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente, e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos.
Site: Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. O site é utilizado também para a publicação de notícias sobre a empresa e a usina.
Publicações em Jornais e Diário Oficial: Por meio dos grandes veículos de comunicação regionais e do DOE - TO (Diário Oficial do Estado do Tocantins), a Investco amplia o alcance da comunicação, interagindo com diversos públicos, e não somente com a comunidade local.
Comerciais via rádio: Outro veículo que atinge grande parte da população é o rádio. No último ano a Investco veiculou comerciais na rádio CBN com foco institucional e informativos com temas pontuais como preservação ambiental e prevenção e combate às queimadas.
Visitas à Usina: Trata-se de uma atividade muito procurada pela comunidade. Após a solicitação por telefone ou e-mail, a Investco recebe grupos de visitantes na usina. Acompanhados por técnicos das áreas de comunicação ou segurança do trabalho, os visitantes assistem a um vídeo em 3D que demonstra todo o funcionamento da usina e a outro com orientações de segurança. Os visitantes ainda participam de uma palestra sobre a empresa e veem de perto as instalações da UHE. No último ano, cerca de duas mil pessoas de diferentes locais do país, conheceram a usina.
Eventos externos: A fim de promover o desenvolvimento regional, a conservação do meio ambiente e estimular práticas saudáveis, a Investco apoia uma série de eventos esportivos e culturais abertos à comunidade. Essas atividades permitem aos participantes e espectadores conhecerem as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa.

PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Programa EDP nas Escolas: O programa investe em ações que contribuem para o fortalecimento da educação pública no Brasil, nas regiões com presença da EDP. Seu principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida estudantil de alunos de escolas públicas municipais de ensino fundamental. Em 2019 duas escolas participaram do Programa: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sebastião Sales, de Lajeado, e a Escola Municipal Francisco Martins Noleto, de Miracema. Foram beneficiados 680 alunos que receberam kits com material escolar, incluindo o livro "Os Heróis e os desafios do meio ambiente" que disseminou temas relacionados aos ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Além disso, os educadores participaram da oficina "Desenvolvendo Habilidades Socioemocionais" com ênfase em Metodologias Ativas e ODS. O Concurso Arte com Energia 2019, motivou alunos e professores a refletirem sobre o tema "Nossa energia para construir um mundo melhor" utilizando a expressão artística fotografia de intervenções sociais, culturais ou ambientais como mecanismo desencadeador de reflexão sobre os ODS. As escolas também receberam a Cia. Os Kaco, com o espetáculo teatral "Transformando nosso mundo".
Projeto Aprender e Crescer: Desenvolvido pela Associação Atlética Atenas, beneficiou 300 crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, moradores de Palmas, Miracema e Lajeado, no Tocantins. Este projeto tem buscado o desenvolvimento integral dos beneficiados e seus aspectos cognitivo, motor e sócio afetivo, além da inclusão social que o esporte pode proporcionar. Faz interface com as escolas municipais e estaduais, para acompanhamento de nota e desempenho dos alunos, para que obtenham melhor rendimento escolar e uma melhor qualidade de vida e oferece reforço escolar aos participantes.
Horta Hidropônica - Cultivando pessoas do risco social a cidadania: Desenvolvido pela Associação Aliança para um Futuro Melhor - ALIAR, o projeto contribuiu para a geração de trabalho e renda de 40 famílias de Miracema, vítimas de violência doméstica, em situação de risco social, vulnerabilidade e bem como dependente químico quando este retorna do tratamento clínico-psicológico e que não possui oportunidade de reintegração social.
Outros investimentos: Reconstrução do Museu da Língua Portuguesa e apoio à Construção do Hospital de Amor, em Palmas.

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou acordo com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas ao exercício de 2019.
Em 2019, a KPMG e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, e posteriores alterações, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

1 - Base de Cálculo	2019 (R$ mil)			2018 (R$ mil)		
Receita líquida (RL)	188.053,00			144.888,00		
Resultado operacional (RO)	116.395,00			60.962,00		
Folha de pagamento bruta (FPB)	13.275,93			11.137,00		
2 - Indicadores Sociais Internos	**R$ mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**R$ mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	922,36	6,95%	0,49%	879,26	7,89%	0,61%
Encargos sociais compulsórios	2.631,24	19,82%	1,40%	2.597,89	23,33%	1,79%
Previdência privada	374,22	2,82%	0,20%	305,85	2,75%	0,21%
Saúde	590,93	4,45%	0,31%	725,46	6,51%	0,50%
Segurança e saúde no trabalho	47,33	0,36%	0,03%	48,85	0,44%	0,03%
Educação	11,17	0,08%	0,01%	20,59	0,18%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Transporte	233,00	1,76%	0,12%	241,17	2,17%	0,17%
Capacitação e desenvolvimento profissional	169,66	1,28%	0,09%	37,68	0,34%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	34,07	0,26%	0,02%	41,28	0,37%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	1.266,27	9,54%	0,67%	1.064,98	9,56%	0,74%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	36,86	0,28%	0,02%	31,67	0,28%	0,02%
Total - Indicadores sociais internos	**6.317,10**	**47,58%**	**3,36%**	**5.994,69**	**53,83%**	**4,14%**
3 - Indicadores Sociais Externos	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	120,00	0,10%	0,06%	75,10	0,12%	0,05%
Cultura	1.231,50	1,06%	0,65%	1.125,95	1,85%	0,78%
Saúde e saneamento	481,11	0,41%	0,26%	486,80	0,80%	0,34%
Esporte	404,27	0,35%	0,21%	513,77	0,84%	0,35%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	23,88	0,04%	0,02%
Outros	157,94	0,14%	0,08%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	**2.394,82**	**2,06%**	**1,27%**	**2.225,50**	**3,65%**	**1,54%**
Tributos (excluídos encargos sociais)		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais externos	**2.394,82**	**2,06%**	**1,27%**	**2.225,50**	**3,65%**	**1,54%**
4 - Indicadores Ambientais	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	2.704,27	2,32%	1,44%	5.145,26	8,44%	3,55%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente*	**2.704,27**	**2,32%**	**1,44%**	**5.145,26**	**8,44%**	**3,55%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	■ não possui metas ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 76 a 100%			■ não possui metas ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	**2019**			**2018**		
Nº de empregados(as) ao final do período	65			67		
Nº de admissões durante o período	5			2		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	63			63		
Nº de estagiários(as)	0			0		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	9			ND		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	14			16		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0%			0%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	5			5		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2019**			**2018**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	11,67			11,72		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) todos + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	NA	NA	NA	NA	NA	NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	153.050,00			92.974,00		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 26% acionistas: 25% colaboradores: 8% retido: 22% terceiros: 18%			governo: 22% acionistas: 25% colaboradores: 14% retido: 15% terceiros: 23%		
7 - Outras Informações						
N/A - Não Aplicável.						

***Nota**: Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção.

continua...

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	37.862	1.761
Concessionárias	4	2.130	1.914
Rendas a receber	5	16.577	12.682
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	8.679	12.306
Outros tributos compensáveis	6	1.394	1.235
Estoques	9	6.932	5.953
Prêmio de risco - GSF	10	48	48
Outros créditos	11	165	1.449
Total do Ativo Circulante		**73.787**	**37.348**
Não circulante			
Depósitos vinculados	19	672	635
Prêmio de risco - GSF	10	395	443
Outros créditos	11	664	175
		1.731	**1.253**
Imobilizado	12	1.043.808	1.081.565
Intangível	13	23.364	11.825
		1.067.172	**1.093.390**
Total do Ativo Não circulante		**1.068.903**	**1.094.643**
TOTAL DO ATIVO		**1.142.690**	**1.131.991**

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	14	3.320	5.486
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	998	
Outros tributos a recolher	6	3.138	6.100
Dividendos	15	8.634	22.910
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	1.807	5.529
Benefícios pós-emprego	17	33	31
Uso do bem público	18	5.181	4.998
Provisões	19	5.368	5.465
Outras contas a pagar	11	3.097	3.351
Total do Passivo Circulante		**31.576**	**53.870**
Não circulante			
Tributos diferidos	7	32.832	34.222
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	90.513	87.782
Benefícios pós-emprego	17	1.393	906
Uso do bem público	18	45.008	44.298
Provisões	19	20.343	14.207
Outras contas a pagar	11	1.381	828
Total do Passivo Não circulante		**191.470**	**182.243**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	20.1	804.459	804.459
Reservas de capital	20.3	14.473	14.473
Reservas de lucros	20.3	100.615	76.622
Outros resultados abrangentes	20.4	97	324
Total do Patrimônio líquido		**919.644**	**895.878**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.142.690**	**1.131.991**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2019	2018
Receitas	21	188.053	144.888
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	22		
Custo do serviço de energia elétrica		(1.514)	(1.439)
Custo de operação		(57.527)	(69.539)
		(59.041)	**(70.978)**
Lucro bruto		**129.012**	**73.910**
Despesas e Receitas operacionais	22		
Despesas gerais e administrativas		(11.430)	(12.446)
Outras despesas e receitas operacionais		(1.186)	(502)
		(12.616)	**(12.948)**
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		**116.396**	**60.962**
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		2.798	1.616
Despesas financeiras		(27.500)	(20.761)
		(24.702)	**(19.145)**
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**91.694**	**41.817**
Tributos sobre o lucro	24		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(20.891)	(7.101)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.272	3.202
		(19.619)	**(3.899)**
Lucro líquido do exercício		**72.075**	**37.918**
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	25		
ON		0,13080	0,06582
PNR		0,01223	0,01223
PNA		0,13080	0,06582
PNB		0,03669	0,03669
PNC		0,13080	0,06582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	72.075	37.918
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	(344)	(74)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	117	25
	(227)	**(49)**
Resultado abrangente do exercício	**71.848**	**37.869**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Geração do valor adicionado	**228.364**	**167.894**
Receita operacional	207.495	159.953
Receita relativa à construção de ativos próprios	20.869	7.925
Outras receitas		16
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(37.287)**	**(23.338)**
Custos da energia comprada	(61)	214
Encargos de uso da rede elétrica	(1.608)	(1.799)
Materiais	(6.258)	(4.294)
Serviços de terceiros	(26.641)	(14.079)
Outros custos operacionais	(2.719)	(3.380)
Valor adicionado bruto	**191.077**	**144.556**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(40.987)	(53.381)
Valor adicionado líquido produzido	**150.090**	**91.175**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.960	1.799
Valor adicionado total a distribuir	**153.050**	**92.974**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	10.087	10.499
Benefícios	2.226	2.273
FGTS	637	523
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	40.286	19.780
Estaduais	39	663
Municipais	132	150
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	27.500	20.761
Aluguéis	67	407
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	38.645	23.688
	119.619	**78.744**
Lucros retidos	33.431	14.230
	153.050	**92.974**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		91.694	41.817
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		(1)	11
Depreciações e amortizações		40.793	53.248
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		2.801	2.291
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		1.777	1.888
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos		16.723	12.628
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		6.027	6.419
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		269	
Provisão para plano de benefícios pós-emprego			125
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		2.967	(665)
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		699	564
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(850)	45
Amortização do prêmio de risco - GSF		48	48
Outros		145	(244)
		163.092	**118.175**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(216)	(611)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(1.288)	(1.788)
Outros tributos compensáveis			(932)
Estoques		(979)	(460)
Cauções e depósitos vinculados		(5)	344
Rendas a receber		(3.895)	2.938
Outros ativos operacionais		795	(2.747)
		(5.588)	**(3.256)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(2.166)	2.640
Outros tributos a recolher		(2.135)	(5.143)
Benefícios pós-emprego		(4)	4
Provisões		(7.765)	(5.042)
Uso do bem público		(5.134)	(4.720)
Outros passivos operacionais		(2.463)	773
		(19.667)	**(11.488)**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**137.837**	**103.431**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.915)	(69.289)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**116.922**	**34.142**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(6.358)	(6.145)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(6.358)	(6.145)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(57.679)	(37.724)
Captação de empréstimos e financiamentos			39.676
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos			(40.000)
Pagamentos de encargos de dívidas		(16.396)	(11.778)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(388)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	27.1	**(74.463)**	**(49.826)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**36.101**	**(21.829)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		37.862	1.761
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.761	23.590
		36.101	**(21.829)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**804.459**	**14.473**	**70.351**	**373**	**-**	**889.656**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 18/04/2018			(7.959)			(7.959)
Lucro líquido do exercício					37.918	37.918
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			1.896		(1.896)	
Dividendos intermediários (JSCP)					(23.688)	(23.688)
Lucro do exercício a deliberar			12.334		(12.334)	
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(74)		(74)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				25		25
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**804.459**	**14.473**	**76.622**	**324**	**-**	**895.878**

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**804.459**	**14.473**	**76.622**	**324**	**-**	**895.878**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2019			(9.437)			(9.437)
Lucro líquido do exercício					72.075	72.075
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			3.604		(3.604)	
Dividendos Intermediários - RCA de 19/11/2019					(7.452)	(7.452)
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 23/12/2019					(6.886)	(6.886)
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 19/11/2019					(24.307)	(24.307)
Lucro do exercício a deliberar			29.826		(29.826)	
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(344)		(344)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				117		117
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**804.459**	**14.473**	**100.615**	**97**	**-**	**919.644**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma garantia física de 505,1 MWm.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R$5.173, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente total remanescente da obrigação é de R$50.189 (R$49.296 em 31 de dezembro de 2018). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 26.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de beneficio definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do déficit/superávit atuarial, conforme nota 17.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Arrendamentos e Aluguéis (Nota 11.1); Determinação da receita com arrendamento (Notas 5 e 21); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 19.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 19.2) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 26.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Nota 2.7.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sim	Retrospectiva com efeito cumulativo
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 2.7.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (Nota 2.7.3)	Revisão Diversos CPCs		01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework*) (Nota 2.7.4)	*Conceptual Framework*	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios

(*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

2.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor (Nota 22.3). Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos a aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

Após as devidas análises, a Companhia realizou o registro dos seguintes montantes em 1º de janeiro de 2019:

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Ajustes adoção inicial	Saldo em 1º de janeiro de 2019
Ativo				
Imobilizado	12	1.081.565	2.011	1.083.576
Passivo				
Outras contas a pagar (Circulante)	11.1	3.351	44	3.395
Outras contas a pagar (Não circulante)	11.1	828		828

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os efeitos desta adoção estão reconhecidos nas notas de Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo (Nota 11), Imobilizado (Nota 12), Gastos Operacionais (Nota 22) e Resultado financeiro (Nota 23).

2.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPCs em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

2.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (*Conceptual Framework*), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica a determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos; (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade; (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela; e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para aqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS *Interpretations Committee*), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	1.019	241
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	36.843	1.520
	36.843	**1.520**
Total	**37.862**	**1.761**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 98,00% a 100,05% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

4 Concessionárias

	Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	500	518
Energia de curto prazo	1.570	1.340
Encargos de uso da rede elétrica	60	56
	2.130	**1.914**

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 26.2.4.

5 Rendas a receber

	Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
Lajeado Energia	12.102	9.258
Paulista Lajeado	1.160	888
CEB Lajeado	3.315	2.536
	16.577	**12.682**

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 8).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento (Nota 2.7.1), pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício da rubrica Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 21), é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2018 ser maior que o IPCA projetado para o exercício, houve um acréscimo no IPCA para o exercício de 2019 refletido no CA; e (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2019 em relação ao exercício anterior de 0,16 p.p..

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		12.306		850	20.546	(5.717)	(19.306)	8.679
Total Circulante		**12.306**	**-**	**850**	**20.546**	**(5.717)**	**(19.306)**	**8.679**
Outros tributos compensáveis								
ICMS		26					(11)	15
PIS e COFINS		-	900				(900)	-
IRRF sobre aplicações financeiras		1.091	386				(219)	1.258
Outros		118	2				1	121
Total Circulante		**1.235**	**1.288**	**-**	**-**	**-**	**(1.129)**	**1.394**
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	20.891		(369)		(19.524)	998
Total Circulante		**-**	**20.891**	**-**	**(369)**	**-**	**(19.524)**	**998**
Outros tributos a recolher								
ICMS		35	1.091		(1.104)		(11)	11
PIS e COFINS		1.190	19.355		(16.946)	(1.191)	(900)	1.508
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		96	445		(468)			73
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.1	4.526	5.997		(4.648)	(4.526)		1.349
Encargos com pessoal		253	69		(125)			197
Total Circulante		**6.100**	**26.957**	**-**	**(23.291)**	**(5.717)**	**(911)**	**3.138**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R$1.349 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2019 a ser liquidado em janeiro de 2020.

7 Tributos diferidos

		Passivo Não circulante	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
PIS e COFINS		10	11
Imposto de renda e contribuição social	7.1	32.822	34.211
		32.832	**34.222**

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

		Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio líquido	
Natureza dos créditos	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Diferenças temporárias									
Benefício pós-emprego		435	150			285	93		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		2.415	2.795			(380)	(308)		
Uso do bem público - CPC 25		17.065	16.761	2.863	3.084	525	798		
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	7.1.1.1			43.582	46.116	2.534	1.848		
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		50	167			(234)	(50)	117	25
Licenças ambientais			2.158	6.539	7.475	(1.222)	20		
Outras		290	514	93	81	(236)	801		
Total bruto		**20.255**	**22.545**	**53.077**	**56.756**	**1.272**	**3.202**	**117**	**25**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(20.255)	(22.545)	(20.255)	(22.545)				
Total		**-**	**-**	**32.822**	**34.211**				

7.1.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" conforme item 19 do CPC 39 (Nota 16).

7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	Total Não circulante
3.308	3.308	3.308	2.444	2.444	5.443	20.255

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições da Instrução CVM nº 371/02 e Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº01/2019.

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais "R" (Nota 15) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 16), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

				Ativo				Passivo		Resultado	
				Circulante		Não circulante		Não circulante		Operacionais	
	Relacionamento	Preço praticado (R$/MWh)	Duração	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Concessionárias											
Suprimento de energia elétrica											
EDP São Paulo	Controle Comum	199,16	01/08/2002 a 15/12/2032	172	167					2.322	2.140
EDP São Paulo	Controle Comum	199,16	01/08/2005 a 15/12/2032	5	5					72	66
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/12/2019 a 31/12/2019							204	
Uso do sistema de transmissão											
EDP São Paulo	Controle Comum		01/08/2005 a 15/12/2032	20	18					240	231
				197	**190**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.838**	**2.437**
Rendas a receber (Nota 5)											
Arrendamento UHE Lajeado											
Lajeado	Controladora direta			12.102	9.258					145.218	111.098
CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	3.315	2.536					39.787	30.437
Paulista Lajeado	Acionista não controlador			1.160	888					13.925	10.653
				16.577	**12.682**	**-**	**-**	**-**	**-**	**198.930**	**152.188**
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)											
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2019 a 31/12/2019			117	25	732	806	(156)	(993)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2015 a 31/12/2021					24	22	(297)	(264)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice* (c)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2019 a 31/12/2019			38		202		(1.308)	68
Contrato de prestação de serviços (d)											
EDP PCH	Controle Comum (*)		01/01/2017 a 31/12/2018								842
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/12/2019 a 30/11/2024					69		(69)	
Reembolso de prêmio de seguro											
EDP Espírito Santo	Controle Comum		31/03/2019 a 04/07/2019							(6)	
Porto do Pecém	Controle Comum		31/03/2019							(1)	
EDP São Paulo	Controle Comum		31/03/2019							(7)	
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		31/03/2019							28	
				-	**-**	**155**	**25**	**1.027**	**828**	**(1.816)**	**(347)**
				16.774	**12.872**	**155**	**25**	**1.027**	**828**	**199.952**	**154.278**

(*) A EDP PCH foi alienada em 21 de dezembro de 2018 e consequentemente, a partir desta data, não mais faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2).

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro. Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

O novo contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

(b) Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial. O contrato tem vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 e não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, válida à época da celebração do contrato, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Foi firmado contrato de compartilhamento de infraestrutura com vigência de 36 meses a partir de 1° de janeiro de 2019 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP Comercializadora, EDP GRID, EDP Soluções, Lajeado, Porto do Pecém, Investco e EDP Varejista considerando os mesmos critérios adotados anteriormente.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *BackOffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc..

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

Este contrato não necessitava ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *BackOffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

(d) Contrato de prestação de serviços:

EDP PCH

O instrumento tinha por objetivo a contratação dos seguintes serviços: (i) suporte de engenharia da manutenção da UHE Lajeado; (ii) do gerenciamento do sistema elétrico e de interface e representação entre a Companhia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; e (iii) suporte e questões relativas ao meio ambiente e regularização fundiária.

EDP Comercializadora

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Comercializadora. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato possui vigência de 60 meses, a partir de 1º de dezembro de 2019 com término em 30 de novembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R$4.140, a serem pagos em parcelas mensais de R$69, atualizado anualmente pelo IPCA.

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

8.2 Remuneração dos administradores

8.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	2019				2018			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	865	76	150	1.091	799	76	150	1.025
Benefícios de curto prazo (b)	20			20	45			45
Total	**885**	**76**	**150**	**1.111**	**844**	**76**	**150**	**1.070**

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

8.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	2019			2018		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3,00	1,00	5,00	2,92	1,00	5,00
Valor da maior remuneração individual	370	51	30	249	76	30
Valor da menor remuneração individual	236	25	30	156	76	30
Valor médio da remuneração individual	295	76	30	289	76	30

9 Estoques

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2019 de R$6.932 (R$5.953 em 31 de dezembro de 2018) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 12) pelo montante, em 31 de dezembro de 2019, de R$796 (R$530 em 31 de dezembro de 2018).

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

10 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor* - GSF é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R$443 (R$491 em 31 de dezembro de 2018), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com o Despacho ANEEL nº 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados R$48 (R$48 em 2018).

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outros créditos - Ativo					
Dispêndios a reembolsar			153		
Serviços em curso		28	434	491	95
Compartilhamento/Serviço entre partes relacionadas	8			155	25
Despesas pagas antecipadamente		68	838	18	55
Outros		69	24		
Total		**165**	**1.449**	**664**	**175**
Outras contas a pagar - Passivo					
Credores diversos - consumidores e concessionárias			900		
Folha de pagamento		214	245		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			1.027	828
Arrendamentos e aluguéis	11.1	662		353	
Obrigações sociais e trabalhistas	11.2	2.124	2.100		
Encargos Setoriais		36	44		
Outros		61	62	1	
Total		**3.097**	**3.351**	**1.381**	**828**

11.1 Arrendamentos e Aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Nota 2.7.1), a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Adição	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária	Transferências	AVP	Baixa	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Edifícios	-	765	44	(381)	42	785	18	30	(879)	424
Equipamentos de informática	-	11		(3)		5		(13)		-
Veículos	-	123		(4)	2	113	4			238
Total Circulante	**-**	**899**	**44**	**(388)**	**44**	**903**	**22**	**17**	**(879)**	**662**
Edifícios	-	991			67	(785)	136		(56)	353
Equipamentos de informática	-	8				(5)		(3)		-
Veículos	-	113				(113)				-
Total Não circulante	**-**	**1.112**	**-**	**-**	**67**	**(903)**	**136**	**(3)**	**(56)**	**353**

Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Edifícios		Veículos	
Ano	**Valor**	**Taxas (%)**	**Valor**	**Taxas (%)**
2020	382	7,87%	236	8,28%
Juros embutidos	42		2	
Total Circulante	**424**		**238**	
2021	179	8,70%		
2022	77	9,81%		
2023	30	9,81%		
Juros embutidos	67			
Total Não circulante	**353**		**-**	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	1.094	1.015
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(101)	(94)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 12).

11.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n°674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

12.1 Composição do imobilizado

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		117.759		117.759		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	694.961	(235.319)	459.642	2,00	694.961	(221.420)	473.541
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,24	334.371	(134.460)	199.911	2,34	333.982	(127.541)	206.441
Máquinas e equipamentos	3,12	431.171	(192.850)	238.321	3,02	411.968	(181.627)	230.341
Veículos	14,29	734	(548)	186	14,29	734	(493)	241
Móveis e utensílios	6,25	837	(55)	782	6,37	35	(7)	28
		1.579.833	**(563.232)**	**1.016.601**		**1.556.190**	**(531.088)**	**1.025.102**
Sistema de transmissão de conexão (Nota 12.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,26	529	(292)	237	17,71	8.328	(7.714)	614
Máquinas e equipamentos	10,25	17.560	(10.533)	7.027	20,21	73.603	(61.636)	11.967
		18.089	**(10.825)**	**7.264**		**81.931**	**(69.350)**	**12.581**
Administração								
Máquinas e equipamentos	12,45	1.458	(912)	546	11,70	1.323	(837)	486
Veículos	14,29	703	(482)	221	14,29	617	(391)	226
Móveis e utensílios	6,25	815	(231)	584	6,25	841	(368)	473
		2.976	**(1.625)**	**1.351**		**2.781**	**(1.596)**	**1.185**
Total do imobilizado em serviço		**1.600.898**	**(575.682)**	**1.025.216**		**1.640.902**	**(602.034)**	**1.038.868**
Ativos de direito de uso (Nota 12.1.2)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	45,02	865	(288)	577				-
Veículos	50,00	235	(118)	117				-
Total Ativos de direito de uso		**1.100**	**(406)**	**694**		**-**	**-**	**-**
Imobilizado em curso								
Geração		17.898		17.898		42.476		42.476
Administração				-		221		221
Total do imobilizado em curso		**17.898**	**-**	**17.898**		**42.697**	**-**	**42.697**
Total do imobilizado		**1.619.896**	**(576.088)**	**1.043.808**		**1.683.599**	**(602.034)**	**1.081.565**

12.1.1 Linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que realizaria Leilão de Transmissão que previa a licitação relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo n° 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº 04/14 e nº 01/15 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/15-ANEEL o qual a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos. Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão sendo que a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações está prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Com base no CPC 27 - Ativo imobilizado, devido a redução do prazo de vida útil destes ativos, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa.

Conforme contrato de concessão, a transferência dos ativos para Taesa e respectiva depreciação dos ativos, estava prevista para ocorrer até dezembro de 2019. Em julho de 2018, a Companhia recebeu notificação da Taesa informando a expectativa da antecipação da transferência dos bens para o mês de junho de 2019, fazendo com que a Companhia alterasse o prazo da depreciação da Linha de Transmissão de dezembro de 2019 para maio de 2019, estando assim depreciada integralmente. A transferência dos bens foi concluída em 31 de outubro de 2019.

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R$7.264 (R$12.581 em 31 de dezembro de 2018) relativos ao bay de conexão da SE da usina à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado.

12.1.2 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) (Notas 2.7.1 e 11.1) descritos abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas; e (ii) à filial da Companhia localizada em São Paulo.
- **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

12.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2) (Nota 11.1)	Ingressos	Transf. para Imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Reversão	Valor líquido 31/12/2019
Imobilizado em serviço										
Terrenos		114.510			3.249					117.759
Reservatórios, barragens e adutoras		473.541				(13.899)				459.642
Edificações, obras civis e benfeitorias		207.055			389	(7.296)				200.148
Máquinas e equipamentos		242.794			25.351	(20.474)	(1.777)			245.894
Veículos		467			87	(147)				407
Móveis e utensílios		501			964	(99)				1.366
Total do imobilizado em serviço		**1.038.868**	**-**	**-**	**30.040**	**(41.915)**	**(1.777)**	**-**	**-**	**1.025.216**
Ativos de direito de uso	**12.1.2**									
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	1.756	44		(288)			(935)	577
Equipamentos de informática		-	19			(6)	(13)			-
Veículos		-	236			(119)				117
Total Ativos de direito de uso		**-**	**2.011**	**44**	**-**	**(413)**	**(13)**	**-**	**(935)**	**694**
Imobilizado em curso										
Terrenos					(3.249)			3.249		-
Reservatórios, barragens e adutoras (*)		3.202						(3.202)		-
Edificações, obras civis e benfeitorias		-			(389)			389		-
Máquinas e equipamentos		15.057		5.590	(25.351)		(2)	8.207		3.501
Adiantamento a fornecedores		3.137					(1.003)	(1.235)		899
Depósitos Judiciais	19.1.1.1	16.387						(3.249)		13.138
Outros		4.914		624	(1.051)		(6)	(4.121)		360
Total do imobilizado em curso		**42.697**	**-**	**6.214**	**(30.040)**	**-**	**(1.011)**	**38**	**-**	**17.898**
Total do imobilizado		**1.081.565**	**2.011**	**6.258**	**-**	**(42.328)**	**(2.801)**	**38**	**(935)**	**1.043.808**

(*) Do montante de R$4.694, R$4.417 refere-se a revisão de estimativas de licenças ambientais (Nota 19.2).

13 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13.1 Composição do intangível

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	78	(73)	5	20,00	78	(68)	10
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,42	22.655	(8.343)	14.312	25,42	8.100	(6.041)	2.059
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(11.715)	8.422	3,22	20.137	(11.068)	9.069
		42.870	**(20.131)**	**22.739**		**28.315**	**(17.177)**	**11.138**
Sistema de transmissão de conexão (Nota 12.1.1)								
Servidão permanente				-	39,40	111	(92)	19
		-	**-**	**-**		**111**	**(92)**	**19**
Administração								
Software	20,00	1.208	(968)	240	20,00	1.989	(1.762)	227
		1.208	**(968)**	**240**		**1.989**	**(1.762)**	**227**
Total do intangível em serviço		**44.078**	**(21.099)**	**22.979**		**30.415**	**(19.031)**	**11.384**
Intangível em curso								
Administração		385		385		441		441
Total do intangível em curso		**385**	**-**	**385**		**441**	**-**	**441**
Total do intangível		**44.463**	**(21.099)**	**23.364**		**30.856**	**(19.031)**	**11.825**

13.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido 31/12/2018	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2019
Intangível em serviço							
Software		237		118	(110)		245
Servidão permanente		19			(19)		-
Direito de concessão - Licenças ambientais		2.059		14.555	(2.302)		14.312
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	13.2.1	9.069			(647)		8.422
Total do intangível em serviço		**11.384**	**-**	**14.673**	**(3.078)**	**-**	**22.979**
Intangível em curso							
Software		441	14.655	(14.673)		(38)	385
Total do Intangível em curso		**441**	**14.655**	**(14.673)**	**-**	**(38)**	**385**
Total do Intangível		**11.825**	**14.655**	**-**	**(3.078)**	**(38)**	**23.364**

13.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

14 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
Encargos de uso da rede elétrica	60	181
Materiais e serviços	3.260	5.305
Total	**3.320**	**5.486**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	Saldo em 31/12/2018	Dividendos Adicionais	Intermediários	JSCP	Pagamentos	Pagamentos não realizados	Saldo em 31/12/2019
Passivo							
Lajeado Energia	14.698	6.889	5.440	19.355	(42.109)		4.273
CEB Lajeado	4.027	1.887	1.490	5.303	(11.536)		1.171
Paulista Lajeado Energia	1.409	661	522	1.856	(4.038)		410
Acionistas não controladores (*)	2.776					4	2.780
	22.910	**9.437**	**7.452**	**26.514**	**(57.683)**	**4**	**8.634**

(*) O saldo de dividendos aos Acionistas não controladores refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

Dividendos adicionais do exercício de 2018

Foi aprovada em AGO, realizada em 25 de abril de 2019, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Foram distribuídos: (i) JSCP, imputáveis aos dividendos, no valor de R$30.190, sendo R$23.688 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R" e R$6.502 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classes "A", "B" e "C", já contabilizados no exercício de 2018 conforme RCA de 21 de dezembro de 2018; e (ii) dividendos adicionais no valor de R$12.334, sendo R$9.437 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R$2.897 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classes "A" e "C" (Nota 16.2.1). O JSCP e os dividendos foram pagos integralmente nos dias 21 e 22 de maio e 28 de agosto de 2019.

Dividendos e JSCP intermediários

Em 19 de novembro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia aprovou dividendos e JSCP intermediários, a serem imputáveis nos dividendos, que serão ratificados pela Assembleia Geral, no montante de R$40.740, pagos integralmente em 22 de novembro de 2019.

	JSCP		
	Bruto de Imposto de Renda	Líquido de Imposto de Renda	Dividendos
Ordinárias	21.182	18.005	7.452
Preferenciais 'R'	3.125	2.656	
Preferenciais 'A' (Nota 16.2.1)	858	729	302
Preferenciais 'B' (Nota 16.2.1)	189	161	
Preferenciais 'C' (Nota 16.2.1)	5.646	4.799	1.986
Total	**31.000**	**26.350**	**9.740**

JSCP complementares

Em 23 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP complementar, relativo ao exercício de 2019, e serão imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	JSCP	
	Bruto de Imposto de Renda	Líquido de Imposto de Renda
Ordinárias	6.886	5.853
Preferenciais 'A' (Nota 16.2.1)	279	237
Preferenciais 'C' (Nota 16.2.1)	1.835	1.560
Total	**9.000**	**7.650**

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

			31/12/2019				31/12/2018			
			Encargos		Principal		Encargos		Principal	
	Finalidade	Forma de pagamento	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional										
Ações recebíveis cumulativa	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	1.807	37.322	53.191	92.320	5.529	38.848	48.934	93.311
Total			**1.807**	**37.322**	**53.191**	**92.320**	**5.529**	**38.848**	**48.934**	**93.311**

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

16.1.1 Ações recebíveis cumulativas

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R$92.320 (R$93.311 em 31 de dezembro de 2018) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

16.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2018	Juros provisionados (Nota 16.2.1)	Pagamentos	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante						
Juros	5.529	9.272	(17.714)	4.720		1.807
	5.529	**9.272**	**(17.714)**	**4.720**	**-**	**1.807**
Não circulante						
Principal	48.934				4.257	53.191
Juros	38.848			(4.720)	3.194	37.322
	87.782	**-**	**-**	**(4.720)**	**7.451**	**90.513**

16.2.1 Juros provisionados

Referem-se aos dividendos intermediários e complementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia (Nota 15), registrados em contrapartida da despesa financeira (Nota 23).

16.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2020	1.807
	1.807
Não circulante	
2021	3.540
2022	1.180
2023	4.342
2024	3.995
2025 até 2029	15.659
2030 até 2034	61.797
	90.513
Total	**92.320**

17 Benefício pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, na modalidade de Contribuição definida, e planos de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Programas assistenciais		4		
Assistência médica - Lei nº 9.656/98	33	27	1.393	906
	33	**31**	**1.393**	**906**

17.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Companhia de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2019 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo no exercício:

	Nota	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2018		(933)	(933)
Custo do serviço corrente		(54)	(54)
Custo dos juros	23	(95)	(95)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL		(344)	(344)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**(1.426)**	**(1.426)**

17.2 Contribuição definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R$308 (R$242 em 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 este plano tem a adesão de 45 colaboradores (50 em 31 de dezembro de 2018).

18 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 13) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2018	Ajuste a Valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Circulante						
Uso do bem público	4.998	(5)	72	(5.134)	5.250	5.181
	4.998	**(5)**	**72**	**(5.134)**	**5.250**	**5.181**
Não circulante						
Uso do bem público	44.298	1.351	4.609		(5.250)	45.008
	44.298	**1.351**	**4.609**	**-**	**(5.250)**	**45.008**

19 Provisões e Depósitos vinculados

		Passivo				Ativo	
		Provisões				Depósitos vinculados	
		Circulante		Não circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1			11.230	13.324	672	635
Licenças ambientais	19.2	5.368	5.465	9.113	883		
Total		**5.368**	**5.465**	**20.343**	**14.207**	**672**	**635**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

19.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

19.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo						Ativo	
							Depósito judicial	
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	149			(88)	(61)	-	602	454
Cíveis	11.675	534	(4.943)	(204)	3.646	10.708		
Fiscais	-	105	(107)		2	-		
Outros	1.500	643	(11)	(1.610)		522		
Total Não circulante	**13.324**	**1.282**	**(5.061)**	**(1.902)**	**3.587**	**11.230**	**602**	**454**

O valor total referente às garantias de provisões prováveis na Companhia é de R$909 em 31 de dezembro de 2019 (R$730 em 31 de dezembro de 2018).

19.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2019 é de R$2.071 (R$4.276 em 31 de dezembro de 2018).

Desapropriações

Referem-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2019 é de R$8.637 (R$7.399 em 31 de dezembro de 2018). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro 2019 é de R$13.138 (R$16.387 em 31 de dezembro de 2018) e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 12.2).

19.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

19.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

			Ativo	
			Depósito judicial	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas			55	51
Cíveis	112.434	97.270		
Fiscais	3.584	3.321		
Total	**116.018**	**100.591**	**55**	**51**

O valor total referente às garantias de provisões possíveis na Companhia é de R$904 em 31 de dezembro de 2019 (R$1.115 em 31 de dezembro de 2018).

19.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 19.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de dezembro de 2019 de R$112.267 (R$96.456 em 31 de dezembro de 2018).

Desapropriações

Referem-se às ações descritas na nota 19.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2019 de R$79 (R$68 em 31 de dezembro de 2018).

Resolução CNPE nº 03/13

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, o qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. O recurso da União não foi admitido, tendo a ação transitada em julgado em 03 de junho de 2019. O processo encontra-se encerrado em 31 de dezembro de 2019 (R$628 em 31 de dezembro de 2018).

19.1.2.2 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e fiscal em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é de R$15 (R$130 em 31 de dezembro de 2018).

19.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimo e máximo para a vigência da LO, portanto, a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 5 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R$2.704 (R$5.145 em 2018). Para 2019, a totalidade deste montante (R$4.801 em 2018) refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados. Adicionalmente, em 2018, também houve R$344 de gastos relativos ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2018	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Circulante	5.465	5.441	(2.704)	401	884	298	(4.417)	5.368
Não circulante	883	9.114			(884)			9.113
Total	**6.348**	**14.555**	**(2.704)**	**401**	**-**	**298**	**(4.417)**	**14.481**

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R$961.794. Para fins das demonstrações financeiras, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 de R$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 16). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 31 de dezembro de 2019 face a 31 de dezembro de 2018. Segue a composição do Capital social:

	31/12/2019 e 31/12/2018										
	Em milhares de ações										
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	**100,00**	**255.560**	**100,00**	**16.289**	**100,00**	**5.156**	**100,00**	**107.199**	**100,00**	**786.406**	**100,00**

20.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		72.075	37.918
Constituição da reserva legal - 5%	20.3	(3.604)	(1.896)
		68.471	**36.022**
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	15	38.645	23.688
Lucro do exercício a deliberar	20.3	29.826	12.334
		68.471	**36.022**
Dividendos por ação ON - JSCP		0,05266	0,05112
Dividendos por ação PNR - JSCP		0,01223	0,01223

20.3 Reservas

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações	20.3.1	14.473	14.473
		14.473	**14.473**
Reservas de lucros			
Legal	20.2	52.530	48.926
Retenção de lucros	20.3.2	5.341	2.444
	20.3.3		
Lucro do exercício a deliberar	e 20.2	29.826	12.334
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	20.3.4	12.918	12.918
		100.615	**76.622**
Total		**115.088**	**91.095**

20.3.1 Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

20.3.2 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A constituição no montante de R$2.897 é decorrente do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito na nota 16.2.

20.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

20.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

20.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2018	Perdas	Provisão IR/CS	Saldo em 31/12/2019
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	490	(344)		146
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(166)		117	(49)
	324	**(344)**	**117**	**97**

21 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

• **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

	Nota	MWh (*) 2019	MWh (*) 2018	R$ 2019	R$ 2018
Suprimento de energia elétrica		35.517	34.793	7.082	6.424
Energia de curto prazo		3.502	3.468	785	669
Arrendamentos e aluguéis	5			198.930	152.188
Outras receitas operacionais				698	672
Receita operacional bruta		**39.019**	**38.261**	**207.495**	**159.953**
(-) Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS				(19.193)	(14.796)
P&D				(69)	(62)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(152)	(184)
Taxa de fiscalização				(28)	(23)
		-	**-**	**(19.442)**	**(15.065)**
Receitas		**39.019**	**38.261**	**188.053**	**144.888**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

22 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2019				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda		51				51
Encargos de uso da rede elétrica		1.459				1.459
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	22.1		9.152	5.688		14.840
Material			931	97		1.028
Serviços de terceiros	22.2		6.562	4.003		10.565
Depreciação - Imobilizado em serviço			41.410	321		41.731
Depreciação - Ativos de direito de uso				401		401
Amortização			(1.448)	109		(1.339)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1.1				(620)	(620)
Arrendamentos e aluguéis	22.3			67		67
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					1.777	1.777
Outras		4	920	744	29	1.697
Total		**1.514**	**57.527**	**11.430**	**1.186**	**71.657**

		2018				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda		(198)				(198)
Encargos de uso da rede elétrica		1.633				1.633
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	22.1		8.834	5.478		14.312
Material			787	144		931
Serviços de terceiros	22.2		6.270	4.073		10.343
Depreciação - Imobilizado em serviço			48.642	1.727		50.369
Amortização			2.752	127		2.879
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1.1				(1.388)	(1.388)
Arrendamentos e aluguéis	22.3			398		398
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					1.888	1.888
Outras		4	2.254	499	2	2.759
Total		**1.439**	**69.539**	**12.446**	**502**	**83.926**

22.1 Pessoal e Administradores

	2019	2018
Pessoal		
Remuneração	7.417	7.391
Encargos	2.498	2.386
Previdência privada - Corrente	384	32
Benefício pós-emprego - Previdência Privada		242
Despesas rescisórias	120	180
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.247	1.048
Outros benefícios - Corrente	1.761	1.817
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	54	45
	13.481	**13.141**
Administradores		
Honorários e encargos	1.334	1.034
Benefícios dos administradores	25	137
	1.359	**1.171**
	14.840	**14.312**

22.2 Serviços de terceiros

	2019	2018
Serviços de consultoria	1.475	1.008
Serviços de manutenção	4.586	4.827
Serviços de limpeza e vigilância	1.308	1.403
Serviços ambientais	437	462
Serviços de informática	1.221	1.502
Serviços de publicação e publicidade	465	482
Serviços de transporte	303	238
Serviços compartilhados	676	165
Outros	94	256
	10.565	**10.343**

22.3 Arrendamentos e aluguéis

O montante registrado em Arrendamentos e aluguéis refere-se aos arrendamentos que não foram contemplados pelo CPC 06 (R2) devido às isenções opcionais.

23 Resultado financeiro

	Nota	2019	2018
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		1.942	1.154
Energia vendida		83	126
Depósitos judiciais		32	266
Juros e multa sobre tributos	6	850	162
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(162)	(183)
Outras receitas financeiras		53	91
		2.798	**1.616**
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	16.2	(9.272)	(5.395)
Ajustes a valor presente	16.2	(7.451)	(7.233)
Juros e multa sobre tributos	6		(207)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1.1	(3.587)	(723)
Uso do bem público	18	(6.027)	(6.420)
Benefícios pós-emprego	17.1	(95)	(80)
Arrendamentos e aluguéis		(269)	
Outros juros e variações monetárias		(699)	(565)
Outras despesas financeiras		(100)	(138)
		(27.500)	**(20.761)**
		(24.702)	**(19.145)**

24 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2019	2018
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	91.694	41.817
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	**(31.176)**	**(14.218)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(40)	(43)
Juros sobre o capital próprio	13.600	10.265
Juros sobre as ações preferenciais	(3.152)	(1.433)
Outras	(35)	(348)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	1.022	1.722
Incentivos fiscais	162	156
Despesa de IRPJ e CSLL	**(19.619)**	**(3.899)**
Alíquota Efetiva	21,4%	9,3%

25 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações		
Ordinárias (ON)	52.608	26.475
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	2.131	1.072
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	14.022	7.056
	72.076	**37.918**
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	786.406	**786.406**
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,13080	0,06582
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,13080	0,06582
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,13080	0,06582

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes (Nota 25.1)	Resultado por classe de ações
2019			
Ordinárias (ON)	36.862	15.746	52.608
Preferenciais Classe "R" (PNR)	23.423	(20.297)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1.493	638	2.131
Preferenciais Classe "B" (PNB)	473	(284)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	9.825	4.197	14.022
	72.076	**-**	**72.076**
2018			
Ordinárias (ON)	19.393	7.082	26.475
Preferenciais Classe "R" (PNR)	12.322	(9.196)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	785	287	1.072
Preferenciais Classe "B" (PNB)	249	(60)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	5.169	1.887	7.056
	37.918	**-**	**37.918**

25.1 Direito das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e

(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

(i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

(iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

26 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

26.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

26.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo 31/12/2019	Valor justo 31/12/2018	Valor contábil 31/12/2019	Valor contábil 31/12/2018
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras		Nível 2	36.843	1.520	36.843	1.520
			36.843	**1.520**	**36.843**	**1.520**
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	1.019	241	1.019	241
Concessionárias		Nível 2	2.130	1.914	2.130	1.914
Rendas a receber	5	Nível 2	16.577	12.682	16.577	12.682
Outros créditos - Partes relacionadas	8	Nível 2	155	25	155	25
			19.881	**14.862**	**19.881**	**14.862**
			56.724	**16.382**	**56.724**	**16.382**

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Níveis	Valor justo 31/12/2019	Valor justo 31/12/2018	Valor contábil 31/12/2019	Valor contábil 31/12/2018
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	14	Nível 2	3.320	5.486	3.320	5.486
Uso do bem público	18	Nível 2	45.227	41.385	50.189	49.296
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16					
Moeda nacional		Nível 2	96.507	88.954	92.320	93.311
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2	1.027	828	1.027	828
Arrendamentos e aluguéis	11.1	Nível 2	1.015		1.015	
			147.096	**136.653**	**147.871**	**148.921**

26.1.1.1 Ativos financeiros
Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:
• Custo amortizado
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
• Valor justo por meio do resultado (VJR)
Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.
26.1.1.2 Passivos financeiros
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.
Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.
A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.
26.1.2 Valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.
As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.
Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público e dos Empréstimos e financiamentos diferem do seu valor contábil.
As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:
(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e
(ii) Empréstimos e financiamentos: consiste nas ações preferenciais de classe "A", "B" e "C" mensuradas pelo seu valor de custo acrescidas dos dividendos anuais fixos, acrescidas de eventuais complementos, e descontadas a valor presente pela taxa que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.
26.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros
A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:
(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.
26.2 Gestão de riscos
A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.
Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.
A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commision* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.
O Comitê de Risco é composto por 3 "*Risk Officers*" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.
A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.
26.2.1 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.
26.2.1.1 Análise de sensibilidade
Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.
A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.
No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	*Aging* cenário provável Até 1 ano	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	36.843	2.869	2.869	745	1.502	(734)	(1.457)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**36.843**	**2.869**	**2.869**	**745**	**1.502**	**(734)**	**(1.457)**

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 4,1% e 6,4% a.a.
26.2.2 Risco de liquidez
O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.
Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.
Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Rendas a receber (Nota 5). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.
A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2019 Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	31/12/2018 Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	2.956	274	90			3.320	5.486
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				1.027		1.027	828
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			1.807	13.057	77.456	92.320	93.311
Uso do bem público	393	1.331	3.457	22.502	22.506	50.189	49.296
Arrendamentos e aluguéis	55	110	497	353		1.015	-
	3.404	**1.715**	**5.851**	**36.939**	**99.962**	**147.871**	**148.921**

26.2.3 Risco hidrológico
A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.
Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

26.2.4 Risco de crédito
O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:
• Concessionárias
No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.
O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.
• Rendas a receber
O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.
• Caixa e Equivalentes de caixa
A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.
As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.
A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência *Fitch Ratings* (ou equivalente para as agências *Moody's* ou *Standard & Poor's*). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

Classificação da instituição financeira	Nota	31/12/2019	31/12/2018
AAA		18.025	1.520
AA		18.818	
	3	**36.843**	**1.520**

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.
26.2.5 Risco regulatório
As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Tocantinense de Regulação - ATR etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.
A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.
26.2.6 Gestão de capital
Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.
Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos	92.320	93.311
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(37.862)	(1.761)
Dívida líquida	**54.458**	**91.550**
Total do Patrimônio Líquido	919.644	895.878
Total do capital	**974.102**	**987.428**
Índice de alavancagem financeira - %	5,59%	9,27%

27 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
27.1 Atividades de financiamento
Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

2019	Nota	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa: Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Outros	Saldo em 31/12/2019
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento							
Dividendos	15	22.910	(57.679)			43.403	8.634
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	93.311	(16.396)		7.451	7.954	92.320
Arrendamentos e aluguéis	11.1	-	(388)	111	158	1.134	1.015
		116.221	**(74.463)**	**111**	**7.609**	**52.491**	**101.969**

2018	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Efeito não caixa: Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Outros	Saldo em 31/12/2018
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	32.541	(37.724)		28.093		22.910
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	93.757	(12.102)	7.233	5.395	(972)	93.311
	126.298	**(49.826)**	**7.233**	**33.488**	**(972)**	**116.221**

27.2 Transações não envolvendo caixa
Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.
Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2019	2018
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	5.858	20.134
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado	10.138	1.780
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	1.134	
Total	**17.130**	**21.914**

28 Compromissos contratuais e Garantias
28.1 Compromissos contratuais
Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.
Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	31/12/2019 2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total Geral	31/12/2018 Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	65	84			149	2.738
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	10.557	12.441	1.154	90	24.242	21.332
Prêmio de risco - GSF				385	385	312
	10.622	**12.525**	**1.154**	**475**	**24.776**	**24.382**

(*) Os compromissos contratuais referidos no quadro acima compreendem os contratos de arrendamentos e aluguéis que não foram contemplados no escopo do CPC 06 (R2) e, portanto, não encontram-se registrados nestas demonstrações financeiras.
Do montante de R$2.738 em 31 de dezembro de 2018, R$415 referiam-se a valores de arrendamento devido a Companhia ter adotado a abordagem prospectiva.
Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2019 2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total Geral	31/12/2018 Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	65	65			130	2.840
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	10.557	9.625	965	91	21.238	21.801
Prêmio de risco - GSF				872	872	872
	10.622	**9.690**	**965**	**963**	**22.240**	**25.513**

(*) Do montante de R$2.840 em 31 de dezembro de 2018, R$440 referiam-se a valores de arrendamento devido a Companhia ter adotado a abordagem prospectiva.
28.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido 31/12/2019	31/12/2018
Seguro de vida	Aval de acionista	9.386	9.662
Ações judiciais	(i) Fiança Bancária e (ii) Seguro garantia	363	5.898
		9.749	**15.560**

29 Cobertura de Seguros
A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.
As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2019 Valor em risco	Limite máximo de indenização	31/12/2018 Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	12.247	12.247	16.135	16.135
Usina	1.004.816	200.000	1.004.817	200.000
Linhas de Transmissão	3.888	3.888		
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	1.101	1.101	1.101	1.101
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	9.385	(*)	9.662	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$ 1.452.
A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.
A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:
(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000;
(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$17.190;
(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$193.210; e
(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$4.110.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Edison Antônio Costa Britto Garcia
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente, de Relações com Investidores e Administrativo

João Marcos Assis da Silva
Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor Vice-Presidente de Controle

Rodolfo Colli da Cunha
Diretor Vice-Presidente

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Financeiro

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro

João Antonio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa
Conselheiro

Alexandre Guimarães
Conselheiro

Ademir José Scarpin
Conselheiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade - Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2020 às 11:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações Financeiras dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral, acompanhadas da proposta de destinação dos resultados do referido exercício.
São Paulo, 17 de fevereiro de 2020.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM
Conselheiro Efetivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN
Conselheiro Efetivo

ALEXANDRE GUIMARÂES
Conselheiro Efetivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Investco S.A.
Miracema do Tocantins - TO
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.
Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
São Paulo, 17 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6
Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

CNPJ/MF nº 17.200.920/0001-56

Cachoeira ENERGIA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	62.488	59.387
Concessionárias	4	32.795	49.729
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	61	468
Outros tributos compensáveis	5	19.274	12.938
Outros créditos	9	1.203	1.836
Total do Ativo Circulante		**115.821**	**124.358**
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	3.271	2.693
Outros tributos compensáveis	5	8.305	24.327
Tributos diferidos	6	62.691	50.524
Cauções e depósitos vinculados	8	31.043	32.175
Outros créditos	9	485	335
		105.795	**110.054**
Imobilizado	10	1.208.361	1.255.604
Intangível	11	11.622	13.459
		1.219.983	**1.269.063**
Total do Ativo Não circulante		**1.325.778**	**1.379.117**
TOTAL DO ATIVO		**1.441.599**	**1.503.475**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	12	12.806	20.318
Outros tributos a recolher	5	247	695
Debêntures	13	20.846	13.440
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14	36.624	34.170
Uso do bem público	15	927	893
Provisões	16	11.644	16.096
Outras contas a pagar	9	1.663	2.403
Total do Passivo Circulante		**84.757**	**88.015**
Não circulante			
Tributos diferidos	6	1	24
Debêntures	13	199.574	212.751
Empréstimos e financiamentos	14	526.586	541.248
Uso do bem público	15	11.122	10.897
Provisões	16	12.637	20.434
Outras contas a pagar	9	1.224	636
Total do Passivo Não circulante		**751.144**	**785.990**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17.1	728.600	728.600
Prejuízos acumulados		(122.902)	(99.130)
Total do Patrimônio líquido		**605.698**	**629.470**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.441.599**	**1.503.475**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2019	2018
Receitas	18	139.233	154.846
Custo da operação e do serviço de energia elétrica	19		
Custo do serviço de energia elétrica		(45.315)	(57.224)
Custo de operação		(56.131)	(55.120)
		(101.446)	**(112.344)**
Lucro bruto		**37.787**	**42.502**
Despesas e Receitas operacionais	19		
Despesas gerais e administrativas		(3.328)	(2.991)
Outras despesas e receitas operacionais		(692)	13.365
		(4.020)	**10.374**
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		**33.767**	**52.876**
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		5.618	6.834
Despesas financeiras		(75.324)	(80.143)
		(69.706)	**(73.309)**
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		**(35.939)**	**(20.433)**
Tributos sobre o lucro	21		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		12.167	6.931
		12.167	**6.931**
Prejuízo do exercício		**(23.772)**	**(13.502)**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	22		
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,03265)	(0,01855)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(23.772)	(13.502)
Resultado abrangente do exercício	**(23.772)**	**(13.502)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Geração do valor adicionado	**166.131**	**183.760**
Receita operacional	161.214	178.231
Receita relativa à construção de ativos próprios	4.916	5.521
Outras receitas	1	8
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(65.457)**	**(63.781)**
Custos da energia comprada	(33.729)	(45.792)
Encargos de uso da rede elétrica	(16.194)	(17.238)
Materiais	(2.972)	(1.863)
Serviços de terceiros	(11.036)	(8.791)
Outros custos operacionais	(1.526)	9.903
Valor adicionado bruto	**100.674**	**119.979**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(44.833)	(45.569)
Valor adicionado líquido produzido	**55.841**	**74.410**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.902	7.221
Valor adicionado total a distribuir	**61.743**	**81.631**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.099	2.930
Benefícios	874	524
FGTS	255	189
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	5.572	11.078
Estaduais	272	119
Municipais	1	8
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	75.324	80.143
Aluguéis	118	142
	85.515	**95.133**
Prejuízo do exercício	(23.772)	(13.502)
	61.743	**81.631**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(35.939)	(20.433)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Impostos diferidos		(23)	24
Depreciações e amortizações		44.833	45.569
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		7	1.437
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		70.154	75.119
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		1.199	1.243
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		2.703	12.234
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		1.259	2.203
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		575	630
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(1.545)	(2.418)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(44)	(116)
Outros		(184)	
		82.995	**115.492**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		16.934	(11.728)
Outros tributos compensáveis		(5.534)	(9.323)
Cauções e depósitos vinculados		3.199	164
Outros ativos operacionais		667	(2.061)
		15.266	**(22.948)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(2.208)	10.174
Outros tributos a recolher		14.645	17.246
Provisões		(13.090)	(6.277)
Uso do bem público		(940)	(905)
Outros passivos operacionais		(727)	(8.059)
		(2.320)	**12.179**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**95.941**	**104.723**
Imposto de renda e contribuição social pagos			(468)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**95.941**	**104.255**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(4.185)	(5.055)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(4.185)**	**(5.055)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções e depósitos vinculados		(522)	249
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(27.763)	(20.655)
Pagamento de encargos de dívidas		(60.370)	(59.835)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	24.1	**(88.655)**	**(80.241)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**3.101**	**18.959**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		62.488	59.387
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		59.387	40.428
		3.101	**18.959**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**728.600**	**(85.628)**	**642.972**
Prejuízo do exercício		(13.502)	(13.502)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**728.600**	**(99.130)**	**629.470**
	Capital social	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**728.600**	**(99.130)**	**629.470**
Prejuízo do exercício		(23.772)	(23.772)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**728.600**	**(122.902)**	**605.698**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia ou Cachoeira Caldeirão) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2012, com sede no município de Ferreira Gomes, no estado do Amapá, sendo controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil).

A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHE Cachoeira Caldeirão), a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

1.1 Concessão

A Companhia detém o direito de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão por meio do Contrato de Concessão nº 01/13, celebrado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, com as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWm)	Concessão Início	Concessão Término
Cachoeira Caldeirão	AP	Produtor Independente	Concessão	219,00	129,70	29/05/2013	29/05/2048

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Araguari sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. A energia assegurada de 129,7 MWm foi comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R$95,51 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2019, o preço atualizado do contrato é de R$135,23 por MWh.

O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da data de sua assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual. Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

As três unidades geradoras da usina, cada uma com capacidade instalada de 73 MW, tiveram sua entrada em operação autorizada pela ANEEL nos meses de maio, junho e agosto de 2016.

1.1.1 Uso do bem público - UBP

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Cachoeira Caldeirão, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor original de R$658, atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R$954, corrigidos anualmente pela variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente remanescente da obrigação é de R$12.049 (R$11.790 em 31 de dezembro de 2018) (Nota 15). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 23.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 4); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 10 e 11); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 16.1); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 23.1.2); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 16.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/ Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Nota 2.7.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para o exercício
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 2.7.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (Nota 2.7.3)	Revisão Diversos CPCs		01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework*) (Nota 2.7.4)	*Conceptual Framework*	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios

(*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

2.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento , incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos a aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance do CPC 06 (R1).

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

2.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; e (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPCs em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

2.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (*Conceptual Framework*), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica a determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos; (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade; (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela; e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para aqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS *Interpretations Committee*), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	10.770	11.259
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	51.718	48.128
Total	**62.488**	**59.387**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 97,00% e 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 23.

4 Concessionárias

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Suprimento de energia elétrica	4.1	24.640	40.431
Energia de curto prazo		8.155	9.298
		32.795	**49.729**

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 23.2.4.

4.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente, substancialmente, da negociação de sobra de lastro energético do ano de 2018, efetuada em dezembro de 2018 e recebida durante o exercício.

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		3.161			171			3.332
		3.161	**-**	**-**	**171**	**-**	**-**	**3.332**
Circulante		468						61
Não circulante		2.693						3.271
Outros tributos compensáveis								
ICMS		132						132
PIS e COFINS	5.1	26.927	4.610				(15.220)	16.317
IRRF sobre aplicações financeiras		7.671	938					8.609
Outros		2.535	54	(68)				2.521
		37.265	**5.602**	**(68)**	**-**	**-**	**(15.220)**	**27.579**
Circulante		12.938						19.274
Não circulante		24.327						8.305
Passivos a recolher								
Outros tributos a recolher								
ICMS		368	528		90	(961)		25
PIS e COFINS		-	15.220				(15.220)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		107	711			(755)		63
Encargos com pessoal		220	242		37	(340)		159
Total Circulante		**695**	**16.701**	**-**	**127**	**(2.056)**	**(15.220)**	**247**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5.1 PIS e COFINS

Do montante total de créditos de PIS e COFINS de R$16.317 (R$26.927 em 31 de dezembro de 2018), R$2.017 (R$17.237 em 31 de dezembro de 2018) referem-se a créditos originados na aquisição de insumos e de ativos imobilizados para a construção da UHE Cachoeira Caldeirão que estão sendo compensados com os respectivos débitos desses impostos na medida que os faturamentos de energia elétrica estão sendo realizados.

6 Tributos diferidos

	Nota	Ativo Não circulante 31/12/2019	Ativo Não circulante 31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019	Passivo Não circulante 31/12/2018
PIS e COFINS				1	24
Imposto de renda e contribuição social	6.1	62.691	50.524		
Total		**62.691**	**50.524**	**1**	**24**

6.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante 31/12/2019	Ativo Não circulante 31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019	Passivo Não circulante 31/12/2018	Resultado 2019	Resultado 2018
Prejuízos Fiscais	32.839	22.948			9.891	949
Base Negativa da Contribuição Social	11.822	8.261			3.561	341
	44.661	**31.209**	**-**	**-**	**13.452**	**1.290**
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.464	5.370			(1.906)	3.912
Gastos Pré-operacionais	2.743	4.801			(2.058)	(2.057)
Uso do bem público - CPC 25	1.355	1.268		97	184	213
Licenças ambientais	10.269	8.142			2.127	3.742
Outras	202	8	3	177	368	(169)
Total diferenças temporárias	**18.033**	**19.589**	**3**	**274**	**(1.285)**	**5.641**
Total bruto	**62.694**	**50.798**	**3**	**274**	**12.167**	**6.931**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(3)	(274)	(3)	(274)		
Total	**62.691**	**50.524**	**-**	**-**		

6.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	A partir de 2028	Total
3.963	3.963	3.963	3.514	4.101	11.503	31.687	62.694

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R$/MWh)	Duração	Ativo Circulante 31/12/2018	Ativo Não circulante 31/12/2019	Ativo Não circulante 31/12/2018	Passivo Circulante 31/12/2019	Passivo Circulante 31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019	Passivo Não circulante 31/12/2018	Receitas (Despesas) Operacional 2019	Receitas (Despesas) Operacional 2018
Concessionárias (Nota 4)												
Suprimento de energia elétrica												
ECE Participações	Controle Comum (**)	271,83	01/10/2018 até 31/10/2018	22.247								22.247
				22.247	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**22.247**
Outros créditos e outras contas a pagar (Nota 9)												
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2015 até 31/12/2021							22	(170)	(264)
EDP Espírito Santo	Controle Comum		29/07/2015 até 29/07/2019								(1)	1
Contrato Prestação de Serviços (b)												
EDP PCH	Controle Comum (*)		01/01/2016 até 31/12/2018									(468)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/10/2019 até 31/12/2022						123		(123)	
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2019 até 31/12/2022								(369)	
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais e Atividades de *Backoffice* (c)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2019 até 31/12/2019		429	259			371	200	(424)	(289)
				-	**429**	**259**	**-**	**-**	**494**	**222**	**(1.087)**	**(1.020)**
Fornecedores (Nota 12)												
Suprimento de energia elétrica												
Energest	Controle Comum	134,95	01/01/2017 até 31/12/2046				412	397			(4.847)	(4.672)
ECE Participações	Controle Comum (**)	78,96	01/12/2018 até 31/12/2018					3.701				(3.701)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/07/2018 até 31/12/2019				3.437	2.735			(20.402)	(16.229)
Encargos de uso de rede												
EDP Transmissão	Controle Comum		09/02/2019 a 10/02/2047				2				(13)	
				-	**-**	**-**	**3.851**	**6.833**	**-**	**-**	**(25.262)**	**(24.602)**
				22.247	**429**	**259**	**3.851**	**6.833**	**494**	**222**	**(26.349)**	**(3.375)**

(*) A EDP PCH foi alienada em 21 de dezembro de 2018 e consequentemente, a partir desta data, não mais faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

(**) Incorporada pela CEJA (Controle Comum) em 30 de novembro de 2019.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias concedidas estão descritas na nota de Garantias (Nota 25.2).

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial. O primeiro contrato foi firmado pelo período de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 com término em 31 de dezembro de 2018. Em 2019 foi celebrado um novo contrato substituindo o anterior com a mesma finalidade, com duração de 36 meses contados a partir de 1° de janeiro de 2019 com o término em 31 de dezembro de 2021. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não possuem tarifa ou preço regulado, nos termos da REN 699/2016.

EDP - Energias do Brasil

O contrato de compartilhamento de recursos humanos, celebrado em 2018 com duração de 24 meses, tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2019 foi celebrado contrato de prestação de serviços de operação e pós operação da UHE Cachoeira Caldeirão, com duração de 36 meses. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não possuem tarifa ou preço regulado, nos termos da REN 699/2016. Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o contrato firmado entre a EDP - Energias do Brasil e a Companhia poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

(b) Contratos de Prestação de Serviços

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1° de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Comercializadora, sendo que um aditivo foi firmado em 1° de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Comercializadora para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O valor total dos serviços contratados é de R$1.476, a serem pagos em parcelas mensais de R$41, atualizado anualmente pelo IPCA.

(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de *Backoffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

7.1 Controladora direta e Controladoras finais

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A., e a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

8 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2019
Depósitos judiciais	16.1	3.880	89	(565)	(3)	(3.285)	116
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	8.1	28.295	29.033	2.110	(28.511)		30.927
Total Não Circulante		**32.175**	**29.122**	**1.545**	**(28.514)**	**(3.285)**	**31.043**

8.1 Depósitos vinculados

Refere-se à garantia exigida junto à 3ª emissão de debêntures da Companhia e ao financiamento do BNDES. Do montante total: (i) R$15.376 é correspondente a três vezes o valor da última parcela liquidada do financiamento e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; e (ii) R$15.551 é correspondente à próxima parcela das debêntures a ser liquidada e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato.

9 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante 31/12/2019	Circulante 31/12/2018	Não circulante 31/12/2019	Não circulante 31/12/2018
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		305	61		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	7			429	259
Despesas pagas antecipadamente		52	1.360		76
Estoques		662	415		
Outros		184		56	
Total		**1.203**	**1.836**	**485**	**335**
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	7			494	222
Folha de pagamento		56	64		
Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.1	673	769		
Encargos setoriais	9.2	929	1.570	730	414
Outros		5			
Total		**1.663**	**2.403**	**1.224**	**636**

9.1 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

9.2 Encargos setoriais

Em 31 de dezembro de 2019, do saldo de encargos setoriais de R$1.659 (R$1.984 em 31 de dezembro de 2018), R$1.091 (R$1.272 em 31 de dezembro de 2018) referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

10 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n°674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil do bem, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de Concessão.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados posteriores a entrada em operação da UHE e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

10.1 Composição do Imobilizado

	31/12/2019 Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2019 Custo Histórico	31/12/2019 Depreciação acumulada	31/12/2019 Valor líquido	31/12/2018 Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2018 Custo Histórico	31/12/2018 Depreciação acumulada	31/12/2018 Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos	3,12	84.856	(9.617)	75.239	3,12	84.082	(6.913)	77.169
Reservatórios, barragens e adutoras	3,09	405.028	(45.799)	359.229	3,09	404.491	(33.284)	371.207
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,16	320.933	(37.071)	283.862	3,16	321.016	(26.990)	294.026
Máquinas e equipamentos	3,28	551.789	(64.338)	487.451	3,28	558.343	(46.853)	511.490
Veículos	14,29	1.718	(919)	799	14,29	1.718	(674)	1.044
Móveis e utensílios	6,25	409	(57)	352	6,25	409	(31)	378
		1.364.733	**(157.801)**	**1.206.932**		**1.370.059**	**(114.745)**	**1.255.314**
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3	230	(4)	226				-
Máquinas e equipamentos	14,18	105	(17)	88	6,25	21	(2)	19
Móveis e utensílios	6	79	(1)	78				-
		414	**(22)**	**392**		**21**	**(2)**	**19**
Total do Imobilizado em serviço		**1.365.147**	**(157.823)**	**1.207.324**		**1.370.080**	**(114.747)**	**1.255.333**
Imobilizado em curso								
Geração				-		185		185
Administração		1.037		1.037		86		86
Total do Imobilizado em curso		**1.037**	**-**	**1.037**		**271**	**-**	**271**
Total Imobilizado		**1.366.184**	**(157.823)**	**1.208.361**		**1.370.351**	**(114.747)**	**1.255.604**

10.2 Movimentação do Imobilizado

	Nota	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2019
Imobilizado em serviço								
Terrenos		77.169		775	(2.705)			75.239
Reservatórios, barragens e adutoras		371.207		536	(12.514)			359.229
Edificações, obras civis e benfeitorias		294.026		147	(10.085)			284.088
Máquinas e equipamentos	10.2.1	511.509		(6.470)	(17.500)			487.539
Veículos		1.044			(245)			799
Móveis e utensílios		378		79	(27)			430
Total do Imobilizado em serviço		**1.255.333**	**-**	**(4.933)**	**(43.076)**	**-**	**-**	**1.207.324**
Imobilizado em curso								
Terrenos		-	775	(775)				-
Reservatórios, barragens e adutoras		-	37	(536)			499	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	646	(147)			(499)	-
Máquinas e equipamentos		86	1.132	6.470		(7)	(7.681)	-
Adiantamento a fornecedor	12.1	-				(5.304)	6.293	989
A ratear		-	2.273			(3.763)	1.490	-
Outros		185	44	(79)			(102)	48
Total do Imobilizado em curso		**271**	**4.907**	**4.933**	**-**	**(9.074)**	**-**	**1.037**
Total do Imobilizado		**1.255.604**	**4.907**	**-**	**(43.076)**	**(9.074)**	**-**	**1.208.361**

10.2.1 Máquinas e equipamentos

Parte imaterial do processo de unitização da UHE Cachoeira Caldeirão foi realizado utilizando-se de valores estimados na transferência do Imobilizado em curso para o Imobilizado em serviço. Durante o exercício de 2019 com a realização dos investimentos, houve reversão do montante de R$6.470, do Imobilizado em serviço para o Imobilizado em curso, e posterior baixa.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

11.1 Composição do Intangível

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Licenças ambientais	16,67	9.026	(6.017)	3.009	16,67	9.026	(4.513)	4.513
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	2,85	9.976	(1.913)	8.063	2,85	9.976	(1.628)	8.348
		19.002	**(7.930)**	**11.072**		**19.002**	**(6.141)**	**12.861**
Administração								
Software	20,00	304	(184)	120	20,00	254	(127)	127
		304	**(184)**	**120**		**254**	**(127)**	**127**
Total do Intangível em Serviço		**19.306**	**(8.114)**	**11.192**		**19.256**	**(6.268)**	**12.988**
Intangível em curso								
Geração		228		228		268		268
Administração		202		202		203		203
Total do Intangível em Curso		**430**	**-**	**430**		**471**	**-**	**471**
Total do Intangível		**19.736**	**(8.114)**	**11.622**		**19.727**	**(6.268)**	**13.459**

11.2 Movimentação do Intangível

	Nota	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2019
Intangível em serviço						
Software		127		50	(57)	120
Direito de concessão - Licenças ambientais		4.513			(1.504)	3.009
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	11.2.1	8.348			(285)	8.063
Total do Intangível em serviço		**12.988**	**-**	**50**	**(1.846)**	**11.192**
Intangível em curso						
Outros intangíveis em curso		471	9	(50)		430
Total do Intangível em curso		**471**	**9**	**(50)**	**-**	**430**
Total do Intangível		**13.459**	**9**	**-**	**(1.846)**	**11.622**

11.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Cachoeira Caldeirão. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 15) e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação comercial da UHE, em junho de 2016, e ocorrerá pelo prazo da concessão (Nota 1.1.1).

12 Fornecedores

	Nota	Circulante 31/12/2019	Circulante 31/12/2018
Suprimento de energia elétrica		7.883	6.918
Encargos de uso da rede elétrica		1.615	1.688
Operações CCEE		1.050	
Materiais e serviços	12.1	2.258	11.712
Total		**12.806**	**20.318**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

12.1 Materiais e serviços

A redução no exercício refere-se principalmente, a liquidação de adiantamento de fornecedores relacionados a obra no montante de R$5.304, conforme nota 10.2, quanto aos demais saldos a variação é decorrente principalmente da provisão de seguros e honorários advocatícios, realizados em 2018.

13 Debêntures

13.1 Composição do saldo de Debêntures

											31/12/2019				31/12/2018			
											Encargos	Principal			Encargos	Principal		
Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	15.650	10	156.500	3ª emissão em 15/12/2014	15/12/2014 a 15/06/2030	Financiamento para construção da UHE Cachoeira Caldeirão	IPCA + 7,2743% a.a.	Principal e Juros semestrais a partir de 15/12/2017	a. Penhor de ações da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil; b. Contas vinculadas; c. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; d. Fiança bancária da CTG Brasil.	1.218	19.704	199.967	220.889	568	12.956	213.183	226.707
(-) Custos de emissão				(891)		15/12/2014 a 15/06/2030			Amortização mensal			(76)	(393)	(469)		(84)	(432)	(516)
Total											**1.218**	**19.628**	**199.574**	**220.420**	**568**	**12.872**	**212.751**	**226.191**

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionados acima é de R$220.889 em 31 de dezembro de 2019 (R$226.707 em 31 de dezembro de 2018).

13.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2018	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante							
Principal	12.956	(13.327)		19.053		1.022	19.704
Juros	568	(16.398)	16.928			120	1.218
Custo de transação	(84)			(39)	47		(76)
	13.440	**(29.725)**	**16.928**	**19.014**	**47**	**1.142**	**20.846**
Não circulante							
Principal	213.183			(19.053)		5.837	199.967
Custo de transação	(432)			39			(393)
	212.751	**-**	**-**	**(19.014)**	**-**	**5.837**	**199.574**

13.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2020	20.846
	20.846
Não circulante	
2021	16.590
2022	21.358
2023	21.366
2024	21.373
2025	21.382
2026 até 2030	97.505
	199.574
Total	**220.420**

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

(i) Extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora ou da(s) Acionista(s), bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora ou pela(s) Acionista(s), ou de falência relativo à Emissora ou à(s) Acionista(s) formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo que para a(s) Acionista(s) as disposições desta alínea somente são aplicáveis enquanto a(s) Fiança(s) estiverem em vigor;

(ii) Extinção definitiva da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão;

(iii) Declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento da Emissora ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES;

(iv) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou pelas Acionistas;

(v) Declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou empréstimo tomado pela Emissora junto a quaisquer instituições financeiras, em valor superior a R$35.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo vencimento;

(vi) Protesto de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R$75.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado pela Emissora que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado no prazo legal; ou ainda (c) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;

(vii) Qualquer alienação, cessão ou transferência direta ou indireta de ações representativas do capital social da Emissora, que resultem na mudança do controle acionário direto ou indireto da Emissora sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD;

(viii) Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, sem a prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD; e

(ix) Não manutenção do índice de capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) maior ou igual a 20%, calculado anualmente em 31 de dezembro, que não seja sanado em até 30 dias após comunicação do Agente Fiduciário.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

										31/12/2019				31/12/2018			
										Encargos	Principal			Encargos	Principal		
Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	*Covenants*	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	504.100	25/11/2014	482.886	25/11/2014 a 15/11/2037	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização apurado, anualmente, em 31 de dezembro. b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20% apurado, anualmente, em 31 de dezembro.	TJLP + 2,12% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/11/2017.	a. Penhor de Ações; b. Contas Vinculadas; c. Vinculação de receitas; d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	4.150	32.732	528.875	565.757	3.946	30.494	543.795	578.235
(-) BNDES - Custos de Transação			(3.432)	25/11/2014 a 15/11/2037				Amortização mensal			(258)	(2.289)	(2.547)		(270)	(2.547)	(2.817)
Total										**4.150**	**32.474**	**526.586**	**563.210**	**3.946**	**30.224**	**541.248**	**575.418**

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R$565.757 em 31 de dezembro de 2019 (R$578.223 em 31 de dezembro de 2018).

14.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2018	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante							
Principal	30.494	(14.436)		16.582		92	32.732
Juros	3.946	(43.972)	44.163			13	4.150
Custo de Transação	(270)			(258)	270		(258)
	34.170	**(58.408)**	**44.163**	**16.324**	**270**	**105**	**36.624**
Não circulante							
Principal	543.795			(16.582)		1.662	528.875
Custo de Transação	(2.547)			258			(2.289)
	541.248	**-**	**-**	**(16.324)**	**-**	**1.662**	**526.586**

14.3 Vencimento das parcelas

	Circulante
2020	36.624
	36.624
Não circulante	
2021	16.151
2022	17.424
2023	18.795
2024 até 2028	114.192
2029 até 2033	114.192
2033 até 2037	245.832
	526.586
Total	**563.210**

15 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 11) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em agosto de 2013, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2018	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Circulante						
Uso do bem público	893	(1)	19	(940)	956	927
	893	**(1)**	**19**	**(940)**	**956**	**927**
Não circulante						
Uso do bem público	10.897	320	861		(956)	11.122
	10.897	**320**	**861**	**-**	**(956)**	**11.122**

16 Provisões

	Nota	Circulante 31/12/2019	Circulante 31/12/2018	Não circulante 31/12/2019	Não circulante 31/12/2018
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	16.1			10.805	15.803
Licenças ambientais	16.2	11.644	16.096	1.832	4.631
Total		**11.644**	**16.096**	**12.637**	**20.434**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

16.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

16.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo						Ativo	
								Depósito judicial	
	Nota	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas		573	30	(12)	(287)	(288)	16	1	1
Cíveis	16.1.1.1	15.230	2.681	(7.588)	(1.792)	1.649	10.180	93	3.682
Outros		-	743	(101)	(33)		609		
Total Não circulante		**15.803**	**3.454**	**(7.701)**	**(2.112)**	**1.361**	**10.805**	**94**	**3.683**

16.1.1.1 Cível

Dentre as ações cíveis destacam-se demandas envolvendo desapropriações e relativas ao evento de passagem de água ocorrido na abertura contratada na ensecadeira da UHE Cachoeira Caldeirão onde, em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguari, a Companhia realizou a abertura controlada na ensecadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alagamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem.

Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Companhia assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos pelo alagamento.

Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar, por meio de perícia judicial, a causa e os responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - Imap e da Companhia.

Os reclamantes alegam terem sido impactados pelo alagamento, demandando a aplicação dos termos do TAC, adicionais aos previamente assinados pela Companhia, qual seja indenização em R$20 para residências e R$35 para estabelecimentos comerciais.

Em relação às referidas ações, a Companhia interpôs recurso, que foi admitido pelo colégio recursal do Amapá, que suspendeu parte das ações em trâmite no Juizado Especial Cível, até decisão final no Supremo Tribunal Federal - STF. Contudo, no mês de março de 2019, a Companhia participou do mutirão de acordos promovido pelo Tribunal de Justiça do Amapá, em conjunto com o juízo da Comarca de Ferreira Gomes, encerrando parte dos processos judiciais em andamento. O recurso da Companhia não foi conhecido pelo STF, desta forma parte das ações suspensas voltaram a tramitar. Ainda encontram-se suspensa ações com pedidos de danos morais.

A Companhia havia acionado sua seguradora para reembolso das indenizações e despesas gerais decorrentes do evento e, em 13 de agosto de 2018, encerrou-se o processo de regulação do seguro apurando-se como indenização para Companhia, já líquida de franquia, o valor de R$28.000.

16.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

			Ativo Depósito judicial	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	14	12		
Cíveis	4.313	4.372		
Fiscais	124	118	16	118
Total	**4.451**	**4.502**	**16**	**118**

16.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível em andamento cujas as perdas foram estimadas como remotas e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é de R$7 (R$79 em 31 de dezembro de 2018).

16.2 Licenças ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2019 de R$13.476 (R$20.727 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Cachoeira Caldeirão, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Operação - LO nº 0237/2015 foi emitida em 18 de dezembro de 2015 pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá e autoriza a Companhia a operar a UHE Cachoeira Caldeirão, localizada no rio Araguari, no município de Ferreira Gomes (AP).

A LO é válida pelo período de 6 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

Do montante provisionado, destacam-se os valores de R$8.413 relacionados à construção do hospital Porto Grande, R$1.577 relacionados ao monitoramento da fauna e R$953 relacionados ao programa de gerenciamento sócioambiental integrado.

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 7% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo de 6 anos que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R$5.401 (R$5.562 em 2018). Deste montante, R$5.389 (R$5.550 em 2018) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R$12 (R$12 em 2018) são relativos a gastos com gestão de águas residuais em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Reversão (Nota 16.2.1)	Saldo em 31/12/2019
Circulante	16.096	642	(5.389)	1.000	(410)	(295)		11.644
Não Circulante	4.631			267	410	287	(3.763)	1.832
Total	**20.727**	**642**	**(5.389)**	**1.267**	**-**	**(8)**	**(3.763)**	**13.476**

16.2.1 Reversão

Em 29 de agosto de 2019, o Ordenamento Territorial da Secretaria do Estado do Amapá retificou Licença de Operação 237/2019. Desta forma, as estimativas de gastos com as condicionantes ambientais foram revistas ocasionando uma reversão de R$3.763 de acordo com os novos programas e prazos da LO.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O Capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R$728.600 e está representado por 728.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R$763.924, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2019 Quantidade de ações	31/12/2019 % participação	31/12/2018 Quantidade de ações	31/12/2018 % participação
Acionista				
EDP - Energias do Brasil	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
China Three Gorges Brasil Energia	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
Total	**728.000.000**		**728.000.000**	

18 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	MWh (*) 2019	MWh (*) 2018	R$ 2019	R$ 2018
Fornecimento - Faturado					
Suprimento de energia elétrica	18.1	1.144.942	1.218.012	156.874	170.028
Energia de curto prazo	18.2	9.777	44.425	4.340	8.203
Receita operacional bruta		**1.154.719**	**1.262.437**	**161.214**	**178.231**
(-) Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS				(14.912)	(16.486)
P&D				(1.334)	(1.445)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(5.062)	(4.893)
Taxa de fiscalização				(673)	(561)
		-	**-**	**(21.981)**	**(23.385)**
Receitas		**1.154.719**	**1.262.437**	**139.233**	**154.846**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

18.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente de redução da quantidade de energia faturada quando comparada ao exercício anterior, substancialmente devido ao encerramento do contrato de suprimento com a parte relacionada ECE Participações (Nota 7).

18.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício é decorrente de redução da quantidade de energia comercializada junto a CCEE em especial no último trimestre de 2019, visto que no mesmo período em 2018 a companhia dispunha de maior volume para comercialização, adicional à redução do PLD, que em 2018 o valor médio era de R$234,10 e para 2019 foi de R$146,62.

19 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2019					2018				
		Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais			Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outros	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outros	Total
Energia elétrica comprada para revenda	19.1	30.508				30.508	41.490				41.490
Encargos de uso da rede elétrica		14.696				14.696	15.643				15.643
		45.204	**-**	**-**	**-**	**45.204**	**57.133**	**-**	**-**	**-**	**57.133**
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	19.2		4.287	467		4.754		3.535	435		3.970
Material			1.648	151		1.799		477	29		506
Serviços de terceiros	19.3		5.592	2.333		7.925		3.469	1.949		5.418
Depreciação - Imobilizado em serviço			42.956	31		42.987		43.688	43		43.731
Amortização			1.827	19		1.846		1.819	19		1.838
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					693	693				(5.032)	(5.032)
Arrendamentos e aluguéis				118		118			143		143
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						-				(8)	(8)
Outras		111	(179)	209	(1)	140	91	2.132	373	(8.325)	(5.729)
		111	**56.131**	**3.328**	**692**	**60.262**	**91**	**55.120**	**2.991**	**(13.365)**	**44.837**
Total		**45.315**	**56.131**	**3.328**	**692**	**105.466**	**57.224**	**55.120**	**2.991**	**(13.365)**	**101.970**

19.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2019	2018
Contratos de compra de energia por quantidade		29.195	30.372
Energia de curto prazo	19.1.1	26.510	55.288
Outros		1.080	1.897
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER		(23.167)	(41.856)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(3.110)	(4.211)
Total		**30.508**	**41.490**

19.1.1 Energia de curto prazo

A variação no exercício é decorrente de compra de energia para constituição de lastro no ano de 2018, com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, em função do efeito do fator GSF *(Generation Scaling Factor).*

19.2 Pessoal e Administradores

	2019	2018
Pessoal		
Remuneração	2.516	2.482
Encargos	884	820
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada	109	106
Despesas rescisórias	153	23
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	305	222
Outros benefícios - Corrente	758	317
	4.725	**3.970**
Administradores		
Honorários e encargos	22	
Benefícios dos administradores	7	
	29	**-**
	4.754	**3.970**

19.3 Serviços de terceiros

	2019	2018
Serviços de consultoria	1.903	1.214
Serviços de manutenção	3.936	2.092
Serviços de limpeza e vigilância	427	391
Serviços de informática	665	710
Serviços de publicação e publicidade	116	88
Serviços de transporte	432	453
Outros	446	470
	7.925	**5.418**

20 Resultado financeiro

	Nota	2019	2018
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		5.592	4.795
Energia vendida		678	1.755
Depósitos judiciais	8	(565)	521
Juros e multa sobre tributos	5	171	116
Outros juros e variações monetárias	16.2	8	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(284)	(387)
Outras receitas financeiras		18	34
		5.618	**6.834**
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	14.2	(46.200)	(49.793)
Debêntures	13.2	(23.954)	(25.326)
Juros e multa sobre tributos	5	(127)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	16.1.1	(1.361)	(926)
Uso do bem público	15	(1.199)	(1.243)
Outros juros e variações monetárias	16.2	(1.267)	(2.203)
Outras despesas financeiras		(1.216)	(652)
		(75.324)	**(80.143)**
Total		**(69.706)**	**(73.309)**

21 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2019	2018
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(35.939)	(20.433)
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		**12.219**	**6.947**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
Doações		(52)	(44)
Outras			28
Resultado de IRPJ e CSLL		**12.167**	**6.931**
Alíquota Efetiva		33,85%	33,92%

22 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(23.772)	(13.502)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	728.000	728.000
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	**(0,03265)**	**(0,01855)**

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

23.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

23.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo 31/12/2019	Valor justo 31/12/2018	Valor contábil 31/12/2019	Valor contábil 31/12/2018
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	51.718	48.128	51.718	48.128
			51.718	**48.128**	**51.718**	**48.128**
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	10.770	11.259	10.770	11.259
Concessionárias	4	Nível 2	32.795	49.729	32.795	49.729
Cauções	8	Nível 2	30.927	28.295	30.927	28.295
Outros créditos - Partes relacionadas	7	Nível 2	429	259	429	259
			74.921	**89.542**	**74.921**	**89.542**
			126.639	**137.670**	**126.639**	**137.670**

	Nota	Níveis	Valor justo 31/12/2019	Valor justo 31/12/2018	Valor contábil 31/12/2019	Valor contábil 31/12/2018
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	12	Nível 2	12.806	20.318	12.806	20.318
Debêntures	13	Nível 2	271.220	250.042	220.420	226.191
Uso do bem público	15	Nível 2	11.441	9.893	12.049	11.790
Empréstimos e financiamentos	14					
Moeda nacional		Nível 2	563.210	575.418	563.210	575.418
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	7	Nível 2	494	222	494	222
			859.171	**855.893**	**808.979**	**833.939**

23.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

23.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

23.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 14), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do uso do bem público e das debêntures diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, incluindo o risco de crédito; e

(ii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

23.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

23.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

23.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados nas notas 11 e 12, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao TLJP e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

23.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

			Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Saldo da exposição**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Aplicação financeira - CDB	CDI	51.718	900			900	223	445	(224)	(448)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	30.927	1.808	8.362	42.501	52.671	22.621	50.899	(18.036)	(32.367)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**82.645**	**2.708**	**8.362**	**42.501**	**53.571**	**22.844**	**51.344**	**(18.260)**	**(32.815)**
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	565.757	(38.891)	(144.311)	(238.423)	(421.625)	(71.289)	(141.791)	72.096	145.018
Instrumentos financeiros passivos	**TJLP**	**565.757**	**(38.891)**	**(144.311)**	**(238.423)**	**(421.625)**	**(71.289)**	**(141.791)**	**72.096**	**145.018**
Debêntures	IPCA	220.889	(19.564)	(63.170)	(44.992)	(127.726)	(16.981)	(35.267)	15.780	30.456
Instrumentos financeiros passivos	**IPCA**	**220.889**	**(19.564)**	**(63.170)**	**(44.992)**	**(127.726)**	**(16.981)**	**(35.267)**	**15.780**	**30.456**

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.
Os indicadores tiveram seu intervalo conforme apresentado a seguir: CDI entre 4,1% e 6,4% a.a.; TJLP entre 4,9% e 5,2% a.a.; e IPCA entre 0,6% e 7,5% a.a..

23.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 13 e 14.
A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.
Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4).
A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.
Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 25.1.
A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2019						31/12/2018
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	10.631	2.109	66			12.806	20.318
Debêntures			20.846	80.687	118.887	220.420	226.191
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.052	6.104	27.468	52.370	474.216	563.210	575.418
Uso do bem público	79	157	691	3.153	7.969	12.049	11.790
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				494		494	222
	13.762	**8.370**	**49.071**	**136.704**	**601.072**	**808.979**	**833.939**

23.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants)*, normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.
Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 13 e 14.
Em 31 de dezembro de 2019, o *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,20 referente aos contratos de financiamento, descrito na nota 14.1, não foi atendido, o que obrigaria a Companhia a manter em conta vinculada o equivalente a seis vezes o valor da última parcela liquidada do financiamento. Apesar desse item não implicar em um possível vencimento antecipado da dívida, a Companhia solicitou a dispensa do cumprimento de tal exigência aos seus credores. Com exceção do *covenant* mencionado, as demais cláusulas restritivas foram atendidas em sua plenitude.
Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para os Empréstimos e financiamentos (Nota 14) e Debêntures (Nota 13). Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

23.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.
Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 89% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R$86.

23.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.
O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.
As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.
A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência *Fitch Ratings* (ou equivalente para as agências *Moody's* ou *Standard & Poor's*). Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.
A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

23.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSAP etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.
A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

23.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.
Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos e debêntures	783.630	801.609
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(62.488)	(59.387)
(-) Cauções	(30.927)	(28.295)
Dívida líquida	**690.215**	**713.927**
Total do Patrimônio Líquido	605.698	629.470
Total do capital	**1.295.913**	**1.343.397**
Índice de alavancagem financeira - %	53,26%	53,14%

24 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

24.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2019				
				Efeito não caixa		
	Nota	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2019
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	8	28.295	522	2.110		30.927
		28.295	**522**	**2.110**	**-**	**30.927**
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento						
Debêntures	13	226.191	(29.725)	6.979	16.975	220.420
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14	575.418	(58.408)	1.767	44.433	563.210
		801.609	**(88.133)**	**8.746**	**61.408**	**783.630**
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		**773.314**	**(88.655)**	**6.636**	**61.408**	**752.703**

	2018				
			Efeito não caixa		
	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2018
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	26.647	(249)	1.897		28.295
	26.647	**(249)**	**1.897**	**-**	**28.295**
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento					
Debêntures	222.956	(22.091)	9.119	16.207	226.191
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	584.024	(58.399)	4.021	45.772	575.418
	806.980	**(80.490)**	**13.140**	**61.979**	**801.609**
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	**780.333**	**(80.241)**	**11.243**	**61.979**	**773.314**

24.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

	2019	2018
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	(3.121)	360
Provisão para contingências no imobilizado e intangível	649	
Total	**(2.472)**	**360**

25 Compromissos contratuais e Garantias

25.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.
Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					-	75
Obrigações de compra						
Compra de Energia	5.059	9.487	8.758	36.597	59.901	29.570
Materiais e serviços	6.674	10.788	1.512	4.682	23.656	27.216
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	49.527	65.077	49.150	90.839	254.593	380.383
	61.260	**85.352**	**59.420**	**132.118**	**338.150**	**437.244**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					-	76
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.847	9.694	9.694	67.856	92.091	31.373
Materiais e serviços	6.674	8.423	1.275	4.868	21.240	31.218
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	55.933	101.262	85.956	218.784	461.935	527.666
	67.454	**119.379**	**96.925**	**291.508**	**575.266**	**590.333**

25.2 Garantias

		Limite máximo garantido	
Tipo de garantia	**Modalidade**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Ações judiciais	Seguro garantia	2.702	
Outros	Recebíveis	1.320	1.384
		4.022	**1.384**

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 13) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 14), estão demonstrados em suas respectivas notas.

26 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.
As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.
Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	15.868	15.868	30.092	30.092
Usina	1.006.356	200.000	1.006.356	200.000
Linhas de Transmissão	14.224	14.224		
Responsabilidade civil	50.000	50.000	60.000	60.000
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	2.651	(*)	2.618	(*)
Risco de engenharia			15.947	15.947

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$ 1.452.
A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.
A Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil, em apólice corporativa da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, cujo os limites são apresentados abaixo:
(i) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$17.190; e
(ii) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$4.110.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Yujun Liu
Presidente

Evandro Leite Vasconcelos
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Antonio Eduardo Portela Ferreira da Costa
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor Operacional e Técnico

Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca
Diretor Administrativo

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Diretor Financeiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade - Contador - CRC 1SP271964/O "S" AP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.
Ferreira Gomes - AP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável ("*Impairment*") dos ativos não financeiros (Consulte as notas explicativas 2.6, 10 e 11 às demonstrações financeiras)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 apresenta nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R$ 1.208.361 mil e R$ 11.622 mil, respectivamente. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil da sua unidade geradora de caixa ("UGC"), com base em seu valor em uso utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, considerando determinadas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de receita e custos e fatores externos. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas de taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados à avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa, tais como: taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos usadas pela Companhia bem como a modelagem para fins de apuração do fluxo de caixa descontado. Além disso, realizamos discussões com a administração e comparamos com as informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Consulte a nota explicativa 6 às demonstrações financeiras)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 apresenta créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R$ 62.691 mil, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros, preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas, tais como, projeção de receitas, custos e resultado financeiro, para as projeções dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos ativos fiscais diferidos e, pelo fato que eventuais mudança nas metodologias e nas premissas utilizadas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para avaliar os dados e as premissas utilizadas, tais como, projeção de receitas e custos nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como o crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia. Com o auxílio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração nas quais são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como os mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6
Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Empresa de Energia São Manoel S.A.

CNPJ/MF nº 18.494.537/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	112.935	45.143
Concessionárias	5	50.758	57.376
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	4.116	2.468
Outros tributos compensáveis	6	56.699	27.133
Outros créditos	10	215	1.120
Total do Ativo Circulante		**224.723**	**133.240**
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	4.814	4.539
Outros tributos compensáveis	6	56.373	106.418
Tributos diferidos	7	225.858	219.104
Cauções e depósitos vinculados	8	82.860	134.089
Outros créditos	10	199	
		370.104	**464.150**
Imobilizado	11	3.293.350	3.274.398
Intangível	12	72.841	95.732
Total do Ativo Não circulante		**3.736.295**	**3.834.280**
TOTAL DO ATIVO		**3.961.018**	**3.967.520**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	13	19.793	33.348
Outros tributos a recolher	6	645	1.715
Debêntures	14	28.157	23.379
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	88.532	82.314
Uso do bem público	16	3.762	3.623
Provisões	17	16.430	22.257
Outras contas a pagar	10	6.393	8.304
Total do Passivo Circulante		**163.712**	**174.940**
Não circulante			
Tributos diferidos	7	12	6
Debêntures	14	294.026	304.202
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	1.458.702	1.486.306
Uso do bem público	16	45.798	44.605
Provisões	17	24.974	30.608
Outras contas a pagar	10	2.457	300
Total do Passivo Não circulante		**1.825.969**	**1.866.027**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18.1	2.409.974	2.351.974
Prejuízos acumulados		(438.637)	(425.421)
Total do Patrimônio Líquido		**1.971.337**	**1.926.553**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.961.018**	**3.967.520**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2019	2018
Receitas	19	382.499	315.292
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	20		
Custo do serviço de energia elétrica		(171.041)	(131.741)
Custo de operação		(162.321)	(151.445)
		(333.362)	**(283.186)**
Lucro bruto		**49.137**	**32.106**
Despesas e Receitas operacionais	20		
Despesas gerais e administrativas		(4.211)	(6.442)
Outras despesas e receitas operacionais		110.135	3
		105.924	**(6.439)**
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		**155.061**	**25.667**
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		12.124	8.599
Despesas financeiras		(187.155)	(180.395)
		(175.031)	**(171.796)**
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		**(19.970)**	**(146.129)**
Tributos sobre o lucro	22		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.754	49.650
		6.754	**49.650**
Prejuízo do exercício		**(13.216)**	**(96.479)**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	23		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,00560)	(0,04180)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(13.216)	(96.479)
Resultado abrangente do exercício	**(13.216)**	**(96.479)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Geração do valor adicionado	**465.455**	**583.116**
Receita operacional	447.148	364.699
Receita relativa à construção de ativos próprios	18.296	218.413
Outras receitas	11	4
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(124.558)**	**(355.078)**
Custos da energia comprada	(108.714)	(77.250)
Encargos de uso da rede elétrica	(79.731)	(68.051)
Materiais	(2.456)	(44.188)
Serviços de terceiros	(24.374)	(159.462)
Outros custos operacionais	90.717	(6.127)
Valor adicionado bruto	**340.897**	**228.038**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(130.107)	(125.861)
Valor adicionado líquido produzido	**210.790**	**102.177**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	12.654	10.108
Valor adicionado total a distribuir	**223.444**	**112.285**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	6.445	26.447
Benefícios	1.652	819
FGTS	498	827
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	40.686	(12.759)
Estaduais	42	295
Municipais	1	31
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	187.155	192.917
Aluguéis	181	187
	236.660	**208.764**
Prejuízo do exercício	(13.216)	(96.479)
	223.444	**112.285**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(19.970)	(146.129)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Impostos diferidos		6	6
Depreciações e amortizações		130.107	125.861
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		363	
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		113	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		180.160	166.363
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		5.089	5.027
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		65	
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		1.908	
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		(2.209)	8.458
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		1.592	1.282
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(5.681)	(1.876)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(443)	(277)
Provisão para perda no valor recuperável dos ativos		(111.191)	
		179.909	**158.715**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		6.618	(26.151)
Imposto de renda e contribuição social a compensar			(24.536)
Outros tributos compensáveis		(21.385)	
Outros ativos operacionais		742	1.887
		(14.025)	**(48.800)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(13.555)	16.437
Imposto de renda e contribuição social a recolher			27.747
Outros tributos a recolher		40.791	
Provisões		(22.702)	(39.292)
Uso do bem público		(3.757)	(3.611)
Outros passivos operacionais		(1.684)	2.010
		(907)	**3.291**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.477)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**163.500**	**113.206**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(3.520)	(159.620)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(3.520)**	**(159.620)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções		56.874	(129.783)
Aumento de capital social líquido do custo de emissão		58.000	78.000
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		3.109	392.590
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures		(55.748)	(280.000)
Pagamentos de encargos de dívidas		(154.305)	(83.561)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(118)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	25.1	**(92.188)**	**(22.754)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**67.792**	**(69.168)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		112.935	45.143
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		45.143	114.311
		67.792	**(69.168)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**2.273.974**	**(328.942)**	**1.945.032**
Aumento de capital - RCA 11/12/2017	30.000		30.000
Aumento de capital - RCA 24/09/2018	15.000		15.000
Aumento de capital - RCA 29/10/2018	33.000		33.000
Prejuízo do exercício		(96.479)	(96.479)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**2.351.974**	**(425.421)**	**1.926.553**

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**2.351.974**	**(425.421)**	**1.926.553**
Aumento de capital - RCA 10/12/2018	9.000		9.000
Aumento de capital - RCA 28/10/2019	49.000		49.000
Prejuízo do exercício		(13.216)	(13.216)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.409.974**	**(438.637)**	**1.971.337**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia ou São Manoel) foi constituída em 16 de julho de 2013 sob forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel (UHE São Manoel), no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará e executar outras atividades correlatas ao seu objeto social.

1.1 Concessão

Em 10 de abril de 2014, a Companhia assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/14 que regula o direito de concessão da UHE São Manoel. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MWm)	Energia Assegurada (MWm)	Concessão Início	Concessão Término
São Manoel	PA	Produtor Independente	Concessão	735,8	430,4	10/04/2014	10/04/2049

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Teles Pires sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 430,4 MWm, 289,5 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos e 90 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Livre - ACL pelo prazo de 20 anos, ambos a partir de maio de 2018. O preço estabelecido no Contrato de Concessão para o ACR é de R$83,49 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, sendo em 31 de dezembro de 2019, atualizado de R$111,89 por MWh. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

As quatro unidades geradoras da usina, cada uma com capacidade instalada inicial de 175 MW, tiveram sua entrada em operação autorizada pela ANEEL nos meses de dezembro de 2017, janeiro, março e abril de 2018.

1.1.1 Uso do bem público - UBP

Como pagamento pelo UBP, objeto do Contrato de Concessão, a Companhia recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e até o 35º ano da concessão, parcelas mensais correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor original de R$2.789, atualizado em 31 de dezembro de 2019 para R$3.881, corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, utilizando-se o IPCA. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente total remanescente da obrigação é de R$49.560 (R$48.228 em 31 de dezembro de 2018) (Nota 16). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7.1.2); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 17.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.6.1 Teste no valor recuperável dos ativos não financeiros

Mediante a substituição do consórcio construtor da UHE São Manoel, ocorrida em janeiro de 2017, a Administração projetou que haveria um incremento no montante total previsto para a construção da UHE São Manoel, uma vez que gastos adicionais seriam demandados junto às novas empresas para a conclusão da construção dentro do cronograma esperado.

Devido o ocorrido, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável. Com base em premissas que vão desde a base de determinação do valor recuperável, até a taxa de desconto, a Companhia, no exercício de 2016, entendendo que usou as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, identificou uma perda no valor recuperável do ativo UHE São Manoel no valor de R$460.236, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais, no resultado do exercício de 2016.

Adicionalmente, a Companhia avalia a obrigação de indenizar a cargo da Pan Seguros S.A., seguradora que emitiu apólice de seguro garantia em favor da Companhia, com início de cobertura a partir de julho de 2014. A Companhia contratou parecer jurídico junto a consultores especializados o qual conclui que a Companhia possui direito ao recebimento da indenização visto que o seguro possui como objetivo garantir a execução, em regime de empreitada total, a preço fixo, dos fornecimentos de materiais e equipamentos, montagem, serviços de engenharia e obras civis, na modalidade "*Turn Key*" pleno, para a implantação do empreendimento. O limite de indenização pela apólice é R$429.555.

Em agosto de 2018, a Pan Seguros S.A. encerrou o procedimento de regulação do sinistro e negou cobertura securitária à Companhia. Em razão disso, em janeiro de 2019, foi ajuizada ação de cobrança pela Companhia em face da seguradora. Em outubro de 2019, foi proferida sentença desfavorável à Companhia, em face desta decisão, foi interposto recurso de Apelação, o qual aguarda julgamento. O prognóstico de perda permanece classificado como "possível" pelos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade. Nos exercícios de 2018 e 2017 a Companhia procedeu a revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, não identificando a necessidade de reversão ou complemento ao valor registrado no exercício de 2016.

No entanto, em 2019, a Administração da Companhia, por meio de testes de sensibilidade, alterações regulatórias, e análise de indicadores, identificou indicativos de que o cálculo de valor recuperável da usina poderia estar subavaliado, tendo efeito sobre o lançamento de *impairment* reconhecido em 2016. Os indicadores identificados vão desde a homologação da nova Garantia Física (Nota 3.1), até fatores de melhora no cenário macroeconômico, componentes para desconto de fluxo de caixa na avaliação de investimentos, utilizados para cálculo do valor recuperável.

Após realizadas as análises de indicadores e performado o teste de recuperabilidade, utilizando as fontes internas e externas de informação previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia procedeu com o registro da reversão no montante de R$111.191, detalhados por classe de ativos na nota 11.1 - Composição do Imobilizado, em contrapartida da Nota 20 - Gastos operacionais.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Nota 2.7.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Retrospectiva com efeito cumulativo
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 2.7.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (Nota 2.7.3)	Revisão Diversos CPCs		01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework*) (Nota 2.7.4)	*Conceptual Framework*	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios

(*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance do CPC 06 (R1).

A Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento. Os montantes registrados encontram-se demonstrados nas notas 10 e 11.

2.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPCs em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

2.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (*Conceptual Framework*), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos, (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade, (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela, e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para aqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS *Interpretations Committee*), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

3. Eventos significativos do exercício

3.1 Acréscimo de capacidade instalada

Em 26 de setembro de 2019 a ANEEL, por meio do Despacho n° 2.674/2019, homologou os parâmetros da UHE São Manoel, com alteração da Potência Instalada total de 700,0 MW para 735,8 MW, de tal forma que a Potência Nominal Unitária de cada turbina, anteriormente fixada em 170,0 MW, passa a ser de 183,9 MW. A partir da decisão da ANEEL, foi iniciado o processo de Revisão Extraordinária da Garantia Física do empreendimento que, por meio da Portaria n° 352 emitida em 06 de dezembro de 2019 pelo MME, definiu a nova garantia física da UHE São Manoel em 430,4 MW ante os 424,5 MW anteriores.

3.2 Liberações de recursos

Durante o exercício de 2019 a Companhia obteve a seguinte liberação de recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
BNDES	set/2019	dez/2025	3.109	TJLP	Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel
			3.109		

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	786	4.206
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	112.149	40.937
Total	**112.935**	**45.143**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

As aplicações financeiras estão remuneradas à taxa de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

5. Concessionárias

	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	46.478	44.273
Energia de curto prazo	4.280	13.103
	50.758	**57.376**

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 24.2.4.

6. Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar		7.007		446	1.477		8.930
		7.007	**-**	**446**	**1.477**	**-**	**8.930**
Circulante		2.468					4.116
Não Circulante		4.539					4.814
Outros tributos compensáveis							
ICMS		16					16
PIS e COFINS	6.1	122.169	17.407			(41.864)	97.712
IRRF sobre aplicações financeiras		5.617	1.667				7.284
Outros		5.749	2.311				8.060
Total		**133.551**	**21.385**	**-**	**-**	**(41.864)**	**113.072**
Circulante		27.133					56.699
Não circulante		106.418					56.373
Passivos a recolher							
Outros tributos a recolher							
ICMS		827	1.101		(1.737)		191
PIS e COFINS		-	41.869			(41.864)	5
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		504	910		(1.203)		211
Encargos com pessoal		384	139	3	(288)		238
Total Circulante		**1.715**	**44.019**	**3**	**(3.228)**	**(41.864)**	**645**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 PIS e COFINS

Do montante total de créditos de PIS e COFINS de R$97.712 (R$122.169 em 31 de dezembro de 2018), R$59.657 (R$101.521 em 31 de dezembro de 2018) referem-se a créditos originados na aquisição de insumos e de ativos imobilizados para a construção da UHE São Manoel a serem compensados com os respectivos débitos desses impostos na medida que os faturamentos de energia elétrica forem sendo realizados.

7. Tributos diferidos

	Nota	Ativo Não circulante 31/12/2019	Ativo Não circulante 31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019	Passivo Não circulante 31/12/2018
PIS e COFINS				12	6
Imposto de renda e contribuição social	7.1	225.858	219.104		
Total		**225.858**	**219.104**	**12**	**6**

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante 31/12/2019	Ativo Não circulante 31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019	Passivo Não circulante 31/12/2018	Resultado 2019	Resultado 2018
Prejuízos Fiscais		54.589	26.521			28.068	24.580
Base Negativa da Contribuição Social		19.652	9.547			10.105	8.848
		74.241	**36.068**	**-**	**-**	**38.173**	**33.428**
Diferenças Temporárias							
Gastos Pré-operacionais		6.312	8.477			(2.165)	(2.164)
Uso do bem público - CPC 25		3.107	3.161	1.158	2.171	959	990
Redução no valor recuperável dos ativos	7.1.1.1	110.261	152.502			(42.241)	(3.671)
Licenças ambientais		32.972	21.111			11.861	21.111
Outras		215	2	92	46	167	(44)
Total diferenças temporárias		**152.867**	**185.253**	**1.250**	**2.217**	**(31.419)**	**16.222**
Total		**227.108**	**221.321**	**1.250**	**2.217**	**6.754**	**49.650**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(1.250)	(2.217)	(1.250)	(2.217)		
Total		**225.858**	**219.104**	**-**	**-**		

7.1.1.1 Redução no valor recuperável dos ativos

É decorrente do reconhecimento dos tributos diferidos sobre a Redução no valor recuperável dos ativos, à alíquota de 34%, tendo efeito no período da reversão do valor recuperável (Nota 2.6.1.)

7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	A partir de 2028	Total Não Circulante
11.927	11.994	11.994	14.610	17.634	19.257	139.692	227.108

8. Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2019
Depósitos judiciais	17	2.565	341	136	(377)	2.665
Cauções	8.1	131.524	43.915	5.545	(100.789)	80.195
Total Não circulante		**134.089**	**44.256**	**5.681**	**(101.166)**	**82.860**

8.1 Cauções

Refere-se às aplicações em fundo de investimentos, junto ao Banco Citibank, em cumprimento ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Nota 15) e à 4ª emissão de debêntures (Nota 14), constituídas como parte das garantias dos contratos. O montante caucionado é baseado na expectativa das parcelas futuras de ambas as dívidas, para os próximos seis meses, sendo R$58.651 relacionado ao BNDES, R$1.672 às debêntures e R$19.872 compartilhado entre ambos.

Adicionalmente, em 5 de dezembro de 2019 houve substituição parcial da Garantia de Caução referente ao BNDES por Carta Fiança.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R$/MWh)	Duração	Ativo Circulante 31/12/2019	Ativo Circulante 31/12/2018	Ativo Não circulante 31/12/2019	Passivo Circulante 31/12/2019	Passivo Circulante 31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019	Passivo Não circulante 31/12/2018	Resultado Operacional 2019	Resultado Operacional 2018	Resultado Financeiro 2018
Concessionárias (Nota 5)													
Suprimento de energia elétrica													
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2018 a 30/04/2018									25.882	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/05/2018 a 31/12/2038	3.464	2.534						36.359	23.561	
CTG Brasil Comercializadora	Controle Comum		01/01/2018 a 30/04/2018									25.882	
CTG Brasil Comercializadora	Controle Comum		01/05/2018 a 31/12/2038	2.660	2.534						36.361	23.561	
EDP Espirito Santo	Controle Comum	111,89	26/04/2018 a 31/12/2047	172	152						1.418	932	
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto	135,00	01/01/2018 a 30/04/2018									25.882	
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto	140,19	01/05/2018 a 31/12/2038	3.585	2.564						36.361	23.561	
				9.881	**7.784**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**110.499**	**149.261**	**-**
Fornecedores													
Encargos de uso da rede básica													
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto		09/11/2017 a 10/04/2049				291	323			(10.093)	(10.427)	
EDP Transmissão	Controle Comum		09/02/2019 a 10/02/2047				5				(65)		
Suprimento de energia elétrica													
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/07/2018 a 31/12/2018					1.823				(10.819)	
Contrato de prestação de serviços (a)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/05/2014 a 31/05/2018									(467)	
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto		01/09/2015 a 01/12/2018									(446)	
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto		24/09/2015 a 31/12/2019				1.974	1.974			(1.974)	(3.251)	
EDP Comercializadora	Controle Comum		28/10/2019 a 27/10/2024						87		(87)		
				-	**-**	**-**	**2.270**	**4.120**	**87**	**-**	**(12.219)**	**(25.410)**	**-**
Debêntures (b)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		15/08/2016 a 15/12/2018										(9.112)
CTG Brasil	Controladora em conjunto		15/08/2016 a 15/12/2018										(9.112)
				-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(18.224)**
Outras contas a pagar													
Reembolso de despesas													
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum		01/04/2018 a 31/12/2019					19			(14)	(56)	
EDP Transmissão	Controle Comum		01/04/2018 a 31/05/2019									(22)	
EDP Transmissão MA II	Controle Comum		01/04/2018 a 31/07/2019									(16)	
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de *Backoffice* e Serviços de Infraestrutura (c)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/05/2018 a 30/04/2020			198			220	163	(1.258)	(1.028)	
Contrato de prestação de serviços e infraestrutura (d)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/05/2014 a 31/05/2018									(55)	
				-	**-**	**198**	**-**	**19**	**220**	**163**	**(1.272)**	**(1.177)**	**-**
Total				**9.881**	**7.784**	**198**	**2.270**	**4.139**	**307**	**163**	**97.008**	**122.674**	**(18.224)**

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As fianças recebidas de acionistas estão descritas nas notas 14.1, 15.1 e 26.2.

(a) Contratos de prestação de serviços

EDP - Energias do Brasil

O contrato tinha por objetivo a prestação de serviços corporativos pela *holding* EDP - Energias do Brasil à Companhia. Tratavam-se de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, auditoria, regulação, jurídico, financeiro, infraestrutura, suprimentos, recursos humanos, planejamento energético, planejamento e controle, etc.

O contrato tinha previsão de vigência de 48 meses contados a partir de 1º de maio de 2014. Com o término da vigência, este contrato foi substituído pelo contrato apresentado no item (c) abaixo.

Furnas Centrais Elétricas

O contrato com vigência até 2018 tinha por objetivo a prestação de serviços de engenharia, de acompanhamento e análise do projeto básico e executivo, o acompanhamento das inspeções da obra e o acompanhamento do processo de comissionamento. O valor total dos serviços era de R$2.723, faturados durante o período do contrato conforme as medições executadas, atualizado anualmente pelo IPCA.

O contrato com vigência até 2019 tem por objetivo a prestação de coordenação técnica e supervisão de engenharia. O valor total dos serviços é de R$6.352 a serem faturados durante o período do contrato, conforme as medições executadas, atualizado anualmente pelo IPCA.

Os valores faturados neste contrato, por serem relacionados à construção da UHE São Manoel, foram registrados em contrapartida do Imobilizado em curso.

EDP Comercialização e Serviços de Energia

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Comercializadora. Os processos de operação estão divididos entre serviços de Pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato foi firmado pelo período de 60 meses contados a partir de 28 de outubro de 2019 com término em 27 de outubro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R$2.565, a serem pagos em parcelas mensais de R$43, atualizado anualmente pelo IPCA.

(b) Debêntures: Em 15 de agosto de 2016 a Companhia realizou sua 3ª emissão de debêntures no valor de R$280.000, com remuneração de CDI + 4,35% a.a. e amortização de principal e pagamento de juros em parcela única no vencimento até 15 de dezembro de 2018. As controladoras em conjunto EDP - Energias do Brasil e CTG Brasil adquiriram parte do montante total emitido correspondente ao percentual de suas participações societárias, ou seja, 33,334% e 33,333% respectivamente. Em 13 de setembro de 2018 as debêntures foram liquidadas antecipadamente com recursos provenientes da 4ª emissão de Debêntures (Nota 14).

(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de *Backoffice* e Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

(d) Contrato de prestação de serviços e infraestrutura: O instrumento tinha por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial. O contrato foi firmado pelo período de 48 meses contados a partir de 1º de maio de 2014 com término em 31 de maio de 2018. Com o término da vigência, este contrato foi substituído pelo contrato apresentado no item (c) acima.

9.1 Controle conjunto

A Companhia possui controle compartilhado entre: (i) a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.; (ii) China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation; e (iii) Furnas Centrais Elétricas S.A., sendo esta controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) (Nota 18.1).

9.2 Remuneração dos administradores

	2019 Diretoria Estatutária	2019 Conselho da Administração	2019 Conselho Fiscal	2019 Total	2018 Diretoria Estatutária	2018 Conselho da Administração	2018 Conselho Fiscal	2018 Total
Remuneração (a)	413	143	89	645	771	143	89	1.003
Benefícios de curto prazo (b)	30			30	55			55
Benefício pós-emprego				-	54			54
Total	**443**	**143**	**89**	**675**	**880**	**143**	**89**	**1.112**

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante 31/12/2019	Circulante 31/12/2018	Não circulante 31/12/2019	Não circulante 31/12/2018
Outros créditos - Ativo					
Devolução - Prêmio de seguro				198	
Estoques		123			
Despesas pagas antecipadamente		61	1.075		
Outros		31	45	1	
Total		**215**	**1.120**	**199**	**-**
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9		19	307	163
Obrigações sociais e trabalhistas	10.1	1.836	2.569		
Encargos Setoriais	10.2	4.122	5.439	1.962	137
Arrendamentos e aluguéis		151		187	
Outros		284	277	1	
Total		**6.393**	**8.304**	**2.457**	**300**

10.1 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

10.2 Encargos Setoriais

Do saldo Circulante e Não circulante em 31 de dezembro de 2019 de R$6.084 (R$5.576 em 31 de dezembro de 2018), R$2.768 (R$1.623 em 31 de dezembro de 2018) referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

11. Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n° 674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil do bem, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de Concessão.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à UHE passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente e realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11.1 Composição do imobilizado

	31/12/2019					31/12/2018			
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Reversão *impairment* (Nota 2.6.1)	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço									
Geração									
Terrenos	3,19	39.052		(2.462)	36.590	3,19	35.736	(1.137)	34.599
Reservatórios, barragens e adutoras	3,18	1.036.702	33.060	(67.974)	1.001.788	3,18	1.028.507	(34.793)	993.714
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,20	1.152.745	39.112	(76.598)	1.115.259	3,20	1.143.096	(39.530)	1.103.566
Máquinas e equipamentos	3,35	1.152.153	38.566	(74.290)	1.116.429	3,32	1.156.740	(36.375)	1.120.365
Veículos	14,29	806		(111)	695				-
Móveis e utensílios	6,25	1.288		(80)	1.208	6,25	1.083	(51)	1.032
		3.382.746	**110.738**	**(221.515)**	**3.271.969**		**3.365.162**	**(111.886)**	**3.253.276**
Sistema de Transmissão e Conexão									
Máquinas e equipamentos	3,18	13.229	453	(877)	12.805	3,18	13.229	(456)	12.773
		13.229	**453**	**(877)**	**12.805**		**13.229**	**(456)**	**12.773**
Administração									
Máquinas e equipamentos	15,73	641		(217)	424	16,17	613	(116)	497
Veículos	14,29	1.498		(446)	1.052	14,29	1.953	(302)	1.651
Móveis e utensílios	6,25	656		(91)	565	6,25	656	(50)	606
		2.795	**-**	**(754)**	**2.041**		**3.222**	**(468)**	**2.754**
Total do Imobilizado em serviço		**3.398.770**	**111.191**	**(223.146)**	**3.286.815**		**3.381.613**	**(112.810)**	**3.268.803**
Ativos de direito de uso									
Terrenos									
Edificações, obras civis e benfeitorias	31,47	391		(123)	268				-
Total Ativos de direito de uso		**391**	**-**	**(123)**	**268**		**-**	**-**	**-**
Imobilizado em curso									
Geração		6.111			6.111		5.201		5.201
Administração		156			156		394		394
Total do Imobilizado em curso		**6.267**	**-**	**-**	**6.267**		**5.595**	**-**	**5.595**
Total Imobilizado		**3.405.428**	**111.191**	**(223.269)**	**3.293.350**		**3.387.208**	**(112.810)**	**3.274.398**

11.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depre-ciação	Baixas	Redução no valor recuperável (Nota 2.6.1)	Reclas-sificação	Valor líquido em 31/12/2019
Imobilizado em serviço									
Terrenos	34.599			3.317	(1.326)				36.590
Reservatórios, barragens e adutoras	993.714			8.195	(33.181)		33.060		1.001.788
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.103.566			9.649	(37.068)		39.112		1.115.259
Máquinas e equipamentos	1.133.635			(4.560)	(38.436)		39.019		1.129.658
Veículos	1.651			806	(347)	(363)			1.747
Móveis e utensílios	1.638			205	(70)				1.773
Total do Imobilizado em serviço	**3.268.803**	**-**	**-**	**17.612**	**(110.428)**	**(363)**	**111.191**	**-**	**3.286.815**
Ativos de direito de uso									
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	391			(123)				268
Total Ativos de direito de uso	**-**	**391**	**-**	**-**	**(123)**	**-**	**-**	**-**	**268**
Imobilizado em curso									
Terrenos	-		3.317	(3.317)					-
Reservatórios, barragens e adutoras	-		7.575	(8.195)				769	149
Edificações, obras civis e benfeitorias	-		2.272	(9.649)				7.377	-
Máquinas e equipamentos	39		1.812	4.560				(6.255)	156
Adiantamento a fornecedores	-							736	736
A ratear	-		2.249					(2.249)	-
Outros	5.556		1.059	(1.011)				(378)	5.226
Total do Imobilizado em curso	**5.595**	**-**	**18.284**	**(17.612)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.267**
Total do Imobilizado	**3.274.398**	**391**	**18.284**	**-**	**(110.551)**	**(363)**	**111.191**	**-**	**3.293.350**

12. Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

12.1 Composição do intangível

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Licenças ambientais	26,16	65.359	(36.858)	28.501	27,27	68.547	(18.694)	49.853
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,18	46.813	(3.103)	43.710	3,18	46.813	(1.614)	45.199
		112.172	**(39.961)**	**72.211**		**115.360**	**(20.308)**	**95.052**
Administração								
Software	20,00	316	(126)	190	20,00	297	(64)	233
		316	**(126)**	**190**		**297**	**(64)**	**233**
Total do intangível em serviço		**112.488**	**(40.087)**	**72.401**		**115.657**	**(20.372)**	**95.285**
Intangível em curso								
Geração		404		404		395		395
Administração		36		36		52		52
Total do intangível em curso		**440**	**-**	**440**		**447**	**-**	**447**
Total do Intangível		**112.928**	**(40.087)**	**72.841**		**116.104**	**(20.372)**	**95.732**

12.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortização	Baixas	Valor líquido em 31/12/2019
Intangível em serviço							
Software		233		19	(62)		190
Direito de concessão - Licenças ambientais		49.853		(3.187)	(18.165)		28.501
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	12.2.1	45.199			(1.489)		43.710
Total do intangível em serviço		**95.285**	**-**	**(3.168)**	**(19.716)**	**-**	**72.401**
Intangível em curso							
Outros intangíveis em curso		447	12	3.168		(3.187)	440
Total do Intangível em curso		**447**	**12**	**3.168**	**-**	**(3.187)**	**440**
Total do intangível		**95.732**	**12**	**-**	**(19.716)**	**(3.187)**	**72.841**

12.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE São Manoel. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, registrados em contrapartida do passivo (Nota 16) e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização será pelo prazo remanescente do contrato de concessão a partir da data de entrada em operação (Nota 1.1.1).

13. Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
Suprimento de energia elétrica	1.045	6.027
Encargos de uso da rede elétrica	8.840	8.353
Materiais e serviços	9.908	18.968
Total	**19.793**	**33.348**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

14. Debêntures

14.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quanti-dade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2019 Encargos Circu-lante	31/12/2019 Principal Circu-lante	31/12/2019 Principal Não circulante	31/12/2019 Total	31/12/2018 Encargos Circu-lante	31/12/2018 Principal Circu-lante	31/12/2018 Principal Não circulante	31/12/2018 Total
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	340.000	1	340.000	4ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/06/2033	Investimento/ Reembolsos de gastos na UHE São Manoel	IPCA + 7,3129%	Principal e juros semestrais	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e CTG Brasil, referentes às suas participações; b. Fiança Bancária, referente à participação de Furnas; c. Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios do Projeto.	2.804	28.009	310.782	341.595	7.367	18.835	323.613	349.815
(-) Custos de emissão				23.191		15/08/2018 a 15/06/2033			Amortização mensal			(2.656)	(16.756)	(19.412)		(2.823)	(19.411)	(22.234)
Total											**2.804**	**25.353**	**294.026**	**322.183**	**7.367**	**16.012**	**304.202**	**327.581**

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima é de R$341.595 em 31 de dezembro de 2019 (R$349.815 em 31 de dezembro de 2018).

14.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2018	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante								
Principal	18.835	(19.690)		362	27.961		541	28.009
Juros	7.367	(25.245)	25.106	(6.632)			2.208	2.804
Custo de transação	(2.823)				(2.655)	2.822		(2.656)
	23.379	**(44.935)**	**25.106**	**(6.270)**	**25.306**	**2.822**	**2.749**	**28.157**
Não circulante								
Principal	323.613			6.270	(27.961)		8.860	310.782
Custo de transação	(19.411)				2.655			(16.756)
	304.202	**-**	**-**	**6.270**	**(25.306)**	**-**	**8.860**	**294.026**

14.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2020	28.157
	28.157
Não Circulante	
2021	28.408
2022	28.517
2023	8.418
2024	20.914
2025 até 2029	107.479
2030 até 2034	100.290
	294.026
Total	**322.183**

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

(i) Dissolução, liquidação ou extinção da Emissora e/ou de cada uma das Fiadoras;

(ii) Pedido de autofalência, pedido de falência formulado por terceiros e não devidamente solucionado por meio de depósito judicial e/ou elidido no prazo legal e/ou contestado de boa fé no prazo legal, decretação de falência ou, ainda, o requerimento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras de qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável;

(iii) Inadimplemento, não sanado no respectivo prazo de cura, de quaisquer obrigações pecuniárias em quaisquer contratos financeiros ou instrumentos representativos de dívida celebrados no mercado financeiro ou de capitais pela Emissora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R$50.000, ou seu valor equivalente em outras moedas;

(iv) Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora que implique a alteração do seu controle acionário atual, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto no caso de mudança do controle direto da Emissora quando: (a) tal mudança ocorrer entre sociedades igualmente controladas, direta ou indiretamente, pelas respectivas Fiadoras; e (b) como resultado de tal mudança, as Fiadoras permaneçam com o percentual de participação, direta ou indireta, no capital social da Emissora em valor idêntico às suas respectivas participações direta ou indireta das Fiadoras na Data de Emissão;

(v) Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária: (a) da EDP - Energias do Brasil que implique a alteração do seu atual controle acionário direto; e/ou (b) da CTG Brasil e/ou Eletrobras que implique a alteração do seu atual controle acionário, direto ou indireto, exceto quando a operação for objeto de aprovação prévia dos Debenturistas;

(vi) Assunção de novas dívidas pela Emissora por meio da contratação de empréstimos, financiamentos ou adiantamentos junto às Acionistas ou a quaisquer terceiros, incluindo a emissão de títulos e valores mobiliários, exceto: (a) mediante prévia aprovação dos Debenturistas; ou (b) por dívidas destinadas a contratação de capital de giro para suprir necessidades pontuais e extraordinárias da Emissora, limitado ao valor máximo individual ou agregado de R$75.000;

(vii) Resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, pagamento de juros sobre capital próprio, distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Emissora a seus acionistas diretos ou indiretos, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes desta Escritura e dos Contratos de Garantia Real e tenha comprovado as exigências conforme a Escritura;

(viii) Protestos de títulos em valor individual ou agregado igual ou superior a R$75.000, contra a Emissora, salvo se, no prazo de 30 dias contados da data de recebimento de notificação pela Emissora, e a mesma comprovar que: (a) o protesto foi cancelado ou sustado; (b) realizado por erro ou má-fé de terceiro; ou (c) ilegítimo; e/ou (d) foram apresentadas garantias em juízo; e

(ix) Caso o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida - ICSD, apurado anualmente a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019, seja inferior a 1,20 por três anos consecutivos ou por 4 anos intercalados.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	*Covenants*	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2019 Encargos Circulante	31/12/2019 Principal Circulante	31/12/2019 Principal Não circulante	31/12/2019 Total	31/12/2018 Encargos Circulante	31/12/2018 Principal Circulante	31/12/2018 Principal Não circulante	31/12/2018 Total
Moeda nacional																	
BNDES FINEM	1.316.632	11/08/2016	1.313.579	11/08/2016 a 15/12/2038	Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio; b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20%, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio.	TJLP + 2,88%	Principal e Juros mensais a partir de 15/01/2019.	a. Penhor de Ações; b. Cessão Fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios; c. Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de Furnas; e d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e da Eletrobras (solidária à participação de Furnas) e Fiança Bancária da CTG Brasil, proporcionais às suas participações.	5.568	85.154	1.478.044	1.568.766	5.260	79.360	1.507.838	1.592.458
(-) BNDES FINEM - Custos de Transação			(28.136)	11/08/2016 a 15/12/2038							(2.190)	(19.342)	(21.532)		(2.306)	(21.532)	(23.838)
Total										**5.568**	**82.964**	**1.458.702**	**1.547.234**	**5.260**	**77.054**	**1.486.306**	**1.568.620**

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R$1.568.766 em 31 de dezembro de 2019 (R$1.592.458 em 31 de dezembro de 2018).

15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante									
Principal	79.360	136	(36.058)		4.096	41.157		(3.537)	85.154
Juros	5.260		(129.060)	133.448	(4.096)			16	5.568
Custo de transação	(2.306)					(2.190)	2.306		(2.190)
	82.314	**136**	**(165.118)**	**133.448**	**-**	**38.967**	**2.306**	**(3.521)**	**88.532**
Não circulante									
Principal	1.507.838	2.973				(41.157)		8.390	1.478.044
Custo de transação	(21.532)					2.190			(19.342)
	1.486.306	**2.973**	**-**	**-**	**-**	**(38.967)**	**-**	**8.390**	**1.458.702**

15.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2020	88.532
	88.532
Não Circulante	
2021	78.762
2022	78.879
2023	78.995
2024 até 2028	396.734
2029 até 2033	479.976
2034 até 2038	345.356
	1.458.702
Total	**1.547.234**

16. Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 12) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 14 de agosto de 2014, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2018	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Circulante						
Uso do bem público	3.623	16	48	(3.757)	3.832	3.762
	3.623	**16**	**48**	**(3.757)**	**3.832**	**3.762**
Não circulante						
Uso do bem público	44.605	1.473	3.552		(3.832)	45.798
	44.605	**1.473**	**3.552**	**-**	**(3.832)**	**45.798**

17. Provisões

	Nota	Circulante 31/12/2019	Circulante 31/12/2018	Não circulante 31/12/2019	Não circulante 31/12/2018
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.2			7.997	1
Licenças ambientais	17.1	16.430	22.257	16.977	30.607
Total		**16.430**	**22.257**	**24.974**	**30.608**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Licenças ambientais

O montante Circulante e Não circulante de R$33.407 (R$52.864 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE São Manoel, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Em 9 de setembro de 2017 foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a Licença de Operação - LO nº 1.404/2017, que autoriza a Companhia a operar a UHE São Manoel. A LO é válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e serão depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo que representa a vigência da licença.

O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando a taxa de 7% a.a., que representava a taxa de captação de recursos para o início da construção do empreendimento na data do reconhecimento, compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Os custos provisionados estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O total provisionado está representado pelos valores do meio físico e socioambiental destacando os montantes decorrentes do PBA originário na Licença de Instalação - LI (R$21.631) que constam, entre outros, obras sociais e de infraestrutura (R$6.695) e o programa de gerenciamento ambiental (R$5.081).

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Paga-mentos	Atualização monetária	Transfe-rência	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Licenças ambientais								
Circulante	22.257	8.641	(22.702)	1.623	6.436	175		16.430
Não circulante	30.607			2.013	(6.436)	(6.020)	(3.187)	16.977
Total	**52.864**	**8.641**	**(22.702)**	**3.636**	**-**	**(5.845)**	**(3.187)**	**33.407**

A reversão de R$3.187 refere-se a revisão de estimativa para gastos com condicionantes ambientais que é realizado periodicamente pela Companhia (Nota 2.4).

17.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.2.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo				
	Nota	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	17.2.1.1	1	12.118	(5.638)	965	7.446
Outros		-	708	(157)		551
Total Não circulante		**1**	**12.826**	**(5.795)**	**965**	**7.997**

17.2.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, equiparação salarial e indenização por danos morais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho de responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços de construção da usina.

17.2.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

			Ativo Depósito judicial	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	16.007	95		
Cíveis	3.011	3.149	3	328
Fiscais	2.955	2.683	2.360	2.235
Total	**21.973**	**5.927**	**2.363**	**2.563**

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Adicionalmente aos processos mencionados acima, a Companhia é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena.
Na ação, o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela Companhia para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a Companhia e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.

17.2.2.1 Trabalhistas

Das ações mencionados na Nota 17.2.1.1, parte refere-se a ações cuja probabilidade de perda é possível.

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R$2.409.974 (R$2.351.974 em 31 de dezembro de 2018) e está representado por 2.409.975.002 (2.351.975.002 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2019 é de R$2.409.975 (R$2.351.975 em 31 de dezembro de 2018), sendo o valor a integralizar, em ambos os exercícios, de R$1.
Durante o exercício foram realizados os seguintes aumentos de Capital social:

		EDP - Energias do Brasil S.A.		China Three Gorges Brasil Energias Ltda.		Furnas Centrais Elétricas S.A.		Total	
Data da integralização	Ato societário	Quantidade de ações	R$	Quantidade de ações	R$	Quantidade de ações	R$	Quantidade de ações	R$
08 de fevereiro de 2019	RCA - 10/12/2018	3.000.060	3.000	2.999.970	3.000	2.999.970	3.000	9.000.000	9.000
16 de dezembro de 2019	RCA - 28/10/2019	16.333.660	16.334	16.333.170	16.333	16.333.170	16.333	49.000.000	49.000
Total		**19.333.720**	**19.334**	**19.333.140**	**19.333**	**19.333.140**	**19.333**	**58.000.000**	**58.000**

Foram emitidas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de R$1,00 por ação, integralizadas na proporção que cada acionista detêm no capital social da Companhia.
O aumento de Capital social foi efetivado na respectiva data de repasse e a posição do mesmo, após a integralização, é a seguinte:

Acionista	Percentual de participação	Ações ordinárias
EDP - Energias do Brasil S.A.	33,334%	803.341.068
China Three Gorges Brasil Energias Ltda.	33,333%	803.316.967
Furnas Centrais Elétricas S.A.	33,333%	803.316.967
Total	**100,000%**	**2.409.975.002**

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R$2.410.342. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.
As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

19. Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.
A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.
Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:
• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

	Nota	MWh (*) 2019	MWh (*) 2018	R$ 2019	R$ 2018
Suprimento de energia elétrica	19.1	3.458.001	3.066.689	417.035	360.649
Energia de curto prazo	19.1	118.253	159.809	30.113	24.633
(-) Receitas capitalizadas	19.2		(136.206)		(20.583)
Receita operacional bruta		**3.576.254**	**3.090.292**	**447.148**	**364.699**
(-) Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS				(41.361)	(35.639)
(-) Tributos capitalizados					1.904
P&D				(3.752)	(3.132)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(17.364)	(10.946)
Outros encargos				(2.172)	(1.594)
		-	**-**	**(23.288)**	**(15.672)**
		-	**-**	**(64.649)**	**(49.407)**
Receitas		**3.576.254**	**3.090.292**	**382.499**	**315.292**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

19.1 Suprimento de energia elétrica

No ano de 2018, ocorreu gradualmente a entrada em operação comercial (Nota 1.1). Com isso, até o mês de abril de 2018, a Companhia vendeu energia em contratos bilaterais e a partir de maio de 2018 iniciou as vendas para os contratos CCEAR.

19.2 Receitas capitalizadas

São relativas à energia fornecida na rede básica durante o período de testes das unidades geradoras em 2018 e que foram capitalizadas ao Imobilizado (Nota 11). De acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado, os custos com testes para verificar se um ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo em plena operação, são custos diretamente atribuíveis ao ativo imobilizado.

20. Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração e outros serviços.
Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

2019		Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda		98.384				98.384
Encargos de uso da rede elétrica		72.355				72.355
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.2		7.066	1.897		8.963
Material			506	62		568
Serviços de terceiros	20.3		17.205	1.566		18.771
Depreciação - Imobilizado em serviço			110.238	30		110.268
Depreciação - Ativos de direito de uso				123		123
Amortização			19.716			19.716
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.2.1				943	943
Arrendamentos e aluguéis			58	123		181
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					113	113
Provisão para perda no valor recuperável dos ativos	2.6.1				(111.191)	(111.191)
Outras		302	7.532	410		8.244
Total		**171.041**	**162.321**	**4.211**	**(110.135)**	**227.438**

2018		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda (Nota 17.1)		70.380				70.380
Encargos de uso da rede elétrica		61.273				61.273
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada (Nota 20.2)			7.449	2.735		10.184
Material			665	189		854
Serviços de terceiros (Nota 20.3)			6.809	3.146		9.955
Depreciação - Imobilizado em serviço			105.559	53		105.612
Depreciação - Ativos de direito de uso			20.249			20.249
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					1	1
Arrendamentos e aluguéis			32	155		187
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(4)	(4)
Outras		88	10.682	164		10.934
Total		**131.741**	**151.445**	**6.442**	**(3)**	**289.625**

20.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2019	2018
Contratos de compra de energia por quantidade	20.1.1	60.621	36.851
Energia de curto prazo	20.1.2	102.936	150.810
Outros		10.852	8.772
(-) Ressarcimentos CCEE	20.1.2	(65.998)	(119.271)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(10.027)	(6.782)
Total		**98.384**	**70.380**

20.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício é decorrente de compra de energia para constituição de lastro, com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE.

20.1.2 Energia de curto prazo e Ressarcimentos CCEE

A redução do ressarcimento CCEE deve-se a variação do PLD médio acumulado, que no exercício de 2018 foi de R$285,68 devido ao cenário de escassez de chuvas com usinas termoelétricas sendo despachadas, enquanto no exercício de 2019 em decorrência do aumento das chuvas, de PLD médio acumulado foi de R$194,10, como estratégia de mitigação de risco do GSF.

20.2 Pessoal e Administradores

	2019	2018
Pessoal		
Remuneração	4.478	3.639
Encargos	1.510	1.912
Despesas rescisórias	220	2.377
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	383	612
Outros benefícios - Corrente	1.526	754
Outros	108	12
	8.225	**9.306**
Administradores		
Honorários e encargos	722	824
Benefícios dos administradores	16	54
	738	**878**
	8.963	**10.184**

20.3 Serviços de terceiros

	2019	2018
Serviços de consultoria	835	1.310
Serviços de manutenção	6.761	3.900
Serviços de limpeza e vigilância	4.176	39
Serviços ambientais	1.754	
Serviços de informática	800	753
Serviços de publicação e publicidade	297	212
Serviços de telecomunicações	75	67
Serviços de transporte	552	579
Outros	3.521	3.095
	18.771	**9.955**

21. Resultado financeiro

	Nota	2019	2018
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		8.356	6.683
Energia vendida		1.233	2.810
Depósitos judiciais	8	136	135
Juros e multa sobre tributos	6	446	277
Outros juros e variações monetárias		2.209	
(-) Juros capitalizados			(512)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(530)	(997)
Outras receitas financeiras		274	203
		12.124	**8.599**
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	15.2	(140.623)	(141.045)
Debêntures	14.2	(39.537)	(37.840)
(-) Juros capitalizados	11.2		12.522
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos		(3)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.2.1	(965)	
Atualização monetária uso do bem público		(5.089)	(5.027)
Arrendamentos e aluguéis		(65)	
Outros juros e variações monetárias			(8.458)
Outras despesas financeiras		(873)	(547)
		(187.155)	**(180.395)**
		(175.031)	**(171.796)**

22. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.
As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2019	2018
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(19.970)	(146.129)
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		**6.790**	**49.684**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		(36)	(34)
Resultado de IRPJ e CSLL		**6.754**	**49.650**
Alíquota efetiva		34%	34%

23. Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(13.216)	(96.479)
Média ponderada do número de ações ordinárias (mil)	2.360.225	2.307.975
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	**(0,00560)**	**(0,04180)**

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

24.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo 31/12/2019	Valor justo 31/12/2018	Valor contábil 31/12/2019	Valor contábil 31/12/2018
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	4	Nível 2	112.149	40.937	112.149	40.937
			112.149	**40.937**	**112.149**	**40.937**
Custo amortizado						
Caixa e Equivalentes de caixa - Bancos conta movimento	4	Nível 2	786	4.206	786	4.206
Concessionárias	5	Nível 2	50.758	57.376	50.758	57.376
Cauções	8	Nível 2	80.195	131.524	80.195	131.524
Outros créditos - Partes relacionadas	9		198		198	
			131.937	**193.106**	**131.937**	**193.106**
			244.086	**234.043**	**244.086**	**234.043**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	13	Nível 2	19.793	33.348	19.793	33.348
Debêntures	14	Nível 2	414.854	391.489	322.183	327.581
Uso do bem público	16	Nível 2	50.775	43.898	49.560	48.228
Empréstimos e financiamentos	15					
Moeda nacional		Nível 2	1.547.234	1.568.620	1.547.234	1.568.620
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2	307	182	307	182
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	338		338	
			2.033.301	**2.037.537**	**1.939.415**	**1.977.959**

24.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:
• **Custo amortizado**
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**
Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

24.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.
Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.
A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

24.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.
No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 15), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.
As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.
Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do uso do bem público e das debêntures diferem do seu valor contábil.
As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:
(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O valor justo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito; e
(ii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) descontado a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

24.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:
(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.
Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

24.2 Gestão de riscos

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

24.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.
As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados nas notas 14 e 15, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao TJLP e IPCA.
Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.
A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

24.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.
No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

			Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	112.149	147			147	36	72	(36)	(73)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	80.195	3.054	7.132	63.896	74.082	36.287	84.495	(27.225)	(47.587)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**192.344**	**3.201**	**7.132**	**63.896**	**74.229**	**36.323**	**84.567**	**(27.261)**	**(47.660)**
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	1.568.766	(119.910)	(449.325)	(844.572)	(1.413.807)	(215.837)	(429.288)	218.280	439.061
Instrumentos financeiros passivos	**TJLP**	**1.568.766**	**(119.910)**	**(449.325)**	**(844.572)**	**(1.413.807)**	**(215.837)**	**(429.288)**	**218.280**	**439.061**
Debêntures	IPCA	341.595	(36.772)	(118.712)	(158.949)	(314.433)	(48.015)	(101.130)	43.464	82.862
Instrumentos financeiros passivos	**IPCA**	**341.595**	**(36.772)**	**(118.712)**	**(158.949)**	**(314.433)**	**(48.015)**	**(101.130)**	**43.464**	**82.862**

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.
Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 4,1% e 6,4% a.a.; TJLP entre 4,9% e 5,2% a.a. e IPCA entre 0,6% e 7,5% a.a.

24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 14 e 15.
A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.
Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.
Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 26.1.
A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2019						31/12/2018
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	14.146	3.145	2.502			19.793	33.348
Debêntures			28.157	86.257	207.769	322.183	327.581
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	7.378	14.755	66.399	315.749	1.142.953	1.547.234	1.568.620
Uso do bem público	323	641	2.798	12.743	33.055	49.560	48.228
Arrendamentos e aluguéis	13	25	113	187		338	-
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				307		307	182
	21.860	**18.566**	**99.969**	**415.243**	**1.383.777**	**1.939.415**	**1.977.959**

24.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants)*, normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 14 e 15.

Em 31 de dezembro de 2019, o *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,20 referente aos contratos de financiamento, descrito na nota 15.1, não foi atendido, o que obriga a Companhia a compor em conta vinculada o equivalente a diferença do valor necessário para que o ICSD seja maior ou igual a 1,20, até o dia 15 de junho do exercício posterior imediato. Contudo, o vencimento seria antecipado apenas no caso de ICSD ser inferior a 1,20 durante três exercícios consecutivos ou quatro exercícios intercalados, sendo este, o primeiro exercício no qual que ocorreu o descumprimento, dessa forma, não houve o vencimento antecipado e, por isso, não há nenhum impacto contábil nestas Demonstrações Financeiras. A Companhia solicitou ao BNDES a dispensa do cumprimento dessa exigência. Com exceção do covenant mencionado, as demais cláusulas restritivas foram atendidas em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 26.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

24.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R$1.000.

24.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2018, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, ARCON-PA, AGER-MT, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos e debêntures	1.869.417	1.896.201
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(112.935)	(45.143)
(-) Cauções	(80.195)	(131.524)
Dívida líquida	**1.676.287**	**1.719.534**
Total do Patrimônio Líquido	1.971.337	1.926.553
Total do capital	**3.647.624**	**3.646.087**
Índice de alavancagem financeira - %	45,96%	47,16%

25. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

		2019				
				Efeito não caixa		
	Nota	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições	Saldo em 31/12/2019
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções	8	131.524	(56.874)	5.545		80.195
		131.524	**(56.874)**	**5.545**	**-**	**80.195**
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento						
Debêntures		327.581	(44.935)	11.609	27.928	322.183
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	1.568.620	(162.009)	4.869	135.754	1.547.234
Arrendamentos e aluguéis		-	(118)	38	391	311
Capital social	18.1	2.351.974	58.000			2.409.974
		4.248.175	**(149.062)**	**16.516**	**164.073**	**4.279.702**
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		**4.116.651**	**(92.188)**	**10.971**	**164.073**	**4.199.507**

	2018				
		Efeito não caixa			
	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições	Saldo em 31/12/2018
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções e depósitos vinculados	-	129.783	1.741		131.524
	-	**129.783**	**1.741**	**-**	**131.524**
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento					
Debêntures	336.492	(46.751)	2.485	35.355	327.581
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.351.795	75.780	12.248	128.797	1.568.620
Capital social	2.273.974	78.000			2.351.974
	3.962.261	**107.029**	**14.733**	**164.152**	**4.248.175**
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	**3.962.261**	**(22.754)**	**12.992**	**164.152**	**4.116.651**

25.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2019	2018
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao imobilizado		12.522
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	5.454	43.504
Constituição do Uso do bem público no intangível		2.522
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	391	
Total	**5.845**	**58.548**

26. Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais						1.683
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e Transporte de Energia	95				95	
Materiais e serviços	31.034	11.172	924	690	43.820	37.051
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	117.811	160.950	127.363	307.525	713.649	1.086.932
	148.940	**172.122**	**128.287**	**308.215**	**757.564**	**1.125.666**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais						1.708
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e Transporte de Energia	95				95	
Materiais e serviços	31.034	8.644	781	701	41.160	37.313
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	149.424	270.954	237.904	736.550	1.394.832	1.560.027
	180.553	**279.598**	**238.685**	**737.251**	**1.436.087**	**1.599.048**

26.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta a garantia do tipo Executante Construtor na modalidade Seguro Garantia, no montante de R$781 (R$240 em 31 de de dezembro de 2018).

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 14) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 15), estão demonstrados em suas respectivas notas.

27. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	36.516	36.516	135.651	135.651
Usinas	3.057.360	1.000.000	3.025.318	1.000.000
Linhas de Transmissão	67.091	67.091		
Responsabilidade civil	55.000	55.000	55.000	55.000
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	7.537	(*)	8.281	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil, cujo os limites são apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$20.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$15.000; e

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$20.000.

Adicionalmente, a Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil com riscos cibernéticos, em apólice corporativa da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, cuja a cobertura é de até R$4.110.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Eduardo Portela Ferreira da Costa
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Claudio Guilherme Branco da Motta
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Pedro Eduardo Fernandes Brito
Conselheiro

Yujun Liu
Conselheiro

José Alves de Mello Franco
Conselheiro

Evandro Leite Vasconcelos
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

António Eduardo Portela Ferreira da Costa
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Felipe Há Jong Kim
Conselheiro

Rodrigo Egreja
Conselheiro

Fernando B. R. Oliveira
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Diretor

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" RJ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Parecer dos Auditores Independentes definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, e por considerarem que retratam a situação econômico-financeira da Companhia, por unanimidade, emitiram parecer favorável às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2019, na forma como apresentadas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Energia São Manoel S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa de Energia São Manoel S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável ("Impairment") dos ativos não financeiros (Consulte as notas explicativas 2.6.1, 11 e 12 às demonstrações financeiras)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 apresenta nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R$ 3.293.350 mil e R$ 72.841 mil, respectivamente. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil da sua unidade geradora de caixa ("UGC"), com base em seu valor em uso utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, considerando determinadas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de receita e custos e fatores externos. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas de taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados à avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa, tais como: taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos usadas pela Companhia bem como a modelagem para fins de apuração do fluxo de caixa descontado. Além disso, realizamos discussões com a administração e comparamos com as informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Consulte a nota explicativa 7 às demonstrações financeiras)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 apresenta créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R$ 225.858 mil, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros, preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas, tais como, projeção de receitas, custos e resultado financeiro, para as projeções dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos ativos fiscais diferidos e, pelo fato que eventuais mudança nas metodologias e nas premissas utilizadas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para avaliar os dados e as premissas utilizadas, tais como, projeção de receitas e custos nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como o crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia. Com o auxílio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração nas quais são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6
Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Enerpeixe S.A.

CNPJ nº 04.426.411/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	287.831	307.780
Concessionárias	4	100.613	125.450
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	11.766	28.713
Outros tributos compensáveis	5	20.757	35.967
Outros créditos		2.648	2.596
Total do Ativo Circulante		**423.615**	**500.506**
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	23.420	
Outros tributos compensáveis	5	89.000	84.316
Tributos diferidos	6	65.674	59.303
Cauções e depósitos vinculados	8	11.520	10.913
Outros créditos		379	
		189.993	**154.532**
Imobilizado	9	1.319.076	1.362.028
Intangível	10	98.647	108.978
		1.417.723	**1.471.006**
Total do Ativo Não circulante		**1.607.716**	**1.625.538**
TOTAL DO ATIVO		**2.031.331**	**2.126.044**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	11	341.014	329.292
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	5	703	
Outros tributos a recolher	5	13.009	14.109
Dividendos	12	30.590	40.955
Debêntures	13	195.808	176.508
Uso do bem público	14	24.145	23.407
Provisões	15	3.886	2.381
Outras contas a pagar		5.292	4.067
Total do Passivo Circulante		**614.447**	**590.719**
Não circulante			
Outros tributos a recolher	5	46.505	49.262
Tributos diferidos	6	5	
Debêntures	13	467.505	573.087
Uso do bem público	14	249.757	241.409
Provisões	15	16.852	19.089
Outras contas a pagar		579	980
Total do Passivo Não circulante		**781.203**	**883.827**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.1	219.736	299.736
Reservas de capital	16.3	18.546	18.546
Reservas de lucros	16.3	397.399	333.216
Total do Patrimônio líquido		**635.681**	**651.498**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.031.331**	**2.126.044**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2019	2018
Receitas	17	407.564	327.484
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	18		
Custo do serviço de energia elétrica		(140.571)	(101.448)
Custo de operação		(64.714)	(68.763)
		(205.285)	**(170.211)**
Lucro bruto		**202.279**	**157.273**
Despesas e Receitas operacionais	18		
Despesas gerais e administrativas		(8.869)	(9.193)
Outras despesas e receitas operacionais		(1.503)	(605)
		(10.372)	**(9.798)**
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		**191.907**	**147.475**
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		34.258	43.960
Despesas financeiras		(108.923)	(89.319)
		(74.665)	**(45.359)**
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**117.242**	**102.116**
Tributos sobre o lucro	20		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.354)	(6.810)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.371	4.369
		3.017	**(2.441)**
Lucro líquido do exercício		**120.259**	**99.675**
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	21		
ON		0,14432	0,11962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	120.259	99.675
Resultado abrangente do exercício	**120.259**	**99.675**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Geração do valor adicionado	**469.716**	**383.830**
Receita operacional	464.972	376.580
Receita relativa à construção de ativos próprios	4.652	7.226
Outras receitas	92	24
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(174.068)**	**(133.997)**
Custos da energia comprada	(116.231)	(74.896)
Encargos de uso da rede elétrica	(38.647)	(36.862)
Materiais	(3.284)	(4.407)
Serviços de terceiros	(10.922)	(11.808)
Outros custos operacionais	(4.984)	(6.024)
Valor adicionado bruto	**295.648**	**249.833**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(54.916)	(56.644)
Valor adicionado líquido produzido	**240.732**	**193.189**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	36.233	46.712
Valor adicionado total a distribuir	**276.965**	**239.901**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.950	6.009
Benefícios	2.006	2.053
FGTS	804	460
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	38.806	41.880
Estaduais	113	69
Municipais	2	23
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	108.923	89.319
Aluguéis	102	413
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	35.988	48.182
Dividendos		12.125
	192.694	**200.533**
Lucros retidos	84.271	39.368
	276.965	**239.901**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		117.242	102.116
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		5	
Depreciações e amortizações		52.728	56.642
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		(32)	76
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre debêntures		51.218	49.581
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		33.240	32.257
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		101	
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		2.755	566
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		2.546	(2.573)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(5.873)	(2.845)
Outros		1.875	1.333
		255.805	**237.153**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		24.837	72.562
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(20.192)	(1.535)
Outros tributos compensáveis			(16.466)
Cauções e depósitos vinculados		(102)	(8.460)
Outros ativos operacionais		(399)	1.701
		4.144	**47.802**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		11.723	(7.215)
Outros tributos a recolher		35.918	26.031
Obrigações Sociais e Trabalhistas			425
Encargos Setoriais		(673)	
Provisões		(3.618)	(2.569)
Uso do bem público		(24.154)	(21.801)
Outros passivos operacionais		(875)	(420)
		18.321	**(5.549)**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**278.270**	**279.406**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(15.619)	(14.568)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**262.651**	**264.838**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(3.955)	(4.384)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(3.955)**	**(4.384)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital social		(80.000)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(61.043)	(169.695)
Captação de debêntures			254.490
Amortização do principal de debêntures		(87.500)	(175.000)
Pagamentos de encargos de dívidas		(50.000)	(51.043)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(102)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	23.1	**(278.645)**	**(141.248)**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(19.949)**	**119.206**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		287.831	307.780
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		307.780	188.574
		(19.949)	**119.206**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**282.628**	**18.546**	**428.831**	**-**	**730.005**
Aumento de capital - AGO/E de 07/03/2018	17.108		(17.108)		-
Dividendo de exercícios anteriores - RCA 01/10/2018			(35.000)		(35.000)
Dividendo de exercícios anteriores - AGE de 31/10/2018			(82.875)		(82.875)
Lucro líquido do exercício				99.675	99.675
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			3.402	(3.402)	-
Reserva de incentivo fiscal (SUDAM)			15.878	(15.878)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(48.182)	(48.182)
Dividendos intermediários - AGE 31/10/2018				(12.125)	(12.125)
Lucro do exercício a deliberar			20.088	(20.088)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**299.736**	**18.546**	**333.216**	**-**	**651.498**

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**299.736**	**18.546**	**333.216**	**-**	**651.498**
Redução de capital - AGE de 20/12/2018	(80.000)				(80.000)
Dividendo adicional aprovado - AGE de 30/04/2019			(20.088)		(20.088)
Lucro líquido do exercício				120.259	120.259
Destinação do lucro					
Reserva de incentivo fiscal (SUDAM)			29.848	(29.848)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(35.988)	(35.988)
Lucro do exercício a deliberar			54.423	(54.423)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**219.736**	**18.546**	**397.399**	**-**	**635.681**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Enerpeixe S.A. (Companhia ou Enerpeixe), sociedade anônima de capital fechado, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Palmas no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos, em relação ao Aproveitamento Hidrelétrico Peixe Angical (UHE Peixe Angical) localizado no Rio Tocantins, entre os municípios de Peixe e São Salvador no Estado do Tocantins.

1.1 Concessão

Em 7 de novembro de 2001, a Companhia assinou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 130/2001 que regula o direito de concessão da UHE Peixe Angical. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MWm)	Energia Assegurada (MWm)	Concessão Início	Concessão Término
Peixe Angical	TO	Produtor Independente	Concessão	498,75	280,50	07/11/2001	07/11/2036

A Usina possui três turbinas sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda em julho e a terceira em setembro de 2006.

O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura do contrato podendo ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Companhia, desde que a exploração da UHE Peixe Angical esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor, e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 meses antes do término do prazo da concessão, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias, e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes a exploração de energia elétrica.

A energia elétrica gerada pela UHE Peixe Angical é comercializada na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Essa comercialização pode ser realizada tanto no Ambiente de Contratação Regulada - ACR assim como no Ambiente de Contratação Livre - ACL. Da energia assegurada de 280,5 MWm, a Companhia possui comercializado 217,00 MWm no ACL, divididos da seguinte maneira: (i) 142,0 MWm pelo prazo de 3 anos com término em 31 de dezembro de 2019, com o preço base de R$160,00 por MWh; e (ii) 75,0 MWm pelo prazo de 1 ano com término em 31 de dezembro de 2019, com o preço base de R$140,00 por MWh. Ambos os contratos são atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

No caso da energia gerada ser inferior a energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operem na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completem os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica - GCOI em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Peixe Angical, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor original de R$6.800, atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R$24.916, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente total remanescente da obrigação é de R$273.902 (R$264.816 em 31 de dezembro de 2018) (Nota 14). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00 e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As informações das demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 22.1.1.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 4); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 9 e 10); Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 15.2); Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 15.1); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 22.1.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/ Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Nota 2.7.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Retrospectiva com efeito cumulativo
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 2.7.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (Nota 2.7.3)	Revisão Diversos CPCs		01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework*) (Nota 2.7.4)	*Conceptual Framework*	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios

(*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

A Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento. Os montantes registrados encontram-se demonstrados na nota 9.

2.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia concluiu que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nestas demonstrações financeiras.

2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

2.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (*Conceptual Framework*), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos; (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade; (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela; e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para àqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS *Interpretations Committee*), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	3.089	3.717
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	284.742	304.063
Total	**287.831**	**307.780**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 98,00% a 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 22.

4. Concessionárias

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica		30.283	30.476
Energia de curto prazo	4.1	70.330	94.974
		100.613	**125.450**

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

O Projeto de Lei 10.985/18 trata-se do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do GSF por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. Para sua efetivação, falta ainda a aprovação no Senado e a sanção presidencial. Atualmente o Projeto de Lei do Senado 3.975/19, está aguardando a aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para posterior votação em plenário.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 22.2.4.

4.1 Energia de curto prazo

O saldo de R$70.330 (R$94.974 em 31 de dezembro de 2018) refere-se, em sua totalidade, ao não recebimento integral das liquidações junto à CCEE em virtude das liminares vigentes dos agentes do setor elétrico, incluindo a Companhia, para a proteção dos efeitos do GSF (*Generation Scaling Factor*), anteriores a fevereiro de 2018.

5. Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		28.713		3.284	14.746	(10.562)	(995)	35.186
Total Circulante		**28.713**	**-**	**3.284**	**14.746**	**(10.562)**	**(995)**	**35.186**
Circulante		28.713						11.766
Não Circulante		-						23.420
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS	5.1	117.000	18.481	5.725		(19.932)	(18.598)	102.676
IRRF sobre aplicações financeiras		3.278	3.798					7.076
Outros		5						5
Total		**120.283**	**22.279**	**5.725**	**-**	**(19.932)**	**(18.598)**	**109.757**
Circulante		35.967						20.757
Não circulante		84.316						89.000
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	3.354		(873)		(1.778)	703
Total Circulante		**-**	**3.354**	**-**	**(873)**	**-**	**(1.778)**	**703**
Outros tributos a recolher								
ICMS		-	187		(162)			25
PIS e COFINS		2.517	44.946		(4.116)	(23.267)	(17.815)	2.265
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		232	685		(706)			211
IRRF sobre juros s/ capital próprio	5.2	7.227	5.398			(7.227)		5.398
Parcelamentos	5.3	53.243		3.136	(4.937)			51.442
Encargos com pessoal		152	104		(83)			173
Total		**63.371**	**51.320**	**3.136**	**(10.004)**	**(30.494)**	**(17.815)**	**59.514**
Circulante		14.109						13.009
Não circulante		49.262						46.505

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5.1 PIS e COFINS

Em decorrência do recálculo de tributos, no exercício de 2017, pelo regime cumulativo (alíquota de 3,65% de PIS e COFINS) sobre os contratos de venda de energia assinados antes de 31 de dezembro de 2003, anteriormente calculados por meio do regime não cumulativo (alíquota de 9,25% de PIS e COFINS), a Companhia constituiu crédito dos referidos tributo relativos à exercícios anteriores.

O crédito apurado pela Companhia foi de R$134.244, sendo líquido das compensações até 31 de dezembro de 2019 o montante de R$102.485 (R$ 116.809 em 31 de dezembro de 2018), onde houve atualizações monetárias de R$15.006 (R$9.281 em 31 de dezembro de 2018) e compensações no valor R$46.765 (R$26.716 em 31 de dezembro de 2018).Este crédito será compensado com os respectivos débitos desses tributos na medida que os faturamentos de energia elétrica forem sendo realizados.

5.2 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2018 de R$7.227 era relativo ao JSCP deliberado no exercício de 2018 e foi liquidado em janeiro de 2019. Já o saldo em 31 de dezembro de 2019 de R$5.398 refere-se ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2019 a ser liquidado em janeiro de 2020.

5.3 Parcelamentos

Em decorrência da apuração de débitos originados do recálculo dos tributos, conforme mencionado na nota 5.1, a Companhia aderiu, em agosto de 2017, ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.

Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, a Companhia aderiu à opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas.

Em 31 de dezembro de 2019 restam 121 parcelas de R$421, atualizáveis mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%.

Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento
PIS	10.051	2.010	3.775	15.836
COFINS	46.391	9.278	17.419	73.088
	56.442	**11.288**	**21.194**	**88.924**
Redução Programa PERT				(18.079)
Total				**70.845**

5.3.1 Movimentação do parcelamento

	PERT
Valor de adesão	70.845
Amortização	(27.114)
Atualização	7.711
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**51.442**

6. Tributos diferidos

	Nota	Ativo Não circulante 31/12/2019	Ativo Não circulante 31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019
PIS e COFINS				5
Imposto de renda e contribuição social	6.1	65.674	59.303	
Total		**65.674**	**59.303**	**5**

6.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante 31/12/2019	Ativo Não circulante 31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019	Passivo Não circulante 31/12/2018	Resultado 2019	Resultado 2018
Diferenças temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	438				438	
Uso do bem público - CPC 25	93.127	90.038	28.555	30.243	4.777	5.244
Licenças ambientais	5.414	6.141	4.824	6.633	1.082	(875)
Outras	114		40		74	
Total bruto	**99.093**	**96.179**	**33.419**	**36.876**	**6.371**	**4.369**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(33.419)	(36.876)	(33.419)	(36.876)		
Total	**65.674**	**59.303**	**-**	**-**		

6.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	A partir de 2028	Total Não circulante
6.417	6.417	6.417	6.271	6.271	10.376	56.924	99.093

7. Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas (Nota 12), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com seus acionistas, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R$/MWh)	Duração	Ativo Circulante 31/12/2019	Ativo Circulante 31/12/2018	Ativo Não circulante 31/12/2019	Passivo Circulante 31/12/2019	Passivo Circulante 31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019	Passivo Não circulante 31/12/2018	Resultado Receitas (Despesas) Operacionais 2019	Resultado Receitas (Despesas) Operacionais 2018
Concessionárias (Nota 4)												
Suprimento de energia elétrica												
EDP Espírito Santo	Controle Comum	160,85	01/01/2016 a 31/12/2018		9							92
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2018		6.644							71.114
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2019	21.536	22.933						235.538	247.748
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2019 a 31/12/2019								77.496	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/04/2018 a 30/06/2018									15.967
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2019 a 31/12/2022	5.194							58.258	
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador	193,46	01/01/2019 a 31/12/2018		429							5.114
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador	147,77	01/01/2019 a 31/12/2022	3.597							38.838	
				30.327	**30.015**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**410.130**	**340.035**
Fornecedores (Nota 11)												
Suprimento de energia elétrica												
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/07/2018 a 31/12/2018					5.143				(30.521)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2019 a 28/02/2019								(12.911)	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/10/2019 a 31/10/2019								(63.157)	
Encargos de uso da rede básica												
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador		14/03/2006 a 07/11/2036				136	136			(5.082)	(4.628)
EDP Transmissão	Controle Comum		09/02/2019 a 10/02/2047				2				(30)	
				-	**-**	**-**	**138**	**5.279**	**-**	**-**	**(81.180)**	**(35.149)**
Outros créditos e Outras contas a pagar												
Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice* (a)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2019			289			401	980	(2.489)	(980)
Contrato de prestação de serviços (b)												
EDP Comercializadora	Controle Comum		21/11/2019 a 20/11/2024						56		(56)	
				-	**-**	**289**	**-**	**-**	**457**	**980**	**(2.545)**	**(980)**
				30.327	**30.015**	**289**	**138**	**5.279**	**457**	**980**	**326.405**	**303.906**

As garantias concedidas estão descritas na nota de Garantias (Nota 24.2).

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc..

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Pecém.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *backoffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

Este contrato de compartilhamento ocorreu no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(b) Contrato de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Comercializadora. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato possui vigência de 60 meses, a partir de 21 de novembro de 2019 com término em 20 de novembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R$2.565, a serem pagos em parcelas mensais de R$43, atualizado anualmente pelo IPCA.

7.1 Compromissos contratuais

A Companhia possui contratos de venda de energia no ACL de: (i) 130,20 MWm junto à EDP Comercializadora, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2020 e término em 31 de dezembro de 2022; e (ii) 86,80 MWm junto à Furnas Centrais Elétricas, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2020 e término em 31 de dezembro de 2022.

7.2 Remuneração dos administradores

	2019 Diretoria Estatutária	2019 Conselho da Administração	2019 Total	2018 Diretoria Estatutária	2018 Conselho da Administração	2018 Total
Remuneração (a)	1.065	70	1.135	814	70	884
Benefícios de curto prazo (b)	9		9	60		60
Benefícios - Previdência Privada	22		22	11		11
Total	**1.096**	**70**	**1.166**	**885**	**70**	**955**

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

8. Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2019
Depósitos judiciais	15.2.3	2.253		118	(31)	2.340
Depósitos vinculados	8.1	8.660	133	387		9.180
Total Não circulante		**10.913**	**133**	**505**	**(31)**	**11.520**

8.1 Depósitos vinculados

Refere-se a depósito vinculado relativo à alienação de ativo vinculado à concessão denominado Fazenda Pedra Riscada, conforme Despacho ANEEL nº3.817/2014. De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015, o montante recebido pela alienação do ativo deverá ser depositado em conta bancária vinculada, aberta para esse fim, até a definitiva aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados à concessão.

9. Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n°674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

9.1 Composição do imobilizado

	31/12/2019 Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2019 Custo histórico	31/12/2019 Depreciação acumulada	31/12/2019 Valor líquido	31/12/2018 Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2018 Custo histórico	31/12/2018 Depreciação acumulada	31/12/2018 Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		13.127		13.127		13.155		13.155
Reservatórios, barragens e adutoras	2,02	864.461	(227.880)	636.581	2,00	862.826	(210.510)	652.316
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,10	258.476	(72.220)	186.256	2,09	258.476	(66.826)	191.650
Máquinas e equipamentos	3,18	597.562	(242.721)	354.841	3,14	597.218	(223.937)	373.281
Veículos	14,29	1.902	(1.158)	744	14,29	2.046	(980)	1.066
Móveis e utensílios	6,64	2.607	(1.004)	1.603	6,67	2.570	(840)	1.730
		1.738.135	**(544.983)**	**1.193.152**		**1.736.291**	**(503.093)**	**1.233.198**
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,41	2.464	(927)	1.537	3,41	2.464	(843)	1.621
Máquinas e equipamentos	3,10	157.880	(62.453)	95.427	3,10	157.880	(57.561)	100.319
		160.344	**(63.380)**	**96.964**		**160.344**	**(58.404)**	**101.940**
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	39,96	59	(2)	57				-
Máquinas e equipamentos	8,50	193	(31)	162	7,19	154	(15)	139
Móveis e utensílios	11,65	957	(546)	411	11,64	953	(460)	493
		1.209	**(579)**	**630**		**1.107**	**(475)**	**632**
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	17,39	79	(18)	61	17,39	79	(4)	75
		79	**(18)**	**61**		**79**	**(4)**	**75**
Total do Imobilizado em serviço		**1.899.767**	**(608.960)**	**1.290.807**		**1.897.821**	**(561.976)**	**1.335.845**
Ativos de direito de uso (Nota 9.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	26,56	212	(54)	158				-
Equipamentos de informática	63,16	154	(98)	56				-
Veículos	50,00	165	(82)	83				-
Total Ativos de direito de uso		**531**	**(234)**	**297**		**-**	**-**	**-**
Imobilizado em curso								
Geração		27.972		27.972		26.183		26.183
Total do Imobilizado em curso		**27.972**	**-**	**27.972**		**26.183**	**-**	**26.183**
Total do Imobilizado		**1.928.270**	**(609.194)**	**1.319.076**		**1.924.004**	**(561.976)**	**1.362.028**

9.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) (Nota 2.7.1). As principais característicados dos contratos estão descritas abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas; e (ii) à locação de imóveis para diretores.
- **Equipamentos de informática:** refere-se, principalmente, a contrato de aluguel de roteador.
- **Veículos:** Refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depre-ciações	Baixas	Reclas-sificação	Outros	Valor líquido 31/12/2019
Imobilizado em serviço										
Terrenos		13.155					(28)			13.127
Reservatórios, barragens e adutoras		652.316			1.634	(17.369)				636.581
Edificações, obras civis e benfeitorias		193.345			58	(5.492)				187.911
Máquinas e equipamentos		473.740			383	(23.693)				450.430
Veículos		1.066			7	(230)	(99)			744
Móveis e utensílios		2.223			42	(251)				2.014
Total do Imobilizado em serviço		**1.335.845**	**-**	**-**	**2.124**	**(47.035)**	**(127)**	**-**	**-**	**1.290.807**
Ativos de direito de uso										
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	438	10		(54)			(236)	158
Equipamentos de informática		-	157			(98)	(3)			56
Veículos		-	165			(82)				83
Total Ativos de direito de uso	9.1.1	**-**	**760**	**10**	**-**	**(234)**	**(3)**	**-**	**(236)**	**297**
Imobilizado em curso										
Terrenos		22.801		610			(592)	(18)		22.801
Reservatórios, barragens e adutoras		-		51	(1.634)			1.634		51
Edificações, obras civis e benfeitorias		89		12	(58)			28		71
Máquinas e equipamentos		2.741		3.251	(383)			(2.304)		3.305
Adiantamento a fornecedores								1.252		1.252
A ratear		-		242				(184)		58
Outros		552		437	(49)		(32)	(474)		434
Total do Imobilizado em curso		**26.183**	**-**	**4.603**	**(2.124)**	**-**	**(624)**	**(66)**	**-**	**27.972**
Total do Imobilizado		**1.362.028**	**760**	**4.613**	**-**	**(47.269)**	**(754)**	**(66)**	**(236)**	**1.319.076**

10. Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

10.1 Composição do intangível

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	1.895	(1.732)	163	20,00	1.830	(1.585)	245
Servidão permanente		248		248		248		248
Direito de concessão - Licenças ambientais	9,62	22.838	(8.650)	14.188	10,00	28.472	(8.964)	19.508
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,28	151.423	(67.437)	83.986	3,28	151.423	(62.472)	88.951
		176.404	**(77.819)**	**98.585**		**181.973**	**(73.021)**	**108.952**
Sistema de Transmissão de Conexão								
Servidão permanente		21		21		21		21
		21	**-**	**21**		**21**	**-**	**21**
Administração								
Software				-	20,00	270	(269)	1
		-	**-**	**-**		**270**	**(269)**	**1**
Total do Intangível em serviço		**176.425**	**(77.819)**	**98.606**		**182.264**	**(73.290)**	**108.974**
Intangível em curso								
Geração		34		34		4		4
Administração		7		7				-
Total do Intangível em curso		**41**	**-**	**41**		**4**	**-**	**4**
Total do Intangível		**176.466**	**(77.819)**	**98.647**		**182.268**	**(73.290)**	**108.978**

10.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido 31/12/2018	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amorti-zações	Baixas	Reclas-sificação	Valor líquido 31/12/2019
Intangível em serviço								
Software		245		65	(147)			163
Servidão permanente		269						269
Direito de concessão - Licenças ambientais		19.509		(2.887)	(2.434)			14.188
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	10.2.1	88.951			(4.965)			83.986
Total do Intangível em serviço		**108.974**	**-**	**(2.822)**	**(7.546)**	**-**	**-**	**98.606**
Intangível em curso								
Software		4	49	2.822		(2.900)	66	41
Total do Intangível em curso		**4**	**49**	**2.822**	**-**	**(2.900)**	**66**	**41**
Total do Intangível		**108.978**	**49**	**-**	**(7.546)**	**(2.900)**	**66**	**98.647**

10.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Peixe Angical. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, registrados em contrapartida do passivo (Nota 14). A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

11. Fornecedores

	Nota	Circulante 31/12/2019	Circulante 31/12/2018
Suprimento de energia elétrica			5.214
Encargos de uso da rede elétrica		3.804	3.508
Operações CCEE	11.1	335.783	318.704
Materiais e serviços		1.427	1.866
Total		**341.014**	**329.292**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

11.1 Operações CCEE

O montante a ser liquidado junto a CCEE refere-se, substancialmente, à aplicação do *General Scaling Factor* - GSF, que é o fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas, acrescido de atualização monetária desde março de 2015.

A Companhia por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, propôs, em 18 de junho de 2015, ação judicial visando prevenir e reparar danos que a Companhia, desde janeiro de 2014, vem sofrendo em consequência de atos estatais que alteraram as condições objetivas, fáticas e jurídicas à vista das quais foram tomadas decisões de investimento em geração hidrelétrica e frustraram a geração das usinas hidrelétricas.

Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEEL do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, caso haja geração total do MRE em montante inferior à garantia física para o grupo de empresas representadas pela APINE até o trânsito em julgado da ação mencionada.

A decisão tinha o condão de estancar os danos sofridos em razão dos valores do GSF, valores esses que refletem, desde o início de 2014, a circunstância da geração hidrelétrica ter sido reduzida por força de diversos atos estatais de ordem tanto estrutural quanto conjuntural.

Em 7 de fevereiro de 2018 havia sido revogada a liminar da APINE que, por meio de recurso, conseguiu restabelecer a liminar. Em 22 de outubro de 2018 foi proferida decisão pelo Ministro Presidente do STJ, nos autos da Ação de Suspensão de Liminar e de Sentença promovida pela ANEEL, determinando a suspensão parcial da liminar da APINE, nos termos da sentença proferida na ação ordinária, relacionada ao GSF.

Com isso, o período de julho de 2015 a fevereiro de 2018 permanece protegido. Desta forma, os valores decorrentes da aplicação do GSF vem sendo liquidado pela Companhia desde a competência de março de 2018.

12. Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária - AGO/E, realizada em 30 de abril de 2019, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O lucro líquido foi distribuído da seguinte forma: (i) R$48.182 como JSCP, sendo R$40.955 líquido de imposto de renda, já contabilizados no exercício de 2018 conforme Reunião do Conselho de Administração - RCA de 20 de dezembro de 2018; (ii) R$3.422 como Reserva Legal; (iii) R$15.858 como Reserva de Incentivo Fiscal. Dos montantes deliberados para distribuição aos acionistas, já haviam sido contabilizados em 31 de dezembro de 2018 o valor relativo ao JSCP, de modo que a diferença de R$20.088 foi complementada na referida data como dividendos adicionais. O JSCP foi integralmente pago em 29 de maio de 2019, e os dividendos adicionais foram pagos integralmente aos acionistas em 06 de dezembro de 2019.

JSCP

Em 23 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP, do exercício de 2019, no montante bruto de R$35.988, sendo R$30.590 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

Passivo	31/12/2018	Dividendos Adicionais	JSCP	Pagamentos	31/12/2019
EDP - Energias do Brasil	24.573	12.053	18.354	(36.626)	18.354
Furnas Centrais Elétricas	16.382	8.035	12.236	(24.417)	12.236
	40.955	**20.088**	**30.590**	**(61.043)**	**30.590**

13. Debêntures

13.1 Composição do saldo de Debêntures

											31/12/2019				31/12/2018			
											Encargos	Principal			Encargos	Principal		
Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quanti-dade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circu-lante	Circu-lante	Não circulante	Total	Circu-lante	Circu-lante	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (*)	Instrução CVM nº 476/09	35.000	10	350.000	1ª emissão em 22/11/2016	22/11/2016 a 22/05/2020	Redução de capital e distribuição de recursos aos acionistas	114,50% do CDI a.a. até 22/11/2019; e 100% do CDI + 0,43% a.a. até 22/05/2020	Principal anual a partir de novembro/2018 e juros semestral	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	529	87.500		88.029	1.287	175.000		176.287
(-) Custos de emissão				(2.938)		22/11/2016 a 22/05/2020			Amortização mensal					-		(540)		(540)
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	32.000	10	320.000	2ª emissão em 20/11/2017	20/11/2017 a 20/12/2022	Realavancagem e redução de capital	116% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de junho/2020 e juros semestral	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	380	106.645	213.355	320.380	549		320.000	320.549
(-) Custos de emissão				(2.048)		20/11/2017 a 20/12/2022			Amortização mensal			(468)	(445)	(913)			(1.420)	(1.420)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2023	Alongamento da dívida.	112,48% do CDI a.a.	Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral		1.222		255.000	256.222	212		255.000	255.212
(-) Custos de emissão				(510)		23/11/2018 a 23/11/2023			Amortização mensal				(405)	(405)			(493)	(493)
Total											**2.131**	**193.677**	**467.505**	**663.313**	**2.048**	**174.460**	**573.087**	**749.595**

(*) Conforme Assembleia Geral de Debênturistas foi deliberada: (i) a prorrogação do vencimento para 22/05/2020; (ii) pagamento do principal em 50% para 22/11/2019 e 50% para 22/05/2020; (iii) alteração dos juros remuneratórios para CDI + 0,43% a.a. a partir de 22/11/2019; e (iv) liberação da garantia real através do Termo de Liberação a ser assinado.

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R$408.409 em 31 de dezembro de 2019 (R$496.836 em 31 de dezembro de 2018).

13.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2018	Pagamentos	Juros provisionados	Transfe-rências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante							
Principal	175.000	(87.500)		106.645			194.145
Juros	2.048	(50.000)	49.868			215	2.131
Custo de Transação	(540)			(1.063)	1.135		(468)
	176.508	**(137.500)**	**49.868**	**105.582**	**1.135**	**215**	**195.808**
Não circulante							
Principal	575.000			(106.645)			468.355
Custo de Transação	(1.913)			1.063			(850)
	573.087	**-**	**-**	**(105.582)**	**-**	**-**	**467.505**

13.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2020	195.808
	195.808
Não circulante	
2021	106.272
2022	106.451
2023	254.782
	467.505
Total	**663.313**

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos ou nas escrituras das emissões:

(i) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;

(ii) Alteração da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;

(iii) Distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto dividendos obrigatórios;

(iv) Alteração do controle acionário direto da Companhia, exceto se a EDP - Energias do Brasil permanecer como acionista controladora, ou em caso de aprovação pelos Debenturistas;

(v) Redução de capital social da Companhia para valor inferior a R$200.000, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas;

(vi) Celebração de contrato de mútuo pela Companhia, na qualidade de mutuante, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação;

(vii) Protestos de títulos, contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse R$75.000, salvo se o protesto foi efetuado por erro ou má-fé, for cancelado, ou o protesto teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;

(viii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial ou arbitral, a partir do momento em que se tornar(em) exequível(eis), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R$75.000;

(ix) Vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia em valor individual ou agregado superior a R$3.000;

(x) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer dívida decorrente de empréstimos, financiamentos e operações de mercado de capitais, observados eventuais prazos de cura, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R$10.000;

(xi) Para a 1ª emissão: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano; e

(xii) Para a 2ª e 3ª emissões: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

14. Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 10) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2018	Ajuste a Valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2019
Circulante						
Uso do bem público	23.407	(24)	321	(24.154)	24.595	24.145
	23.407	**(24)**	**321**	**(24.154)**	**24.595**	**24.145**
Não circulante						
Uso do bem público	241.409	4.506	28.437		(24.595)	249.757
	241.409	**4.506**	**28.437**	**-**	**(24.595)**	**249.757**

15. Provisões

	Nota	Circulante 31/12/2019	Circulante 31/12/2018	Não circulante 31/12/2019	Não circulante 31/12/2018
Licenças ambientais	15.1	3.886	2.381	12.037	15.681
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	15.2			4.815	3.408
Total		**3.886**	**2.381**	**16.852**	**19.089**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

15.1 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 4% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 15 de julho de 2016 foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a 2ª renovação da Licença de Operação - LO nº 586/2006, válida pelo período de 10 anos a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R$3.127 (R$4.101 em 2018). Deste montante, R$2.269 (R$2.569 em 2018) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R$858 (R$1.532 em 2018) são relativos a gastos de gestão de águas residuais, gestão de resíduos, proteção de biodiversidade e outras atividades de gestão e proteção do meio ambiente, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2018	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Reversão (Nota 15.1.1)	Saldo em 31/12/2019
Circulante	2.381	471	(2.269)	216	3.089	(2)		3.886
Não circulante	15.681			1.147	(3.089)	1.185	(2.887)	12.037
Total	**18.062**	**471**	**(2.269)**	**1.363**	**-**	**1.183**	**(2.887)**	**15.923**

15.1.1 Reversão

A reversão de R$2.887 refere-se à revisão de estimativa para gastos com condicionantes ambientais que é realizado periodicamente pela Companhia (Nota 2.4).

15.2 Provisões cíveis e fiscais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

15.2.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2019
Cíveis	3.408	251	(1.349)		344	2.654
Fiscais	-	1.209			834	2.043
Outros	-	120		(2)		118
Total Não circulante	**3.408**	**1.580**	**(1.349)**	**(2)**	**1.178**	**4.815**

15.2.1.1 Cíveis

Refere-se, substancialmente, às indenizações a título de desapropriações, ressarcimento de perdas e danos (materiais e morais) e lucros cessantes, quando da construção da UHE Peixe Angical. As condenações totalizam em 31 de dezembro de 2019 o montante de R$1.801 (R$2.842 em 31 de dezembro de 2018), sendo a redução no exercício referente ao pagamento de um dos processos no valor de R$1.088. Os demais processos tramitam em 3° Instância com esgotamento de todos os recursos possíveis em nome da Companhia. Atualmente aguarda-se julgamento em instâncias superiores.

15.2.1.2 Fiscais

Refere-se a processo administrativo no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R$2.043. A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

15.2.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018	Ativo Depósito judicial 31/12/2018
Cíveis	6.339	40.199	2.253
Fiscais	204.535	187.350	
Total	**210.874**	**227.549**	**2.253**

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R$25.220 em 31 de dezembro de 2019, não havendo saldos em 31 de dezembro de 2018.

15.2.2.1 Cíveis

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. O recurso da União não foi admitido, tendo a ação transitada em julgado em 03 de junho de 2019. O processo encontra-se encerrado, não havendo em 31 de dezembro de 2019, valores em risco para a Companhia (R$32.009 em 31 de dezembro de 2018).

SAESA - Santo Antônio Energia S.A.

Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, proposta pela SAESA contra a ANEEL, com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. A Companhia e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro de 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. O valor estimado em 31 de dezembro de 2019 é de R$4.449 (R$3.851 em 31 de dezembro de 2018) e, atualmente, aguarda-se decisão de recurso.

Proteção no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE junto à SAESA

Trata-se de ação objetivando a antecipação da tutela para suspender os efeitos da decisão tomada pela CCEE, diante da liminar obtida pela SAESA, e, em caráter definitivo, que a CCEE se abstenha de imputar os ônus financeiros das decisões judiciais obtidas pela SAESA de forma a não frustrar o montante de energia alocado à Companhia, na próxima liquidação e nas seguintes, considerando os procedimentos de contabilização e de recontabilização. A sentença de mérito foi proferida no mês de novembro de 2017, confirmando a liminar outrora concedida, para declarar a nulidade da decisão da CCEE em relação a Companhia, de imputar aos demais agentes do MRE os efeitos da proteção econômico-financeira obtida judicialmente pela SAESA e determinar à CCEE que se abstenha de imputar os ônus financeiros das decisões judiciais, independentemente do mês de competência a que se refiram, relativas ao Fator de Indisponibilidade - FID da SAESA. Em fevereiro de 2019 a SAESA realizou acordo no âmbito administrativo e desistiu da ação judicial que discutia o FID, não havendo, em 31 de dezembro de 2019, valores a serem considerados (R$2.416 em 31 de dezembro de 2018).

15.2.2.2 Fiscais

• Discussões administrativas relativas às compensações de PIS e COFINS não homologadas pela RFB, nos períodos de 2012 a 2015, por suposta falta de crédito em razão das DCTF's retificadoras não terem sido analisadas pela RFB, totalizando em 31 de dezembro de 2019 o valor de R$113.874 (R$102.938 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

• Discussão na esfera administrativa de autuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2019 é de R$57.512 (R$54.935 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

• Processo Administrativo nº 10314-726111/2014-73, objetivando a cobrança de IRPJ e CSLL do ano calendário de 2009, em razão das deduções realizadas a título de JSCP da base de apuração. A Companhia obteve decisões favoráveis em primeira e segunda instância administrativa. Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R$22.388 (R$19.188 em 31 de dezembro de 2018).

• Processo administrativo nº 2014/6870/500317, no âmbito da Fazenda Estadual do Tocantins, objetivando a cobrança de multa por supostas divergências de informações constantes nos registros do período de 2014. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2019 é de R$4.709 (R$4.436 em 31 de dezembro de 2018). O auto de infração foi julgado procedente na esfera administrativa com o encerramento do processo, dando continuidade da discussão na esfera judicial, o Estado ajuizou a Execução Fiscal, objetivando a cobrança do referido débito. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

15.2.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é de R$2.340, em 31 de dezembro de 2018, o mesmo estava classificado como possível (Nota 15.2.2).

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2019 é de R$219.736 (R$299.736 em 31 de dezembro de 2018) e está representado por 833.252.089 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em AGE realizada em 20 de dezembro de 2018 foi aprovada a redução de capital da Companhia em um montante de R$80.000, sem alterar a quantidade de ações e mantendo a proporção da participação de cada acionista, devidamente autorizada pela ANEEL conforme Despacho nº 2.179/17. A referida redução foi realizada após decorrido o prazo de 60 dias da publicação da AGE, nos termos do artigo nº 174 da Lei das Sociedades por Ações. Da referida redução, R$40.000 foram pagos em fevereiro de 2019, e R$40.000 foram pagos em novembro de 2019.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2019		31/12/2018	
Acionista	**Quantidade de ações**	**% participação**	**Quantidade de ações**	**% participação**
EDP - Energias do Brasil	499.951.253	60,00	499.951.253	60,00
Furnas Centrais Elétricas	333.300.836	40,00	333.300.836	40,00
Total	**833.252.089**		**833.252.089**	

16.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		120.259	99.675
Lucro líquido ajustado		**120.259**	**99.675**
Incentivos fiscais (SUDAM)	16.3.1	(29.848)	(15.858)
Lucro líquido ajustado		**90.411**	**83.817**
Constituição da reserva legal - 5%	16.3.2		(3.422)
		90.411	**80.395**
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	12	35.988	48.182
Dividendos intermediários	12		12.125
Lucro do exercício a deliberar	16.3	54.423	20.088
		90.411	**80.395**

16.3 Reservas

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de capital			
Incentivos fiscais	16.3.1	18.546	18.546
		18.546	**18.546**
Reservas de lucros			
Legal	16.1 e 16.3.2	59.948	59.948
Lucro do exercício a deliberar	16.3.3	54.423	20.088
Incentivos fiscais	16.3.1	283.028	253.180
		397.399	**333.216**
Total		**415.945**	**351.762**

16.3.1 Reservas de incentivos fiscais

As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA) referente a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração (Nota 20.1). O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

16.3.2 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.

16.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício anterior excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O saldo em 31 de dezembro de 2018 de R$20.088 foi distribuído como dividendos adicionais (Nota 12) conforme deliberação da AGO realizada em 30 de abril de 2019.

17. Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

		MWh (*)		R$	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Suprimento de energia elétrica	17.1	2.842.627	2.001.883	410.131	346.694
Energia de curto prazo	17.2	95.614	176.856	54.841	29.886
Receita operacional bruta		**2.938.241**	**2.178.739**	**464.972**	**376.580**
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita					
PIS/COFINS				(43.010)	(34.834)
		-	**-**	**(43.010)**	**(34.834)**
Encargos do consumidor					
P&D				(4.029)	(3.242)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(8.837)	(9.742)
Outros encargos				(1.532)	(1.278)
		-	**-**	**(14.398)**	**(14.262)**
		-	**-**	**(57.408)**	**(49.096)**
Receitas		**2.938.241**	**2.178.739**	**407.564**	**327.484**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

17.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente substancialmente do maior volume nas operações de venda de energia em função da sobra de lastro energético que a Companhia possuiu em 2019 quando comparado ao exercício anterior.

17.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se à liquidação do excedente de energia elétrica contratado, conjugado ao aumento do PLD, sendo em 2019 um PLD médio de R$208,58 e no mesmo período de 2018 de R$150,11 (Nota 4.1).

18. Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

2019					
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	18.1	105.292				105.292
Encargos de uso da rede elétrica		35.072				35.072
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	18.2		6.354	2.836		9.190
Material			640	132		772
Serviços de terceiros	18.3		4.846	4.700		9.546
Depreciação - Imobilizado em serviço			44.691	152		44.843
Depreciação - Ativos de direito de uso				339		339
Amortização			7.546			7.546
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					1.577	1.577
Arrendamentos e aluguéis			77	19		96
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(32)	(32)
Outras		207	560	691	(42)	1.416
Total		**140.571**	**64.714**	**8.869**	**1.503**	**215.657**

2018					
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	18.1	67.826				67.826
Encargos de uso da rede elétrica		33.452				33.452
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	18.2		6.289	3.644		9.933
Material			1.473	170		1.643
Serviços de terceiros	18.3		5.688	4.570		10.258
Depreciação - Imobilizado em serviço			46.604	230		46.834
Amortização			7.621			7.621
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					541	541
Arrendamentos e aluguéis			154	246		400
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					75	75
Outras		170	934	333	(11)	1.426
Total		**101.448**	**68.763**	**9.193**	**605**	**180.009**

18.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2019	2018
Contratos de compra de energia por quantidade	18.1.1	76.068	30.521
Energia de curto prazo		45.389	47.728
Outros		(5.433)	(3.523)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(10.732)	(6.900)
Total		**105.292**	**67.826**

18.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício é decorrente de compra de energia para constituição de lastro, com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, decorrente dos efeitos do GSF.

18.2 Pessoal e Administradores

	2019	2018
Pessoal		
Remuneração	3.777	4.334
Encargos	1.349	1.808
Benefício pós-emprego - Previdência Privada	185	197
Despesas rescisórias	228	203
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	451	648
Outros benefícios - Corrente	1.808	1.856
	7.798	**9.046**
Administradores		
Honorários e encargos	1.380	887
Benefícios dos administradores	12	
	1.392	**887**
	9.190	**9.933**

18.3 Serviços de terceiros

	2019	2018
Serviços de consultoria	2.174	1.338
Serviços de manutenção	1.764	2.553
Serviços de limpeza e vigilância	1.638	1.921
Serviços ambientais	436	530
Serviços de informática	1.237	1.583
Serviços de publicação e publicidade	156	250
Serviços de telecomunicações	377	110
Serviços de transporte	230	238
Serviços Compartilhados	982	801
Outros	552	934
	9.546	**10.258**

19. Resultado financeiro

	Nota	2019	2018
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		20.965	14.412
Energia vendida		6.127	17.643
Depósitos judiciais	8	118	
Juros e multa sobre tributos	5	9.009	7.695
Uso do bem público - UBP			1.896
Generation Scaling Factor - GSF	19.1		2.480
Outros juros e variações monetárias			2.578
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.975)	(2.752)
Outras receitas financeiras		14	8
		34.258	**43.960**
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Debêntures	13.2	(51.218)	(49.581)
Juros e multa sobre tributos	5	(3.136)	(4.850)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	15.2	(1.178)	(25)
Uso do bem público - UBP	14	(33.240)	(34.154)
Generation Scaling Factor - GSF	19.1	(17.079)	
Arrendamentos e aluguéis		(101)	
Outros juros e variações monetárias	15.1	(2.546)	
Outras despesas financeiras		(425)	(709)
		(108.923)	**(89.319)**
		(74.665)	**(45.359)**

19.1 *Generation Scaling Factor* - GSF

A variação entre os exercícios decorre do fato de que, em 2018, o montante de GSF registrado em Fornecedores contemplava a aplicação de juros de 1% a.m. acrescido de atualização monetária calculada pelo IGP-M. A partir de julho de 2018, a Companhia, por meio de parecer de assessor jurídico, concluiu pela não incidência de juros de 1%, procedendo, à época, com a reversão de todo o montante de juros calculado até àquela data e, por consequência, não mais provisionando os referidos juros no exercício de 2019. O valor de atualização monetária continuou sendo reconhecido nos períodos.

20. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2019	2018
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		117.242	102.116
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		**(39.862)**	**(34.719)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(28)	(27)
Resultados de equivalência patrimonial			
Juros sobre o capital próprio		12.236	16.382
Outras		(125)	(44)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	20.2	9.961	
SUDAM	20.1	20.725	15.858
Outras		110	109
Despesa de IRPJ e CSLL		**3.017**	**(2.441)**
Alíquota Efetiva		-2,6%	2,4%

20.1 SUDAM

Em 5 de julho de 2017 a Companhia obteve junto à SUDAM o Laudo Constitutivo nº 23/2017, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2017.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício, como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais, e registrados em contrapartida da Reserva de Incentivos Fiscais (Nota 16.3.1).

20.2 Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores

O montante de R$9.961 refere-se à exclusão do JSCP da base de cálculo do lucro da exploração (SUDAM) dos exercícios de 2015 e 2016.

21. Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	120.259	99.675
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	833.252	833.252
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	**0,14432**	**0,11962**

22. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

22.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

22.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras		Nível 2	284.742	304.063	284.742	304.063
			284.742	**304.063**	**284.742**	**304.063**
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	3.089	3.717	3.089	3.717
Concessionárias	4	Nível 2	100.613	125.450	100.613	125.450
Cauções		Nível 2	9.180	8.660	9.180	8.660
Outros créditos - Partes relacionadas	7	Nível 2	289		289	
			113.171	**137.827**	**113.171**	**137.827**
			397.913	**441.890**	**397.913**	**441.890**

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Custo amortizado						
Fornecedores	11	Nível 2	341.014	329.292	341.014	329.292
Debêntures	13	Nível 2	650.115	730.069	663.313	749.595
Uso do bem público	14	Nível 2	240.476	213.789	273.902	264.816
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	7	Nível 2	457	980	457	980
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	509		509	
			1.232.571	**1.274.130**	**1.279.195**	**1.344.683**

22.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• **Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

22.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

22.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do uso do bem público e das debêntures diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O valor justo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente, por meio da taxa que representa o custo médio ponderado de capital (WACC) atual da Companhia; e

(ii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

22.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

22.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commision* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.
O Comitê de Risco é composto por 3 "*Risk Officers*" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.
A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

22.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.
As debêntures captadas pela Companhia, apresentadas na nota 13, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao CDI.
Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.
A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

22.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.
No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

			Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Saldo da exposição**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Aplicação financeira - CDB	CDI	284.742	1.175		1.175	1.175	290	579	(292)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	9.180	206		206	206	51	102	(51)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**293.922**	**1.381**	**-**	**1.381**	**1.381**	**341**	**681**	**(343)**
Debêntures	CDI	408.409	(26.905)	(62.608)	(89.513)	(89.513)	(22.021)	(43.919)	22.147
Instrumentos financeiros passivos	**CDI**	**408.409**	**(26.905)**	**(62.608)**	**(89.513)**	**(89.513)**	**(22.021)**	**(43.919)**	**22.147**
		702.331	**(25.524)**	**(62.608)**	**(88.132)**	**(88.132)**	**(21.680)**	**(43.238)**	**21.804**

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 4,1% e 6,4% a.a.

22.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures captadas pela Companhia estão apresentadas na nota 13.
A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.
Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.
Os riscos de liquidez atribuído à rubrica de Debêntures refere-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 24.1.
A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2019						31/12/2018
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**	**Total**
Passivos financeiros							
Fornecedores	3.920	969	336.125			341.014	329.292
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				457		457	980
Debêntures			195.808	467.505		663.313	749.595
Uso do bem público	2.066	4.103	17.976	104.104	145.653	273.902	264.816
Arrendamentos e aluguéis	32	64	292	121		509	-
	6.018	**5.136**	**550.201**	**572.187**	**145.653**	**1.279.195**	**1.344.683**

22.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas (C*ovenants)*, normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.
Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 13. Até 31 de dezembro de 2019, todos os *covenants* contratuais foram atendidos em sua plenitude.
Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 13.1) para as Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passiveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

22.2.2.2 Capital circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2019 foi negativo em R$167.412 (R$90.213 negativo em 31 de dezembro de 2018) decorrente, principalmente, dos seguintes fatores: (i) do montante de Fornecedores a ser liquidado junto a CCEE relativo ao GSF, que no momento encontra-se com liquidação financeira suspensa por conta de decisão liminar do STJ (Nota 11); e (ii) da amortização de principal e de juros das Debêntures. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, apresentando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, tendo em vista as receitas futuras do negócio e eventuais novas captações de dívida, se necessário.

22.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.
Para os períodos de deterioração do PLD e GSF, em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, a Companhia implementou algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre destacando o aumento da parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

22.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.
O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.
As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.
A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Classificação da instituição financeira			
AAA		263.316	286.268
AA		21.426	17.795
	3	**284.742**	**304.063**

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Tocantinense de Regulação - ATR, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.
A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

22.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2019	**31/12/2018**
Total de debêntures	663.313	749.595
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(287.831)	(307.780)
Dívida líquida	**375.482**	**441.815**
Total do Patrimônio Líquido	635.681	651.498
Total do capital	**1.011.163**	**1.093.313**
Índice de alavancagem financeira - %	37,13%	40,41%

23. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

23.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2019					
				Efeito não caixa			
	Nota	**Saldo em 31/12/2018**	**Efeito caixa**	**Variação monetária e cambial**	**Ajuste a valor de mercado/presente**	**Adições/ baixas**	**Saldo em 31/12/2019**
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento							
Dividendos	12	40.955	(61.043)			50.678	30.590
Debêntures	13.1	749.595	(137.500)	215		51.003	663.313
Arrendamentos e aluguéis		-	(102)	48	53	510	509
Acionistas não controladores							
Capital social	16	299.736	(80.000)				219.736
		1.090.286	**(278.645)**	**263**	**53**	**102.191**	**914.148**

	2018			
		Efeito não caixa		
	Saldo em 31/12/2017	**Efeito caixa**	**Adições/ baixas**	**Saldo em 31/12/2018**
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento				
Dividendos	39.695	(169.695)	170.955	40.955
Debêntures	671.567	28.447	49.581	749.595
Acionistas não controladores				
Capital social	282.628		17.108	299.736
	993.890	**(141.248)**	**237.644**	**1.090.286**

23.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.
Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo.

	2019	**2018**
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	30.590	40.955
Capitalização no Imobilizado relativo a contingências	1	2.842
Provisão para custos com licença ambiental no Imobilizado e Intangível	(2.416)	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	510	
Total	**28.685**	**43.797**

24. Compromissos contratuais e Garantias

24.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.
Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	**2021 a 2022**	**2023 a 2024**	**A partir de 2025**	**Total geral**	**Total geral**
Responsabilidades com locações operacionais	75				75	824
Obrigações de compra						
Compra de Energia					-	75.823
Encargos de conexão e Transporte de Energia	111				111	-
Materiais e serviços	13.159	14.201	1.912	831	30.103	21.518
Juros Vincendos de Debêntures	27.028	41.600	12.609		81.237	172.379
	40.373	**55.801**	**14.521**	**831**	**111.526**	**270.544**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	**2021 a 2022**	**2023 a 2024**	**A partir de 2025**	**Total geral**	**Total geral**
Responsabilidades com locações operacionais	75				75	865
Obrigações de compra						
Compra de Energia					-	75.823
Encargos de conexão e Transporte de Energia	111				111	-
Materiais e serviços	13.159	11.057	1.622	841	26.679	22.604
Juros Vincendos de Debêntures	28.715	38.008	11.138		77.861	332.459
	42.060	**49.065**	**12.760**	**841**	**104.726**	**431.751**

24.2 Garantias

		Limite máximo garantido	
Tipo de garantia	**Modalidade**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Ações judiciais	Seguro garantia		4.984
Outros	Fiança bancária	5.734	5.592
		5.734	**10.576**

Os valores em garantias de Debêntures (Nota 13) e Provisões (Nota 15.2.2), estão demonstrados em suas respectivas notas.

25. Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.
As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor em risco	**Limite máximo de indenização**	**Valor em risco**	**Limite máximo de indenização**
Subestações	94.173	94.173	125.581	125.581
Usina	684.170	220.000	684.170	220.000
Linhas de Transmissão	31.409	31.409		
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	829	829	829	829
Responsabilidade civil	50.000	50.000	50.000	50.000
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	4.665	(*)	6.137	(*)

(*) O valor de indenização é considerado por faixa salarial.
A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.
A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:
(i) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$17.190;
(ii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$193.210; e
(iii) Responsabilidade civil riscos cibernéticos, com cobertura de até R$4.110.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques
Presidente

Pedro Eduardo Fernandes Brito
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Cláudia de Barros Cotia
Conselheira

Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro
Conselheira

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora Presidente, Administrativa e Financeira

Jessé Pinto Ribeiro
Diretor de Operação

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Enerpeixe S.A.
Palmas - TO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Efeitos de liminares sobre a aplicação do fator de ajuste de energia - GSF (*Genetation scaling factor)* (Consulte as notas explicativas 4.1, 11.1, 18.1 às demonstrações financeiras)

O volume de energia gerado e vendido pela Companhia depende das condições hidrológicas, que não têm sido favoráveis nos últimos anos. Esse cenário tem provocado redução no volume de geração e aumentado os custos de geração de energia, com a exposição das empresas geradoras aos efeitos do GSF. A Companhia é beneficiária de ação judicial e respectiva decisão liminar visando prevenir e reparar danos decorrentes da exposição aos efeitos do GSF e do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD com liquidações ao preço máximo. Em 08 de dezembro de 2015, o Governo Federal promulgou a Lei 13.203 com opção para repactuação do risco hidrológico, no entanto, essa opção não foi exercida pela Companhia. Esse tema foi considerado como o principal assunto de auditoria, uma vez que envolve montantes relevantes e incertezas relacionadas ao nível de exposição ao GSF e sua mensuração que está suportada por opinião legal dos assessores jurídicos da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados ao envolvimento dos nossos especialistas da área jurídica para nos auxiliar nas discussões com a administração sobre a posição atualizada da ação judicial. Adicionalmente, efetuamos confronto dos saldos contabilizados durante o exercício com relação às notas de liquidação da CCEE, e avaliamos as divulgações do assunto nas demonstrações financeiras da Companhia.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores relacionados ao GSF, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6
Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Energest S.A.

CNPJ/MF nº 04.029.601/0001-88

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.393	19.065
Concessionárias	4	37.006	25.507
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	15.337	4.707
Outros tributos compensáveis	5	4.069	4.135
Estoques	6	5.611	5.898
Prêmio de risco - GSF	10	541	541
Adiantamentos a fornecedores	11	10.611	12.664
Outros créditos	12	335	1.773
Total do Ativo Circulante		**107.903**	**74.290**
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	3.203	-
Tributos diferidos	7	8.179	8.606
Cauções e depósitos vinculados	9	4.121	5.320
Prêmio de risco - GSF	10	1.712	2.253
Adiantamentos a fornecedores	11	8.459	17.757
Outros créditos	12	63	32
		25.737	**33.968**
Imobilizado	13	199.738	205.588
Intangível	14	3.955	881
		203.693	**206.469**
Total do Ativo Não circulante		**229.430**	**240.437**
TOTAL DO ATIVO		**337.333**	**314.727**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	15	18.979	8.031
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	5	3.575	9.293
Outros tributos a recolher	5	5.739	3.698
Dividendos	16	20.819	7.788
Debêntures	17		22.047
Benefícios pós-emprego	18	465	562
Encargos setoriais	19	2.543	3.661
Provisões	20	143	-
Adiantamentos de clientes	11	10.613	12.664
Outras contas a pagar	12	4.086	3.541
Total do Passivo Circulante		**66.962**	**71.285**
Não circulante			
Tributos diferidos	7	42	46
Debêntures	17		10.786
Benefícios pós-emprego	18	13.939	13.214
Encargos setoriais	19		460
Provisões	20	5.910	7.964
Adiantamentos de clientes	11	8.459	17.757
Outras contas a pagar	12	1.893	870
Total do Passivo Não circulante		**30.243**	**51.097**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21.1	48.205	48.205
Reservas de lucros	21.3	197.143	147.648
Outros resultados abrangentes	21.4	(5.220)	(3.508)
Total do Patrimônio líquido		**240.128**	**192.345**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**337.333**	**314.727**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2019	2018
Receitas	22	467.052	277.197
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	23		
Custo do serviço de energia elétrica		(316.701)	(90.600)
Custo de operação		(23.772)	(21.237)
		(340.473)	**(111.837)**
Lucro bruto		126.579	165.360
Despesas e Receitas operacionais	23		
Despesas gerais e administrativas		(9.912)	(10.788)
Outras despesas e receitas operacionais		(436)	(2.824)
		(10.348)	**(13.612)**
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		116.231	151.748
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		5.383	3.997
Despesas financeiras		(3.581)	(8.757)
		1.802	**(4.760)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**118.033**	**146.988**
Tributos sobre o lucro	25		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.537)	(20.536)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.310)	1.011
		(6.847)	**(19.525)**
Lucro líquido do exercício		**111.186**	**127.463**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	26		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		2,30652	2,81077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	111.186	127.463
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	(2.595)	3.198
Imposto de renda e contribuição social diferidos	883	(1.087)
	(1.712)	**2.111**
Resultado abrangente do exercício	**109.474**	**129.574**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Geração do valor adicionado	531.961	318.013
Receita operacional	526.840	316.035
Receita relativa à construção de ativos próprios	5.112	1.971
Outras receitas	9	7
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(366.650)	(114.145)
Custos da energia comprada	(342.884)	(93.703)
Encargos de uso da rede elétrica	(6.081)	(6.121)
Materiais	(1.449)	(1.333)
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica		
Serviços de terceiros	(11.809)	(7.662)
Custo com construção da infraestrutura		
Outros custos operacionais	(4.427)	(5.326)
Valor adicionado bruto	165.311	203.868
Retenções		
Depreciações e amortizações	(9.303)	(8.011)
Valor adicionado líquido produzido	156.008	195.857
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.724	4.249
Valor adicionado total a distribuir	**161.732**	**200.106**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	11.120	9.727
Benefícios	(288)	1.833
FGTS	946	747
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	35.332	50.000
Estaduais	(342)	39
Municipais	20	53
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	3.581	8.757
Aluguéis	177	1.487
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	10.579	9.162
Dividendos	11.827	50.000
	72.952	**131.805**
Lucros retidos	88.780	68.301
	161.732	**200.106**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		118.033	146.988
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		(4)	46
Depreciações e amortizações		9.221	7.958
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		188	162
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		2	(7)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre debêntures		1.327	5.237
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		327	
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		1.494	(1.677)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		757	2.501
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		6	
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		1.484	1.215
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(37)	(987)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(2.995)	(365)
Amortização do prêmio de risco - GSF		541	541
		130.344	**161.612**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(11.499)	(3.959)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(4.611)	(3)
Outros tributos compensáveis		(32.838)	(9.806)
Estoques		287	(420)
Cauções e depósitos vinculados		1.236	(812)
Adiantamentos a fornecedores		(19.070)	(30.421)
Outros ativos operacionais		31.826	2.976
		(34.669)	**(42.445)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		10.948	1.226
Outros tributos a recolher		38.327	11.388
Benefícios pós-emprego		(3.461)	3.083
Encargos setoriais		(3.062)	(795)
Provisões		(2.674)	(109)
Adiantamentos de clientes		19.072	30.421
Outros passivos operacionais		(29.417)	472
		29.733	**45.686**
Caixa proveniente das atividades operacionais		125.408	164.853
Imposto de renda e contribuição social pagos		(22.403)	(18.053)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		103.005	146.800
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(5.376)	(1.971)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento		(5.376)	(1.971)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(47.073)	(82.352)
Amortização do principal de debêntures		(32.400)	(57.600)
Pagamentos de encargos de dívidas		(1.760)	(6.067)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(1.068)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	28.1	(82.301)	(146.019)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**15.328**	**(1.190)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		34.393	19.065
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19.065	20.255
		15.328	**(1.190)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**39.636**	**116.764**	**(5.625)**	**-**	**150.775**
Aumento de capital - AGE 25/04/2018	8.569	(8.569)			-
Dividendo adicional aprovado AGO de 25/04/2018		(28.848)			(28.848)
Lucro líquido do exercício				127.463	127.463
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal		1.714		(1.714)	-
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		27.302		(27.302)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(9.162)	(9.162)
Dividendos Intermediários - RCA de 24/07/2018				(10.000)	(10.000)
Dividendos Intermediários - RCA de 22/11/2018				(40.000)	(40.000)
Lucro do exercício a deliberar		39.285		(39.285)	-
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			3.208		3.208
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(1.091)		(1.091)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**48.205**	**147.648**	**(3.508)**	**-**	**192.345**

	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**48.205**	**147.648**	**(3.508)**	**-**	**192.345**
Dividendo adicional aprovado AGO de 29/04/2019		(39.285)			(39.285)
Lucro líquido do exercício				111.186	111.186
Destinação do lucro					
Reserva de retenção de lucros		(127)			(127)
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		28.037		(27.910)	127
Dividendos intermediários (JSCP)				(10.579)	(10.579)
Dividendos complementares				(11.827)	(11.827)
Lucro do exercício a deliberar		60.870		(60.870)	-
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			(2.595)		(2.595)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			883		883
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**48.205**	**197.143**	**(5.220)**	**-**	**240.128**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Energest S.A. (Companhia ou Energest), sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), constituída em 7 de agosto de 2000, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social: as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante; implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético; e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia.

1.1 Concessão

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a seguinte concessão de geração de energia elétrica em operação:

Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MWm)	Energia Assegurada (MWm)	Concessão Início	Concessão Término
UHE Mascarenhas	Serviço Público	Concessão	ES/MG	198,00	134,80	14/07/1995	16/07/2025

(*) Não auditado pelos auditores independentes

O contrato de concessão tem duração de 30 anos, podendo ser prorrogado pelo exercício de até 20 anos, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, e mediante requerimento da concessionária.

Da energia assegurada de 134,8 MWm, a Companhia possui comercializado 98,74 MWm nos seguintes ambientes: (i) 23,00 MWm no Ambiente de Contratação Regulada - ACR mediante os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, negociados principalmente com terceiros; e (ii) 75,74 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazo, negociados com terceiros e com partes relacionadas (Notas 4 e 8).

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (Nota 19.1).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 27.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de beneficio definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial, conforme nota 18.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 4); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 13 e 14); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.2.1); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 20.1) e Plano de Benefícios pós-emprego (Nota 18).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/ Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Nota 2.7.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sim	Retrospectiva com efeito cumulativo
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 2.7.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/2018 (Nota 2.7.3)	Revisão Diversos CPCs		01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework*) (Nota 2.7.4)	*Conceptual Framework*	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios

(*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

2.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor (Nota 23.4). Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

Após as devidas análises, a Companhia realizou o registro dos seguintes montantes em 1º de janeiro de 2019:

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Ajustes adoção inicial	Saldo em 1º de janeiro de 2019
Ativo				
Imobilizado	13	205.588	3.067	208.655
Passivo				
Outras contas a pagar (Circulante)	12	3.541	702	4.243
Outras contas a pagar (Não circulante)	12	870	44	914

Os efeitos desta adoção estão reconhecidos nas notas de Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo (Nota 12), Imobilizado (Nota 13), Gastos Operacionais (Nota 23) e Resultado Financeiro (Nota 24).

2.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; e (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia concluiu que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nestas demonstrações financeiras.

2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/2018

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

2.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (*Conceptual Framework*), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos; (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade; (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela; e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para àqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS *Interpretations Committee*), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	1.021	986
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	33.372	18.079
	33.372	**18.079**
Total	**34.393**	**19.065**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas à taxa de 97,5% a 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

4 Concessionárias

	Nota	Circulante 31/12/2019	Circulante 31/12/2018
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica		22.427	24.335
Energia de curto prazo	4.1	14.579	1.172
		37.006	**25.507**

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.4.

4.1 Energia de curto prazo

O aumento na energia de curto prazo é decorrente substancialmente do aumento do volume da energia vendida ao final do exercício de 2019 com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE em relação à 2018, ainda que com uma redução do PLD médio quando comparado ao exercício anterior.

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		4.707	4.611	3.006	16.423	(5.277)	(4.930)	18.540
Total Circulante		**4.707**	**4.611**	**3.006**	**16.423**	**(5.277)**	**(4.930)**	**18.540**
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS		106	32.628				(32.627)	107
IRRF sobre aplicações financeiras		991	278				(275)	994
IR/CS retidos sobre faturamento		164						164
Outros	5.1	2.874					(70)	2.804
Total Circulante		**4.135**	**32.906**	**-**	**-**	**-**	**(32.972)**	**4.069**
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		9.293	5.537		(5.980)		(5.275)	3.575
Total Circulante		**9.293**	**5.537**	**-**	**(5.980)**	**-**	**(5.275)**	**3.575**
Outros tributos a recolher								
PIS e COFINS		1.568	49.045		(10.304)	(3.902)	(32.627)	3.780
IRRF sobre juros s/ capital próprio	5.2	1.375	1.587			(1.375)		1.587
Encargos com pessoal		675	51		(402)			324
Outros		80	321	11	(364)			48
Total Circulante		**3.698**	**51.004**	**11**	**(11.070)**	**(5.277)**	**(32.627)**	**5.739**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5.1 Outros Ativos - Compensáveis

Do saldo de R$2.804 (R$2.874 em 31 de dezembro de 2018), R$1.362 (R$1.465 em 31 de dezembro de 2018) é oriundo da retenção na fonte do faturamento para órgãos públicos, sob alíquota de 5,85%, que se refere a Imposto de renda, Contribuição social, PIS e COFINS.

5.2 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo de R$1.375, em 31 de dezembro de 2018, é relativo ao JSCP deliberado no exercício de 2018 integralmente liquidado em janeiro de 2019. O saldo de R$1.587, em 31 de dezembro de 2019, é relativo ao JSCP deliberado no exercício de 2019 que será liquidado em janeiro de 2020.

6 Estoques

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2019 de R$5.611 (R$5.898 em 31 de dezembro de 2018) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 13) pelo montante, em 31 de dezembro de 2019, de R$1.243 (R$1.302 em 31 de dezembro de 2018).

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

7 Tributos diferidos

	Nota	Ativo Não circulante 31/12/2019	Ativo Não circulante 31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019	Passivo Não circulante 31/12/2018
PIS e COFINS				42	46
Imposto de renda e contribuição social	7.1	8.179	8.606		
Total		**8.179**	**8.606**	**42**	**46**

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante 31/12/2019	Ativo Não circulante 31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019	Passivo Não circulante 31/12/2018	Resultado 2019	Resultado 2018	Patrimônio líquido 31/12/2019	Patrimônio líquido 31/12/2018
Diferenças Temporárias								
Provisão para perdas com projetos	2.695	2.695						
Benefício pós-emprego	2.235	2.902			(667)	472		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.959	2.708			(749)	814		
Benefício pós-emprego - outros resultados abrangentes	2.689	1.806					883	(1.091)
Outras	47	16	1.446	1.521	106	(275)		
Total bruto	**9.625**	**10.127**	**1.446**	**1.521**	**(1.310)**	**1.011**	**883**	**(1.091)**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(1.446)	(1.521)	(1.446)	(1.521)	(1.446)	(1.446)	(1.446)	(1.446)
Total	**8.179**	**8.606**	**-**	**-**				

7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	Total Não circulante
2.573	2.581	2.581	940	940	10	9.625

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 16), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R$/MWh)	Duração	Ativo Circulante 31/12/2019	Ativo Circulante 31/12/2018	Ativo Não circulante 31/12/2019	Passivo Circulante 31/12/2019	Passivo Circulante 31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019	Passivo Não circulante 31/12/2018	Receitas (Despesas) Operacionais 2019	Receitas (Despesas) Operacionais 2018
Concessionárias (Nota 4)												
Venda de energia elétrica												
EDP São Paulo	Controle comum	239,43	01/01/2008 a 31/12/2037	34	30						290	277
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2013 a 31/12/2022	12.143	16.598						318.273	133.519
EDP Espírito Santo	Controle comum	239,26	01/01/2008 a 31/12/2037	75	76						611	586
EDP Espírito Santo	Controle comum	159,20	01/01/2016 a 31/12/2018		3							31
Lajeado Energia	Controle comum	243,64	01/05/2016 a 31/12/2019	1.631	1.631						19.211	19.209
Lajeado Energia	Controle comum	188,19	01/01/2019 a 31/12/2020	1.121							35.399	
ECE Participações	Controle comum	116,10	01/01/2017 a 31/12/2046		53						594	625
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	134,95	01/01/2017 a 31/12/2046	412	397						4.847	4.672
Porto do Pecém	Controle comum	271,83	01/01/2018 a 31/12/2018									60.291
Porto do Pecém	Controle comum	219,57	01/05/2019 a 30/09/2019								42.546	
CEJA	Controle Comum	116,10	01/01/2017 a 31/12/2046	55							55	
				15.471	**18.788**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**421.826**	**219.210**
Fornecedores (Nota 15)												
Uso do sistema de distribuição												
EDP Espírito Santo	Controle comum		01/08/2005 a 17/07/2025				501	387			(5.264)	(5.254)
Suprimento de Energia Elétrica												
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2013 a 31/12/2022				7.999	2.121			(268.285)	(31.709)
Porto do Pecém	Controle comum	271,83	01/01/2018 a 31/12/2018									(8.871)
Porto do Pecém	Controle comum	42,35	01/05/2019 a 31/05/2019								(5.246)	
				-	**-**	**-**	**8.500**	**2.508**	**-**	**-**	**(278.795)**	**(45.834)**
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)												
Compartilhamento dos serviços de Recursos Humanos (a)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2019			55			1.071		(1.841)	(65)
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)												
EDP Espírito Santo	Controle comum		29/07/2015 a 29/07/2019						1	1	(10)	(15)
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2019							104	(547)	(1.263)
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 8.3.1)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		15/06/2016 a 18/06/2022						777	380	(399)	(152)
Cisão												
EDP PCH	Controle Comum (*)		01/03/2016 a Indeterminado									(108)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice* (c)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2018 a 31/12/2019							277	(1.204)	(623)
Compartilhamento da plataforma NEWEB (d)												
EDP Portugal	Controladora Indireta		01/01/2019 a 31/12/2019				594	582				
Contrato de reembolso de prêmio de seguro												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		31/03/2019								28	
				-	**-**	**55**	**594**	**582**	**1.849**	**762**	**(3.973)**	**(2.226)**
				15.471	**18.788**	**55**	**9.094**	**3.090**	**1.849**	**762**	**139.058**	**171.150**

(*) A EDP PCH foi alienada em 21 de dezembro de 2018 e consequentemente, a partir desta data, não mais faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

O novo contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manisfetou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado,Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo - SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Espírito Santo e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco. Com a alienação da Santa Fé em dezembro de 2018, a partir de 2019 a referida encontra-se excluída do compartilhamento.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho n° 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

Adicionalmente, em agosto de 2019 foi publicada a anuência da ANEEL, através do Despacho nº 2.636/2019, celebrando contrato de compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP Energias do Brasil e partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG, com vigência de 29 meses, utilizando-se do critério regulatório previsto na Resolução Normativa n° 699/16.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *backoffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

(d) Compartilhamento da plataforma NEWEB: Refere-se à licença de utilização do *software* NEWEB, contratado pela EDP Portugal, com o objetivo de alojar os diferentes portais web do Grupo EDP no mundo.

8.1 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

8.2 Compromissos contratuais

A Companhia possui um contrato de venda de energia no ACL junto à Lajeado Energia S.A. (controlada da EDP - Energias do Brasil) de 17,0 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2020 e término em 31 de dezembro de 2020, com preço original de venda de R$160,00/MWh.

8.3 Remuneração dos administradores

8.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Em maio de 2016, julho de 2017, junho de 2018 e julho de 2019, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu, respectivamente, o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto planos de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se gestores e diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2019 da mesma o montante de R$399 (R$152 em 2018) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga. Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro abaixo quando da efetiva outorga das ações da controladora.

A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início de cada plano.

8.3.2 Remuneração anual total da Administração

	Diretoria Estatutária	
	2019	**2018**
Remuneração (a)	1.146	932
Benefícios de curto prazo (b)	43	61
Benefícios - Previdência privada	96	71
Total	**1.285**	**1.064**

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Em relação a Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 8.3.1), o montante relativo à diretores estatutários da Companhia, estimado no resultado de 2019, é de R$146 (R$124 em 2019). Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária neste quadro quando da efetiva outorga das ações da controladora.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2019
Depósitos judiciais	20.1	5.195	885	(85)	(927)	(1.072)	3.996
Outros cauções		125					125
Total Não Circulante		**5.320**	**885**	**(85)**	**(927)**	**(1.072)**	**4.121**

10 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 94% da exposição ao *Generation Scaling Factor* - GSF é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R$2.253 (R$2.794 em 31 de dezembro de 2018), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no exercício de janeiro de 2016 a fevereiro de 2024, de acordo com o Despacho ANEEL nº 243 de 28 de janeiro de 2016. No exercício foram amortizados R$541 (R$541 em 2018).

11 Adiantamentos a fornecedores e de clientes

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Adiantamento a fornecedores - EDP Comercializadora	10.611	12.664	8.459	17.757
Adiantamento de clientes - Beta Comercializadora	10.613	12.664	8.459	17.757

O Adiantamento a fornecedores é decorrente de contrato de compra de energia no ACL junto à EDP Comercializadora, firmado em novembro de 2018, cujo fornecimento ocorrerá entre janeiro de 2019 a dezembro de 2021.

O Adiantamento de clientes é decorrente de contrato de venda de energia no ACL junto à Beta Comercializadora, firmado em novembro de 2018, cujo fornecimento ocorrerá entre janeiro de 2019 a dezembro de 2021.

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante 31/12/2019	Circulante 31/12/2018	Não circulante 31/12/2019	Não circulante 31/12/2018
Outros créditos - Ativo					
Dispêndios a reembolsar		2			
Serviços prestados a terceiros		15	167		
Ressarcimento de custos - RGR		48	837		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			55	
Despesas pagas antecipadamente		58	240		11
Outros		212	529	8	21
Total		**335**	**1.773**	**63**	**32**
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		106	354		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8	594	582	1.849	762
Arrendamentos e aluguéis	12.1	702		44	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.2	2.677	2.597		
Outros		7	8		108
Total		**4.086**	**3.541**	**1.893**	**870**

12.1 Arrendamentos e aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Nota 2.7.1), a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

Passivos de arrendamento	Saldo em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Adições	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária	Transferências	AVP	Baixas	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Circulante										
Edifícios	-	1.121		(875)	66	991			(1.272)	31
Equipamentos de informática	-	59		(26)				(33)		-
Veículos	-	394		(167)	79	350	15			671
Total Circulante	**-**	**1.574**	**-**	**(1.068)**	**145**	**1.341**	**15**	**(33)**	**(1.272)**	**702**
Não circulante										
Edifícios	-	1.080	264		17	(991)	150		(489)	31
Equipamentos de informática	-	50						(50)		-
Veículos	-	363				(350)				13
Total Não circulante	**-**	**1.493**	**264**	**-**	**17**	**(1.341)**	**150**	**(50)**	**(489)**	**44**
Total	**-**	**3.067**	**264**	**(1.068)**	**162**	**-**	**165**	**(83)**	**(1.761)**	**746**

Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Edifícios Valor	Edifícios Taxas (%)	Veículos Valor	Veículos Taxas (%)
Circulante				
2020	25	7,87%	618	8,28%
Juros embutidos	6		53	
Total	**31**		**671**	
Não Circulante				
2021	27	8,26%		
Juros embutidos	4		13	
Total	**31**		**13**	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	769	746
PIS/COFINS potencial (9,25%)	71	69

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 13).

12.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela Resolução ANEEL nº 691/15, regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados à concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do contrato, todos os bens e instalações vinculados à usina hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

13.1 Composição do imobilizado

	31/12/2019 Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2018 Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		1		1		1		1
Reservatórios, barragens e adutoras	2,55	45.654	(26.494)	19.160	2,55	45.654	(25.928)	19.726
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,06	21.592	(15.671)	5.921	3,03	21.092	(15.441)	5.651
Máquinas e equipamentos	3,18	233.428	(65.909)	167.519	3,15	232.107	(58.676)	173.431
Veículos	14,29	100	(41)	59	14,29	100	(26)	74
Móveis e utensílios	6,25	688	(43)	645				-
		301.463	**(108.158)**	**193.305**		**298.954**	**(100.071)**	**198.883**
Administração								
Máquinas e equipamentos	16,03	840	(98)	742	6,25	39	(5)	34
Veículos	14,29	252	(41)	211	14,29	243	(6)	237
Móveis e utensílios	23,29	36	(7)	29				-
		1.128	**(146)**	**982**		**282**	**(11)**	**271**
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3	93	(8)	85	3	93	(5)	88
		93	**(8)**	**85**		**93**	**(5)**	**88**
Transmissão								
Terrenos				-				-
Edificações, obras civis e benfeitorias				-				-
Máquinas e equipamentos				-				-
Veículos				-				-
Móveis e utensílios				-				-
Total do Imobilizado em serviço		**302.684**	**(108.312)**	**194.372**		**299.329**	**(100.087)**	**199.242**
Ativos de direito de uso (Nota 13.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	67	703	(354)	349				-
Veículos	50	757	(378)	379				-
Total Ativos de direito de uso		1.460	(732)	728				-
Imobilizado em curso								
Geração		4.638		4.638		6.210		6.210
Administração				-		136		136
Total do Imobilizado em curso		**4.638**	**-**	**4.638**		**6.346**	**-**	**6.346**
Total Imobilizado		**308.782**	**(109.044)**	**199.738**		**305.675**	**(100.087)**	**205.588**

13.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) (Nota 2.7.1). As principais característicados contratos estão descritas abaixo:

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) à sede da Companhia localizada em São Paulo; (ii) ao escritório administrativo da Companhia localizado no Espirito Santo; e (iii) à locação de imóveis para diretores.

• **Veículos:** Refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

13.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclas-sificações	Cisão	Valor líquido em 31/12/2019
Imobilizado em serviço									
Terrenos	1								1
Reservatórios, barragens e adutoras	19.726				(566)				19.160
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.739			500	(233)				6.006
Máquinas e equipamentos	173.465			2.122	(7.326)				168.261
Veículos	311			9	(50)				270
Móveis e utensílios	-			724	(50)				674
Total do Imobilizado em serviço	**199.242**	**-**	**-**	**3.355**	**(8.225)**	**-**	**-**	**-**	**194.372**
Ativos de direito de uso									
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	2.201	264		(355)			(1.761)	349
Equipamentos de informática	-	109			(34)	(75)			-
Veículos	-	757			(378)				379
Total Ativos de direito de uso	**-**	**3.067**	**264**	**-**	**(767)**	**(75)**	**-**	**(1.761)**	**728**
Imobilizado em curso									
Reservatórios, barragens e adutoras	1.649						(1.649)		-
Edificações, obras civis e benfeitorias	33			(500)			467		-
Máquinas e equipamentos	4.314		1.832	(2.122)			(629)		3.395
Adiantamento a fornecedores	79					(79)			-
Outros	271		46	(733)			1.659		1.243
Total do Imobilizado em curso	**6.346**	**-**	**1.878**	**(3.355)**	**-**	**(79)**	**(152)**	**-**	**4.638**
Total do Imobilizado	**205.588**	**3.067**	**2.142**	**-**	**(8.992)**	**(154)**	**(152)**	**(1.761)**	**199.738**

14 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

14.1 Composição do intangível

	31/12/2019 Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2018 Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	448	(339)	109	20,00	392	(308)	84
Direito de concessão - Licenças ambientais	50,00	402	(193)	209		68	(68)	-
		850	**(532)**	**318**		**460**	**(376)**	**84**
Administração								
Software	20,00	879	(168)	711	20,00	589	(11)	578
		879	**(168)**	**711**		**589**	**(11)**	**578**
Transmissão								
Software				-				-
Servidão permanente				-				-
Direito de concessão - Licenças ambientais				-				-
Direito de concessão - Infraestrutura				-				-
Direito de concessão - Outros				-				-
		-	**-**	**-**		**-**	**-**	**-**
Total do Intangível em serviço		**1.729**	**(700)**	**1.029**		**1.049**	**(387)**	**662**
Intangível em curso								
Administração		2.926		2.926		219		219
Total do Intangível em curso		**2.926**	**-**	**2.926**		**219**	**-**	**219**
Total do Intangível		**4.655**	**(700)**	**3.955**		**1.268**	**(387)**	**881**

14.2 Movimentação do intangível

	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2019
Intangível em serviço						
Software	662		345	(187)		820
Direito de concessão - Licenças ambientais	-		334	(125)		209
Total do Intangível em serviço	**662**	**-**	**679**	**(312)**	**-**	**1.029**
Intangível em curso						
Outros intangíveis em curso	219	3.234	(679)		152	2.926
Total do Intangível em curso	**219**	**3.234**	**(679)**	**-**	**152**	**2.926**
Total Intangível	**881**	**3.234**	**-**	**(312)**	**152**	**3.955**

15 Fornecedores

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Suprimento de energia elétrica (*)	15.1	12.017	2.121
Encargos de uso da rede elétrica		527	406
Operações CCEE	23.1.2		3.146
Materiais e serviços	15.2	6.435	2.358
Total		**18.979**	**8.031**

(*) O valor total de garantias de compras de energia é de R$1.517 em 31 de dezembro de 2019.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente da realização de operações envolvendo as empresas do grupo EDP - Energias do Brasil nos seguintes fatores: recomposição e venda de lastro.

15.2 Materiais e serviços

O aumento no exercício refere-se, principalmente, a aquisição de sirenes para atendimento do Plano Ações Emergenciais (PAE) na Barragem e a aquisição de *software* para atendimento a área de Operação e Manutenção (O&M).

16 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Segue abaixo a movimentação dos dividendos no exercício:

	31/12/2018	Dividendos Propostos	Dividendos Adicionais	JSCP	Pagamentos	31/12/2019
Passivo						
EDP - Energias do Brasil	7.788	11.827	39.285	8.992	(47.073)	20.819
Total	**7.788**	**11.827**	**39.285**	**8.992**	**(47.073)**	**20.819**

Dividendos adicionais do exercício de 2018

Foi aprovada em AGO, realizada em 29 de abril de 2019, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R$127.463, sendo: (i) R$1.714 como Constituição de Reserva de Legal; (ii) R$27.302 como Reserva de Incentivo Fiscal; (iii) distribuição de dividendos no valor total de R$98.477. Deste montante, JSCP no valor bruto de R$9.162, sendo R$7.788 líquido de Imposto de renda, pagos em 27 de agosto de 2019; R$50.000 foram contabilizados e pagos no decorrer do exercício de 2018 e R$39.285 foram contabilizados na data da referida AGO, sendo pagos integralmente no decorrer do exercício de 2019.

JSCP

Em 23 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2019 no montante bruto de R$10.579, sendo R$8.992 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

17 Debêntures

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Em 20 de abril de 2016 a Companhia realizou sua 2ª emissão de debêntures, junto ao agente fiduciário Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., no valor de R$54.000, com vencimento em abril de 2020 e custo da emissão de CDI+2,65% a.a., cujo o objetivo era o reforço de capital de giro e refinanciamento do endividamento da companhia.

Em 25 de junho de 2019 a Companhia liquidou antecipadamente as referidas debêntures pelo montante de R$21.979.

17.2 Movimentação das debêntures do exercício

	Valor líquido em 31/12/2018	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante						
Principal	21.600	(32.400)		10.800		-
Juros	537	(1.760)	1.223			-
Custo de transação	(90)			(14)	104	-
	22.047	**(34.160)**	**1.223**	**10.786**	**104**	**-**
Não circulante						
Principal	10.800			(10.800)		-
Custo de transação	(14)			14		-
	10.786	**-**	**-**	**(10.786)**	**-**	**-**

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados.

A contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante 31/12/2019	Circulante 31/12/2018	Não circulante 31/12/2019	Não circulante 31/12/2018
Assistência médica e seguro de vida	456	557	13.939	13.214
Contribuição definida	9	5		
	465	**562**	**13.939**	**13.214**

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

Durante o exercício de 2018, a Companhia realizou a retirada do patrocínio dos planos de suplementação de aposentadoria e pensão, geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos, liquidando de forma antecipada todas suas obrigações correspondentes aos mesmos.

18.1.1 Plano de Benefício definido e Contribuição variável

• Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006 e administrado pela EnerPrev):

O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial à Companhia. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a Companhia.

18.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2019 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(93)	206	(98)	15
Custo do serviço corrente	(4)			(4)
Custo dos juros	(9)	17	(10)	(2)
Ganhos/(perdas) atuariais	54			54
Contribuições pagas pela Companhia		(27)		(27)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**(51)**	**113**	**(59)**	**3**

As contribuições da Companhia esperadas para o exercício de 2020 são de R$27.

18.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	Escelsos II
Circulante	
2020	1
	1
Não Circulante	
2021	1
2022	2
2023	2
2024	3
2025 a 2029	18
	26
Total	**27**

18.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2019	2018
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		4	4
Custo dos juros	24	2	5
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		**6**	**9**
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		82	(14)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		(81)	(16)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		27	12
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido		(15)	(8)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		**13**	**(26)**
Total		**19**	**(17)**

18.1.1.5 Classes de ativos

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

		31/12/2019	31/12/2018
Classe de ativo	**Mercado ativo**	**Alocação %**	**Alocação %**
Títulos de dívida	Cotado	85,58%	87,80%
Ações	Cotado	13,41%	11,08%
Imóveis	Cotado	1,01%	1,12%
Total		**100,00%**	**100,00%**

No exercício de 2019, os títulos de dívida incluíam debêntures emitidas pela patrocinadora que, avaliados pelo valor justo, representavam o montante de R$18.

Para o exercício de 2019, dentre os investimentos realizados em ações, encontram-se ações da controladora EDP - Energias do Brasil avaliadas no montante de R$10.

18.1.1.6 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2019 Escelsos II	2018 Escelsos II
Participantes ativos	8	11
Total	**8**	**11**

18.1.1.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Escelsos II
Pressupostos Centrais	51
Taxa de desconto	
Aumento em 0,5%	47
Redução em 0,5%	55
Mortalidade	
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	50

18.1.1.8 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	2019 Escelsos II	2018 Escelsos II
Econômicas		
Taxa de desconto - nominal	7,56% a.a.	9,83% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,90% a.a.	5,40% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,03% a.a.	4,52% a.a.
Inflação médica de longo prazo		
Inflação	4,03% a.a.	4,52% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927

18.1.2 Plano de Contribuição Definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$292 (R$249 em 2018).

Esses planos em 31 de dezembro de 2019 tem a adesão de 33 colaboradores (47 em 31 de dezembro de 2018).

18.2 Planos de Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

Os planos apresentam cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, cobertura correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

18.2.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

Em 01 de março de 2019, a Companhia iniciou o processo de alteração do Plano de Benefício Definido, a partir da troca do operador do plano de Assistência Médica, o qual utiliza a modalidade de operação (catalogada pela ANS - Agência Nacional de Saúde) sob a forma de cooperativa médica, ao invés da modalidade de seguradoras especializadas em saúde utilizada pelo antigo operador.

O modelo de cooperativa apresenta uma rede própria de médicos e infraestrutura médica, alterando, portanto, a disponibilidade de especialidades médicas diretas, hospitais, exames e acesso. A migração foi finalizada em 01 de maio de 2019, sendo que os efeitos da alteração, que se enquadram como custo do serviço passado no montante de R$2.797 (Notas 18.2.2 e 23.2), tiveram seu reconhecimento classificado no resultado do exercício corrente.

Tal classificação e reconhecimento estão em conformidade com o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, que requer que na ocorrência de evento que possa ser julgado como uma redução, alteração ou liquidação de plano de benefício, a entidade deva mensurar o custo do serviço passado a partir da avaliação do valor líquido do passivo de benefício definido, utilizando o valor justo dos ativos e premissas atuariais correntes que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano antes e após a identificação do evento.

Nesse sentido, à luz da norma, o custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante da modificação do plano (encurtamento/*curtailment*), devendo ser reconhecido no resultado no exercício em que ocorrer, uma vez que não estavam admitidos ou previstos nas premissas atuariais anteriores, e tampouco se tratam de serviços já prestados.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2019 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

18.2.2 Movimentação dos passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(13.771)
Custo do serviço corrente	(88)
Custo dos juros	(1.209)
Custo do serviço passado	2.797
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(2.582)
Benefícios pagos pela Companhia	458
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**(14.395)**

O efeito de custo do serviço passado no montante de R$2.797, apurada na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2019, foi decorrente da alteração do benefício de plano médico, o qual passa a ser não mais operado por fornecedor sob o modelo de seguradora, mas sob a forma de cooperativa, onde o operador possui uma rede própria de médicos e infraestrutura médica, impactando, portanto, a disponibilidade de especialidades médicas diretas, hospitais, e exames. Ademais, esta mudança também gera a alteração do modelo de gestão, com novas regras de acesso aos procedimentos médicos. Conforme o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, o custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido resultante da alteração ou redução do plano (encurtamento/*curtailment*), devendo ser reconhecido no resultado do exercício em que ocorrer tal evento.

A perda atuarial de R$2.582 no valor presente das obrigações, apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2019, foi decorrente, principalmente, da redução da taxa de desconto e as alterações dos planos médicos (Nota 21.4).

O saldo de perda atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2019 é de R$5.212 (R$3.508 em 31 de dezembro de 2018).

18.2.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	Assistência Médica e Seguro de Vida
Circulante	
2020	456
	456
Não Circulante	
2021	498
2022	571
2023	600
2024	687
2025 a 2029	4.695
	7.051
Total	**7.507**

18.2.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2019	2018
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		88	72
Custo dos juros	24	1.209	1.596
Custo do serviço passado		(2.797)	
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		**(1.500)**	**1.668**
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		(1.102)	(4.168)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		3.684	986
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		**2.582**	**(3.182)**
Total		**1.082**	**(1.514)**

18.2.5 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2019			2018		
	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Participantes ativos	6		28	6		30
Participantes assistidos						
Aposentados e pensionistas	46	22		54	26	
Total	**52**	**22**	**28**	**60**	**26**	**30**

18.2.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Assistência Médica e Odontológica	Benefícios a Aposentados	Seguro de Vida
Pressupostos Centrais	13.038	239	1.179
Taxa de desconto			
Aumento em 0,5%	12.177	204	1.086
Redução em 0,5%	13.991	280	1.283
Mortalidade			
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	13.627	244	1.161

18.2.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	2019		
Econômicas	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	7,56% a.a.	7,56% a.a.	7,56% a.a.
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	4,03% a.a.	4,03% a.a.
Inflação médica de longo prazo	10,27% a.a. em 2020, reduzindo linearmente para 6,11% a.a. até 2028	n/a	n/a
Inflação	4,03% a.a.	4,03% a.a.	4,03% a.a.
Fator de envelhecimento	3,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas			
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	n/a	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

	2018		
Econômicas	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	9,83% a.a.	9,83% a.a.	9,83% a.a.
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a	5,4% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	4,52% a.a.	4,52% a.a.
Inflação médica de longo prazo	10,79% a.a. em 2019, reduzindo linearmente para 6,61% a.a. até 2028	n/a	n/a
Inflação	4,52% a.a.	4,52% a.a.	4,52% a.a.
Fator de envelhecimento	3,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas			
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	n/a	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

19 Encargos regulamentados e setoriais

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Quota de reserva global de reversão - RGR	12 e 22	240	4.365		(3.455)	(788)	362
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	22	789	2.692		(2.852)		629
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	19.1 e 22	3.044	3.408	121	(5.072)		1.501
Outros encargos		48	590		(587)		51
Total		**4.121**	**11.055**	**121**	**(11.966)**	**(788)**	**2.543**
Circulante		3.661					2.543
Não Circulante		460					-
Total		**4.121**					**2.543**

19.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

20 Provisões

	Nota	31/12/2019	Não circulante 31/12/2019	Não circulante 31/12/2018
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras	20.1		5.834	7.964
Licenças ambientais	20.2	143	76	
Total		**143**	**5.910**	**7.964**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

20.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

20.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo						Ativo	
			Baixas				Depósito judicial	
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	7.134	2.098	(2.880)	(1.806)	152	4.698	3.531	3.914
Cíveis	830	77			155	1.062		
Fiscais	-	3	(7)		4	-		
Outros	-	95		(21)		74		
Total Não circulante	**7.964**	**2.273**	**(2.887)**	**(1.827)**	**311**	**5.834**	**3.531**	**3.914**

O valor total referente às garantias de provisões prováveis na Companhia é de R$1.233 em 31 de dezembro de 2019 (R$1.420 em 31 de dezembro de 2018).

20.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

20.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

			Ativo Depósito judicial (Nota 9)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	652	716	383	379
Cíveis	3.015	25.285		
Fiscais	1.299	1.275		
Total	**4.966**	**27.276**	**383**	**379**

20.1.2.1 Cíveis

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. O recurso da União não foi admitido, tendo a ação transitada em julgado em 03 de junho de 2019. O processo encontra-se encerrado, não havendo em 31 de dezembro de 2019, valores a serem considerados (R$21.282 em 31 de dezembro de 2018).

20.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é de R$82 (R$902 em 31 de dezembro de 2018).

20.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 8,5% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de até 10 anos desde a última obtenção, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia. Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foi de R$2.309. Deste montante, R$122 referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R$2.187 são relativos a gastos com proteção e recuperação de solos, águas subterrâneas, superficiais e atividades de gestão e proteção do ambiente em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2018	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2019
Circulante	-	249	(122)	4	17	(5)	143
Não circulante	-	98		2	(17)	(7)	76
Total	**-**	**347**	**(122)**	**6**	**-**	**(12)**	**219**

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R$48.205 (R$48.205 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/12/2019		31/12/2018	
Acionista	**Quantidade de ações**	**% participação**	**Quantidade de ações**	**% participação**
EDP - Energias do Brasil	48.204.767	100,00%	48.204.767	100,00%
Demais acionistas	3	0,00%	3	0,00%
Total	**48.204.770**	**100,00%**	**48.204.770**	**100,00%**

21.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) constituição de reserva de incentivos fiscais, pelo montante determinado na apuração dos tributos relacionados;

(iii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iv) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		111.186	127.463
Prejuízos acumulados		(17)	
Lucro líquido ajustado		**111.169**	**127.463**
Constituição da reserva legal - 5%	21.3.1		(1.714)
		111.169	**125.749**
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	16	10.579	9.162
Dividendos intermediários	16		50.000
Dividendos complementares		11.827	
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	21.3	27.893	27.302
Lucro do exercício a deliberar	21.3	60.870	39.285
		111.169	**125.749**
Dividendos por ação - R$ - JSCP		0,21946	0,23115
Dividendos por ação - R$ - Dividendos intermediários			1,26148

21.3 Reservas

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de lucros			
Legal	21.3.1	9.641	9.641
Retenção de lucros			127
Lucro do exercício a deliberar	21.2 e 21.3.2	60.870	39.285
Incentivos fiscais	21.3.3	126.632	98.595
Total		**197.143**	**147.648**

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.3.1 Reserva legal
A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.
21.3.2 Lucro do exercício a deliberar
Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.
21.3.3 Incentivos fiscais
A Reserva de incentivos fiscais foi constituída por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluída da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 (Nota 25.1).
21.4 Outros resultados abrangentes
Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme as regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos. A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2018	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2019
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(5.314)	1.232	(3.827)		(7.909)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.806			883	2.689
	(3.508)	**1.232**	**(3.827)**	**883**	**(5.220)**

22 Receitas
As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.
A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.
Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:
• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	Nota	MWh (*) 2019	MWh (*) 2018	R$ 2019	R$ 2018
Suprimento de energia elétrica	22.1	2.774.797	1.317.466	483.770	265.773
Energia de curto prazo	22.2	204.280	172.480	42.976	50.086
Outras receitas operacionais				94	176
Receita operacional bruta		**2.979.077**	**1.489.946**	**526.840**	**316.035**
(-) Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS				(48.733)	(29.233)
P&D	19			(3.408)	(2.661)
RGR	19			(4.365)	(2.851)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	19			(2.692)	(3.576)
Outros encargos				(590)	(517)
		-	**-**	**(59.788)**	**(38.838)**
Receita		**2.979.077**	**1.489.946**	**467.052**	**277.197**

(*) Não auditado pelos auditores independentes
22.1 Suprimento de energia elétrica
A variação deve-se ao aumento do volume de energia vendida quando comparado ao exercício de 2018 substancialmente, para a EDP Comercializadora (Nota 8).
22.2 Energia de curto prazo
A variação no exercício é decorrente das operações de venda de energia em função da sobra de lastro energético que a Companhia detinha em 2018.

23 Gastos operacionais
Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.
Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

2019		Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	23.1	311.026					311.026
Encargos de uso da rede elétrica		5.519					5.519
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.2		12.779		956		13.735
Material			1.193		128		1.321
Serviços de terceiros	23.3		3.286		4.241		7.527
Depreciação - Imobilizado em serviço			5.489		2.668		8.157
Depreciação - Ativos de direito de uso					752		752
Amortização			166		146		312
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						446	446
Arrendamentos e aluguéis	23.4		112		64		176
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						(2)	(2)
Outras		156	747		957	(8)	1.852
		156	**23.772**	**-**	**9.912**	**436**	**34.276**
Total		**316.701**	**23.772**	**-**	**9.912**	**436**	**350.821**

2018		Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	23.1	84.939					84.939
Encargos de uso da rede elétrica		5.555					5.555
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.2		11.743		1.906		13.649
Material			676		176		852
Serviços de terceiros	23.3		2.765		3.816		6.581
Depreciação - Imobilizado em serviço			5.273		2.642		7.915
Amortização			16		27		43
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						876	876
Arrendamentos e aluguéis			63		1.413		1.476
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						(7)	(7)
Outras		106	701		808	1.955	3.570
Total		**90.600**	**21.237**	**-**	**10.788**	**2.824**	**125.449**

23.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2019	2018
Contratos de compra de energia por quantidade	23.1.1	317.277	40.580
Energia de curto prazo	23.1.2	33.372	64.939
Outros		(1.901)	(1.363)
(-) Ressarcimentos CCEE		(6.020)	(10.559)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(31.702)	(8.658)
Total		**311.026**	**84.939**

23.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade
A variação no exercício é decorrente de compra de energia para constituição de lastro, com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, decorrente dos efeitos do GSF.
23.1.2 Energia de curto prazo
A variação no exercício de 2019, é decorrente da compra de energia para constituição de lastro no ano de 2018, com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, em função do efeito do fator GSF (*Generation Scaling Factor*).
23.2 Pessoal e Administradores

	2019	2018
Pessoal		
Remuneração	7.619	6.724
Encargos	2.520	2.501
Previdência privada - Corrente	422	356
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	4	6
Despesas rescisórias	692	348
Participação nos lucros e resultados - PLR	1.384	1.068
Outros benefícios - Corrente	1.972	1.404
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	88	71
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial - Custo do serviço passado	(2.797)	
	11.904	**12.478**
Administradores		
Honorários e encargos	1.410	970
Benefícios dos administradores	421	201
	1.831	**1.171**
	13.735	**13.649**

23.3 Serviços de terceiros

	2019	2018
Serviços de consultoria	1.390	1.233
Serviços de manutenção	1.719	1.449
Serviços de limpeza e vigilância	686	676
Serviços ambientais	491	331
Serviços de informática	971	858
Serviços de telecomunicações	265	141
Serviços de transporte	369	411
Serviços Compartilhados	1.339	995
(-) Crédito de PIS/COFINS	(159)	(139)
Outros	456	626
	7.527	**6.581**

23.4 Arrendamentos e aluguéis
O montante registrado em Arrendamentos e aluguéis refere-se aos arrendamentos que não foram contemplados pelo CPC 06 (R2) devido as isenções opcionais.

24 Resultado financeiro

	Nota	2019	2018
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		1.985	1.533
Energia vendida		688	1.273
Depósitos judiciais	9	(85)	987
Juros e multa sobre tributos	5	3.006	368
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(341)	(252)
Outras receitas financeiras		130	88
		5.383	**3.997**
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Debêntures	17.2	(1.327)	(5.237)
Juros e multa sobre tributos	5	(11)	(3)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1	(311)	(1.625)
Benefícios pós-emprego	18.1.1.2 e 18.2.2	(1.211)	(1.601)
Arrendamentos e aluguéis	12.1	(327)	
Outros juros e variações monetárias		(5)	
Outras despesas financeiras		(389)	(291)
		(3.581)	**(8.757)**
Total		**1.802**	**(4.760)**

25 Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.
As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2019	2018
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		118.033	146.988
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		**(40.131)**	**(49.976)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(5)	(17)
Juros sobre o capital próprio		3.597	3.116
Outras		(142)	(78)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	25.2	8.633	(14)
Incentivos fiscais			
SUDENE	25.1	21.061	27.302
Outras		140	142
Despesa de IRPJ e CSLL		**(6.847)**	**(19.525)**
Alíquota efetiva		**5,80%**	**13,28%**

25.1 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE
Em 22 de dezembro de 2009, a Energest obteve junto à SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/09, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2009.
Em razão dos investimentos de repotenciação e modernização ocorridos na UHE Mascarenhas a partir de 2008, foi concedido pela SUDENE a renovação do incentivo fiscal para os anos calendários de 2015 a 2024.
Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício e registrada, a partir da conta de Lucros Acumulados, em Reserva de Incentivos Fiscais, de acordo com o CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais e Lei nº 11.638/07. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.
25.2 Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores
Do montante de R$8.633 os principais ajustes são: (i) R$7.069 decorrente do recálculo do benefício da SUDENE; e (ii) R$1.129 decorrente de benefício fiscal proveniente de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, referente ao exercícios de 2017 e 2018.

26 Resultado por ação
O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	111.186	127.463
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	48.205	45.348
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	**2,30652**	**2,81077**

27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.
27.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.
27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros
Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo 31/12/2019	Valor justo 31/12/2018	Valor contábil 31/12/2019	Valor contábil 31/12/2018
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras		Nível 2	33.372	18.079	33.372	18.079
			33.372	**18.079**	**33.372**	**18.079**
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	1.021	986	1.021	986
Concessionárias	4	Nível 2	37.006	25.507	37.006	25.507
Cauções	9	Nível 2	125	125	125	125
Outros créditos - Partes relacionadas	12	Nível 2	19.125	30.421	19.125	30.421
			57.277	**57.039**	**57.277**	**57.039**
			90.649	**75.118**	**90.649**	**75.118**
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	15	Nível 2	18.979	8.031	18.979	8.031
Debêntures	17	Nível 2		32.971		32.833
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	12	Nível 2	2.443	1.344	2.443	1.344
Arrendamentos e aluguéis	18.1	Nível 2	746		746	
			22.168	**42.346**	**22.168**	**42.208**

27.1.1.1 Ativos financeiros
Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:
• **Custo amortizado**
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**
Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.
27.1.1.2 Passivos financeiros
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.
Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.
A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.
27.1.2 Valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.
As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.
27.1.2.1 Mensuração a valor justo
A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:
(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.
Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.
27.2 Gestão de riscos
A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.
Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.
A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commision* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.
O Comitê de Risco é composto por 3 "*Risk Officers*" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.
A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linha de defesa, foram segregadas as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.
27.2.1 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.
27.2.1.1 Análise de sensibilidade
A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.
No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Saldo de exposição	*Aging* cenário provável Até 1 ano	2 a 5 anos	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	33.372	270		270	67	133	(67)	(134)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	125	6	9	15	4	8	(4)	(8)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**33.497**	**276**	**9**	**285**	**71**	**141**	**(71)**	**(142)**

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou intervalos entre 4,1% e 6,4% a.a..

27.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2019					31/12/2018
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	15.868	2.609	502		18.979	8.031
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			594	1.849	2.443	1.344
Debêntures					-	32.833
Arrendamentos e aluguéis	59	117	526	44	746	-
	15.927	**2.726**	**1.622**	**1.893**	**22.168**	**42.208**

27.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 94% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota 10).

27.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contrato de energia no ACR.

• Caixa e Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, ARSP-ES etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

27.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

28.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2019					
				Efeito não caixa			
	Nota	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2019
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento							
Dividendos	16	7.788	(47.073)			60.104	20.819
Debêntures	17	32.833	(34.160)			1.327	-
Arrendamentos e aluguéis	21.1	-	(1.068)	162	165	1.487	746
		40.621	**(82.301)**	**162**	**165**	**62.918**	**21.565**

	2018			
			Efeito não caixa	
	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2018
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento				
Dividendos	3.504	(82.352)	86.636	7.788
Debêntures	91.263	(63.667)	5.237	32.833
Acionistas não controladores				
Capital social	39.636		8.569	48.205
	134.403	**(146.019)**	**100.442**	**88.826**

28.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2019	2018
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	20.819	7.788
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão	347	
Aumento de capital com integralização de reservas		8.569
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	1.487	
Total	**22.653**	**16.357**

29 Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					-	74
Obrigações de compra						
Compra de Energia	10.480	7.259			17.739	32.093
Materiais e serviços	9.853	6.665	879	4	17.401	22.565
Prêmio de risco - GSF			900	2.671	3.571	3.072
Juros Vincendos de Debêntures					-	2.369
	20.333	**13.924**	**1.779**	**2.675**	**38.711**	**60.173**

(*) Os compromissos contratuais referidos no quadro acima compreendem os contratos de arrendamentos e aluguéis que não foram contemplados no escopo do CPC 06 (R2) e, portanto, não encontram-se registrados nestas demonstrações financeiras.

Do montante de R$60.173 em 31 de dezembro de 2018, R$3 referiam-se a valores de arrendamento devido a Companhia ter adotado a abordagem prospectiva.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					-	76
Obrigações de compra						
Compra de Energia	10.163	7.601			17.764	33.303
Materiais e serviços	9.853	5.172	740	4	15.769	22.997
Prêmio de risco - GSF			1.224	4.184	5.408	5.408
Juros Vincendos de Debêntures					-	2.356
	20.016	**12.773**	**1.964**	**4.188**	**38.941**	**64.140**

(*) Do montante de R$64.140 em 31 de dezembro de 2018, R$66 referiam-se a valores de arrendamento devido a Companhia ter adotado a abordagem prospectiva.

29.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Seguro de vida	Aval de acionista	9.622	9.865
		9.622	**9.865**

Os valores em garantia de Fornecedores (Nota 15) e Provisões (Nota 20), estão demonstrados em suas respectivas notas.

30 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Usinas	241.692	200.000	241.692	120.000
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	863	863	863	863
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	9.621	(*)	9.865	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial das usinas onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$17.190;

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$193.210; e

(iv) Responsabilidade Civil de Riscos Cibernéticos, com cobertura de até R$4.110.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro
Conselheira

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energest S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energest S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

EDP Comercialização e Serviços de Energia Ltda.

CNPJ/MF nº 04.149.295/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	55.052	26.633	57.603
Consumidores e concessionárias	5	560.904	340.117	560.904
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6		4.321	
Outros tributos compensáveis	6	6.247	84.639	6.524
Cauções e depósitos vinculados	11	1.355		1.355
Adiantamentos a fornecedores	8	1.295	12.664	1.295
Outros créditos	10	309	445	550
Total do Ativo Circulante		**625.162**	**468.819**	**628.231**
Não circulante				
Consumidores e concessionárias	5		452	
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	38.666		38.666
Outros tributos compensáveis	6	40.177		40.177
Tributos diferidos	7	642	487	5.570
Empréstimos a receber				70
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.4	20.146		
Cauções e depósitos vinculados	11	10.715	10.519	10.718
Ativos da concessão	12			42.644
Adiantamentos a fornecedores	8	17.783	17.756	17.783
Outros créditos	10	1.792	1.003	1.792
		129.921	**30.217**	**157.420**
Investimentos	13.2	69.364	420	470
Imobilizado	14	7.314	422	7.316
Intangível	15	7.473	4.442	71.324
		84.151	**5.284**	**79.110**
Total do Ativo Não circulante		**214.072**	**35.501**	**236.530**
TOTAL DO ATIVO		**839.234**	**504.320**	**864.761**

	Nota	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	16	420.153	295.595	429.975
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	4.176		4.176
Outros tributos a recolher	6	6.166	9.016	6.211
Dividendos	17	8.650	3.171	8.650
Empréstimos e financiamentos	18	153.823		153.823
Provisões	19			2.044
Adiantamentos de clientes	8	10.611	12.664	10.611
Outras contas a pagar	10	3.169	2.440	3.369
Total do Passivo Circulante		**606.748**	**322.886**	**618.859**
Não circulante				
Tributos diferidos	7	143	136	4.101
Provisões	19	913		10.238
Adiantamentos de clientes	8	8.459	17.756	8.459
Outras contas a pagar	10	2.181	1.114	2.314
Total do Passivo Não circulante		**11.696**	**19.006**	**25.112**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	20.1	32.606	26.217	32.606
Reservas de lucros	20.3	188.184	136.211	188.184
Total do Patrimônio líquido		**220.790**	**162.428**	**220.790**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**839.234**	**504.320**	**864.761**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019
Receitas	21	3.890.091	3.997.735	3.913.509
Custo do serviço de energia elétrica	23			
Custo com energia elétrica		(3.774.359)	(3.810.350)	(3.774.359)
Custo de construção da infraestrutura de concessão				(33.734)
Custo de operação		(5.401)	(5.023)	(5.401)
Custo do serviço prestado a terceiros		(586)	(673)	(586)
		(3.780.346)	**(3.816.046)**	**(3.814.080)**
Lucro bruto		**109.745**	**181.689**	**99.429**
Despesas e Receitas operacionais	23			
Despesas com vendas		275	641	275
Despesas gerais e administrativas		(13.077)	(11.496)	(13.312)
Outras despesas e receitas operacionais		(581)	(127)	(581)
		(13.383)	**(10.982)**	**(13.618)**
Resultado das participações societárias		(6.737)		
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		**89.625**	**170.707**	**85.811**
Resultado financeiro	24			
Receitas financeiras		9.127	10.210	9.323
Despesas financeiras		(6.164)	(1.825)	(6.617)
		2.963	**8.385**	**2.706**
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		**92.588**	**179.092**	**88.517**
Tributos sobre o lucro	25			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(30.594)	(58.480)	(30.594)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		155	(1.155)	4.226
		(30.439)	**(59.635)**	**(26.368)**
Resultado líquido do exercício		**62.149**	**119.457**	**62.149**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**26.217**	**79.431**	**-**	**105.648**
Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018			(520)	(520)
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**26.217**	**79.431**	**(520)**	**105.128**
Absorção de adoção inicial - CPC 48		(520)	520	-
Reversão de dividendos		15.373		15.373
Dividendo adicional aprovado - RQ de 25/04/2018		(73.800)		(73.800)
Lucro líquido do exercício			119.457	119.457
Destinação do lucro				
Reserva de retenção de lucros		115.727	(115.727)	-
Dividendos intermediários (JSCP)			(3.730)	(3.730)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**26.217**	**136.211**	**-**	**162.428**

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**26.217**	**136.211**	**-**	**162.428**
Aumento de capital - ACS de 30/10/2019	6.389			6.389
Lucro líquido do exercício			62.149	62.149
Destinação do lucro				
Dividendos intermediários (JSCP)			(10.176)	(10.176)
Lucros retidos a deliberar		51.973	(51.973)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**32.606**	**188.184**	**-**	**220.790**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019
Resultado líquido do exercício	62.149	119.457	62.149
Resultado abrangente do exercício	**62.149**	**119.457**	**62.149**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		92.588	179.092	88.517
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Tributos diferidos		7	(131)	5.902
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		(275)	(641)	(275)
Remuneração dos Ativos da concessão				16.755
Margem na construção				(8.712)
Depreciações e amortizações		1.323	701	1.323
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		47		
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		3.823		3.823
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		127		127
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis,fiscais e trabalhistas		2.168	127	2.168
Ajuste a valor presente			100	
Resultado de participações societárias		6.737		
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(196)	(2.922)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(4.345)	(87)	(4.345)
Outros				(149)
		102.004	**176.239**	**105.134**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Consumidores e concessionárias		(220.060)	34.361	(220.060)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(4.025)	48.507	(7.507)
Outros tributos compensáveis		38.216	(30.156)	38.207
Cauções e depósitos vinculados		(1.355)	942	(1.336)
Adiantamentos a fornecedores		11.396	(30.420)	11.396
Outros ativos operacionais		(707)	667	1.509
		(176.535)	**23.901**	**(177.791)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores		124.558	(58.395)	126.953
Imposto de renda e contribuição social a recolher		(27.944)	(59.507)	(27.944)
Outros tributos a recolher		(2.850)	(300)	(2.808)
Provisões		767	(127)	628
Adiantamentos de clientes		(11.350)	30.420	(11.350)
Outros passivos operacionais		(2.497)	(75)	(2.625)
		80.684	**(87.984)**	**82.854**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**6.153**	**112.156**	**10.197**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(25.976)	(50.983)	(25.976)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais		**(19.823)**	**61.173**	**(15.779)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimento		(74.681)	(20)	(74.681)
Adiantamento para futuro aumento de capital		(20.146)		
Adições aos Ativos da concessão				(21.707)
Adições ao Imobilizado e Intangível		(3.159)	(2.831)	(3.159)
Caixa e equivalentes de caixa - Investimentos alienados				68
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(97.986)**	**(2.851)**	**(99.479)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(3.171)	(83.299)	(3.171)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		150.000		150.000
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(601)		(601)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	27.1	**146.228**	**(83.299)**	**146.228**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**28.419**	**(24.977)**	**30.970**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		55.052	26.633	57.603
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		26.633	51.610	26.633
		28.419	**(24.977)**	**30.970**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019
Geração do valor adicionado	**4.385.275**	**4.503.714**	**4.411.105**
Receita operacional	4.381.340	4.500.242	4.381.340
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	275	641	275
Receita relativa à construção de ativos próprios	3.599	2.831	3.599
Receita de Construção			25.161
Atualização dos Ativos da concessão			669
Outras receitas	61		61
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(4.168.679)**	**(4.203.494)**	**(4.202.549)**
Custos da energia comprada	(4.140.213)	(4.178.166)	(4.140.213)
Encargos de uso da rede elétrica	(16.851)	(16.193)	(16.851)
Materiais	(187)	(342)	(187)
Serviços de terceiros	(8.471)	(7.728)	(9.032)
Custo com construção da infraestrutura			(33.733)
Outros custos operacionais	(2.957)	(1.065)	(2.533)
Valor adicionado bruto	**216.596**	**300.220**	**208.556**
Retenções			
Depreciações e amortizações	(1.328)	(701)	(1.328)
Valor adicionado líquido produzido	**215.268**	**299.519**	**207.228**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	9.696	10.948	9.896
Resultado da equivalência patrimonial	(6.737)		
Valor adicionado total a distribuir	**218.227**	**310.467**	**217.124**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	8.507	6.650	8.612
Benefícios	1.402	1.654	1.404
FGTS	975	318	979
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	42.820	79.798	41.143
Estaduais	96.086	100.070	96.086
Municipais	14	40	15
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	6.164	1.825	6.617
Aluguéis	110	655	119
Remuneração de capital próprio			
Juros sobre capital próprio	10.176	3.730	10.176
	166.254	**194.740**	**165.151**
Lucros retidos	51.973	115.727	51.973
	218.227	**310.467**	**217.124**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (Empresa, EDP Comercializadora ou Controladora), sociedade empresária limitada, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação; (ii) prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior; e (iii) participar em outras Empresas como sócia.

A Empresa detém, em 31 de dezembro de 2019, 100% das ações da EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (Controlada ou EDP Transmissão Litoral Sul), concessionária de serviço público de energia elétrica, anteriormente denominada Litoral Sul Transmissora de Energia Ltda., foi constituída em 17 de junho de 2016 com sua sede localizada em São Paulo no estado de São Paulo. A Controlada tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada (Nota 3.1).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Empresas por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Empresas abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Empresa e da controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que ambas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Empresa e de sua controlada não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre suas capacidades de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Empresa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Empresa e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 26.1.1.

2.3.1 Mensuração dos contratos de comercialização de energia

Os contratos celebrados pela Empresa visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.

Adicionalmente, a Empresa avaliou seus contratos, sob a ótica do CPC 48, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia) que podem ser liquidados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro não identificando impactos relevantes a serem registrados ou divulgados

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Empresa e de sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Ativos da Concessão (Nota 12); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.7); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 26.1.2); e Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 19.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Empresa e sua controlada (Nota 13).

A Empresa controla a EDP Transmissão Litoral Sul e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Empresa e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As datas das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Empresa; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Empresa e de sua controlada revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida a mesma no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Empresa e de sua controlada concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.8 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Empresa e sua controlada. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

continua...

Número/ Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Nota 2.8.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Retrospectiva com efeito cumulativo
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 2.8.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (Nota 2.8.3)	Revisão Diversos CPCs		01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework*) (Nota 2.8.4)	*Conceptual Framework*	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios

(*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

2.8.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor (Nota 25.4). Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Empresa e sua controlada possuem em aberto. Nos casos em que a Empresa ou sua controlada são arrendatárias, as mesmas reconheceram: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Empresa e sua controlada deixaram de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Empresa e sua controlada aplicaram o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Empresa e sua controlada não adotaram o expediente prático que as isentariam de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

A empresa e sua controlada não identificaram impactos significativos na adoção deste pronunciamento. Os montantes registrados encontram-se demonstrados na nota 14.

2.8.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Empresa e de sua controlada concluem que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Empresa e de sua controlada entendem que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.8.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPCs em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Empresa e sua controlada não identificaram impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

2.8.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (*Conceptual Framework*), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos; (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade; (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela; e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para àqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS *Interpretations Committee*), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Empresa e de sua controlada avaliaram a nova estrutura conceitual e não esperam que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

3 Evento significativo no exercício

3.1 Aquisição de Linhas de Transmissão em Santa Catarina/Rio Grande do Sul

Em 28 de maio de 2019 a EDP - Energias do Brasil divulgou Comunicado ao Mercado informando da celebração, em 27 de maio de 2019, a assinatura do contrato de compra e venda da CEE *Power* e Brafer para aquisição de 100% das quotas da Litoral Sul Transmissora de Energia Ltda. ("LSTE") com a EDP Comercializadora. Por meio do Despacho nº 2.062/19, a ANEEL anuiu previamente a transferência de controle societário da LSTE à EDP Comercializadora, mediante a entrega dos documentos comprobatórios da formalização da operação. Em 09 de agosto de 2019, após a entrega dos respectivos documentos, a EDP Comercializadora passou a ser detentora de totalidade das quotas representativas do capital social da LSTE.

A LSTE arrematou o lote Q na 1ª etapa de leilão de transmissão 13/2015, ocorrido em abril de 2016, com 0% de deságio sobre a RAP máxima. O lote é composto por 2 subestações e 142 km de extensão de linha. O projeto está dividido em 2 trechos, sendo um em Santa Catarina, que já possui licença de instalação, representando 42% da RAP, e o outro entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, representando os 58% remanescentes, ambos com previsão de RAP parcial na entrada da operação.

O investimento total estimado é de R$406.497, considerando o valor de aquisição e o Capex total nominal, bem como benefícios fiscais REIDI e Pró-Emprego. A alavancagem foi estimada em 85%. A RAP atualizada por IPCA é de R$45,8 milhões. Considerando as premissas mencionadas, a rentabilidade real alavancada do investimento é superior a 12%.

O preço de aquisição foi de R$75.631, atualizados monetariamente, sendo que R$74.631 foram pagos em 09 de agosto de 2019 e R$1.000 refere-se à *Holdback* Regulatório da controlada relacionado à riscos de multas decorrente de atraso na escrituração de obrigações regulatórias à título de garantia.

Em Assembleia Geral ocorrida em 16 de agosto de 2019, foi aprovada: (i) transformação do tipo societário da sociedade, passando de "sociedade limitada" para "sociedade por ações de capital fechado"; e (ii) alteração da denominação social de Litoral Sul Transmissora de Energia Ltda. para EDP Transmissão Litoral Sul S.A..

3.2 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2019, a Empresa obteve o seguinte recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Cédula de Câmbio	jul/19	jul/20	150.000	CDI + 0,44% a.a.	Implantação do projeto de transmissão Lote Q
			150.000		

3.3 EDP Transmissão Litoral Sul (Lote Q) - Licença Prévia e de Instalação

A controlada recebeu do IBAMA, em 24 de maio de 2019, a Licença de Instalação do trecho LT 230 kV SE Torres 2 - SE Forquilhinha. O empreendimento foi segmentado em quatro trechos para o processo de licenciamento ambiental.

Em 31 de julho de 2019, foi emitida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - FEPAM a Licença Prévia nº 004389-0567/17-8 do trecho final da Linha de Transmissão SC/RS para a controlada.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Bancos conta movimento	50.615	1.892	50.621
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.437	24.741	6.982
	4.437	**24.741**	**6.982**
Total	**55.052**	**26.633**	**57.603**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Empresa estão remunerados à taxa de 100% do CDI e, da controlada, a 90% do CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Empresa e de sua controlada a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

5 Consumidores e Concessionárias

Os saldos de Consumidores e concessionárias são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa.

Parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais, sendo as condições de pagamento livremente negociadas entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

	Controladora e Consolidado								
	Circulante								Não circulante
	Valores Correntes					Valores Renegociados			
	A vencer	Vencidas				Renegociada a Vencer			
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Mais de 360 dias	PECLD (Nota 5.2)	Até 60 dias	Saldo líquido em 31/12/2019	Saldo líquido em 31/12/2018	Saldo líquido em 31/12/2018
Consumidores									
Clientes livres	104.238	85		3.074	(3.074)	330	104.653	100.285	529
(-) Ajuste a valor presente						(28)	(28)	(23)	(77)
Outros créditos	97			238	(238)		97	-	-
	104.335	**85**	**-**	**3.312**	**(3.312)**	**302**	**104.722**	**100.262**	**452**
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica (Nota 5.1)	376.182		375		(583)		375.974	211.153	-
Energia de curto prazo	80.208						80.208	28.702	-
	456.390	**-**	**375**	**-**	**(583)**	**-**	**456.182**	**239.855**	**-**
Total	**560.725**	**85**	**375**	**3.312**	**(3.895)**	**302**	**560.904**	**340.117**	**452**

5.1 Suprimento de Energia Elétrica

O aumento de R$164.821 é decorrente do aumento de preço no mercado de curto prazo, provocando um aumento na demanda de clientes por operações de repactuação e operações de venda de lastro.

5.2 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Empresa avaliou seus históricos de recebimentos relacionados aos Consumidores e Concessionárias de 3 exercícios e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados, em sua grande maioria, por contratos de garantias financeiras na formalização de contratos bilaterais. Para os contratos sem garantia financeira a Empresa, com base nos estudos realizados, determinou o percentual de perdas esperadas de 1,17% quando do reconhecimento inicial dos recebíveis. Este percentual de perdas será revisado anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Em relação aos montantes a receber de energia de curto prazo, os mesmos são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, a Empresa não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

Segue abaixo a movimentação do exercício:

	Controladora e Consolidado		
	Saldo em 31/12/2018	PECLD esperada ao longo da vida	Saldo em 31/12/2019
Consumidores			
Clientes livres	(2.901)	(173)	(3.074)
Outros	-	(238)	(238)
	(2.901)	**(411)**	**(3.312)**
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica	(1.093)	510	(583)
Total Circulante	**(3.994)**	**99**	**(3.895)**

A exposição da Empresa a riscos de crédito está divulgada na nota 26.2.3.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2018	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Valor líquido em 31/12/2019
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição a compensar	4.321		4.345	25.359	(1.618)	6.259	38.666
Total	**4.321**	**-**	**4.345**	**25.359**	**(1.618)**	**6.259**	**38.666**
Circulante	4.321						-
Não Circulante	-						38.666
Outros tributos compensáveis							
ICMS	-	707					707
PIS e COFINS	46.428	385.341				(393.399)	38.370
IRRF sobre aplicações financeiras	1.636	601				(1.692)	545
IR/CS retidos sobre faturamento	28.163	579				(28.161)	581
Outros	8.412	16				(2.207)	6.221
Total	**84.639**	**387.244**	**-**	**-**	**-**	**(425.459)**	**46.424**
Circulante	84.639						6.247
Não circulante	-						40.177
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	30.594		(617)		(25.801)	4.176
Total Circulante	**-**	**30.594**	**-**	**(617)**	**-**	**(25.801)**	**4.176**
Outros tributos a recolher							
ICMS	7.533	103.273	15	(106.475)			4.346
PIS e COFINS	641	395.615		(1.786)	(1.059)	(393.399)	12
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	95	1.314		(1.363)			46
IRRF sobre juros s/ capital próprio	559	1.526			(559)		1.526
Encargos com pessoal	148	311		(223)			236
Outros	40			(40)			-
Total do Circulante	**9.016**	**502.039**	**15**	**(109.887)**	**(1.618)**	**(393.399)**	**6.166**

	Consolidado							
	Valor líquido em 31/12/2018	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Aquisição de empresas	Valor líquido em 31/12/2019
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.321		4.345	25.359	(1.618)	6.259		38.666
Total	**4.321**	**-**	**4.345**	**25.359**	**(1.618)**	**6.259**	**-**	**38.666**
Circulante	4.321							-
Não Circulante	-							38.666
Outros tributos compensáveis								
ICMS	-	707						707
PIS e COFINS	46.428	385.341				(393.399)	1	38.371
IRRF sobre aplicações financeiras	1.636	609				(1.692)	268	821
IR/CS retidos sobre faturamento	28.163	579				(28.161)		581
Outros	8.412	16				(2.207)		6.221
Total	**84.639**	**387.252**	**-**	**-**	**-**	**(425.459)**	**269**	**46.701**
Circulante	84.639							6.524
Não circulante	-							40.177
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	30.594		(617)		(25.801)		4.176
Total Circulante	**-**	**30.594**	**-**	**(617)**	**-**	**(25.801)**	**-**	**4.176**
Outros tributos a recolher								
ICMS	7.533	103.273	15	(106.475)				4.346
PIS e COFINS	641	395.618		(1.788)	(1.059)	(393.399)		13
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	95	1.390		(1.393)			2	94
IRRF sobre juros s/ capital próprio	559	1.526			(559)			1.526
Encargos com pessoal	148	332		(248)				232
Outros	40			(40)				-
Total do Circulante	**9.016**	**502.139**	**15**	**(109.944)**	**(1.618)**	**(393.399)**	**2**	**6.211**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Empresa e sua controlada apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Empresa ou sua controlada pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7 Tributos diferidos

	Controladora				Consolidado	
	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Ativo Não circulante	Passivo Não circulante
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019
PIS e COFINS			143	136		4.101
Imposto de renda e contribuição social	642	487			5.570	
Total	**642**	**487**	**143**	**136**	**5.570**	**4.101**

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

	Controladora						
	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio líquido
Natureza dos créditos	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	31/12/2018
Diferenças Temporárias							
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	1.324	1.418			(94)	(241)	267
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	260				260		
Consumidores - ajuste a valor presente	9	34			(25)	34	
Outras	126	46	1.077	1.011	14	(948)	
Total bruto	**1.719**	**1.498**	**1.077**	**1.011**	**155**	**(1.155)**	**267**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(1.077)	(1.011)	(1.077)	(1.011)			
Total	**642**	**487**	**-**	**-**			

	Consolidado		
	Ativo Não circulante	Passivo Não circulante	Resultado
Natureza dos créditos	31/12/2019	31/12/2019	2019
Prejuízos Fiscais	1.068		
Base negativa da contribuição social	384		
	1.452	**-**	**-**
Diferenças Temporárias			
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	1.324		(94)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	260		260
Consumidores - ajuste a valor presente	9		(25)
Gastos Pré-operacionais	1.337		1.337
Atualização dos ativos da concessão	1.465		1.465
PIS e COFINS sobre ativos da concessão	877		877
Outras	126	1.280	406
Total Diferenças Temporárias	**5.398**	**1.280**	**4.226**
Total bruto	**6.850**	**1.280**	**4.226**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(1.280)	(1.280)	
Total	**5.570**	**-**	

7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Empresa e da controlada elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração na controlada e pela Diretoria na Empresa. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Administração estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Controladora					
2020	2021	2022	2023	2024	Total Não circulante
756	756	82	63	62	1.719

Consolidado						
2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	Total Não circulante
1.224	1.492	2.270	799	798	267	6.850

8 Adiantamentos a fornecedores e de clientes

	Controladora				Consolidado	
	Circulante		Não circulante		Circulante	Não circulante
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019
Ativo: Adiantamento a fornecedores - Energisa Comercializadora	1.295	12.664	17.783	17.756	1.295	17.783
Passivo: Adiantamento de clientes - Energest	10.611	12.664	8.459	17.756	10.611	8.459

O Adiantamento a fornecedores é decorrente de contrato de compra de energia no ACL junto à Energisa Comercializadora, firmado em novembro de 2018, cujo fornecimento ocorrerá entre janeiro de 2019 a dezembro de 2021.

O Adiantamento de clientes é decorrente de contrato de venda de energia no ACL junto à Energest, firmado em novembro de 2018, cujo fornecimento ocorrerá entre janeiro de 2019 a dezembro de 2021.

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 17), de Adiantamento de clientes junto à Energest (empresa sob controle comum) (Nota 8) e Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 9.4), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Empresa com sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

			Controladora e Consolidado									
			Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)	
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	
	Relacionamento	Duração	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Consumidores e concessionárias (Nota 5)												
Venda de Energia Elétrica												
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	01/07/2018 a 31/12/2019	3.437	2.735							20.402	16.229
CEJA	Controle comum	01/07/2019 a 31/12/2019	4.583								4.583	
ECE Participações	Controle comum	01/01/2018 a 31/12/2018		3.646								21.639
ECE Participações	Controle comum	01/07/2019 a 31/12/2019									22.620	
EDP Espírito Santo	Controle comum	01/05/2014 a 31/12/2019	22	23							231	238
EDP PCH	Controle comum (*)	01/01/2017 a 31/12/2018										13.183
EDP Varejista	Controle comum	01/07/2019 a 31/12/2022	1.358								2.866	
Energest	Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2022	7.999	2.121							268.285	31.709
Enerpeixe	Controle comum	01/07/2018 a 31/12/2018		5.143								30.521
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2019 a 28/02/2019									12.911	
Enerpeixe	Controle comum	01/10/2019 a 31/10/2019									63.157	
Lajeado	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2019	8.855	9.091							104.269	130.936
Lajeado	Controle comum	01/01/2019 a 31/10/2019									165.278	
Porto do Pecém	Controle comum	01/01/2018 a 31/12/2018		7.720								263.567
Porto do Pecém	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2019	144.325								759.376	
Santa Fé	Controle comum (*)	01/01/2018 a 31/12/2018										1.328
São Manoel	Controle comum	01/07/2018 a 31/12/2018		1.823								10.819
Contrato de prestação de serviços												
São Manoel	Controle comum	28/10/2019 a 27/10/2024	87								87	
			170.666	**32.302**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.424.065**	**520.169**
Fornecedores (Nota 16)												
Suprimento de energia elétrica												
Costa Rica	Controle comum (*)	01/01/2016 a 31/12/2018						1.440				
EDP Espírito Santo	Controle comum	01/02/2019 a 31/12/2019					519				(5.588)	
EDP PCH	Controle comum (*)	01/04/2016 a 31/12/2022										(814)
EDP PCH	Controle comum (*)	01/01/2018 a 31/12/2018										(52.048)
EDP São Paulo	Controle comum	01/02/2019 a 31/12/2019					11.001				(44.938)	
Energest	Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2022					12.143	16.598			(318.273)	(133.519)
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2016 a 31/12/2018						6.644				(71.114)
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2016 a 31/12/2019					21.536	22.933			(235.538)	(247.748)
Enerpeixe	Controle Comum	01/01/2019 a 31/12/2019									(77.496)	
Enerpeixe	Controle Comum	01/01/2019 a 31/12/2022					5.194				(58.258)	
Investco	Controle comum	01/12/2019 a 31/12/2019									(204)	
Lajeado	Controle comum	12/12/2001 a 31/12/2022					17.395	19.408			(189.033)	(184.101)
Lajeado	Controle comum	01/11/2018 a 30/11/2018										(11.582)
Lajeado	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2019					8.934				(276.196)	
Porto do Pecém	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2019					99.242				(351.866)	
São Manoel	Controle comum	01/01/2018 a 30/04/2018										(25.882)
São Manoel	Controle comum	01/05/2018 a 31/12/2038					3.464	2.534			(36.359)	(23.561)
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada	24/01/2018 a Indeterminado						306				(4.469)
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada	24/01/2018 a Indeterminado						306				(4.657)
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada	24/01/2018 a Indeterminado						306				(4.469)
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada	24/01/2018 a Indeterminado						306				(4.324)
Central Eólica Jaú	Parte Relacionada	24/01/2018 a Indeterminado						282				(2.223)
Central Eólica Aventura	Parte Relacionada	24/01/2018 a Indeterminado						120				(954)
			-	**-**	**-**	**-**	**179.428**	**71.183**	**-**	**-**	**(1.593.749)**	**(771.465)**
Uso do sistema de transmissão												
EDP PCH	Controle comum (*)	01/01/2018 a 31/12/2018										161
Lajeado	Controle comum	01/01/2003 a 16/12/2032					1.443	1.809			(16.851)	(16.193)
			-	**-**	**-**	**-**	**1.443**	**1.809**	**-**	**-**	**(16.851)**	**(16.032)**
			-	**-**	**-**	**-**	**180.871**	**72.992**	**-**	**-**	**(1.610.600)**	**(787.497)**
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 10)												
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2019			276	70			555		(1.610)	(4.219)
EDP Espírito Santo	Controle comum	01/08/2018 a 31/12/2021							8		(10)	
EDP São Paulo	Controle comum	01/08/2018 a 31/12/2021							26		(226)	
EDP Varejista	Controle Comum	01/01/2019 a 31/12/2019			14						14	
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2015 a 31/12/2021							27	46	(518)	(561)
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 9.3.1)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora	15/06/2016 a 18/06/2023							296	154	(143)	(70)
Prestação de serviços (c)												
Porto do Pecém	Controle Comum	01/07/2017 a 31/12/2021									18	
Porto do Pecém	Controle Comum	01/10/2019 a 21/01/2020			17						17	
EDP Transmissão	Controle Comum	01/10/2019 a 31/12/2022			102						102	
CEJA	Controle comum	01/10/2019 a 31/12/2022			124						124	
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	01/10/2019 a 31/12/2022			123						123	
EDP Transmissão MA II	Controle Comum	01/10/2019 a 31/12/2022			30						30	
Investco	Controle Comum	01/12/2019 a 30/11/2024			69						69	
Enerpeixe	Controle Comum	21/11/2019 a 20/11/2024			56						56	
Elebrás	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/12/2019	41								41	
Cenaeel	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/12/2019	8								8	
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/12/2019	18								18	
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/12/2019	18								18	
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/12/2019	18								18	
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/12/2019	18								18	
Central Eólica Jaú	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/12/2019	49								49	
Central Eólica Aventura	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/12/2019	14								14	
Babilônia I	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/12/2019	15								15	
Babilônia II	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/12/2019	15								15	
Babilônia III	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/12/2019	15								15	
Babilônia IV	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/12/2019	15								15	
Babilônia V	Parte Relacionada	01/01/2019 a 31/12/2019	15								15	
Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice* (d)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2019			980	918				913	(1.366)	(942)
Contrato de reembolso de prêmio de seguro												
EDP - Energias do Brasil	Controladora	31/03/2019									14	
			259	**-**	**1.791**	**988**	**-**	**-**	**912**	**1.113**	**(3.047)**	**(5.792)**
			170.925	**32.302**	**1.791**	**988**	**180.871**	**72.992**	**912**	**1.113**	**(189.582)**	**(273.120)**

(*) A Santa Fé e a EDP PCH foram alienadas em 21 de dezembro de 2018 e consequentemente, a partir desta data, não fazem mais parte do Grupo EDP - Energias do Brasil.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

O novo contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Empresa possui instalada sua matriz.

O contrato tem vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 e não necessita de ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, válida à época da celebração do contrato, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Foi firmado contrato de compartilhamento de infraestrutura com vigência de 36 meses a partir de 1º de janeiro de 2019 para as Companhias EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas, EDP Comercializadora, EDP GRID, EDP Soluções, Lajeado, Porto do Pecém, Investco e EDP Varejista considerando os mesmos critérios adotados anteriormente.

(c) Contrato de prestação de serviços: Estes contratos podem requerer adiantamentos a serem abatidos dos pagamentos quando da realização dos serviços.

Porto do Pecém

O contrato tem como objetivo a prestação de serviços na gestão de contratos de energia, processos de contratação de energia, suporte técnico nas análises da compra de energia, na necessidade de compras futuras e orientação do processo de compra, definições de estratégias, elaboração de edital, análise técnica e financeira das propostas e no acompanhamento de todas as obrigações junto a CCEE.

Investco e Enerpeixe

Os contratos tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela Empresa. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contratos possuem vigência de 60 meses, entre 21 de novembro e 1º de dezembro de 2019 com término entre 20 de novembro e 30 de novembro de 2024.

CEJA, Cachoeira Caldeirão, EDP Transmissão e EDP Transmissão MA II

Os contratos tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Comercializadora, sendo que um aditivo foi firmado em 1º de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Comercializadora para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações.

(d) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc..

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *backoffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Empresa.

9.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Empresa é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9.2 Compromissos contratuais

A Empresa possui um contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL junto a Lajeado Energia (controlada da EDP - Energias do Brasil) no montante de 17,0 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2021 e término em 31 de dezembro de 2021.

9.3 Remuneração dos administradores

9.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Em maio de 2016, julho de 2017, junho de 2018 e junho de 2019, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu, respectivamente, o primeiro, o segundo e o terceiro planos de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se diretores estatutários da Empresa, sendo estimado no resultado de 2018 da mesma o montante de R$143 (R$70 em 2018) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga. Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro abaixo quando da efetiva outorga das ações da controladora.

A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início de cada plano.

9.3.2 Remuneração anual total da Diretoria Estatutária pagos pela Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora	
	Diretoria Estatutária	
	2019	2018
Remuneração (a)	1.504	1.150
Benefícios de curto prazo (b)	57	48
Benefícios - Previdência privada	28	19
Total	**1.589**	**1.217**

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9.4 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**-**
AFACs realizados no exercício - EDP Transmissão Litoral Sul	20.146
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**20.146**

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Empresa assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

		Controladora				Consolidado	
		Circulante		Não circulante		Circulante	Não circulante
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019
Outros créditos - Ativo							
Adiantamentos		18	16			19	
Serviços prestados a terceiros			74				
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9	259		1.791	988	259	1.791
Outros		32	355	1	15	272	1
Total		**309**	**445**	**1.792**	**1.003**	**550**	**1.792**
Outras contas a pagar - Passivo							
Credores diversos - consumidores e concessionárias		540	667			540	
Folha de pagamento		201	113				
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			912	1.113		912
Arrendamentos e aluguéis		599		247		599	247
Benefícios pós-emprego		15					
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.1	1.808	1.660			1.864	
Outros		6		1.022	1	366	1.155
Total		**3.169**	**2.440**	**2.181**	**1.114**	**3.369**	**2.314**

10.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

11 Cauções e depósitos vinculados

		Controladora e Consolidado			
	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização	Saldo em 31/12/2019
Depósitos judiciais	19.1.2	10.519		196	10.715
Outros cauções		-	1.287	68	1.355
Total		**10.519**	**1.287**	**264**	**12.070**
Circulante		-			1.355
Não circulante		10.519			10.715

12 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da controlada.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A controlada é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a controladora se enquadra no modelo do ativo financeiro. O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47.

Os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A controlada considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 26.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2018	Adições (Notas 21 e 22)	Remu-neração (Nota 21)	Aquisi-ção de empresas	Margem na construção (Nota 21)	Outros (Nota 21)	Valor líquido em 31/12/2019
Ativos da concessão	-	33.734	669	16.953	(11.124)	2.412	42.644
Total Não circulante	**-**	**33.734**	**669**	**16.953**	**(11.124)**	**2.412**	**42.644**

O saldo de R$42.644 em 31 de dezembro de 2019 (R$14.833 em 31 de dezembro de 2018) representa a conclusão de 11% do investimento previsto para o projeto (2% em 31 de dezembro de 2018), acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS).

13 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o investimento na EDP Transmissão Litoral Sul, na qual a Empresa tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Empresa controla outra entidade. A consolidação cessará a partir da data em que a Empresa não mais obtiver o controle da investida.

13.1 Aquisição de ativos - EDP Transmissão Litoral Sul

Em 28 de maio de 2019 a Empresa informou que assinou o Acordo de Compra e Venda de Ações da EDP Transmissão Litoral Sul, com o objetivo de adquirir 100% do seu capital total e votante. A conclusão da aquisição, ocorreu em 9 de agosto de 2019 (Nota 3.1).

A determinação do valor na aquisição de ativos foi feita com base em uma avaliação de avaliador independente contratado pela Empresa. A Administração da Empresa concluiu as análises dos efeitos do valor de aquisição da EDP Transmissão Litoral Sul juntamente com o avaliador até a aprovação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

O valor de aquisição dos ativos e passivos na data de aquisição é apresentado a seguir:

		Valor contábil	Valor de aquisição	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa		68		68
Impostos e contribuições sociais e diferidos		1.714		1.714
Empréstimos a receber		2.285		2.285
Outros Créditos		265		265
Ativos da Concessão		16.814		16.814
Imobilizado		2		2
Intangível			63.851	63.851
		21.148	**63.851**	**84.999**
Passivos				
Fornecedores		9		9
Impostos e contribuições sociais e diferidos		2.138		2.138
Empréstimos e financiamentos		6.759		6.759
Outras Obrigações		462		462
		9.368	**-**	**9.368**
Total do acervo líquido		**11.780**	**63.851**	**75.631**
Aquisição de ativos				
Valor retido	(a)			
Desembolso à vista		(74.631)		
Desembolso à prazo		(1.000)		
Total pago na aquisição		**(75.631)**		
Valor do acervo líquido adquirido		11.780		
Valor a ser alocado		**(63.851)**		
Alocação				
Ativo Intangível a valor justo	(b)	63.851		
Total da Alocação		**63.851**		
Fluxo de caixa da aquisição				
Caixa líquido adquirido com a controlada		68		
Caixa pago		(75.631)		
Fluxo de saída de caixa líquido		**(75.563)**		

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(a) Valor retido
Refere-se à *Holdback* Regulatório da controlada relacionado à riscos de multas decorrente de atraso na escrituração de obrigações regulatórias à título de garantia. O preço de retenção foi de R$1.000, com atualização monetária. O saldo de retenção regulatória que não for retido, total ou parcialmente, com a finalidade de pagamento de indenização regulatória, será devolvido aos vendedores de acordo com as proporções correspondentes: 50% do valor retido em 09 de agosto de 2022 e o restante em 09 de agosto de 2024, desde que não haja nas datas estabelecidas quaisquer reclamações pendentes, registradas ou ameaçadas relacionadas a questões cobertas por indenização regulatória. Os valores de retenção serão atualizados pelo CDI, a partir da data de fechamento até a data de desembolso, total ou parcial, se aplicável.
(b) Ativo Intangível
Referem-se ao valor justo do direito de concessão na aquisição dos ativos da controlada.

13.2 Movimentação dos investimentos no exercício

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2019	% Participação direta 31/12/2019
Investimentos					
Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia - BBCE (*)	420	50		470	
EDP Transmissão Litoral Sul		11.780	(6.737)	5.043	100,00
EDP Transmissão Litoral Sul (Valor Justo do Investimento)		63.851		63.851	
Total	**420**	**75.681**	**(6.737)**	**69.364**	

(*) Refere-se ao montante de 2002 ações da BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia, que atua nos processos de comercialização e *backoffice* dos agentes do Ambiente de Contratação Livre - ACL. O investimento está reconhecido ao custo de aquisição.

13.3 Participação direta do investimento

	EDP Transmissão Litoral Sul 31/12/2019
Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)	
Ordinárias	75.000
% de participação da Companhia	
Capital social integralizado	100,00
Capital votante	100,00
Ativos totais	50.716
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	45.673
Patrimônio líquido	5.043
Receitas	23.418
Resultado líquido do exercício	(6.737)

Em 09 de agosto de 2019 a EDP Transmissão Litoral Sul passou a fazer parte do consolidado da Empresa conforme mencionado na nota 3.1. Assim, as Demonstrações do Resultado, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações dos Fluxos de Caixa possuem a posição a partir desta respectiva data.

13.4 Reconciliação das demonstrações financeiras do Investimento

	EDP Transmissão Litoral Sul 31/12/2019
Patrimônio líquido - Saldo inicial	
Aquisição de investimentos	14.609
Prejuízo do exercício	(9.566)
Patrimônio líquido - Saldo final	**5.043**
Percentual de participação societária - %	100%
Participação nos investimentos	**5.043**
Valor Justo do Investimento	63.851
Outros investimentos	470
Saldo contábil do investimento na Controladora	**69.364**

14 Imobilizado
Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.
O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.
A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

14.1 Composição do imobilizado

	Controladora 31/12/2019				Controladora 31/12/2018				Consolidado 31/12/2019		
	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço												
Sistema de Transmissão e Conexão												
Máquinas e equipamentos				-				-	6,25	2		2
		-	**-**	**-**		**-**	**-**	**-**		**2**	**-**	**2**
Administração												
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	66	(40)	26	3,33	67	(38)	29	3,33	66	(40)	26
Máquinas e equipamentos	6,91	8.700	(2.387)	6.313	15,83	487	(437)	50	6,91	8.700	(2.387)	6.313
Veículos	14,29	183	(182)	1	14,29	183	(178)	5	14,29	183	(182)	1
Móveis e utensílios	7,67	424	(241)	183	6,25	252	(220)	32	7,67	424	(241)	183
		9.373	**(2.850)**	**6.523**		**989**	**(873)**	**116**		**9.373**	**(2.850)**	**6.523**
Total do Imobilizado em serviço		**9.373**	**(2.850)**	**6.523**		**989**	**(873)**	**116**		**9.375**	**(2.850)**	**6.525**
Ativos de direito de uso												
Edificações, obras civis e benfeitorias	48,24	1.064	(428)	636				-	48,24	1.064	(428)	636
Veículos	50,00	235	(119)	116				-	50,00	235	(119)	116
Total Ativos de direito de uso		**1.299**	**(547)**	**752**		**-**	**-**	**-**		**1.299**	**(547)**	**752**
Imobilizado em curso												
Administração		39		39		306		306		39		39
Total do Imobilizado em curso		**39**	**-**	**39**		**306**	**-**	**306**		**39**	**-**	**39**
Total Imobilizado		**10.711**	**(3.397)**	**7.314**		**1.295**	**(873)**	**422**		**10.713**	**(3.397)**	**7.316**

14.1.1 Máquinas e equipamentos
O montante de ingressos em máquinas e equipamentos refere-se às adições para composição do Centro de Operações da Empresa, que passou a gerenciar parte das atividades operacionais do grupo EDP - Energias do Brasil (Nota 9).

14.2 Movimentação do imobilizado

	Controladora									
	Valor líquido em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Reversão	Outros	Valor líquido em 31/12/2019
Imobilizado em serviço										
Edificações, obras civis e benfeitorias	29				(3)					26
Máquinas e equipamentos	50			231	(169)				6.201	6.313
Veículos	5				(4)					1
Móveis e utensílios	32			69	(10)				92	183
Total do Imobilizado em serviço	**116**	**-**	**-**	**300**	**(186)**	**-**	**-**	**-**	**6.293**	**6.523**
Ativos de direito de uso										
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	307	1.046		(428)			(289)		636
Equipamentos de informática	-	56			(17)	(39)				-
Veículos	-	177	58		(119)					116
Total Ativos de direito de uso	**-**	**540**	**1.104**	**-**	**(564)**	**(39)**	**-**	**(289)**	**-**	**752**
Imobilizado em curso										
Edificações, obras civis e benfeitorias	-		23							23
Máquinas e equipamentos	121		16	(231)			110			16
Outros	185		1	(69)		(7)	(110)			-
Total do Imobilizado em curso	**306**	**-**	**40**	**(300)**	**-**	**(7)**	**-**	**-**	**-**	**39**
Total do Imobilizado	**422**	**540**	**1.144**	**-**	**(750)**	**(46)**	**-**	**(289)**	**6.293**	**7.314**

	Consolidado										
	Valor líquido em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Reversão	Outros	Aquisição de empresa	Valor líquido em 31/12/2019
Imobilizado em serviço											
Edificações, obras civis e benfeitorias	29				(3)						26
Máquinas e equipamentos	50			231	(169)				6.201	2	6.315
Veículos	5				(4)						1
Móveis e utensílios	32			69	(10)				92		183
Total do Imobilizado em serviço	**116**	**-**	**-**	**300**	**(186)**	**-**	**-**	**-**	**6.293**	**2**	**6.525**
Ativos de direito de uso											
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	307	1.046		(428)			(289)			636
Equipamentos de informática	-	56			(17)	(39)					-
Veículos	-	177	58		(119)						116
Total Ativos de direito de uso	**-**	**540**	**1.104**	**-**	**(564)**	**(39)**	**-**	**(289)**	**-**	**-**	**752**
Imobilizado em curso											
Edificações, obras civis e benfeitorias	-		23								23
Máquinas e equipamentos	121		16	(231)			110				16
Outros	185		1	(69)		(7)	(110)				-
Total do Imobilizado em curso	**306**	**-**	**40**	**(300)**	**-**	**(7)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**39**
Total do Imobilizado	**422**	**540**	**1.144**	**-**	**(750)**	**(46)**	**-**	**(289)**	**6.293**	**2**	**7.316**

15 Intangível
Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.
A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

15.1 Composição do intangível

	Controladora 31/12/2019			Controladora 31/12/2018			Consolidado 31/12/2019		
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço												
Direito de concessão - Transmissão				-				-		63.851		63.851
		-	**-**	**-**		**-**	**-**	**-**		**63.851**	**-**	**63.851**
Administração												
Software	20,00	6.626	(4.622)	2.004	20,00	5.385	(4.029)	1.356	20,00	6.626	(4.622)	2.004
		6.626	**(4.622)**	**2.004**		**5.385**	**(4.029)**	**1.356**		**6.626**	**(4.622)**	**2.004**
Total do Intangível em Serviço	**6.626**	**(4.622)**	**2.004**		**5.385**	**(4.029)**	**1.356**		**70.477**	**(4.622)**	**65.855**
Intangível em curso												
Software	5.469		5.469		3.086		3.086		5.469		5.469
Total do Intangível em Curso	**5.469**	**-**	**5.469**		**3.086**	**-**	**3.086**		**5.469**	**-**	**5.469**
Total do Intangível	**12.095**	**(4.622)**	**7.473**		**8.471**	**(4.029)**	**4.442**		**75.946**	**(4.622)**	**71.324**

15.2 Movimentação do intangível

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Outros	Valor líquido em 31/12/2019
Intangível em serviço							
Software	1.356		1.129	(577)		96	2.004
Total do Intangível em serviço	**1.356**	**-**	**1.129**	**(577)**	**-**	**96**	**2.004**
Intangível em curso							
Software	3.086	3.559	(1.129)		(47)		5.469
Total do Intangível em Curso	**3.086**	**3.559**	**(1.129)**	**-**	**(47)**	**-**	**5.469**
Total do Intangível	**4.442**	**3.559**	**-**	**(577)**	**(47)**	**96**	**7.473**

	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Outros	Valor líquido em 31/12/2019
Intangível em serviço							
Software	1.356		1.129	(577)		96	2.004
Direito de concessão - Outros	-	63.851					63.851
Total do intangível em serviço	**1.356**	**63.851**	**1.129**	**(577)**	**-**	**96**	**65.855**
Intangível em curso							
Software	3.086	3.559	(1.129)		(47)		5.469
Total do Intangível em Curso	**3.086**	**3.559**	**(1.129)**	**-**	**(47)**	**-**	**5.469**
Total do intangível	**4.442**	**67.410**	**-**	**(577)**	**(47)**	**96**	**71.324**

16 Fornecedores

	Nota	Controladora Circulante 31/12/2019	Controladora Circulante 31/12/2018	Consolidado Circulante 31/12/2019
Suprimento de energia elétrica	16.1	413.094	291.814	413.094
Encargos de uso da rede elétrica		1.443	1.809	1.443
Materiais e serviços	16.2	5.616	1.972	15.438
Total		**420.153**	**295.595**	**429.975**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.
O valor total referente as garantias de fornecedores mencionados acima é de R$236.775 em 31 de dezembro de 2019 (R$676.671 em 31 de dezembro de 2018).

16.1 Suprimento de energia elétrica
A variação no exercício de R$121.280 foi impactada, principalmente, em função do aumento de preço no mercado de curto prazo.

16.2 Materiais e serviços
Do montante de R$15.438 no consolidado, R$ 9.822 refere-se à controlada, sendo composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da linha de transmissão sob concessão da controlada.

17 Dividendos
Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pela Resolução de Quotistas; e (ii) dividendos adicionais, intermediários ou de exercícios anteriores: quando da aprovação pela Resolução de Quotistas.
Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.
Em 20 de dezembro de 2018, a Resolução de Quotistas da Empresa aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2018 no montante bruto de R$3.730, sendo R$3.171 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Empresa, pago integralmente em 29 de maio de 2019.
Em 23 de dezembro de 2019, a Resolução de Quotistas da Empresa aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2019 no montante bruto de R$10.176, sendo R$8.650 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Empresa, em data de pagamento a ser deliberada.

	Controladora e Consolidado 31/12/2018	JSCP	Pagamentos	31/12/2019
EDP - Energias do Brasil	3.171	8.650	(3.171)	8.650
	3.171	**8.650**	**(3.171)**	**8.650**

18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

18.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	*Covenants*	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora e Consolidado 31/12/2019 Encargos Circulante	Principal Circulante	Total
Moeda nacional												
MFUG - Cédula de Câmbio	150.000	25/07/2019	150.000	25/07/2019 a 22/07/2020	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado semestralmente, em Junho e Dezembro.	CDI + 0,44% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	3.823	150.000	153.823
Total										**3.823**	**150.000**	**153.823**

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R$150.000 em 31 de dezembro de 2019.

18.2 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Controladora e Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante				
Principal	-	150.000		150.000
Juros	-		3.823	3.823
	-	**150.000**	**3.823**	**153.823**

18.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Controladora e Consolidado Nacional
Circulante	
2020	153.823
Total	**153.823**

19 Provisões

	Controladora Não circulante 31/12/2019	Consolidado Circulante 31/12/2019	Consolidado Não circulante 31/12/2019
Provisões cíveis e outros	913		913
Licenças ambientais		2.044	9.325
Total	**913**	**2.044**	**10.238**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

19.1 Provisões cíveis
A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.
As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Empresa.

19.1.1 Risco de perda provável
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora Passivo Saldo em 31/12/2018	Constituição	Baixas Pagamentos	Baixas Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2019	Ativo Depósito Judicial 31/12/2019
Cíveis	-	289	(289)			-	
Fiscais	-	173	(966)		1.559	766	370
Outros	-	151		(4)		147	
Total Não circulante	**-**	**613**	**(1.255)**	**(4)**	**1.559**	**913**	**370**

19.1.1.1 Fiscais
Processo judicial da Empresa em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento da multa de PIS e COFINS do período de 2004 e reconhecimento da denúncia espontânea, sendo que o débito está garantido por depósito judicial. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2019 é de R$604. Atualmente aguarda-se o cumprimento da sentença e conversão do depósito.
Processos judiciais entre a Empresa e o Estado do Rio Grande do Sul, os quais discutem a cobrança do ICMS substituição tributária referente aos períodos de 2008 a 2013. O valor em 31 de março de 2019 era de R$1.109, sendo que em 31 de dezembro de 2019 o montante é de R$162. O valor foi reduzido em função do pagamento parcial da provisão. Atualmente, os demais processos aguardam o julgamento dos recursos nos Tribunais Superiores.

19.1.2 Risco de perda possível

	Nota	Controladora e Consolidado 31/12/2019	Controladora e Consolidado 31/12/2018	Controladora e Consolidado Ativo Depósito Judicial 31/12/2019	Controladora e Consolidado Ativo Depósito Judicial 31/12/2018
Cíveis	19.1.2.1	20.062	17.222	8.683	8.321
Fiscais	19.1.2.2	43.321	20.734	1.346	1.895
Total		**63.383**	**37.956**	**10.029**	**10.216**

Não existem garantias cedidas relativas a provisão possíveis em 31 de dezembro de 2019 (R$23.170 em 31 de dezembro de 2018).

19.1.2.1 Cíveis
A Empresa impetrou o mandado de segurança nº 0004449-79.2004.4.01.3400 com pedido de liminar contra a ANEEL, atualmente em trâmite perante a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região em Brasília, visando a suspensão do encargo a ser destinado à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, cobrada pela Resolução da ANEEL nº 12/04, em razão da Empresa não ser mais o sujeito passivo do encargo, conforme artigo 13 da Lei nº 10.438/02 e MP nº 144/03, sendo atribuído aos consumidores finais. Em setembro de 2006 foi publicada sentença que julgou o pedido improcedente. A Empresa interpôs recurso de apelação e aguarda julgamento desde fevereiro de 2007. O montante estimado atualizado da ação em 31 de dezembro de 2019 é de R$17.457 (R$14.985 em 31 de dezembro de 2018) e o valor do depósito em 31 de dezembro de 2019 é de R$8.683 (R$8.321 em 31 de dezembro de 2018).

19.1.2.2 Fiscais
• Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos na Empresa em 31 de dezembro de 2019 é de R$17.621 (R$16.935 em 31 de dezembro de 2018). Atualmente os processos aguardam julgamento.
• Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando à cobrança de multa por suposta informação incorreta nas obrigações acessórias (EFD ICMS/IPI e EFD Contribuições) do período de 2016, envolvendo o montante de R$22.789 em 31 de dezembro de 2019 na Empresa.

19.1.3 Risco de perda remota
Adicionalmente, existem processos de natureza cível cuja perda foi estimada como remota na Empresa. Para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é de R$316 (R$303 em 31 de dezembro de 2018).

19.2 Licenças Ambientais
Na controlada, os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A controlada realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,50% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.
A controlada segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a controlada investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.
Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da controlada.
A controlada apresenta as seguintes obtenções das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

Descrição da Linha	Órgão Licenciador	Processo	Licença Prévia	Licença de Instalação
Subestação Tubarão Sul	IMA - SC	DIV/22007/CTB	08/12/2017	08/08/2018
LT 230 kV Jorge Lacerda B - Tubarão Sul e LT 230 kV Tubarão Sul - Siderópolis (seccionamento)		DIV/22011/CTB	02/03/2018	02/10/2018
LT 230 kV SE Torres 2 - SE Forquilhinha	IBAMA - DF	02001.000467/2017-21	18/09/2018	24/05/2019
LT 230 kV SE Atlântida 2 - SE Torres 2 e Subestação Torres 2	FEPAM - RS	004389-0567/17-8	31/07/2019	

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas Licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos intervenientes.
Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício, com base nas licenças obtidas:

Licenças ambientais	Consolidado Saldo em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2019
Circulante	-	2.203	(139)	67	191	(278)	2.044
Não circulante	-	10.935		336	(191)	(1.755)	9.325
Total	**-**	**13.138**	**(139)**	**403**	**-**	**(2.033)**	**11.369**

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social
O Capital social da Empresa em 31 de dezembro de 2019 é de R$32.606 (R$26.217 em 31 de dezembro de 2018) e está representado por 32.606.383 quotas, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.
Em Alteração e Consolidação do Contrato Social - ACS, realizada em 30 de outubro de 2019, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R$6.389 mediante a emissão de 6.389.357 novas quotas, ao preço de R$1,00 cada uma. As quotas emitidas são totalmente subscritas e integralizadas pela EDP - Energias do Brasil, mediante a capitalização de ativos integrantes de seu patrimônio relacionados ao Centro de Operações (Nota 13.1).
O Capital social está dividido em quotas e a responsabilidade de cada quotista é restrita ao valor de suas quotas.

20.2 Destinação do lucro
A destinação do lucro da Empresa, conforme Contrato Social, será decidida pelos sócios em Resoluções de Quotistas. Adicionalmente, poderão ser deliberadas distribuição de lucros com base em Balanços Patrimoniais intermediários.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		62.149	119.457
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	17	10.176	3.730
Reserva de lucros	20.3		115.727
Lucro do exercício a deliberar		51.973	
		62.149	**119.457**
Dividendos por quota - R$ - JSCP		0,37299	0,14227

20.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Legal		5.631	5.631
Retenção de lucros	20.2 e 20.3.1	182.553	130.580
		188.184	**136.211**

20.3.1 Retenção de lucros
A variação refere-se à constituição de reserva decorrente do resultado do exercício de 2019 no montante de R$51.973 (Nota 20.2).

21 Receitas
As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os serviços prestados pela Empresa e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Empresa e sua controlada, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.
A Empresa e sua controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.
Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir:
Comercialização
• **Comercialização de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na quantidade de energia vendida e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Empresa poderá vender a energia em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia comprada é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.
Transmissão
• **Receita de construção da Infraestrutura de construção:** A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.
• **Receita de Operação e Manutenção (O&M):** A receita de O&M é reconhecida mensalmente como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.
• **Remuneração dos Ativos da concessão:** O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019
Energia de curto prazo		101.026	50.697	101.026
Comercialização de energia elétrica	21.1	4.278.502	4.448.950	4.278.502
Receita de construção	12 e 21.2			25.022
Remuneração dos ativos da concessão	12			669
Outras receitas operacionais		1.812	595	1.951
Receita operacional bruta		**4.381.340**	**4.500.242**	**4.407.170**
(-) Deduções à receita operacional				
Tributos sobre a receita				
ICMS		(96.079)	(100.065)	(96.079)
PIS/COFINS		(395.163)	(402.435)	(397.575)
ISS		(7)	(7)	(7)
		(491.249)	**(502.507)**	**(493.661)**
Receitas		**3.890.091**	**3.997.735**	**3.913.509**

21.1 Comercialização de energia elétrica
A redução na Empresa ocorre devido ao menor número de operações entre os agentes, refletindo o aumento do risco de crédito associado aos eventos de *default* que marcaram o mercado no exercício, juntamente com a maior volatilidade de preços.
21.2 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão
Representa a evolução, na Controlada, em 2019, de 9% do investimento previsto no projeto (2% em 2018), acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, alcançando 11% de investimento total previsto para a conclusão da obra.

22 Custo de construção da infraestrutura da concessão da Controlada

	Nota	Consolidado 2019
Terrenos		127
Máquinas e equipamentos		10.863
Adiantamento a fornecedores		10.599
Gastos ambientais		11.508
Outros		637
	12	**33.734**

23 Gastos operacionais
Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Empresa e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Empresa e da controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio, tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.
Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Controladora 2019

	Nota	Custo do serviço de energia elétrica: Com energia elétrica	Custo do serviço de energia elétrica: De operação	Custo do serviço de energia elétrica: Prestado a terceiros	Despesas operacionais: Com vendas	Despesas operacionais: Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	23.1	3.757.398						3.757.398
Encargos de uso da rede elétrica		15.292						15.292
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.2		3.980			7.687		11.667
Material			50	32		45		127
Serviços de terceiros	23.3		975	554		3.650		5.179
Depreciação - Imobilizado em serviço			7			739		746
Amortização						577		577
PECLD / perdas líquidas					(275)			(275)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							609	609
Arrendamentos e aluguéis			101			8		109
Outras		1.669	288			371	(28)	2.300
Total		**3.774.359**	**5.401**	**586**	**(275)**	**13.077**	**581**	**3.793.729**

Controladora 2018

	Nota	Custo do serviço de energia elétrica: Com energia elétrica	Custo do serviço de energia elétrica: De operação	Custo do serviço de energia elétrica: Prestado a terceiros	Despesas operacionais: Com vendas	Despesas operacionais: Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	23.1	3.791.886						3.791.886
Encargos de uso da rede elétrica		14.695						14.695
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.2		2.825			6.798		9.623
Material			44	47		60		151
Serviços de terceiros	23.3		1.293	626		3.183		5.102
Depreciação - Imobilizado em serviço			5			40		45
Amortização						656		656
PECLD / perdas líquidas					(641)			(641)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							127	127
Arrendamentos e aluguéis			186			466		652
Outras		3.769	670			293		4.732
Total		**3.810.350**	**5.023**	**673**	**(641)**	**11.496**	**127**	**3.827.028**

Consolidado 2019

	Nota	Custo do serviço de energia elétrica: Com energia elétrica	Custo do serviço de energia elétrica: De operação	Custo do serviço de energia elétrica: Prestado a terceiros	Despesas operacionais: Com vendas	Despesas operacionais: Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	23.1	3.757.398						3.757.398
Encargos de uso da rede elétrica		15.292						15.292
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.2		3.980			7.775		11.755
Material			50	32		45		127
Serviços de terceiros	23.3		975	554		4.211		5.740
Depreciação - Imobilizado em serviço			7			739		746
Amortização						577		577
PECLD / perdas líquidas					(275)			(275)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							609	609
Arrendamentos e aluguéis			101			17		118
Custo com construção da infraestrutura			33.734					33.734
Outras		1.669	288			(52)	(28)	1.877
Total		**3.774.359**	**39.135**	**586**	**(275)**	**13.312**	**581**	**3.827.698**

23.1 Energia elétrica comprada para revenda
A redução de R$34.488 na diminuição do volume de energia comprada para revenda, deve-se substancialmente a menor volatilidade do mercado de curto prazo.
23.2 Pessoal e Administradores

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019
Pessoal			
Remuneração	5.457	4.629	5.492
Encargos	1.837	1.301	1.862
Previdência privada - Corrente	254	7	254
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial		143	
Programa de demissão voluntária	11		11
Despesas rescisórias	182	337	182
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	924	729	949
Outros benefícios - Corrente	1.117	1.217	1.120
	9.782	**8.363**	**9.870**
Administradores			
Honorários e encargos	1.712	1.045	1.712
Benefícios dos administradores	173	215	173
	1.885	**1.260**	**1.885**
	11.667	**9.623**	**11.755**

23.3 Serviços de terceiros

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019
Serviços de consultoria	1.460	1.406	1.660
Serviços de manutenção			15
Serviços de limpeza e vigilância	10		10
Serviços de informática	1.351	1.694	1.353
Serviços condominiais		105	
Serviços de publicação e publicidade	267	256	282
Serviços de transporte	199	215	205
Serviços Compartilhados	909	249	
Custo do serviço prestado a terceiros	554	626	554
Outros	429	551	1.661
	5.179	**5.102**	**5.740**

24 Resultado financeiro

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras e cauções		2.652	3.018	2.722
Energia vendida		2.430	4.906	2.430
Depósitos judiciais		196	2.922	196
Juros e multa sobre tributos		4.345	102	4.345
Variações em moeda estrangeira				130
Ajustes a valor presente		73		73
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(569)	(738)	(573)
		9.127	**10.210**	**9.323**
Despesas financeiras				
Encargos de dívida				
Empréstimos e financiamentos	18.2	(3.823)		(3.823)
Variações em moeda estrangeira				(410)
Energia comprada		(1)		(1)
Juros e multa sobre tributos	6	(15)	(15)	(15)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		(1.559)	(822)	(1.559)
Arrendamentos e aluguéis		127		127
Ajustes a valor presente			(100)	
Outras despesas financeiras		(893)	(888)	(936)
		(6.164)	**(1.825)**	**(6.617)**
Total		**2.963**	**8.385**	**2.706**

25 Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.
As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	92.588	179.092	88.517
Alíquota	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	**(31.480)**	**(60.891)**	**(30.096)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Perdas indedutíveis		(24)	
Resultados de equivalência patrimonial	(2.291)		
Juros sobre o capital próprio	3.460	1.269	3.460
Outras	(219)	(70)	(219)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores			396
Incentivos fiscais	91	81	91
Despesa de IRPJ e CSLL	**(30.439)**	**(59.635)**	**(26.368)**
Alíquota Efetiva	**33%**	**33%**	**30%**

26 Instrumentos financeiros e gestão de riscos
A Empresa e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.
26.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.
26.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros
Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

	Nota	Níveis	Controladora Valor justo 31/12/2019	Controladora Valor justo 31/12/2018	Controladora Valor contábil 31/12/2019	Controladora Valor contábil 31/12/2018	Consolidado Valor justo 31/12/2019	Consolidado Valor contábil 31/12/2019
Ativos financeiros								
Valor justo por meio do resultado								
No reconhecimento inicial ou subsequentemente								
Caixa e equivalentes de caixa	4							
Aplicações financeiras		Nível 2	4.437	24.741	4.437	24.741	6.983	6.983
			4.437	**24.741**	**4.437**	**24.741**	**6.983**	**6.983**
Custo amortizado								
Caixa e equivalentes de caixa	4							
Bancos conta movimento		Nível 2	50.615	1.892	50.615	1.892	50.620	50.620
Consumidores e concessionárias	5	Nível 2	560.904	340.569	560.904	340.569	560.904	560.904
Empréstimos a receber							70	70
Cauções	11	Nível 2	1.355		1.355		1.358	1.358
Outros créditos - Partes relacionadas	9	Nível 2	2.050	988	2.050	988	2.050	2.050
			614.924	**343.449**	**614.924**	**343.449**	**615.002**	**615.002**
Total			**619.361**	**368.190**	**619.361**	**368.190**	**621.985**	**621.985**
Passivos Financeiros								
Custo amortizado								
Fornecedores	16	Nível 2	420.153	295.595	420.153	295.595	429.975	429.975
Empréstimos e financiamentos	18							
Moeda nacional			153.823		153.823		153.823	153.823
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2	19.982	31.534	19.982	31.534	19.982	19.982
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	846		846		846	846
Total			**594.804**	**327.129**	**594.804**	**327.129**	**604.626**	**604.626**

26.1.1.1 Ativos financeiros
Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Empresa e sua controlada avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:
• **Custo amortizado**
Se a Empresa e sua controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**
Se a Empresa e sua controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**
Se a Empresa e sua controlada possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Empresa e sua controlada desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.
26.1.1.2 Passivos financeiros
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.
Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.
A Empresa e sua controlada também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.
26.1.2 Valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Para apuração do valor justo, a Empresa e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Empresa, da controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.
As operações com instrumentos financeiros da Empresa e de sua controlada que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.
26.1.2.1 Mensuração a valor justo
A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Empresa e da controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:
(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa e de sua controlada, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.
26.2 Gestão de riscos
A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia e da controlada, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.
Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.
A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commision* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia e da controlada.
O Comitê de Risco é composto por 3 "*Risk Officers*" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.
A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.
26.2.1 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.
Os Empréstimos e financiamentos captados pela Empresa apresentados na nota 18, possuem como contraparte o agente fiduciário MFUG - Cédula de Câmbio. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Empresa criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa possui um risco de mercado associado ao CDI.
Deve-se considerar que a Empresa e sua controlada estão expostas a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Empresa e sua controlada não possuem exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.
26.2.1.1 Análise de sensibilidade
A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa e de sua controlada em função da variação de cada risco destacado.
No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Empresa e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Empresa e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Controladora e Consolidado

Operação	Risco	Saldo da exposição	*Aging* cenário provável Até 1 ano	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.437	26	26	6	13	(6)	(13)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.355	5	5	1	2	(1)	(3)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**5.792**	**31**	**31**	**7**	**15**	**(7)**	**(16)**
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	153.823	3.769	3.769	(842)	(1.680)	846	1.695
Instrumentos financeiros passivos	**CDI**	**153.823**	**3.769**	**3.769**	**(842)**	**(1.680)**	**846**	**1.695**
		159.615	**3.800**	**3.800**	**(835)**	**(1.665)**	**839**	**1.679**

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração. O CDI apresentou intervalos entre 4,1% e 6,4% a.a..
26.2.2 Risco de liquidez
O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa e de sua controlada em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprirem adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Empresa são apresentados na notas 18.
A Administração da Empresa e de sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.
Os ativos financeiros mais expressivos da Empresa e de sua controlada são demonstrados nas rubricas: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Consumidores e concessionárias (Nota 5) e Ativos da concessão (Nota 12), cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão. A Empresa, em 31 de dezembro de 2019 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.
Para a rubrica de Fornecedores - Suprimento de Energia, as garantias (Nota 28.2) estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Empresa, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis. Essas garantias contratuais são o máximo que a Empresa pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.
A Empresa e sua controlada também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que se espera liquidar as respectivas obrigações.

	Controladora 31/12/2019 Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Controladora 31/12/2018 Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	388.410	6.097	25.646		420.153	295.595
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			10.611	9.371	19.982	31.534
Empréstimos e financiamentos			153.823		153.823	-
Arrendamentos e aluguéis	50	100	449	247	846	-
	388.460	**6.197**	**190.529**	**9.618**	**594.804**	**327.129**

	Consolidado 31/12/2019 Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Passivos Financeiros					
Fornecedores	398.232	6.097	25.646		429.975
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			10.611	9.371	19.982
Empréstimos e financiamentos			153.823		153.823
Arrendamentos e aluguéis	50	100	449	247	846
	398.282	**6.197**	**190.529**	**9.618**	**604.626**

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Empresa possui empréstimos com cláusulas restritivas (*Covenants)*, normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Empresa exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparece descrita individualmente na nota 18. Em 31 de dezembro de 2019 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 28.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Empresa e sua controlada podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

26.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Empresa e sua controlada não realizarem seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Consumidores e Concessionárias

As comercializações de energia são geradas a partir de leilões e contratos bilaterais, todos devidamente registrados na CCEE. Estes mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Empresa em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. Contudo, a Empresa possui uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de *rating* de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de *default*. Para cada *rating* de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o *rating* da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras.

Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

• Ativos da concessão

A controlada mantém Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência.

• Caixa, Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Empresa e sua controlada operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	Controlada 31/12/2019	Controlada 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019
Classificação da instituição financeira				
AAA		4.437	14.734	6.982
AA			10.007	
	26.1.1	**4.437**	**24.741**	**6.982**

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Empresa e sua controlada a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26.2.4 Risco regulatório

As atividades da Empresa e de sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSEMA, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, etc.). A Empresa e sua controlada têm o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Empresa e sua controlada atuam na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

26.2.5 Riscos ambientais

As atividades da controlada podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a controlada a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a controlada procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

26.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A controlada poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da controlada depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da controlada.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela controlada, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela controlada poderá ser afetada de forma relevante, e a controlada poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da controlada.

Visando mitigar este risco a controlada adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de performance, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a controlada procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

26.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da controlada é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela controlada, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a controlada contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 30).

26.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

27 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

27.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Controladora	Nota	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa: Ajuste a valor presente	Efeito não caixa: Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2019
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento						
Dividendos	17	3.171	(3.171)		8.650	8.650
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	-	150.000		3.823	153.823
Arrendamentos e aluguéis	10	-	(601)	14	1.320	733
		3.171	**146.228**	**14**	**13.793**	**163.206**

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Efeito não caixa Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2018
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento				
Dividendos	24.872	(83.299)	61.598	3.171
	24.872	**(83.299)**	**61.598**	**3.171**

Consolidado	Nota	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa: Variação monetária e cambial	Efeito não caixa: Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2019
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Títulos a receber e empréstimos a receber					70	70
		-	**-**	**-**	**70**	**70**
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento						
Dividendos	17	3.171	(3.171)		8.650	8.650
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	-	150.000		3.823	153.823
Arrendamentos e aluguéis	10	-	(601)	113	1.320	832
		3.171	**146.228**	**113**	**13.793**	**163.305**
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		**3.171**	**146.228**	**113**	**13.723**	**163.235**

27.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	8.650	3.171	8.650
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão			11.508
Aumento de capital com integralização de ativos	6.389		6.389
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão			7.418
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	1.320		1.320
Total	**16.359**	**3.171**	**35.285**

28 Compromissos contratuais e Garantias

28.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa e sua controlada apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Empresa, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Empresa.

Controlada	31/12/2019: 2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	31/12/2018 Total geral
Responsabilidades com locações operacionais						19
Obrigações de compra						
Compra de Energia	2.025.052	1.679.701	724.886	2.029.405	6.459.044	6.099.008
Materiais e serviços	56.514	72.577	762	1	129.854	7.092
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	3.769				3.769	-
	2.085.335	**1.752.278**	**725.648**	**2.029.406**	**6.592.667**	**6.106.119**

Consolidado 31/12/2019	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral
Obrigações de compra					
Compra de Energia	2.025.052	1.679.701	724.886	2.029.405	6.459.044
Materiais e serviços	223.601	289.064	762	1	513.428
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	3.769				3.769
	2.252.422	**1.968.765**	**725.648**	**2.029.406**	**6.976.241**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

Controladora	31/12/2019: 2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	31/12/2018 Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					-	20
Obrigações de compra						
Compra de Energia	1.765.749	1.461.388	625.695	2.963.860	6.816.692	8.630.785
Materiais e serviços	56.514	55.791	640	1	112.946	7.253
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	4.083				4.083	-
	1.826.346	**1.517.179**	**626.335**	**2.963.861**	**6.933.721**	**8.638.058**

Consolidado 31/12/2019	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral
Obrigações de compra					
Compra de Energia	1.765.749	1.461.388	625.695	2.963.860	6.816.692
Materiais e serviços	223.601	222.134	640	1	446.376
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	4.083				4.083
	1.993.433	**1.683.522**	**626.335**	**2.963.861**	**7.267.151**

28.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Controladora e Consolidado 31/12/2019	Controladora e Consolidado 31/12/2018
Seguro de vida	Aval de acionista	7.135	6.102
		7.135	**6.102**

Os valores em garantias de Empréstimos e financiamentos (Nota 18), Fornecedores (Nota 16) e Provisões (Nota 19.1.2), estão demonstrados em suas respectivas notas.

29 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

29.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação da controlada e da unidade de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

29.1.1 Demonstração do Resultado

2019	Comercialização	Transmissão	Eliminação	Total
Receitas	**3.890.091**	**23.418**		**3.913.509**
Custo da produção e do serviço de energia elétrica				
Custo do serviço de energia elétrica	(3.774.359)			(3.774.359)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(33.734)		(33.734)
Custo de operação	(5.401)			(5.401)
Custo do serviço prestado a terceiros	(586)			(586)
	(3.780.346)	**(33.734)**	**-**	**(3.814.080)**
Lucro bruto	**109.745**	**(10.316)**	**-**	**99.429**
Despesas e Receitas operacionais				
Despesas com vendas	275			275
Despesas gerais e administrativas	(13.077)	(235)		(13.312)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(581)			(581)
	(13.383)	**(235)**	**-**	**(13.618)**
Resultado das participações societárias	(6.737)	-	6.737	-
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	**89.625**	**(10.551)**	**6.737**	**85.811**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	9.127	196		9.323
Despesas financeiras	(6.164)	(453)		(6.617)
	2.963	**(257)**	**-**	**2.706**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**92.588**	**(10.808)**	**6.737**	**88.517**
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(30.594)			(30.594)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	155	4.071		4.226
	(30.439)	**4.071**	**-**	**(26.368)**
Resultado líquido do exercício	**62.149**	**(6.737)**	**6.737**	**62.149**

29.1.2 Balanço Patrimonial

31/12/2019	Comercialização	Transmissão	Eliminações	Total
Ativo circulante	625.162	3.069		628.231
Ativo não circulante	214.072	47.647	(25.189)	236.530
Passivo circulante	606.748	12.111		618.859
Passivo não circulante	11.696	33.562	(20.146)	25.112
Patrimônio Líquido e Não controladores	220.790	5.043	(5.043)	220.790

30 Cobertura de seguros

A Empresa e sua controlada mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

	31/12/2019 Valor em risco	31/12/2019 Limite máximo de indenização	31/12/2018 Valor em risco	31/12/2018 Limite máximo de indenização
Responsabilidade civil			3.000	3.000
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	7.134	(*)	6.102	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$ 1.452.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Empresa, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$17.190;

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$193.210; e

(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$4.110.

31 Eventos subsequentes

31.1 EDP Litoral Sul - Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020

Em 05 de fevereiro de 2020, a CVM emitiu o Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020, para orientação quanto a aspectos relevantes a serem observados na elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Um dos temas incorporados foi relativo à adoção inicial dos CPCs 47 e 48 para os ativos das concessionárias de transmissão de energia elétrica. No mesmo, o órgão regulador menciona que em 2018 houveram informações inadequadas e incompreensíveis referentes à adoção inicial das referidas normas para boa parte das empresas do setor, atentando para a necessidade de eventual melhor divulgação e abertura dos ajustes e racional normativo que sustentaram a implementação inicial. No entanto, a Administração da Companhia e de sua Controlada entende e atesta que as informações publicadas no exercício de 2018 já cumprem as informações requeridas, uma vez que foi evidenciado a natureza e valores de cada efeito da adoção das referidas normas, e consequente mudança de prática contábil, tanto para os saldos de balanço, quanto na divulgação de suas contrapartidas. Da mesma forma, conforme requisitado pelo mesmo Ofício, a Administração da Companhia e de sua Controlada também atesta que os efeitos registrados e divulgados estão totalmente apartados de ajustes de qualquer outra natureza, senão àquela efetivamente advindas da adoção inicial dos CPCs 47 e 48 na controlada de transmissão, e consequentemente alteração de prática contábil da mesma.

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor

Pedro Paulo Vicente de Azevedo Kurbhi
Diretor

Dyogenes Rosi
Diretor

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EDP Comercialização e Serviços de Energia Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EDP Comercialização e Serviços de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não serem requeridas às empresas limitadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6
Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

EDP Transmissão SP-MG S.A.

CNPJ/MF nº 27.821.748/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	413.449	822
Outros tributos compensáveis	7	803	24
Outros créditos	11	351	354
Total do Ativo Circulante		**414.603**	**1.200**
Não circulante			
Outros tributos compensáveis	7	1.253	
Depósitos vinculados	16	31.095	
Ativos da concessão	10	1.083.800	42.920
Outros créditos	11	793	1.095
		1.116.941	**44.015**
Imobilizado	11.2	33	
		33	**-**
Total do Ativo Não circulante		**1.116.974**	**44.015**
TOTAL DO ATIVO		**1.531.577**	**45.215**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	12	138.135	429
Outros tributos a recolher	7	7.619	152
Dividendos	13	15.205	183
Debêntures	14	268.508	
Empréstimos e financiamentos	15	67.522	
Provisões	16	18.549	
Outras contas a pagar	11	5.176	452
Total do Passivo Circulante		**520.714**	**1.216**
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	8	100.252	100.252
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	33.610	(95.691)
Debêntures	14	761.535	
Empréstimos e financiamentos	15		5.827
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.1		18.000
Provisões	16	32.750	
Outras contas a pagar	11	127	23
Total do Passivo Não circulante		**928.274**	**28.411**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17.1	33.001	15.001
Reservas de lucros	17.3	49.588	587
Total do Patrimônio líquido		**82.589**	**15.588**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.531.577**	**45.215**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2019	2018
Receitas	18	944.598	31.885
Custos			
Custo de construção da infraestrutura da concessão	19	(844.162)	(28.801)
		(844.162)	**(28.801)**
Lucro bruto		**100.436**	**3.084**
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(2.992)	(1.575)
Outras despesas e receitas operacionais		902	
		(2.090)	**(1.575)**
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		**98.346**	**1.509**
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		257	99
Despesas financeiras		(1.561)	
		(1.304)	**99**
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		**97.042**	**1.608**
Tributos sobre o lucro	22		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(33.019)	(591)
		(33.019)	**(591)**
Lucro líquido do exercício		**64.023**	**1.017**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	23		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			
ON		2,37113	0,10169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	64.023	1.017
Resultado abrangente do exercício	**64.023**	**1.017**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Geração do valor adicionado	**1.063.717**	**35.159**
Receita com construção da infraestrutura	992.134	32.561
Remuneração dos Ativos da concessão	48.746	2.574
Outras Receitas	22.837	24
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(845.188)**	**(28.973)**
Materiais	(30)	(1)
Serviços de terceiros	(934)	(160)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(844.162)	(28.801)
Outros custos operacionais	(62)	(11)
Valor adicionado bruto	**218.529**	**6.186**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(32)	
Valor adicionado líquido produzido	**218.497**	**6.186**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	17.969	124
Valor adicionado total a distribuir	**236.466**	**6.310**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	735	1.121
Benefícios	81	93
FGTS	56	302
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	130.264	3.720
Estaduais	99	1
Municipais	2	
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	41.200	26
Aluguéis	6	30
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	15.205	183
	187.648	**5.476**
Lucros retidos	48.818	834
	236.466	**6.310**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		97.042	1.608
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		96.282	3.250
Remuneração dos Ativos da concessão		(48.746)	(2.312)
Margem na construção		(147.972)	(4.018)
Depreciações e amortizações		32	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		9	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		80	
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		11	
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		123	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(349)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		2	
		(3.486)	**(1.472)**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Outros tributos compensáveis		(2.034)	(22)
Estoques		(16)	
Depósitos vinculados		(30.746)	
Outros ativos operacionais		321	305
		(32.475)	**283**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		31.301	(5.148)
Outros tributos a recolher		7.467	123
Obrigações Sociais e Trabalhistas		147	351
Provisões		(2.513)	
Outros passivos operacionais		4.626	(486)
		41.028	**(5.160)**
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		**5.067**	**(6.349)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos Ativos da concessão		(644.455)	(28.777)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(644.455)**	**(28.777)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital			18.000
Aumento de capital social			5.000
Captação de empréstimos e financiamentos		1.052.045	5.822
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(30)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	25.1	**1.052.015**	**28.822**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**412.627**	**(6.304)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		413.449	822
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		822	7.126
		412.627	**(6.304)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1**	**-**	**(247)**	**(246)**
Aumento de capital - AGO de 25/04/2018	15.000			15.000
Lucro líquido do exercício			1.017	1.017
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		38	(38)	-
Dividendos mínimos obrigatórios			(183)	(183)
Lucro do exercício a deliberar		549	(549)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**15.001**	**587**	**-**	**15.588**

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**15.001**	**587**	**-**	**15.588**
Aumento de capital - AGO de 29/04/2019	18.000			18.000
Reversão de dividendos		183		183
Lucro líquido do exercício			64.023	64.023
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		3.201	(3.201)	-
Dividendos complementares			(15.205)	(15.205)
Lucro do exercício a deliberar		45.617	(45.617)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**33.001**	**49.588**	**-**	**82.589**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A EDP Transmissão SP-MG S.A. (Companhia ou EDP Transmissão SP-MG), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, foi constituída em 12 de maio de 2017, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A Companhia encontra-se em fase pré operacional de construção de sua linha de transmissão e tem previsão de entrada em operação comercial em 11 de agosto de 2022, conforme contrato de concessão.

2 Concessão

Em 24 de abril de 2017 a EDP - Energias do Brasil arrematou o lote 18 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 375 km, iniciada no município de Ibiraci no Estado de Minas Gerais e atravessando o Estado de São Paulo até o município de Cachoeira Paulista.

A EDP - Energias do Brasil definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 36/2017 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
375 km	Serviço Público	Concessão	SP/MG	LT 500 kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita Anual Permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber o pagamento da RAP de R$205.200 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação, entre outros índices) e a regulamentação específica.

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3 Licenças ambientais

O órgão responsável pelas licenças ambientais da Companhia é o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Conforme cronograma do contrato de concessão, a Companhia apresenta os seguintes prazos para a obtenção das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

- Licença Prévia - LP: até 28 de fevereiro de 2019 - Obtida antecipadamente em 16 de julho de 2019.
- Licença de Instalação - LI: até 11 de fevereiro de 2020 - Obtida antecipadamente em 15 de outubro de 2019.
- Licença de Operação - LO: até 11 de agosto de 2022

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas Licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos intervenientes.

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

4.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

4.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.

4.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 8); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 10); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2.1).

4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

4.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Nota 4.7.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Retrospectiva com efeito cumulativo
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 4.7.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/2018 (Nota 4.7.3)	Revisão Diversos CPCs		01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework*) (Nota 4.7.4)	*Conceptual Framework*	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios

(*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

4.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos a aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance do CPC 06 (R1).

A Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento. Os montantes registrados encontram-se demonstrados na nota 10.

4.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nestas demonstrações financeiras.

4.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/2018

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPCs em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

4.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (*Conceptual Framework*), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica a determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos; (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade; (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela; e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para aqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS *Interpretations Committee*), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

5 Eventos significativos no exercício

5.1 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2019 a Companhia obteve os seguintes recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 1ª Emissão	jan/2019	jun/20	250.000	CDI + 0,2%	Implantação do Projeto
Debêntures - 2ª Emissão	ago/2019	jul/39	800.000	IPCA + 4,45% a.a.	
EDP - Energias do Brasil S.A. (Liberação)	jan/2019	nov/20	300	IPCA + 4,45% a.a.	Contratos de mútuo
	jul/2019	nov/20	17.000	IPCA + 4,45% a.a.	
	jul/2019	nov/20	4.000	IPCA + 4,45% a.a.	
	jul/2019	nov/20	4.000	IPCA + 4,45% a.a.	
	ago/2019	nov/20	2.000	IPCA + 4,45% a.a.	
	ago/2019	nov/20	32.000	IPCA + 4,45% a.a.	
			1.109.300		

6 Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	2.052	822
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	411.397	
Total	**413.449**	**822**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 96% a 100,2% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis					
Outros tributos compensáveis					
IRRF sobre aplicações financeiras	24	2.020			2.044
Outros	-	12			12
Total	**24**	**2.032**	**-**	**-**	**2.056**
Circulante	24				803
Não circulante	-				1.253
Passivos a recolher					
Outros tributos a recolher					
ICMS	-	15.494	2	(8.860)	6.636
PIS e COFINS	-	821		(736)	85
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	122	5.474		(4.791)	805
Encargos com pessoal	30	92		(29)	93
Total Circulante	**152**	**21.881**	**2**	**(14.416)**	**7.619**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Companhia, conforme publicação do Diário Oficial de 3 de janeiro de 2018, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O REIDI, que foi instituído pela Lei n° 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e a COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

8 Tributos diferidos

		Passivo	
		Não circulante	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
PIS e COFINS	8.1	100.252	3.970
Imposto de renda e contribuição social	8.2	33.610	591
Total		**133.862**	**4.561**

8.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 9,25%.

8.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.2.1 Composição

	Ativo		Passivo		Resultado	
	Não circulante		Não circulante			
Natureza dos créditos	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	124				124	
Gastos Pré-operacionais	1.581	465			1.116	465
Atualização dos ativos da concessão			69.046	2.162	(66.884)	(1.056)
PIS e COFINS sobre ativos da concessão	33.750	1.106			32.644	
Outras	28		47		(19)	
Total diferenças temporárias	**35.483**	**1.571**	**69.093**	**2.162**	**(33.019)**	**(591)**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(35.483)	(1.571)	(35.483)	(1.571)		
Total	**-**	**-**	**33.610**	**591**		

8.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	Total Não circulante
6.797	7.113	7.113	7.072	7.072	316	35.483

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 13) e contratos de mútuo (Nota 15) a pagar para sua Controladora , os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

			Ativo	Passivo		Resultado	
			Não circulante	Não circulante		Operacional	
	Relacionamento	Duração	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 9.1)							
EDP - Energias do Brasil	Controladora	23/08/2017 a indetermidado			18.000		
			-	**-**	**18.000**	**-**	**-**
Outras contas a pagar (Nota 11)							
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)							
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2015 a 31/12/2019			3	(30)	(30)
Opções de ações outorgadas da Companhia (Nota 9.3.1)							
EDP - Energias do Brasil	Controladora	06/06/2019 a 05/06/2023		24	6	(19)	(6)
Reembolso de despesas							
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2018 a 31/12/2018			14		(71)
Compartilhamento de *BackOffice* (b)							
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2019	10	31		(447)	
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (c)							
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2019	16	67		(179)	
Contrato de reembolso de prêmio de seguro							
EDP - Energias do Brasil	Controladora	31/03/2019			3		
			26	**122**	**23**	**(672)**	**(107)**
			26	**122**	**18.023**	**(672)**	**(107)**

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo - SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Espírito Santo e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco. Com a alienação da Santa Fé em dezembro de 2018, a partir de 2019 a referida encontra-se excluída do compartilhamento.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho n° 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

Adicionalmente, em agosto de 2019 foi publicada a anuência da ANEEL, através do Despacho nº 2.636/2019, celebrando contrato de compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP - Energias do Brasil e partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG, com vigência de 29 meses, utilizando-se do critério regulatório previsto na Resolução Normativa n°699/16.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(b) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *BackOffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Pecém.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *BackOffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O contrato possuía vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento, excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

9.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2018	18.000
Integralização de capital social - AGOE 29/04/2019 (Nota 17.1)	(18.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

9.2 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9.3 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária	
	2019	2018
Remuneração (a)	475	748
Benefícios de curto prazo (b)	39	26
Benefícios - Previdência Privada		4
Total	**514**	**778**

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Em junho de 2018 e junho de 2019, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu o terceiro e o quarto planos de remuneração baseado em ações, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2019 da mesma o montante de R$19 (R$6 em 2018) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga.

A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início do plano.

10 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47.

Os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 24.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2018	Adições (Notas 18 e 19)	Remuneração (Nota 18)	Juros Capitalizados (Nota 18)	Margem na construção (Nota 18)	PIS/COFINS (Nota 18)	Valor líquido em 31/12/2019
Ativos da concessão	42.920	821.350	48.746	22.812	51.690	96.282	1.083.800
Total Não circulante	**42.920**	**821.350**	**48.746**	**22.812**	**51.690**	**96.282**	**1.083.800**

O investimento total previsto para o projeto é de R$1.290 milhões.

O saldo de R$1.083.800 em 31 de dezembro de 2019 (R$42.920 em 31 de dezembro de 2018) representa a conclusão de 62,8% do investimento previsto para o projeto (2,6% em 31 de dezembro de 2018), acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS.

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		1	20		
Estoques		16			
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			26	
Despesas pagas antecipadamente		334	334	767	1.095
Total		**351**	**354**	**793**	**1.095**
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		49	39		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			122	23
Arrendamentos e aluguéis	11.2	43		5	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.3	560	413		
Outros	11.1	4.524			
Total		**5.176**	**452**	**127**	**23**

11.1 Outros

O montante refere-se substancialmente a cheques emitidos pela Companhia por conta da desapropriação que, até a data-base, não foram descontados pelas partes interessadas.

11.2 Arrendamentos e aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Nota 4.7.1), a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Adições	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária	Transferências	AVP	Baixas	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Circulante										
Edifícios	-	23	6	(23)	4	8			(6)	12
Equipamentos de informática	-	7		(6)				(1)		-
Veículos	-	14		(1)	3	15				31
	-	**44**	**6**	**(30)**	**7**	**23**	**-**	**(1)**	**(6)**	**43**
Não circulante										
Edifícios	-	18	21			(8)	4		(30)	5
Equipamentos de informática	-	6						(6)		-
Veículos	-	15				(15)				-
	-	**39**	**21**	**-**	**-**	**(23)**	**4**	**(6)**	**(30)**	**5**
Total	**-**	**83**	**27**	**(30)**	**7**	**-**	**4**	**(7)**	**(36)**	**48**

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica de Imobilizado como "Ativos de direito de uso". A totalidade do saldo do Imobilizado em 31 de dezembro de 2019 de R$33, refere-se aos ativos.

11.3 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

12 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R$138.135 (R$429 em 31 de dezembro de 2018) é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da linha de transmissão sob concessão da Companhia.

13 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

Passivo	31/12/2018	Dividendos complementares	Reversão	31/12/2019
EDP - Energias do Brasil	183	15.205	(183)	15.205
	183	**15.205**	**(183)**	**15.205**

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo de Debêntures

										31/12/2019				
										Encargos		Principal		
Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	25.000	10	250.000	1ª emissão em 13/12/2018	29/01/2019 a 15/06/2020	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 0,20% a.a.	Principal e juros em parcela única no vencimento	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	18.819		250.000		268.819
(-) Custos de emissão				(984)		29/01/2019 a 15/06/2020			Amortização mensal				(311)		(311)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	800.000	1	800.000	2ª emissão em 15/07/2019	15/07/2019 a 15/07/2039	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil		13.896		802.185	816.081
(-) Custos de emissão				(56.278)		15/07/2019 a 15/07/2039			Amortização mensal					(54.546)	(54.546)
Total											**18.819**	**13.896**	**249.689**	**747.639**	**1.030.043**

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima é de R$1.084.900 em 31 de dezembro de 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante							
Principal	-	250.000					250.000
Juros	-		14.685	4.134			18.819
Custo de transação	-	(412)		(2.297)	2.398		(311)
	-	**249.588**	**14.685**	**1.837**	**2.398**	**-**	**268.508**
Não circulante							
Principal	-	800.000				2.185	802.185
Juros	-		15.579	(4.134)		2.451	13.896
Custo de transação	-	(56.843)		2.297			(54.546)
	-	**743.157**	**15.579**	**(1.837)**	**-**	**4.636**	**761.535**

14.3 Vencimentos

	Vencimento
Circulante	
2020	268.508
	268.508
Não Circulante	
2022	1.618
2023	17.702
2024	44.063
2025	44.289
2026 até 2039	653.863
	761.535
Total	**1.030.043**

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.
As principais cláusulas prevendo a rescisão do contrato estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:
(i) Liquidação, dissolução, decretação de falência ou pedido de falência da Companhia ou da interveniente garantidora, exceto se em decorrência de uma operação societária;
(ii) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial e autofalência da Companhia ou da interveniente garantidora, não contestado no prazo legal;
(iii) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da interveniente garantidora cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R$ 75.000;
(iv) Inadimplemento pela Companhia e/ou pela interveniente garantidora cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R$ 75.000; e
(v) Manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado anualmente em dezembro.
Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas qualitativas e quantitativas previstas no contrato de debêntures.

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2019 Encargos Circulante	31/12/2019 Principal Circulante	31/12/2019 Total	31/12/2018 Encargos Não circulante	31/12/2018 Principal Não circulante	31/12/2018 Total
Moeda nacional												
EDP - Energias do Brasil S.A.	200.000	65.100	22/11/2018 a 21/11/2020	Contratos de Mútuo	100,3% CDI	Principal e Juros no final	2.400	65.122	67.522	5	5.822	5.827
							2.400	**65.122**	**67.522**	**5**	**5.822**	**5.827**

15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Juros provisionados	Transferência	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante					
Empréstimos e financiamentos					
Principal	-			65.122	65.122
Juros	-		195	2.205	2.400
	-	**-**	**195**	**67.327**	**67.522**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos					
Principal	5.822	59.300		(65.122)	-
Juros	5		2.200	(2.205)	-
	5.827	**59.300**	**2.200**	**(67.327)**	**-**

15.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2020	67.522
Total	**67.522**

16 Provisões e Depósitos vinculados

	Nota	Provisões Passivo Circulante 31/12/2019	Provisões Passivo Não circulante 31/12/2019	Depósitos vinculados Ativo Não circulante 31/12/2019
Provisões cíveis	16.1		29.516	31.095
Licenças ambientais	16.2	18.549	3.234	
Total		**18.549**	**32.750**	**31.095**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

16.1 Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.
As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

16.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo Saldo em 31/12/2018	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2019	Ativo Depósito judicial 31/12/2019
Cíveis	16.1.1.1	-	29.543	(150)	(911)	1.027	29.509	28.430
Outros		-	65		(58)		7	
Total Não circulante		**-**	**29.608**	**(150)**	**(969)**	**1.027**	**29.516**	**28.430**

16.1.1.1 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

16.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza civil, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2019	Ativo Depósito judicial 31/12/2019
Cíveis	66	781
Total	**66**	**781**

16.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é de R$1.884.

16.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,50% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.
A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.
Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.
Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2019
Circulante	-	21.750	(2.363)	602	407	(1.847)	18.549
Não circulante	-	3.920		120	(407)	(399)	3.234
Total	**-**	**25.670**	**(2.363)**	**722**	**-**	**(2.246)**	**21.783**

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2019 é de R$33.001 (R$15.001 em 31 de dezembro de 2018) totalmente subscrito e integralizado, representado por 33.001.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.
A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 29 de abril de 2019, deliberou aumento de capital social no montante de R$18.000, mediante a emissão de 18.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizados totalmente pela acionista controladora EDP - Energias do Brasil, mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC (Nota 9.1).
As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

17.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:
(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		64.023	1.017
Lucros acumulados			(247)
Lucro líquido ajustado		**64.023**	**770**
Constituição da reserva legal - 5%	17.3	(3.201)	(38)
		60.822	**732**
Destinação do lucro			
Dividendos complementares	13	15.205	183
Lucro do exercício a deliberar	17.3	45.617	549
		60.822	**732**
Dividendos por ação - R$		1,38229	0,01220
Dividendos por lotes de mil ações - em reais		0,46074	0,04880

17.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de lucros			
Legal	17.2	3.239	38
Retenção de lucros	17.3.1	732	
Lucro do exercício a deliberar	17.2 e 17.3.2	45.617	549
		49.588	**587**

17.3.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Investimentos da Companhia devido a mesma estar em fase de construção, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

17.3.2 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

18 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

	Nota	2019	2018
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão		992.134	32.561
Remuneração dos Ativos da concessão		48.746	2.574
Receita operacional bruta	18.1 e 10	**1.040.880**	**35.135**
(-) Deduções à receita operacional			
PIS/COFINS diferidos		(96.282)	(3.250)
		(96.282)	**(3.250)**
Receita		**944.598**	**31.885**

18.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

Representa a evolução, em 2019, de 60,2% do investimento previsto no projeto (2,1% em 2018), acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, alcançando 62,7% de investimento total previsto para a conclusão da obra.

19 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2019	2018
Terrenos		86.426	3.645
Edificações, obras civis e benfeitorias		105.342	
Máquinas e equipamentos		471.631	18.128
Móveis e utensílios		199	
Adiantamento a fornecedores		124.898	981
Gastos ambientais		24.149	1.294
Outros		31.517	4.753
	10	**844.162**	**28.801**

20 Despesas e Receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.
Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.
Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2019 Custo da produção e do serviço Prestado a terceiros	2019 Despesas operacionais Gerais e Administrativas	2019 Despesas operacionais Outras	2019 Total	2018 Custo da produção e do serviço Prestado a terceiros	2018 Despesas operacionais Gerais e Administrativas	2018 Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.1		1.024		1.024		1.372	1.372
Material			30		30		1	1
Serviços de terceiros	20.2		934		934		160	160
Depreciação - Ativos de direito de uso			32		32			-
Provisões cíveis				(904)	(904)			-
Arrendamentos e aluguéis			6		6		30	30
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				2	2			-
Custo com construção da infraestrutura		844.162			844.162	28.801		28.801
Outras			966		966		12	12
		844.162	**2.992**	**(902)**	**846.252**	**28.801**	**1.575**	**30.376**

20.1 Pessoal

	2019	2018
Pessoal		
Remuneração	369	304
Encargos	198	119
Previdência privada - Corrente	3	
Despesas rescisórias	14	130
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	192	139
Outros benefícios - Corrente	74	89
	850	**781**
Administradores		
Honorários e encargos	151	582
Benefícios dos administradores	23	9
	174	**591**
	1.024	**1.372**

20.2 Serviços de terceiros

	2019	2018
Serviços de consultoria	298	81
Serviços de limpeza e vigilância	23	
Serviços de informática	14	11
Serviços de publicação e publicidade	142	50
Serviços de transporte	23	11
Serviços Compartilhados	420	
Outros	14	7
	934	**160**

21 Resultado Financeiro

	Nota	2019	2018
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras	6	17.620	101
Depósitos judiciais e provisões cíveis		349	
(-) Juros capitalizados		(16.801)	(3)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(911)	(22)
Outras receitas financeiras			23
		257	**99**
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	15.2	(2.395)	(5)
Debêntures	14.2	(37.298)	
(-) Juros capitalizados		38.937	5
Juros e multa sobre tributos	7	(2)	
Provisões cíveis	16.1.1	(1.027)	
Arrendamentos e aluguéis	11.2	(11)	
(-) Juros capitalizados		676	22
Outras despesas financeiras		(441)	(22)
		(1.561)	**-**
		(1.304)	**99**

22 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.
As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2019	2018
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	97.042	1.608
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	**(32.994)**	**(547)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes	(25)	(106)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		62
Despesa de IRPJ e CSLL	**(33.019)**	**(591)**
Alíquota efetiva	34,03%	36,75%

23 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	64.023	1.017
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	27.001	10.001
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	**2,37113**	**0,10169**

24 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

24.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo 31/12/2019	Valor Justo 31/12/2018	Valor Contábil 31/12/2019	Valor Contábil 31/12/2018
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Aplicações financeiras		Nível 2	411.397		411.397	
			411.397	**-**	**411.397**	**-**
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	6					
Bancos conta movimento		Nível 2	2.052	822	2.052	822
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	26		26	
			2.078	**822**	**2.078**	**822**
Total			**413.475**	**822**	**413.475**	**822**
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Custo amortizado						
Fornecedores	12	Nível 2	138.135	429	138.135	429
Debêntures	14	Nível 2	1.050.010		1.030.043	
Empréstimos e financiamentos	15					
Contratos de mútuo		Nível 2	67.522	5.827	67.522	5.827
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	122	23	122	23
Arrendamentos e aluguéis	11.2	Nível 2	48		48	
Total			**1.255.837**	**6.279**	**1.235.870**	**6.279**

24.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

24.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.
Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.
A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

24.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das debêntures diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

24.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

24.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commision* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.

O Comitê de Risco é composto por 3 "*Risk Officers*" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

24.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e Debêntures captados pela Companhia, apresentados nas notas 14 e 15, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado à CDI e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

24.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

			Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Saldo da exposição**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Aplicação financeira - CDB	CDI	411.397	9.945			421.342	2.460	4.910	(2.470)	(4.951)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**411.397**	**9.945**	**-**	**-**	**421.342**	**2.460**	**4.910**	**(2.470)**	**(4.951)**
Debêntures	CDI	268.819	(4.805)			264.014	(1.330)	(2.253)	1.136	2.278
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	67.522	(2.468)			65.054	(615)	(1.229)	616	1.232
Instrumentos financeiros passivos	**CDI**	**336.341**	**(7.273)**	**-**	**-**	**329.068**	**(1.945)**	**(3.482)**	**1.752**	**3.510**
		747.738	**2.672**	**-**	**-**	**750.410**	**515**	**1.428**	**(718)**	**(1.441)**
Debêntures	IPCA	816.081	(68.465)	(276.403)	(829.880)	(358.667)	(270.772)	(588.057)	231.605	430.182
Instrumentos financeiros passivos	**IPCA**	**816.081**	**(68.465)**	**(276.403)**	**(829.880)**	**(358.667)**	**(270.772)**	**(588.057)**	**231.605**	**430.182**
		1.563.819	**(65.793)**	**(276.403)**	**(829.880)**	**391.743**	**(270.257)**	**(586.629)**	**230.887**	**428.741**

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 4,1% e 6,4% a.a. e IPCA entre 0,6% e 7,5% a.a..

24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 14 e 15. Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 10) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2019						31/12/2018
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**	**Total**
Passivos financeiros							
Fornecedores	51.607	86.528				138.135	429
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				122		122	23
Debêntures			268.508	107.672	653.863	1.030.043	-
Empréstimos e financiamentos			67.522			67.522	5.827
Arrendamentos e aluguéis	4	12	27	5		48	-
	51.611	**86.540**	**336.057**	**107.799**	**653.863**	**1.235.870**	**6.279**

24.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2019 foi negativo em R$106.110 (R$16, negativo em 31 de dezembro de 2018). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, apresentando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, tendo em vista, aportes de capital do acionista e novas captações de dívida, para que os investimentos na construção da infraestrutura da concessão evoluam conforme o previsto. O capital circulante líquido negativo decorre principalmente do estágio do projeto, que se encontra em fase de construção e por isso contém passivos de financiamentos de curto prazo e fornecedores.

24.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende à possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Ativos da concessão

A Companhia mantém Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía saldo aplicado, contudo, em 2019, segue demonstrado abaixo:

	31/12/2019
Classificação da instituição financeira	
AAA	362.877
AA	48.520
	411.397

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, ARSESP, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

24.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de c*ompliance.*

24.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, quando do início da construção, a Companhia contratará seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo.

24.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2019	**31/12/2018**
Total dos empréstimos e debêntures	1.097.565	5.827
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(413.449)	(822)
Dívida líquida	**684.116**	**5.005**
Total do Patrimônio Líquido	82.589	15.588
Total do capital	**766.705**	**20.593**
Índice de alavancagem financeira - %	89,23%	24,30%

25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2019					
				Efeito não caixa			
	Nota	**Saldo em 31/12/2018**	**Efeito caixa**	**Variação monetária e cambial**	**Ajuste a valor de mercado/ presente**	**Adições/ baixas**	**Saldo em 31/12/2019**
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento							
Dividendos		183				15.022	15.205
Debêntures		-	992.745	4.636		32.662	1.030.043
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	5.827	59.300			2.395	67.522
Arrendamentos e aluguéis	11.2	-	(30)	7	4	67	48
Acionistas não controladores							
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	9.1	18.000				(18.000)	-
Capital social	17.1	15.001				18.000	33.001
Movimento relativo às atividades de financiamento		**39.011**	**1.052.015**	**4.643**	**4**	**50.146**	**1.145.819**

	2018			
			Efeito não caixa	
	Saldo em 31/12/2017	**Efeito caixa**	**Adições/ baixas**	**Saldo em 31/12/2018**
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento				
Dividendos	-		183	183
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	-	5.822	5	5.827
Acionistas não controladores				
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	10.000	18.000	(10.000)	18.000
Capital social	1	5.000	10.000	15.001
Movimento relativo às atividades de financiamento	**10.001**	**28.822**	**188**	**39.011**

25.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2019	**2018**
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	15.205	183
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures aos ativos da concessão	22.812	27
Capitalização nos Ativos da concessão relativa à contingências	29.543	
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão	24.146	
Aumento de capital com integralização de AFAC	18.000	10.000
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão	106.405	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	67	
Total	**216.178**	**10.210**

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	**2021 a 2022**	**2023 a 2024**	**A partir de 2025**	**Total geral**	**Total geral**
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	626.826	2.707	503	1.511	631.547	1.017.619
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	112.722	123.434	105.613	392.832	734.601	-
	739.548	**126.141**	**106.116**	**394.343**	**1.366.148**	**1.017.619**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	**2021 a 2022**	**2023 a 2024**	**A partir de 2025**	**Total geral**	**Total geral**
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	626.826	2.091	428	1.564	630.909	1.035.052
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	41.756	76.484	75.176	285.973	479.389	-
	668.582	**78.575**	**75.604**	**287.537**	**1.110.298**	**1.035.052**

26.2 Garantias

26.2.1 Seguro garantia

O montante de seguro garantia em 31 de dezembro de 2019 de R$98.795 (em 31 de dezembro de 2018 R$91.795), tem por objetivo garantir a execução de obra da construção da linha de transmissão, sendo uma exigência quando da participação da Companhia no Leilão nº 05/2016 - ANEEL, e possui vigência de 26 de julho de 2017 a 08 de maio de 2023.

Os valores em garantia referente às Debêntures (Nota 14), estão demonstrados em sua respectiva nota.

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor em risco	**Limite máximo de indenização**	**Valor em risco**	**Limite máximo de indenização**
Responsabilidade civil	50.000	50.000		
Seguro de vida	3.907	(*)	2.273	(*)
Risco de engenharia	1.052.425	1.052.425		

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$ 1.452.

O seguro de Responsabilidade Civil - Engenharia possui como segurado a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$17.190;

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$193.210; e

(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$4.110.

28 Eventos subsequentes

28.1 Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020

Em 05 de fevereiro de 2020, a CVM emitiu o Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020, para orientação quanto a aspectos relevantes a serem observados na elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Um dos temas incorporados foi relativo à adoção inicial dos CPCs 47 e 48 para os ativos das concessionárias de transmissão de energia elétrica. No mesmo, o órgão regulador menciona que em 2018 houveram informações inadequadas e incompreensíveis referentes à adoção inicial das referidas normas para a maior parte das empresas do setor, atentando para a necessidade de eventual melhor divulgação e abertura dos ajustes e racional normativo que sustentaram a implementação inicial. No entanto, a Administração da Companhia entende e atesta que as informações publicadas no exercício de 2018 já cumprem as informações requeridas, uma vez que foi evidenciado a natureza e valores de cada efeito da adoção das referidas normas, e consequente mudança de prática contábil, tanto para os saldos de balanço, quanto na divulgação de suas contrapartidas. Da mesma forma, conforme requisitado pelo mesmo Ofício, a Administração da Companhia também atesta que os efeitos registrados e divulgados estão totalmente apartados de ajustes de qualquer outra natureza, senão aquelas efetivamente advindas da adoção inicial dos CPCs 47 e 48 da Companhia, e consequentemente alteração de prática contábil da mesma.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Henrique Manoel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Michel Nunes Itkes
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora Administrativa

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Financeiro

Weberson Eduardo Guioto de Abreu
Diretor Técnico

Eduardo Masson
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade - Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" ES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EDP Transmissão SP-MG S.A.
Linhares - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão SP-MG S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EDP Transmissão SP-MG S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Valorização de ativos de contrato (Consulte a nota explicativa 10 às demonstrações financeiras)

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2019, ativos de contrato enquadrados no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15) relacionados aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão acrescidos das respectivas margens de construção, margem de O&M e receita financeira no montante de R$ 1.083.800 mil. Os quais requerem um alto grau de julgamento para avaliação quanto ao reconhecimento do ativo de contrato e da receita para a Companhia. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para mensuração de ativos de contrato, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, incluindo as principais premissas utilizadas tais como taxa de financiamento, margem de construção e margem de O&M. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, ainda, a inspeção documental, em base amostral, das transações que resultaram em adições de ativos de contrato da Companhia ocorridas durante o exercício. Avaliamos também as divulgações da Companhia em suas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os saldos de ativos de contrato, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais o significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2